



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

UNAÍ / MG: A CENTRALIDADE E O PAPEL MUNICIPAL NO FORNECIMENTO DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA A REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO (RPA), NO VALE DO RIO URUCUIA, NOROESTE MINEIRO

Mestrando: Leandro Ribeiro Mello

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília, Distrito Federal

Julho, 2023

LEANDRO RIBEIRO MELLO

UNAÍ / MG: A CENTRALIDADE E O PAPEL MUNICIPAL NO FORNECIMENTO DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA A REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO (RPA), NO VALE DO RIO URUCUIA, NOROESTE MINEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília, Distrito Federal

Julho, 2023

LEANDRO RIBEIRO MELLO

UNAÍ / MG: A CENTRALIDADE E O PAPEL MUNICIPAL NO FORNECIMENTO DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA A REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO (RPA), NO VALE DO RIO URUCUIA, NOROESTE MINEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial – Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, aprovada em 29 de junho de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Orientador – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEA – UnB

Profa. Dra. Edilene Américo Silva

Examinadora – Instituto Federal de Brasília – IFB – Campus Riacho Fundo – DF

Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto

Examinador – Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA – UnB

Profa. Dra. Ruth Elias de Paula Laranja

Suplente – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEA – UnB

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RM527Un
aíu

Ribeiro Mello, Leandro
UNAÍ / MG: A CENTRALIDADE E O PAPEL MUNICIPAL NO
FORNECIMENTO DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA A REGIÃO
PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO (RPA), NO VALE DO RIO URUCUIA,
NOROESTE MINEIRO / Leandro Ribeiro Mello; orientador
Fernando Luiz Araújo Sobrinho. -- Brasília, 2023.
218 p.

Dissertação (Mestrado em Geografia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Unaí (MG). 2. Centralidade. 3. Vale do Rio Urucuaia. 4.
Noroeste Mineiro. I. Araújo Sobrinho, Fernando Luiz,
orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico

*Á meus pais, **Maria Adelina Martins Ribeiro e Marcos Vinício Graça Mello** por terem sempre confiado em mim além do amor incondicional depositado ao longo da minha vida, pela fé e pela esperança eterna de que posso cada vez alçar voos mais altos em busca dos meus sonhos.*

Ofereço

*A minha amada esposa **Lívia Maria Castelo Branco da Silva**, por toda a compreensão da minha ausência e pelas palavras de ânimo ao longo da escrita desta dissertação. Aos meus queridos irmãos **Luciana Ribeiro Mello Freire, Lucimara Ribeiro Mello e Guilherme Graça Mello** e aos meus filhos **Luiz Henrique Castelo Branco Ribeiro e Gabriel Castelo Branco Ribeiro**.*

A todos vocês, ofereço este trabalho acadêmico pelo simples fato de transformarem e completarem a minha vida em alegria, amor e motivação para dar mais um passo importante na minha vida profissional e acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ao Excelentíssimo Deus, primeiramente pelo dom da vida sem o qual não haveria a possibilidade de agradecer a mais ninguém. *“Mas os que esperam no Senhor renovam as suas forças, sobem com asas como águias, correm e não se cansam, caminham, e não se fatigam”*. Isaías 40:31

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, obtive a colaboração de várias pessoas, às quais quero expressar os mais profundos e sinceros agradecimentos. *Ninguém faz nada sozinho! Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso, e trabalhar em conjunto é a vitória*. Autor desconhecido

Agradeço imensamente, o meu dadivoso orientador, professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho, fonte inesgotável de conhecimento, altruísmo, pelas palavras de motivação em momentos de angústia, por todo apoio, confiança e estímulo durante todas as etapas do Mestrado. A sua orientação, nos dá além de direcionamento a autonomia necessária para desenvolvermos a nossa pesquisa com liberdade e sem pressão, o que é essencial nesta fase do curso.

Agradeço aos professores que participaram do momento de qualificação desta dissertação, realizado em agosto de 2022. Ao professor Dr. João Mendes da Rocha Neto, pessoa na qual já possuo uma imensa admiração de anos, por todo o seu conhecimento geográfico e por cada sugestão apresentada. A professora Dra. Edilene Américo Silva, pela leitura atenta do trabalho, por ter sugerido tantas alterações essenciais que aguçaram ainda mais o meu olhar geográfico e por ter gentilmente cedido os manuscritos com as suas observações.

Agradeço a todos os professores do curso de pós-graduação, pela disponibilidade em sanar dúvidas e direcionar a aquisição de conhecimentos, tão preciosos para a conclusão desta dissertação e principalmente do Mestrado.

Agradeço também à Universidade de Brasília (UNB), por ter concedido um auxílio para financiar o trabalho de campo, realizado para coleta de dados em campo no mês de abril do presente ano.

Agradeço as colegas de investigação e discussão também da Região do Vale do Rio Urucuia, a Dra. Carla Galdani e a doutoranda Juzânia Oliveira da Silva Brandão.

Agradeço ao graduando em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB), Marcelo Luiz Rodrigues Lucas de Souza, pela elaboração dos mapas no modelo “just in time” e que sempre atendeu prontamente aos meus pedidos.

Agradeço aos meus queridos sogros, Antônio Luiz Galdino da Silva e Júlia Iolete Castelo Branco da Silva, por me acolherem como filho em seus corações e por me instigarem a realizar essa pós-graduação *Stricto Sensu*.

Agradeço aos amigos de todas as horas, Alair José Felipe Rolim, Cléia Rolim e tantos outros que tornam minha lista infinita e meu coração feliz.

Agradeço também os amigos, Claudinelli Nascimento Araújo, Flávio Silva Ramos, Natacha Vargas Tomelin e Vinícius do Santos Vieira e a todos os colegas de trabalho da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

Agradeço aos meus cães pastores, *Zürich* e Zeus companheiros de caminhadas, onde no final do dia, saía um pouco esbafo, drenava um pouco a ansiedade e muitas vezes tinha uma luz ou pensava em como discorrer sobre um tópico específico deste trabalho.

Agradeço ao Warley, analista do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a colaboradora Gleizina Alves, da Associação Comercial e Empresarial (ACE) e também da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Ambos me forneceram dados relevantes para a elaboração desta dissertação.

E a todas as demais pessoas que de alguma forma contribuíram em todas as etapas de realização deste trabalho.

“O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu “espaço”, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irreduzível porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais, jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

RESUMO

Essa dissertação, foi desenvolvida com a intenção de captar os movimentos espaciais e através de tal enfoque, apresentar a dinâmica dos agentes da produção do espaço tendo em vista a expressividade dos atores envolvidos no território por meio do seu processo de uso e ocupação e o impacto engendrado por eles em toda a região do Vale do Rio Urucuia. Fato esse que se dá pelo notório impacto oriundo de tais ações no que diz respeito a crescente e constante influência na dinâmica do espaço, a análise das interações espaciais que ali ocorrem, principalmente no que tange ao ordenamento territorial, e a integração campo-cidade colocando o município de Unaí (MG) como um importante ponto de atração de fluxos de mercadorias e pessoas na Sub-bacia Hidrográfica do Rio Urucuia. Logo, é de suma importância compreender como ocorre essa integração cidade-campo bem como a inter-relação e sua influência no território de Unaí (MG) e em toda a região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro, gerando uma centralidade urbana neste recorte espacial que pode ser denominada como uma Região Produtiva Agrícola (RPA) onde integra o espaço agrário e o espaço urbano dando origem a cidades que dão suporte ao agronegócio. A metodologia utilizada abarcou levantamento, revisão bibliográfica e documental, trabalho de campo, organização e análise de dados e informações, além da elaboração de gráficos, mapas, quadros, tabelas e utilização de figuras. Assim, o presente trabalho tem como objetivo, analisar a centralidade municipal de Unaí (MG) e o seu papel articulador e fornecedor nas relações de troca de bens, produtos e serviços na Região Produtiva do Agronegócio (RPA), do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

Palavras-Chave: Unaí (MG), Centralidade, Vale do Rio Urucuia, Noroeste Mineiro.

ABSTRACT

This dissertation was developed with the intention of capturing the spatial movements and through such an approach, present the dynamics of the agents of the production of space in view of the expressiveness of the actors involved in the territory through its process of use and occupation and the impact engendered by them throughout the region of the Urucuia River Valley. This fact is due to the notorious impact of such actions with regard to the growing and constant influence on the dynamics of space, the analysis of the spatial interactions that occur there, especially with regard to territorial planning, and the country-city integration placing the municipality of Unaí (MG) as an important point of attraction of flows of goods and people in the Urucuia River Sub-basin. Therefore, it is of paramount importance to understand how this city-countryside integration occurs as well as the interrelationship and its influence on the territory of Unaí (MG) and the entire region of the Urucuia River Valley, Northwest Minas Gerais, generating an urban centrality in this spatial cut that can be called an Agricultural Productive Region (RPA) where it integrates the agrarian space and the urban space giving rise to cities that support agribusiness. The methodology used encompassed survey, bibliographic and documentary review, fieldwork, organization and analysis of data and information, as well as the elaboration of graphs, maps, charts, tables and use of figures. Thus, the present work aims to analyze the municipal centrality of Unaí (MG) and its articulating and supplier role in the exchange relations of goods, products and services in the Agribusiness Productive Region (RPA) of the Urucuia River Valley, Northwest Minas Gerais.

Keywords: Unaí (MG), Centrality, Urucuia River Valley, Northwestern Mineiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Do arquipélago ao continente (anos 1890, 1940 e 1990)	50
Figura 02 – Distribuição geográfica dos principais biomas do Brasil, em destaque a área ocupada pelo Cerrado.....	62
Figura 03 – Delimitação das regiões fisiográficas da Região Hidrográfica São Francisco.....	65
Figura 04 – Identificação das 34 sub-bacias que compõem a Região Hidrográfica São Francisco.....	67
Figura 05 – Ponte sobre o Rio Urucuia antes do acesso de Arinos, Minas.....	71
Figura 06 – Rio Urucuia em Arinos, Minas Gerais.....	71
Figura 07 – Pivô Central instalado na área rural do município de Unaí, Minas Gerais.....	84
Figura 08 – Agricultura irrigada por pivôs centrais em Unaí – Minas Gerais.....	86
Figura 09 – Pedra Fundamental de Brasília.....	91
Figura 10 – Membros da Comissão Cruls – Meya Ponte hoje Pirenópolis – GO – 1892.....	100
Figura 11 – O Primeiro Mapa do Brasil aparecendo ao centro o Quadrilátero Cruls..	101
Figura 12 – Expansão da Fronteira Agrícola.....	140
Figura 13 – Localização da Região do MATOPIBA.....	143
Figura 14 – Mapa da Produção de Algodão – MG – 2019.....	146
Figura 15 – Mapa da Produção de Cana-de-açúcar – MG – 2019.....	147
Figura 16 – Mapa da Produção de Feijão – MG – 2019.....	147
Figura 17 – Mapa da Produção de Milho – MG – 2019.....	148
Figura 18 – Mapa da Produção de Soja – MG – 2019.....	149
Figura 19 – Mapa da Produção de Bovinos – MG.....	149
Figura 20 – Esquema clássico de Rede Urbana.....	170
Figura 21 – Esquema de Rede Urbana desenvolvido por Milton.....	171
Figura 22 – Mosaico de Imagens – CAPUL.....	184
Figura 23 – CAPUL – Nutrição Animal.....	185
Figura 24 – Matriz - Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda – COAGRIL.....	189

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Recorte Espacial – Mesorregiões de Minas Gerais.....	22
Mapa 02 – Mesorregião com os Municípios do Noroeste de Minas Gerais.....	59
Mapa 03 – Sub-bacia do Rio Urucuia.....	70
Mapa 04 – Panorama da Qualidade das Águas Superficiais – Bacia do Rio Urucuia.....	76
Mapa 05 – Áreas de Conflitos por Recursos Hídricos na Sub-bacia do Rio Urucuia....	80
Mapa 06 – Distribuição dos Pivôs Centrais no Noroeste do Estado de Minas Gerais.....	83
Mapa 07 – Distribuição dos Pivôs Centrais no Município de Unaí, Minas Gerais.....	85
Mapa 08 – Área Metropolitana de Brasília – AMB.....	119
Mapa 09 – Municípios que constituem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – DF.....	121
Mapa 10 – População da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – DF.....	124
Mapa 11 – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – Proposta de Ampliação (2019).....	130
Mapa 12 – Limites Municipais de Unaí, Minas Gerais.....	133
Mapa 13 – Municípios de atuação da CAPUL.....	183
Mapa 14 – Estados de atuação da COAGRIL.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Trabalhos de campo realizados no Noroeste mineiro.....	38
Quadro 02 – Impactos das atividades agrícolas sobre a qualidade da água.....	73
Quadro 03 – Parâmetros que não atenderam aos limites de contaminação estabelecidos na legislação nas estações de amostragem da Sub-Bacia do Rio Urucuia no ano de 2021.....	77
Quadro 04 – Síntese dos estudos locacionais realizados por não geógrafos.....	162
Quadro 05 – Classificação das cidades de acordo com o REGIC 2020.....	175
Quadro 06 – Classificação das cidades de acordo com o REGIC 2020 – Vale do Rio Urucuia, Noroeste Mineiro.....	177
Quadro 07 – Certificações e Verificações Nacionais e Internacionais de Qualidade na Produção de Café.....	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução da População Mundial - (1800 - 2100).....	46
Gráfico 02 – BRASIL - Evolução populacional por situação de domicílio (1950 -1980).....	51
Gráfico 03 – Distribuição percentual das faixas do Índice de Qualidade da Água (IQA) na sub-bacia do rio Urucuia, para os anos de 2018 a 2021.....	75
Gráfico 04 – Crescimento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil.....	81
Gráfico 05 – Evolução e projeção da área irrigada por pivôs centrais no Brasil – (1985 até 2040).....	82
Gráfico 06 – Quantidade de Pivôs Centrais distribuídos por municípios no Noroeste do Estado de Minas Gerais.....	84
Gráfico 07 – Área plantada ou destinada à colheita em hectares – Noroeste de Minas (2019).....	144
Gráfico 08 – 50 municípios do agronegócio com a maior produção no ano de 2019.....	153
Gráfico 09 – Faturamento obtido com a comercialização de café pela COAGRIL - Anos (2019 a 2022).....	193
Gráfico 10 – Identidade empresarial – Evolução do Número de Empresas – (2012 – 2019).....	194
Gráfico 11 – Identidade empresarial – Composição das Empresas – (2012 – 2019).....	195
Gráfico 12 – Identidade empresarial – Abertura e Fechamento de Empresas – (2012 – 2019).....	196
Gráfico 13 – Identidade empresarial – Tempo Existência das Empresas – (Setembro – 2020).....	196
Gráfico 14 – Identidade empresarial – Evolução do Emprego – (2012 – 2019).....	197
Gráfico 15 – Identidade empresarial – Empregos por Setor – (2012 – 2019).....	197
Gráfico 16 – Identidade empresarial – Média Salarial por Setor – (2012 – 2019).....	198
Gráfico 17 – Identidade empresarial – Compras Públicas – (2019).....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Percentual da população urbana na população total brasileira, segundo as Grandes Regiões – 1970 – 2022.....	57
Tabela 02 – Características das regiões fisiográficas da bacia do Rio São Francisco.....	65
Tabela 03 – Caracterização das 34 sub-bacias da Região Hidrográfica São Francisco.....	68
Tabela 04 – Áreas de Conflitos por Recursos Hídricos na Sub-Bacia do Rio Urucuia.....	80
Tabela 05 – DISTRITO FEDERAL - Evolução populacional (1957 - 1991)	110
Tabela 06 – Indicadores que comprovam a pobreza e dependência do Entorno em relação ao Distrito Federal.....	117
Tabela 07 – Percentual da população urbana na população total brasileira, segundo as Grandes Regiões – 1970 – 2022.....	122
Tabela 08 – Lista de municípios por data de criação que compõem a RIDE DF/ ENTORNO....	125
Tabela 09 – Produção agrícola dos municípios de Cabeceiras e Formosa no Estado de Goiás.....	135
Tabela 10 – Produção agrícola dos municípios mineiros que compõem a Região Produtiva do Agronegócio (RPA), no Vale do Rio Urucuia, Noroeste de Minas Gerais.....	145
Tabela 11 – Produção Agrícola Municipal (PAM) – Noroeste de Minas.....	150
Tabela 12 – Evolução populacional (2000-2022), dos municípios do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.....	172
Tabela 13 - Fluxo de passageiros (viagens) – Empresa Santa Izabel.....	200
Tabela 14 – CAPUL - Resultado Anual por Setor (2022)	201

LISTA DE SIGLAS

ACE – Associação Comercial e Empresarial.
AMB – Área Metropolitana de Brasília.
ANA – Agência Nacional de Águas.
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.
AUB – Aglomerado Urbano de Brasília.
BA – Bahia.
CAPUL – Cooperativa Agropecuária Unai.
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas.
COAGRIL – Cooperativa Agrícola de Unai Ltda.
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.
CH – Circunscrição Hidrográfica.
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
DAC – Declaração de Área de Conflito.
DF – Distrito Federal.
EMATER MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
ETN'S – Empresas Transnacionais.
GO – Goiás.
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas.
IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IQA – Índice de Qualidade da Água.
LEM – Luís Eduardo Magalhães.
MG – Minas Gerais.
MT – Mato Grosso.
ONU – Organização das Nações Unidas
PAM – Produção Agrícola Municipal.

PI – Piauí.

POLOAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia.

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

PROAGO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.

PRODECER – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados.

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte Nordeste.

PROVALE - Programa Especial para o São Francisco.

REGIC – Região de Influência de Cidades.

RGP – Rede Global de Produção.

RIDE – DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

RPA – Região Produtiva do Agronegócio.

RPG – Rede de Produção Global.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SNIRH – Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

SUMÁRIO

FICHA CATALOGRÁFICA	4
DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE MAPAS	12
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	20
Apresentação do tema	23
O recorte no espaço/tempo do tema escolhido	25
SEÇÃO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O PERCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DA DISSERTAÇÃO, ALÉM DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO REGIONALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO DO BIOMA CERRADO, HIDROGRAFIA, OS USOS TERRITORIAIS, CONFLITOS E USOS DOS TERMOS	30
1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	30
1.1 Justificativa do tema	30
2 OBJETIVOS	32
2.1 Objetivo geral	32
2.2 Objetivos específicos	32
2.3 Problematização do tema	33
2.4 Hipótese de pesquisa	34
2.5 Método e Metodologia	34
2.6 Pesquisa e/ou trabalho de campo: uma estratégia essencial para os estudos geográficos	36
2.7 Organização e Reflexão de algumas categorias e conceitos que norteiam esse estudo.	39
3 URBANIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO	43
3.1 O Processo de Urbanização	43
3.2 A Urbanização no Brasil	47
3.3 A Questão da Regionalização e o Conceito de Região	53
3.3.1 A questão regional e suas nuances: uma discussão teórica	53

3.3.2	O fenômeno da regionalização do Brasil	56
3.4	Cerrado: conceito, caracterização do bioma, a hidrografia, caracterização socioambiental da área, os municípios, usos territoriais, conflitos e os usos dos termos.	60
3.4.1	Conceito:.....	60
3.4.2	Caracterização do bioma:.....	60
3.4.3	A Hidrografia:	62
3.4.4	Caracterização socioambiental da área, os municípios e os usos territoriais:	72
3.4.5	Impactos associados as atividades agrícolas que alteram a qualidade da água e ocasionam os conflitos de interesse:	73
3.4.6	Índice de Qualidade da Água (IQA) em 2021	74
3.4.6.1	Causas:	78
3.4.6.2	Soluções:	78
3.4.7	Os conflitos de interesse por água:	79
3.4.8	O uso dos termos:.....	87
SEÇÃO 2 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DOS CERRADOS: O PAPEL DE BRASÍLIA E A SUA IMPORTÂNCIA NA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).		89
4 A GÊNESE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DOS CERRADOS: O PAPEL DE BRASÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).		89
4.1	A intensificação da produção do espaço urbano fomentado pela história da transferência da capital para a região do Brasil Central	94
4.2	AS CAPITAIS BRASILEIRAS: Ontem e Hoje	95
4.2.1	Brasil Colônia – A Primeira Capital: Salvador	95
4.2.2	Brasil da Colônia a República – A Segunda Capital Federal: Rio de Janeiro.....	97
4.2.3	A História da Transferência para o Centro do Território Brasileiro.....	99
4.2.3.1	A comissão Cruls.....	99
4.2.3.2	A comissão Poli Coelho	102
4.2.3.3	O relatório Donald Belcher & Associates	104
4.2.3.4	Brasília como fenômeno da produção do espaço na região Centro-Oeste.	105
5 A DINÂMICA ATUAL DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO – RIDE/DF E DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA – AMB		112
SEÇÃO 3 – A REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA E A INFLUÊNCIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).		132

6	UNAÍ E OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA.....	132
7	A DINÂMICA ESPACIAL BRASILEIRA	136
7.1	A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira	137
7.1.1	Fronteira Agrícola: a primeira expansão anos 1970 e 1980	139
7.1.2	Regiões Produtivas do Agronegócio – (RPAS).....	142
7.1.3	As cidades do agronegócio	151
6.2	O fenômeno da centralização	158
6.3	Centro e Centralidade:.....	159
6.4	Centralidade urbana:	165
8	ENTRE HIERARQUIA E HETERARQUIAS	168
7.1	Hierarquia e rede urbana:.....	168
7.2	Região de Influência de Cidades (REGIC):	173
7.3	O município de Unaí e a influência regional exercida pelas cooperativas estabelecidas no território sendo elas: a Cooperativa Agropecuária Unaí (CAPUL) e a Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda (COAGRIL) no Noroeste mineiro	177
7.4	A relação entre o rural, o espaço urbano e o centro	179
7.5	Discutindo a Relação Entre Hierarquia - Heterarquia Urbana	186
9	RESULTADOS	194
9.1	EMPRESAS E EMPREGO	194
9.2	SALÁRIOS.....	198
9.3	COMPRAS PÚBLICAS.....	199
9.4	FLUXO DE PESSOAS (VIAGENS) – TRANSPORTES	199
9.5	FLUXO DE MERCADORIAS – CAPUL e COAGRIL	200
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
10	REFERÊNCIAS	208

INTRODUÇÃO

Ao longo dos quinhentos e vinte e três anos de história do Brasil, inúmeras vezes notamos o fenômeno da concentração fundiária e a preferência que sempre foi dada ao desenvolvimento de políticas públicas que privilegiassem as grandes propriedades e a monocultura para produção de *commodities*¹ essas marcas se fazem presentes no campo brasileiro até os dias atuais.

No bioma Cerrado, notamos a cada dia a substituição das suas fitofisionomias por extensas áreas de plantio de *commodities* (café, cana-de-açúcar, milho, soja e etc). Devido principalmente aos altos índices de produtividade de grãos para exportação, produzidos nas extensas fazendas de monocultura e a apropriação do território pela agroindústria controlada, na maioria das vezes, por empresas transnacionais (ETN'S).

Essas organizações abarcam os recursos econômicos, tecnológicos e humanos entre outros, implementaram um modelo que vem trazendo resultados positivos para as regiões nas quais se encontram, e que conseqüentemente esse fato camufla muitas vezes os índices de concentração de riquezas, desigualdades e violação de direitos básicos negligenciados ou (des)priorizados enquanto políticas públicas, assim como o acesso à itens básicos tais como: moradia, alimentação, acesso aos serviços de educação e saúde.

Lefebvre (2016, p.77), menciona que, “o urbano é um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído”. Logo, cabe a nós geógrafos analisarmos o espaço urbano por meio da identificação e leitura dos elementos constituintes no território que geram a centralidade. Essa, por sua vez, é ocasionada principalmente pelo fluxo de informações, capital e mercadorias que ali ocorrem desde a sua origem até o destino que circula na região do Vale do Rio Urucuia, mas também é produzido direcionando essas *commodities* que são produzidas visando a exportação, principalmente.

¹ Inicialmente, iremos apresentar a definição de *commodity*. Que de acordo com o dicionário eletrônico *Houaiss*, é “qualquer bem em estado bruto, geralmente de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, geralmente destinado ao comércio externo”. O dicionário aponta ainda, o açúcar, o café, a soja, o milho, o ouro, o petróleo, além dos diversos minérios como exemplos de *commodities*.

O recorte espacial pesquisado é o município de Unaí (MG), que está inserido na região do Vale do rio Urucuia sendo o objeto de estudo e encontra-se em um mosaico no qual ocorre a sobreposição regional sendo configurada pela: Mesorregiões do estado de Minas Gerais englobando a Mesorregião do Noroeste de Minas, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE–DF), a proposta de ampliação da (RIDE–DF) e a Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia.

Esta pesquisa contempla os seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Cabeceiras Grande, Chapada Gaúcha, Formoso, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Uruana de Minas e Urucuia. Também fazem parte desta pesquisa os municípios de Cabeceiras e Formosa localizado no Estado do Goiás, pois esses municípios são relevantes para o estudo devido a sua influência local, pois ambos, possuem algum grau de dependência ou realizam trocas de mercadorias e serviços com o município de Unaí (MG).

A consolidação da região dos Cerrados² como área de apropriação pela agricultura moderna, faz parte de um processo de desenvolvimento de programas promovidos pelo Estado, a partir da década de 1960, por meio de incentivos fiscais, subsídios, apoio à ciência e tecnologia e investimentos em infraestrutura para esse tipo de modelo de desenvolvimento específico.

Essa região passa, desde então, por grandes transformações sócio espaciais, já que o objetivo destes programas eram a otimização da produção a fim de atender demandas do mercado internacional, requerendo para isso uma reconfiguração do espaço no que tange a dinamização das suas formas e funções.

As Mesorregiões Noroeste e Norte de Minas Gerais conforme mapa 1, caracterizam-se por fazendas de criação de gado extensivo consolidadas, mas que passam por processos de modernização agrícola após década de 1970 com programas de desenvolvimento tecnológico agrícola para o Cerrado e mudanças de uso da terra para suprir as demandas de mercado interno e externo.

² A discussão sobre o uso do termo é apresentada no item: **1.4.8 – Cerrado: conceito, caracterização e uso dos termos.**

Mapa 01 – Recorte Espacial – Mesorregiões de Minas Gerais



Apresentação do tema

Desta forma, a proposta aqui é de desenvolver uma pesquisa pautada na centralidade do município de Unaí – MG, e a sua área de influência regional no que tange ao fornecimento de bens, produtos e serviços para o Vale do Rio Urucuia. Fato que se dá pelo notório impacto oriundo de tais ações frente a crescente e constante influência na produção do espaço voltado ao ordenamento territorial. A integração campo-cidade coloca o município de Unaí (MG) como um importante ponto de atração de fluxo de mercadorias e pessoas na sub-bacia hidrográfica do Rio Urucuia.

Pelo exposto, é de suma importância analisar a integração cidade-campo e de que maneira essa inter-relação favorece e influencia o território de Unaí (MG) e toda a região do Vale do Rio Urucuia, gerando uma centralidade urbana neste recorte espacial que pode ser denominada como uma Região Produtiva Agrícola (RPA) onde integra o espaço agrário e o espaço urbano dando origem as cidades do agronegócio³ (ELIAS, 2011, 2016).

Nesse sentido, cabe ao geógrafo ampliar o seu olhar no intuito de interpretar, compreender e espacializar, através do uso do seu arcabouço teórico-metodológico, empregando sempre as categorias de análise da ciência geográfica, visando expor como acontece essa interação no espaço geográfico delimitado.

Essa pesquisa busca abarcar a região de influência da cidade Unaí (MG), localizada no Noroeste mineiro e a sua relação com os outros municípios da região. Utilizando como instrumento de análise o REGIC (Regiões de Influência das Cidades), que é uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que tem como objeto de estudo, a hierarquia da rede urbana brasileira, pautada no fluxo de informações, bens e serviços apresentando o seu raio de amplitude.

O presente estudo vem sendo desenvolvido com o interesse de captar os movimentos espaciais através de tal enfoque; apresentar a dinâmica dos agentes da

³ Santos (2013a) denominou a princípio de “cidade do campo”, noção que foi utilizada por algum tempo (ELIAS, 2003) embora, há alguns anos, a geógrafa tenha substituído por “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2011, 2016), visando uma possível consolidação conceitual e uma melhor aplicabilidade dessa noção. Ainda segundo Elias (2016, p.74): O que chamamos de cidades do agronegócio seriam os espaços urbanos inseridos em RPAS nos quais se dá a gestão local ou regional do agronegócio, cujas funções inerentes a essas atividades têm hegemonia na economia urbana. A cidade do agronegócio é um tipo de cidade que polariza e organiza amplo espaço agrícola, na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos.

produção do espaço; os atores envolvidos no território, para isso estudaremos o processo de uso e ocupação e o impacto engendrado por eles em toda a região do Vale do Rio Urucuia.

Na atualidade, de acordo com os elementos e fatores econômicos, que são peças indispensáveis na análise acerca dos atores presentes no espaço geográfico que se manifestam através de dois arranjos que Santos (2014a, p.284) denominou de horizontalidades e verticalidades. As Horizontalidades são áreas produtivas: regiões agrícolas, cidades, os conjuntos urbano-rurais. Verticalidades são os sistemas urbanos” (SANTOS,2013a, p. 88). Ambas são dinâmicas e perceptíveis no espaço geográfico.

A verticalidade representa o poder dos de fora, trata-se do domínio da racionalidade triunfante, instrumental, que se interessa por uma única dimensão (a econômica), que tenta comandar e exigir rapidez ou um tempo diferente do que realmente é vivido no lugar. “As verticalidades são formadas por pontos, as horizontalidades por planos” (SANTOS, 2002, p. 110). São simultâneas e complementares, e entre elas não há uma separação real; suas “[...] racionalidades coexistem e se interpenetram, modificam-se mutuamente, cada qual se afirmando, a cada instante, em função de seus próprios objetivos” (Ibidem, p. 111).

Cabe destacar que estes dois arranjos determinam o ritmo do uso do solo, assim, é perceptível a importância dos atores locais, pois, realiza horizontalmente os processos que exercem a materialização das condições voltadas à reprodução do capital. Esta reprodução, pensada globalmente de fora para dentro, representa o que Santos (2014a, p.284), denominou como as “verticalidades”. Logo, a execução deste processo, é orquestrada localmente e caracterizada pelo que, Santos (2014a, p.284), caracterizou como as: “horizontalidades”. Estes dois arranjos se integram no espaço geográfico delimitado para desenvolver a pesquisa em tela.

Santos (2014a, p. 274), ressalta ainda que: “Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos, ou dinheiro, interessando aos agentes hegemônicos”. Logo, cabe destacar que a fluidez da rede urbana, os fixos, os fluxos comerciais, a reestruturação produtiva do agronegócio, as pequenas e médias cidades, bem como a intensidade da atividade

agroindustrial, logo, o desenvolvimento econômico e regional que compõe os pilares basilares para o entendimento da sociedade e da dinâmica sócio espacial do objeto de estudo delimitado.

O recorte no espaço/tempo do tema escolhido

Vivemos em um tempo, no qual termos como: globalização, mundialização, modernidade e modernização extrapolaram os limites das grandes áreas do saber e compõem o vocabulário das discussões políticas e acadêmicas frequentemente. (CASTILHO, 2010, p.126). Os termos mais recorrentes nas discussões são: globalização e modernização.

Tendo o vocábulo globalização como ponto de partida, Santos, (2013b, p. 45), argumenta que:

A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em “sistema mundo” de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único “mundo” e assiste-se a uma refundição da “totalidade-Terra”.

Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea.

Santos, (2013b, p. 46), diz que: “como qualquer totalidade, a globalização só se exprime por meio de suas funcionalizações”. O espaço geográfico será sempre produzido para satisfazer as necessidades dos agentes hegemônicos. Desta forma, o espaço geográfico, fomenta a globalização. Visando adequar-se aos rumos da globalização, este se acomoda as tendências propostas pelo fenômeno da modernização do território.

Santos, (2008, p.31), define a modernização como: “A generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente”. E, pondera ainda que, cada período específico “é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema”. Cabe destacar ainda, o aspecto de que todo sistema submetido a pressão, pode ocasionar rupturas e conseqüentemente demandar um novo processo de modernização.

Castilho (2010, p.126), argumenta ainda que nos últimos 30 anos: “a modernização tem sido assunto com um crescente número de publicações, tanto no terreno do conhecimento científico como no universo político e nos meios de informação”. A modernização representa a ação do capitalismo através das classes hegemônicas que promovem todo o processo de expansão e territorialização pelos lugares. (CASTILHO, 2017, p.37).

Classes hegemônicas que estão promovendo o processo de expansão e territorialização dos municípios no Noroeste de Minas Gerais. Assim, o recorte espacial selecionado para a realização desta pesquisa, é o município de Unaí (MG), que está inserido também na Mesorregião do Noroeste de Minas, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE – DF), foi contemplado na proposta de ampliação da (RIDE – DF) e compõe a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia.

As Mesorregiões Noroeste e Norte de Minas Gerais, conforme mapa 1 já apresentado, caracterizam-se por fazendas de criação de gado extensivo consolidadas, que passam por processos de modernização agrícola. Sobre modernização agrícola, podemos dizer que ocorreu através de uma ação sobre as formas, (o aspecto visível) do mundo rural.

Santos (2014c, p.190): afirma que:

As formas correntes de ação em áreas rurais ajustam-se neste esquema geral. Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos proprietários de terra para a compra de sementes, fertilizantes, equipamentos etc. e encorajam a comercialização e a administração modernas. Isto é feito sobre o pretexto de ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos e de pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Obviamente, qualquer alteração técnica na agricultura é seguida por uma modificação na propriedade da terra que é, ela própria, uma forma: uma forma jurídica, mas também espacial.

A partir da década de 1970, com programas de desenvolvimento tecnológico agrícola para o Cerrado e mudanças de uso da terra para atender as demandas de mercado nacional e internacional.

A revolução verde, exerceu o papel de seduzir os produtores dos países em desenvolvimento neste período e fomentou certas formas de modernização agrícola (SANTOS, 2014c, p.190).

Diante desse cenário, é necessário discorrer que a modernização agrícola retrata “[...] a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto expansão, alterando o processo produtivo, acarretando diferenciações espaciais nos territórios, territorializando a contradição capital x trabalho [...]” (MENDONÇA, 2004, p.227).

Para estabelecer a modernização agrícola na Região dos Cerrados, Matos e Pêsoa (2014, p.10), destacam que:

O Estado teve participação ativa por meio de incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas, bem como construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. Todos esses fatores possibilitaram a captura das áreas de Cerrado *na* e *para* a dinâmica da expansão capitalista de produção.

Foram as políticas agrícolas que abriram caminho para a expansão do capital na Região dos Cerrados (MENDONÇA, 2004).

Destarte, de acordo com Chaveiro (2008, p.88), a Região dos Cerrados transformou-se no:

Território de grãos, de bois, de agroindústria, e da indústria, o cerrado numa perspectiva economicista, apresenta uma organização do espaço compatível com as contradições que o usou: agora o seu campo é vazio, mas é produtivo; a sua urbanização é acelerada, mas é desigual. Antes de sua modernização, era um território da diferença calcada na sua rica biodiversidade, nas formas variadas de seu relevo, nos diferentes usos do solo, agora suas paisagens são uníssonas, padronizadas, mas ele é um território da desigualdade social.

Matos e Pêsoa (2014, p.22), ressaltam que:

Assim, nas áreas de Cerrado, a territorialização do capital trouxe a mecanização da produção e do território, por meio dos avanços do meio técnico científico-informacional, transformou o processo produtivo e mudou completamente a paisagem, principalmente das áreas de chapadas. Uma paisagem repleta de elementos da ciência, da técnica e da informação, e da reprodução do capital, nas empresas rurais, nas monoculturas de grãos, nas agroindústrias.

Cabe destacar aqui ainda que, até os anos de 1970, a Região dos Cerrados tinha pouca importância no cenário econômico brasileiro. Com a inserção da modernização agrícola, o Cerrado tornou-se o “celeiro do Brasil”. (MATOS e PÊSSOA 2014).

Assim, para a realização da pesquisa será considerado o recorte temporal que se inicia no ano de 1960, momento em que ocorre a transferência da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília.

Miragaya (2010, p. 86), menciona que é através da:

Decisão de se construir Brasília se deu num momento de expressivas transformações na economia brasileira e na sua estrutura de transportes e que marcaram profundamente a trajetória da cidade e de toda a região do Planalto Central. A segunda metade dos anos cinquenta registrou a consolidação da indústria automotiva no País, no início da década. Também nesse período foi fundada a Petrobras e o governo investia pesadamente na exploração de petróleo e, principalmente, na ampliação do parque de refino. A ampliação da frota nacional de automóveis e caminhões e a maior disponibilidade de derivados de petróleo implicavam em mais rodovias. Dessa forma, no mesmo período em que Brasília estava sendo construída, iniciava-se uma considerável expansão da malha rodoviária nacional, tendo o período 1955/65 marcado pela superação do transporte ferroviário pelo rodoviário, com os governos federal e estaduais investindo fortemente na construção e pavimentação de rodovias.

Logo, cabe ressaltar que os acontecimentos apresentados acima, contribuíram para a consolidação da região dos Cerrados, como uma área de apropriação pela agricultura moderna e que faz parte de um processo de desenvolvimento de programas promovidos pelo Estado. Como foi o caso do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Que segundo Vicentini (2016, p.23): “este programa distinguiu-se dos demais por sua natureza tipicamente setorial: não visou extrapolar metas econômicas e estruturou-se em atividades básicas, tais como: dotação de infraestrutura, pesquisa agropecuária e concessão de créditos”. É também a partir deste momento, que ocorre por meio de incentivos fiscais, subsídios, apoio à ciência e tecnologia e investimentos em infraestrutura as inúmeras modificações espaciais nesta região.

A região passa então a partir deste período, por grandes transformações sócio espaciais, já que o objetivo dos programas é a otimização da produção a fim de atender demandas do mercado internacional, requerendo para isso uma reconfiguração do espaço no que tange as estruturas, formas, funções e processos.

SEÇÃO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O PERCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DA DISSERTAÇÃO, ALÉM DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO REGIONALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO DO BIOMA CERRADO, HIDROGRAFIA, OS USOS TERRITORIAIS, CONFLITOS E USOS DOS TERMOS.

SEÇÃO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O PERCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DA DISSERTAÇÃO, ALÉM DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO REGIONALIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO DO BIOMA CERRADO, HIDROGRAFIA, OS USOS TERRITORIAIS, CONFLITOS E USOS DOS TERMOS.

Esta seção tem como objetivo, expor os passos metodológicos definidos para o desenvolvimento desta pesquisa e também, apresentar o processo de urbanização, regionalização e também elementos referentes ao bioma Cerrado tais como: a caracterização, a região hidrográfica do São Francisco, os usos territoriais, os conflitos presentes e a utilização dos termos empregados no trabalho.

1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

1.1 Justificativa do tema

Com a atual demanda exigida por áreas agricultáveis reivindicadas no Brasil, principalmente após dois fatos: o primeiro foi a inauguração de Brasília no ano de 1960 e o segundo trata-se do fenômeno da revolução verde iniciada na década de 1970.

Estes acontecimentos promoveram uma maior procura por espaços para o desenvolvimento da atividade agrícola o que posteriormente fomentou o desenvolvimento das Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA), (Elias 2016) no território brasileiro.

Atualmente se faz presente no Noroeste do estado de Minas Gerais, conseqüentemente, várias cidades estão surgindo e com elas as discussões têm sido cada vez mais acaloradas no meio acadêmico sobre os usos, funções e a busca constante por terras que possam ser apropriadas pelas grandes corporações ligadas ao agronegócio.

Desde a chegada e evolução da humanidade é impossível pensar em geografia e não a relacionar com o espaço à sua volta. Apesar de a geografia, como ciência, ser algo relativamente recente, na sua concepção surgem princípios e categorias que acompanham a evolução da humanidade ao longo dos tempos até os dias atuais.

Desta forma, a geografia sempre procurou entender a relação que o meio exerce sobre o homem, realizando as mais diversas descrições sobre o espaço.

Segundo A.C. da Silva (1986, pp. 28-29) apud Santos (2012, p.77): “as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, *habitat*, paisagem e população, que definem o objeto da geografia em seu relacionamento”. De todas, o espaço inclui as demais categorias de análise que estão presentes nesta pesquisa, como: o território, a região, a área, a população, os fluxos e os fixos. Além da relação campo-cidade tão latente no trabalho do geógrafo.

A justificativa para esse estudo pauta-se por discutir essa evolução, explorando a influência regional como área de estudo por possuir um grande potencial de atração de fluxos de capital e pessoas, por estar inserida em uma área denominada de Região Produtiva do Agronegócio (RPA) o que gera a centralidade urbana, favorece a criação e o desenvolvimento das cidades do agronegócio. São os fluxos gerados por essa atividade e os fixos que agem como elemento homogeneizador do caráter regional das RPA. Pelo fato de a atividade sustentar e maximizar a economia dos municípios e articular a relação campo-cidade. Tal situação é perceptível no espaço geográfico com a evolução do processo de ocupação urbana nas pequenas e médias cidades.

Tal realidade também é possível verificar no noroeste mineiro onde será estudado da seguinte maneira: Como ocorre a evolução do processo de produção do espaço? E, quais são os agentes geográficos presentes e que atuam no território deste município?

É essencial também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, já que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais.

Santos (2014a, p.63), ratifica que, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Logo, podemos perceber no espaço geográfico os fixos que estão instalados atuam como sistemas de objetos que são essenciais para que os fluxos ocorram agindo como sistemas de ações.

Desta forma, a motivação para o desenvolvimento desta pesquisa sobre a centralidade de Unaí – MG, sendo este recorte regional o objeto de estudo que abarca

a influência dos campos da Geografia Regional, Agrária e Urbana no que tange a afetar direta ou indiretamente o noroeste mineiro. Segundo (BEZZI, 2004. p.23):

A região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais. Portanto, a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.

A categoria região apresentada neste estudo tem o papel de favorecer a compreensão sobre região produtiva e a cidade do agronegócio que se delineiam a partir do conceito de região. Essas evoluções são impossíveis de serem abordadas se não discorrer primeiramente sobre o conceito de região que servirá de sustentáculo para o desenvolvimento deste estudo, assim como, outros elementos que compõem a busca pela leitura dos fenômenos que ocorrem no objeto de estudo delimitado.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar a centralidade municipal de Unaí (MG) e o seu papel articulador e fornecedor na troca de bens, produtos e serviços na Região Produtiva do Agronegócio (RPA) do Vale do Urucuia, Noroeste mineiro.

2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar a Sub – bacia Hidrográfica do Rio Urucuia: composição municipal, caracterização socioambiental da área, os usos e os territórios produtivos, os impactos associados e os principais conflitos de interesse;
- b) Investigar se o Vale do Rio Urucuia, configura-se como uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA) e
- c) Identificar o papel de Unaí (MG) e a sua centralidade no processo de articulação e consolidação junto aos demais municípios discutindo os fixos, os fluxos e os processos que configura e dá unidade a região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

2.3 Problematização do tema

A ciência geográfica desde a sua concepção, tem no espaço geográfico o recorte espacial, que permite analisar as inter-relações que se estabelecem entre diferentes grupos humanos, ao longo do tempo, e em determinado espaço.

Segundo Santos (2009), o espaço geográfico é considerado como uma porção bem delimitada do território é tanto o teatro das ações da sociedade local como das influências externas e até mesmo estrangeiras, cujo peso nem sempre é perceptível à primeira vista. É todo o problema da influência dos fatores da “macrodecisão” – os Estados e as grandes firmas -, cujas forças dependem da escala espacial própria de cada um, mas que exercem uma influência certa na distribuição dos homens, dos equipamentos e das atividades no território.

No tocante a discussão em tela, cabe problematizar e discorrer sobre os aspectos inerentes ao município de Unaí – MG, localizado no noroeste mineiro e todo o seu raio de influência, uma vez que, este território se relaciona a vários municípios da região do Vale do Rio Urucuia e que também fazem parte da mesorregião do noroeste de Minas Gerais. Tais como: Arinos, Buritis, Cabeceiras, Cabeceiras Grande, Uruana de Minas, Riachinho e outros que serão levantados através desta pesquisa. Em tal contexto, verifica-se uma relação de centralidade urbana⁴ o que gera uma relação de dependência dos equipamentos públicos e das atividades de serviço e comércio tais como: lojas, restaurantes, agências bancárias e até mesmo agência dos Correios e os Cartórios.

Tendo em vista o cenário apresentado, buscamos investigar de forma plausível a dinâmica da relação campo-cidade procurando sempre identificar os agentes produtores do espaço, os fixos, os fluxos, bem como as principais transformações econômicas, políticas e sociais que impactam diretamente a região escolhida para o desenvolvimento desta dissertação.

⁴ De acordo com LABASSE (1970,p.11) *apud* SPOSITO (2001b,p.238), “a centralidade não é outra coisa que a aptidão da cidade para impulsionar os fluxos de troca de mercadorias, de serviços e de ideias”.

2.4 Hipótese de pesquisa

Nesta pesquisa, parte-se da premissa de que Unaí (MG) é uma cidade média cuja a centralidade urbana regional articula o fornecimento e a troca de bens, serviços e produtos no Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

2.5 Método e Metodologia

A definição desta etapa favorece o planejamento dos passos a serem seguidos pelo pesquisador na obtenção de estratégias acerca da teorização em proposição, vê-se a necessidade de uma previa reflexão entre método, metodologia de pesquisa e o posicionamento a ser tomado pelo mestrando em relação ao emprego do método científico que mais se adeque a sua pesquisa.

Para Lakatos & Marconi (2007, p. 83):

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Severiano (2007), explicita o método nesses termos: “Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”. Após essa breve exposição dos conceitos acima, pode-se chegar à conclusão que o método científico é composto da junção entre o campo cognitivo e ações investigativas, que por meio de práticas sistematizadas almejam a comprovação das hipóteses, tendo no resultando a suposta verdade almejada.

A metodologia escolhida para a realização deste estudo foi a pesquisa quantitativa, realizada por meio da análise e comparação de dados do PIB municipal, PIB agrícola municipal, censo populacional e pesquisa agrícola municipal) e qualitativa que ocorreu através de: levantamentos bibliográficos em obras impressas e eletrônicas, entre elas: artigos científicos, bases de dados, dissertações, teses, enciclopédias, livros, sítios eletrônicos e pesquisas de campo), na qual o autor trata os dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, considerando os aspectos relevantes levantados pelos seus respectivos autores.

Nesse tipo de pesquisa não há preocupação com a representação numérica, mas sim, seu foco está no caráter subjetivo da análise em questão, ou seja, é um estudo das particularidades de um grupo social, de uma organização, entre outros para uma compreensão mais ampla e profunda. Essa metodologia não permite que o pesquisador faça uso de julgamentos, opiniões ou crenças, no intuito de não corromper a pesquisa. (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A pesquisa qualitativa possui, como etapa importante do trabalho a ser realizado. Cabe destacar que a pesquisa qualitativa é desenvolvida segundo Minayo (2002, p. 21-22), com “um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Esta metodologia foi aplicada primeiramente nos estudos da Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação.

A pesquisa qualitativa é criticada principalmente por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2002, p. 24). A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo os autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra, por meio do trabalho intensivo de campo. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, etc. Todos os dados da realidade são importantes.

Convém ressaltar que, desta forma o geógrafo em sua prática conta com sua vivência explorando a sua experiência e inúmeras vezes o espaço do cotidiano para favorecer no seu aprendizado e aplicar na pesquisa desejada. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo, analisar o papel e a centralidade que a cidade de Unaí (MG), exerce na rede urbana composta por pequenas cidades através do fornecimento de bens, produtos e serviços para Região Produtiva do Agronegócio (RPA), estabelecida no noroeste mineiro recorte territorial denominado de Vale do Urucuia. Identificando suas funcionalidades e também a sua região de influência.

Cabe destacar que, para a execução de tal metodologia foram realizados: levantamentos bibliográficos em obras impressas e eletrônicas, entre eles: periódicos científicos, bases de dados, dissertações, teses, repositórios, livros e sítios eletrônicos.

As bases de dados utilizadas de acordo com a metodologia proposta foram: Scientific Electronic Library (SciELO) e Google Acadêmico. Além das bases de dados institucionais: como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, SIDRA), Pesquisa Agrícola Municipal (PAM, IBGE), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Instituto de Gestão das Águas Mineiro (IGAM), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais e também foi utilizada a combinação de descritores controlados, aqueles estruturados e organizados para facilitar o acesso as informações cadastradas.

Os artigos e pesquisas selecionadas para a fundamentação teórica desta dissertação, resultaram da utilização de palavras-chave que convirjam com a problemática equacionada ao longo de toda a investigação. Os principais descritores utilizados foram: Centralidade, Rede Urbana, Pequenas Cidades, Cidades Médias, Hierarquia Urbana, Sistema de Cidades, Geografia Urbana, Interações Espaciais, Região, Território, Espaço e Espaço Geográfico.

No intuito de viabilizar a compreensão de fatos e processos tratados no decorrer da pesquisa, além dos registros iconográficos que as saídas de campo possibilitaram realizar, buscamos ainda a utilização de outros elementos como: à elaboração de mapas, gráficos, quadros e tabelas. Utilizamos estes recursos, procurando sistematizar dados colhidos, bem como ilustrar e espacializar as questões debatidas, seja em âmbito local, estadual e regional, sempre diligenciando a leitura e entendimento sobre o objeto de estudo em tela.

2.6 Pesquisa e/ou trabalho de campo: uma estratégia essencial para os estudos geográficos

É por meio da escolha e uso desta estratégia de pesquisa que, concerne ao geógrafo identificar, descrever e explicar os fenômenos no qual o objeto de estudo foi proposto, interligando as categorias de análise e os elementos que compõe o espaço geográfico.

De Souza e Pêsoa, (2013, p.173), dizem que:

As questões referentes ao método de interpretação da realidade e à metodologia do trabalho científico têm sido, nas últimas décadas, pouco valorizadas no âmbito das ciências humanas. Especificamente na pesquisa em geografia, raros têm sido os trabalhos em que a reflexão filosófica, os procedimentos metodológicos e as técnicas de investigação recebem tratamento equivalente à importância dada ao resultado do trabalho científico.

O pesquisador, inúmeras vezes, opta por realizar o trabalho de campo o mais rápido possível, para se livrar logo do problema e obter a resposta que deseja alcançar em seu estudo. Esta atitude, não garante a devida seriedade que uma pesquisa de campo focada na elaboração de um trabalho científico de geografia humana exige (DE SOUZA E PÊSSOA, 2013, p.176).

Logo, cabe ao geógrafo, a preocupação de dar a devida atenção aos procedimentos metodológicos, pois, compete a ele, o fato de que “saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas” (LACOSTE, 2006, p. 91). O objeto de estudo, deve ser investigado em detalhes, sempre buscando compreender as interações espaciais que ocorrem num dado território.

Corrêa (2012, p. 279), destaca que as interações espaciais:

Constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.

Desta forma, é essencial ressaltar que o trabalho de campo é uma ferramenta indissociável dos estudos geográficos.

Isto posto, Suertegaray (2009, p.66), corrobora com a discussão ao dizer que:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos.

Consequentemente, as manifestações elementares da vida, as formas de trabalho, de deslocamentos entre as cidades, de *habitat*, os fluxos, os costumes, os hábitos e os valores, observados em campo, são consideradas como sinais das interações entre a sociedade e o meio.

Portanto, cabe ainda afirmar, que segundo De Souza e Pêsoa, (2013, p.176), o trabalho de campo:

Deve ser considerado, acima de tudo, um processo, e não uma simples busca por informações e dados sobre a realidade que se deseja investigar. As contradições encerradas em cada território não serão prontamente reveladas nas respostas e nos dados coletados; serão reveladas apenas por meio de uma aproximação com a complexidade territorial, o que requer uma vivência partilhada com os sujeitos da pesquisa em seu próprio terreno. Esta é a forma segundo a qual entendemos ser apropriada a inserção no território investigado. Devemos, portanto, trazer conosco não só os fatores subjetivos de nossa formação pessoal e política, como também a base teórica que direciona a pesquisa, buscando imergir no contraditório contexto representado por cada território.

Kayser, alega que: “qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno” (2006, p.94). Diante disto, para o desenvolvimento desta dissertação, foram realizados três trabalhos de campo em Unaí, e também em outros municípios do Noroeste mineiro.

Os trabalhos de campo foram realizados conforme apresentado no quadro 01, com o intuito de conhecer a realidade, a área rural, a infraestrutura urbana, coletar informações, fazer registros iconográficos e compreender como ocorrem as interações espaciais entre os municípios da mesorregião do Noroeste do Estado de Minas Gerais.

Quadro 01 – Trabalhos de campo realizados no Noroeste mineiro

Municípios do Noroeste Mineiro	Período	Ano
Unaí	09 de abril	2022
Unaí e Buritis	02 a 05 de julho	2022
Arinos, Cabeceira Grande, Uruana de Minas, (Distrito de Guarapuava) e Unaí	05 a 08 de abril	2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Através da relação empírica com o objeto de estudo pelo geógrafo, fica evidente o que afirma, Costa e Scarlato, (2019, p.648), sobre o trabalho de campo em que este:

É o início, o meio, o fim e o reinício da pesquisa geográfica; é o laboratório dos geógrafos que avaliam (e produzem) representações espaciais, que propõem teorias. O trabalho de campo (pela didática e pela pesquisa) revela a singularidade geográfica, que tem como síntese a dialética: revisão de conceitos espaciais ↔ análise de dados espaciais; interpretação de representações mentais do espaço ↔ formulação de esquemas interpretativos do espaço; explicação da situação espacial ↔ abordagem geral ou totalizante do espaço. (Costa e Scarlato, 2019, p.648, tradução nossa).⁵

Para Claval (2013), é no campo que, “o geógrafo mostra sua capacidade intelectual e subjetiva (intuição, sensibilidade, gosto, estética, a diferenciação qualitativa do mundo)”. O trabalho de campo e a observação são oportunidades para legitimarmos as teorias e descobrir novos fenômenos não contemplados por elas, para então revisar o embasamento teórico. Mas, encontrar novos fenômenos, para os quais as teorias conduzem ao campo, nunca obriga a uma negação teórica plena, pelo contrário, nos exige a elaboração de novas teorias, com base na realidade empírica, na realidade concreta e na teoria previamente comprovada.

Assim, é mediante a pesquisa e/ou trabalho de campo que, as interações são identificadas, captadas, analisadas e discutidas por meio da assimilação que ocorre através da imbricação entre teoria e prática, sempre buscando atingir o objetivo proposto pelo pesquisador. Ressalto ainda que, todo o tempo investido em campo, foi de suma importância para elaboração e desenvolvimento desta dissertação.

2.7 Organização e Reflexão de algumas categorias e conceitos que norteiam esse estudo.

De acordo com Corrêa (2003b): a Geografia como ciência social possui em seu arcabouço um conjunto de categorias que expressam sua identidade, ao discutir a ação humana no ato de modelar a superfície terrestre. Em consideração a isso, essa dissertação está baseada nas seguintes categorias de análise da Ciência Geográfica:

⁵ No original: *El trabajo de campo es comienzo, medio, fin y reinicio de la investigación geográfica; es el laboratorio de los geógrafos que evalúan (y producen) representaciones espaciales, que proponen teorías. El trabajo de campo (por la didáctica e investigación) revela la singularidad geográfica, que tiene como síntesis las dialécticas: revisión de conceptos espaciales ↔ análisis de datos espaciales; interpretación de representaciones mentales del espacio ↔ formulación de esquemas interpretativos del espacio; explicación de la situación espacial ↔ abordaje general o totalizante del espacio.*

Espaço: Santos (1994) define epistemologicamente o espaço da seguinte forma:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho.

Espaço Geográfico: É visto como produtor da sociedade, em uma dialética que exprime um diálogo constante entre a sociedade e o próprio espaço, produto e paralelamente produtor das relações sociais. O homem constrói o espaço geográfico e ao mesmo tempo é reflexo deste mesmo espaço, assinalando na paisagem vestígios de um passado modelado por este relacionamento dialético, aproximando a temporalidade e a espacialidade.

Região: Na evolução do conceito de região sabe-se que a contribuição da corrente positivista para o estudo do mesmo foi muito significativa, culminando com o conceito de região natural (em que somente o ambiente e as condições físicas seriam capazes de explicar o todo) e região geográfica (nas quais ocorre e se reproduz a ação humana, com sua cultura, suas atividades, sua economia. E onde o recorte espacial deverá expressar as características peculiares do trabalho humano).

Segundo Lencioni (2009), o objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos. São essas peculiaridades que definem a região, no sentido verdadeiramente geográfico, priorizando, na dualidade homem versus natureza, a ação transformadora dos homens.

Centralidade: De acordo com Sposito (1991, p. 120), “diz respeito aos fluxos, à fluidez, ou seja, é a expressão da dinâmica da definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade”. Desta forma, às áreas de atração de fluxo, que concentram fatores econômicos, sociais e culturais, que se tornam a força da rede urbana das pequenas e médias cidades.

Rede Urbana: Discutir as interações espaciais através da hierarquia urbana e das relações que ocorrem entre as cidades e até mesmo com a região é uma

abordagem essencial para os estudos geográficos, principalmente, no que tange a compreensão das relações complexas que ocorrem em uma rede urbana. Corrêa, (2015, p. 37-38), estabelece que:

A rede urbana é uma forma espacial, isto é, uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território, envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades. Como forma espacial, seu conhecimento não pode prescindir daquele relativo à estrutura, ao processo e função e às articulações entre essas categorias de análise da totalidade social, como lembra Santos. De fato, é através da forma que a função se realiza, no caso tratando-se de funções urbanas. Por sua vez, estas derivam dos processos que são o de criação, apropriação e circulação do valor excedente e que assumem características próprias à estrutura do capitalismo.

É através da rede urbana, que se estabelecem as pequenas e médias cidades no território brasileiro. De acordo com os dados das estimativas de população, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 5.571 municípios brasileiros, 4.883 contam com uma população de até 50 mil habitantes (IBGE, 2021). Logo, percebemos uma predominância das pequenas cidades na rede urbana brasileira.

Santos, (1979, p.69-70), aponta que:

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram em diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização.

O estudo das pequenas cidades muitas vezes é desprestigiado pela comunidade acadêmica, pois há uma preferência pela análise dos fenômenos nas metrópoles e também pelas cidades médias.

Sobre as cidades médias, segundo as estimativas de população, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 5.571 municípios brasileiros, 274 contam com uma população entre 100 e 500 mil habitantes (IBGE, 2021). Devido a esse critério menos de 5% dos municípios podem ser considerados como cidades médias ou podem ser denominadas como cidades de porte médio, no território brasileiro.

Sposito (2006a, p.175), estabelece a diferenciação entre as noções de cidades médias e cidades de porte médio:

A utilização dessas duas noções e de seus parâmetros, no Brasil, o que se denomina como “cidades de porte médio” são aquelas que têm entre 50 mil

e 500 mil habitantes. Porém, nem todas as “cidades de porte médio” são de fato, cidades médias, pois para serem assim conceituadas há que se verificar mais elementos que os indicadores demográficos e se analisar a magnitude e diversidade dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana. Assim, atribui-se a denominação de “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito da rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano.

Assim percebemos que, quando abordamos as cidades de porte médio e debatemos sobre as cidades médias não estamos tratando do mesmo elemento dentro de uma rede urbana.

Diante disso, fica evidente que classificar as cidades como médias a partir apenas dos critérios relacionados ao elemento demográfico é insatisfatório (SPOSITO, 2006a). O critério demográfico deve servir como o primeiro elemento de aproximação para a compreensão das cidades que compõem a hierarquia urbana brasileira. Bessa (2005, p. 272), corrobora com a discussão ao complementar que:

Ao critério demográfico, devem-se somar aspectos como nível de funcionalidade urbana, especialização ou diversificação das atividades econômicas, natureza, intensidade e periodicidade das relações espaciais, o papel como centros de gestão do território e o arranjo espacial das hinterlândias que comandam, assim como se deve examinar a gênese e a evolução do contexto socioespacial no qual estão inseridas essas cidades. As cidades médias brasileiras apresentam também destacado desenvolvimento econômico.

Devemos levar o critério demográfico em consideração, porém outros elementos qualitativos devem ser apontados para classificar as cidades, como cidades médias. Esses elementos qualitativos são de acordo com Sposito, (2001a): a situação geográfica favorável, relevância regional, distanciamento das áreas metropolitanas e oferta de bens, serviços e empregos constituem alguns dos critérios que contribuem para a definição do que seja uma cidade média.

Desta forma, Costa (2002, p.109), coopera ao expor que:

As dificuldades em definir as cidades médias com base em critérios demográficos e funcionais estão associadas a vários factores sobre os quais importa reflectir. Por um lado, depende do grau de urbanização e do sistema de povoamento, por outro, depende do próprio conceito de urbano. Factores como as diferenças na organização político-administrativa e o nível de desenvolvimento económico e social de cada país ou região são igualmente importantes, permitindo relevar a necessidade de compreender as diferenças e os contextos regionais em que se inserem as cidades.

Neste sentido Sposito, (2010a, p.06), estabelece que:

As cidades médias são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise, pois como já destacado, existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos.

Portanto, por meio dos estudos de Sposito (2004, p.126), fica evidente que “as cidades médias são centros regionais pelo fato de que exercem a função de interligar as cidades maiores e menores”. Desta forma a geógrafa complementa ainda que:

O que se compreende como cidades médias só podem ser consideradas no plano conceitual e a partir de uma análise que contemple a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constituem, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Os papéis econômicos aqui destacados são mais aqueles referentes às atividades comerciais e de serviços do que propriamente as industriais. (SPOSITO, 2004, p. 127).

Em conformidade com o exposto, percebe-se o destaque dado, a necessidade de centralidade que deve ocorrer nas interações espaciais entre as cidades menores, com a cidade maior. A cidade maior, estabelece a posição de centro regional devido aos vínculos instituídos e a sua influência no que tange a busca por bens, produtos e serviços, bem como a disponibilidade dos mesmos para a população.

Desta maneira, a cidade média pode ser considerada o local no qual os habitantes das pequenas cidades recorrem no momento em que se identifica a necessidade de bens, produtos ou serviços que não são encontrados em sua cidade (SPOSITO, 2001). São as cidades médias, que atendem as necessidades dos 4.883 municípios, movimentando um vultuoso fluxo de bens, mercadorias e serviços dentro rede urbana brasileira.

3 URBANIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

3.1 O Processo de Urbanização

A geografia é uma ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou seja, procura compreender como ocorrem as dinâmicas e processos que interferem na produção e organização espacial. Os elementos e fatores econômicos são peças importantes nessa análise acerca do espaço geográfico, pois determina o ritmo do uso do solo, os fixos, os fluxos comerciais ou intensidade da atividade

industrial, assim, o desenvolvimento econômico e regional compõe os pilares basilares para o entendimento da sociedade e da dinâmica espacial do objeto de estudo delimitado.

Para Brenner (2013): O urbano é uma construção abstrata teórica. O urbano não é um local, espaço ou objeto pré-estabelecido; sua demarcação como zona de pensamento, representação, imaginação ou ação (Martindale 1958; Abu-Lughod 1969; Castells 1977). Essas abstrações condicionaram a maneira na qual busquei esculpir esse objeto de estudo bem como, as propriedades que devem ser consideradas nos objetos particulares.

Assim, para iniciar a discussão sobre o processo de urbanização, é preciso primeiramente expor o conceito de espaço urbano, que para Corrêa (2003a, p.09) ele é “articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas”. Como consequência, o espaço urbano capitalista atua como um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Santos (2014a, p.36), atesta para a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia, quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da ideia de sistema de tempo”, ou ainda, que os elementos do espaço variam de acordo com cada momento da história seja ela na escala local, regional, nacional ou até mesmo mundial. Assim, cabe a nós geógrafos compreendermos o espaço urbano por meio da localização dos elementos constituintes no território bem com o fluxo de informações, capital e mercadorias que ali ocorrem, desde a sua origem.

Segundo Damiani (2017, p.12), foi:

No final do século XVIII e início do século XIX, vivia-se na Inglaterra, o desenvolvimento da grande maquinaria, substituindo a manufatura; alguns o denominam de industrialismo. Desencadeia-se uma revolução no meio de trabalho, com o surgimento de um sistema de máquinas organizado na fábrica.

O fenômeno de urbanização está diretamente ligado ao crescimento industrial ocorrido no séc. XIX. Em 1800, a população mundial era de aproximadamente 1 bilhão de habitantes.

De acordo com Damiani (2017, p.31):

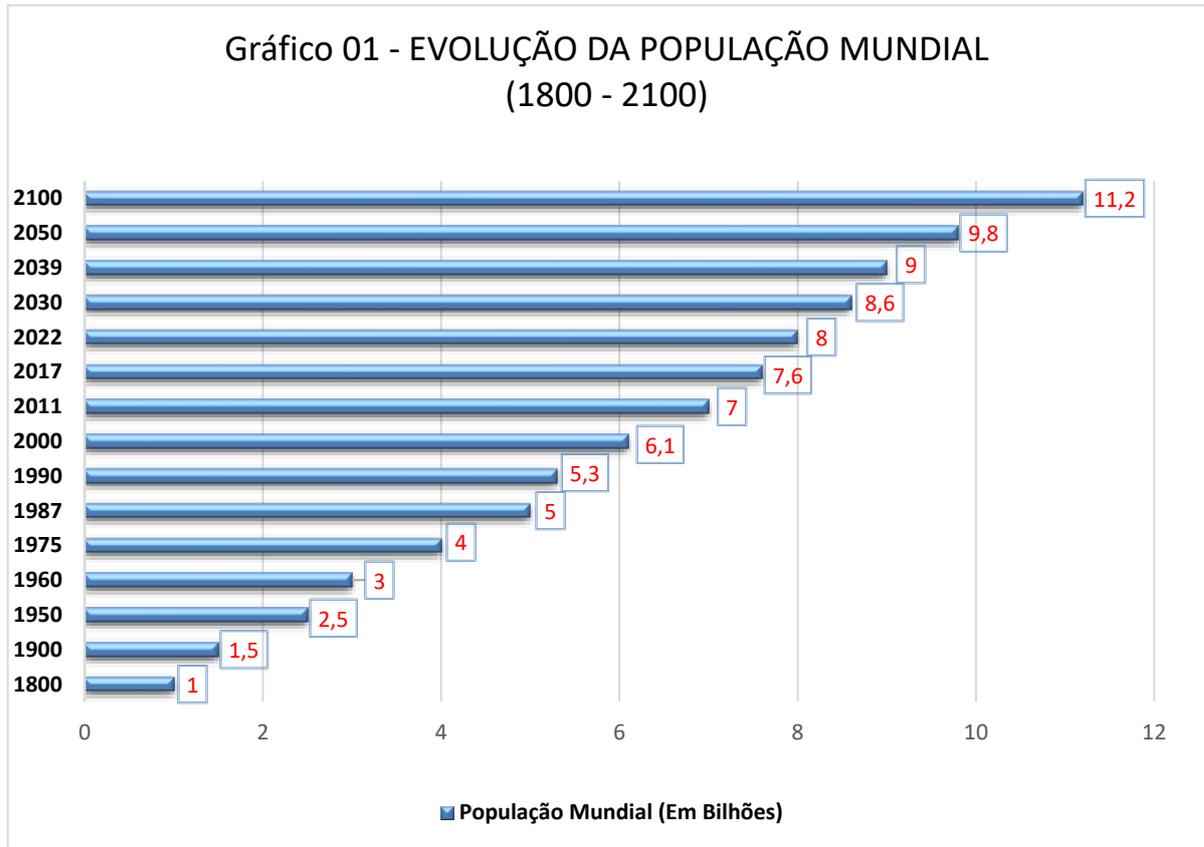
A revolução agrária, iniciada no século XVIII, com mudanças no padrão fundiário, na rotatividade de plantio, nas tecnologias de insumos agrícolas e de transportes, minimizou as falhas da colheita, embora dispensasse maciçamente os trabalhadores rurais, que se dirigiram para as cidades.

Diante deste cenário a população mundial saltou para 1,5 bilhão em 1900. O processo de industrialização fomentou o êxodo rural e ganhou grande ímpeto a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

O aumento da produção industrial e a demanda dessa indústria por mão de obra qualificada, provocaram um crescimento da população nas cidades acelerando o processo de urbanização nos centros industriais. Passados mais cem anos, no final do século XX, exatamente nos anos 2000, a população já tinha atingido a espantosa cifra de 6 bilhões de habitantes – aumentou quatro vezes em um século (ONU, 2021).

Em 31 de outubro de 2011, nos tornamos 7 bilhões de seres humanos no globo terrestre e o avanço populacional não estagnou neste momento. Conforme os dados recentes divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 15 de novembro de 2022, atingimos a marca histórica dos 8 bilhões de habitantes no mundo. Uma nova projeção foi realizada pela (ONU), sendo possível aferir que em 2039, seremos 9 bilhões e no ano 2100 o planeta poderá ter atingido a marca de 11,2 bilhões de pessoas no planeta Terra, conforme apresentado no gráfico 01.

Ainda assim, é oportuno ressaltar que, o crescimento populacional global não é constante e apresenta oscilações ao longo do tempo, que ocorrem conforme os aspectos ambientais socioeconômicos e culturais das peculiares realidades presentes no espaço geográfico.



Fonte: Dados organizados pelo autor (2022), com base nas informações do Relatório Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2022 (ONU,2022). Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 10/12/2022.

O capitalismo industrial usou a mão de obra especializada, já existente nas cidades pré-industriais (ferreiros, artesãos e tecelões), mas também trouxe o camponês para as cidades. Lefebvre (2001, p. 11) diz que “[...] onde a mão de obra era necessária ao atendimento da indústria e nesse processo de migração a urbanização se intensificou”. Nem todo o processo de urbanização está diretamente ligado à industrialização, Atenas é um exemplo, no qual o capital gerado pela especulação da terra, foi investindo em obras que por sua vez atraem migrantes, que exigem espaço para habitação, fomentando a especulação da terra, em um circuito de prosperidade fictícia, insustentável a longo prazo.

É sabido que o processo de urbanização ocasiona uma maior dependência da cidade em relação ao campo no tocante à necessidade de alimentos e matérias-primas agrícolas o que conduz os países a um processo de reestruturação territorial.

3.2 A Urbanização no Brasil

O Brasil foi durante muitos séculos um conjunto de “ilhas” que se desenvolviam com lógicas próprias, e cada um destes territórios possuíam seus polos de destaque, porém eles não se relacionavam ao ponto de gerar uma interdependência (SANTOS, 2013a, p. 29). A figura 01, ratifica aquilo que Milton Santos afirma, sobre a demora no processo de integração nacional do Brasil.

É apenas em meados do século XX que o Brasil deixa de ser um país essencialmente agrário para se tornar um país predominantemente urbano e ultrapassou a chamada urbanização seletiva que permeava o país desde a sua fundação. Nesse modelo se privilegiava a urbanização em regiões litorâneas do nosso país.

Para Santos (2013a), a urbanização brasileira se avoluma desde a terceira década do século passado. Nesse contexto, até mesmo grande parte da residência dos trabalhadores rurais é urbana.

Sposito (1988, p.70) ratifica que:

Há, de fato, um crescimento urbano acelerado, devido ao aumento das taxas de crescimento natural (pela diminuição do índice de mortalidade) e à migração rural-urbana (pelas questões estruturais vividas no campo, como o processo de concentração fundiária). Contudo, este crescimento manifesta-se na formação de uma rede urbana, marcada por uma superconcentração populacional e de investimentos capitalistas nos maiores aglomerados urbanos.

A partir de meados do século passado, a urbanização se ampliou numa velocidade jamais vista, fazendo com que um enorme contingente populacional se deslocasse para as grandes e médias cidades.

Mesmo áreas essencialmente rurais se apropriaram de modos de vida assumidamente urbanos, marcados pela mecanização da agricultura, alta profissionalização de alguns segmentos dos trabalhadores do campo, dependência para com a cidade e utilização de vários serviços ali presente.

A cidade torna-se, nesse contexto, expressão máxima do processo de urbanização, sendo o que Carlos (2009, p.46), chama de: “meio de consumo coletivo (bens e serviços) para reprodução da vida dos homens”. Em meados da década de 1950, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o país passa

por um crescimento econômico vertiginoso devido aos maciços investimentos nos setores de transporte, energia, na indústria de base, na indústria automobilística e com a chamada substituição de importações.

Vidal (2009, p. 188), destaca que o “Programa de Metas” proposto pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, é extremamente concreto:

Articula-se em torno de trinta objetivos específicos, distribuídos em cinco setores de base que, convenientemente estimulados, poderiam sustentar o crescimento do Brasil: o setor de energia (objetivos 1 a 5); dos transportes (objetivos 6 a 12); da produção alimentícia e agrícola (objetivos 13 a 18); das indústrias de base (objetivos 19 a 29); da educação ao desenvolvimento (objetivo 30). Trata-se ora de objetivos quantitativos, ora de uma lista de prioridades econômicas, definidos em função da implantação de uma indústria de base na totalidade do território. Esse programa fica assim definido para um Brasil industrial e urbano.

Tais mudanças estavam previstas no famoso Plano de Metas que preconizava o desenvolvimento industrial do país através da entrada de capital estrangeiro, especialmente com a indústria automobilística, para o desenvolvimento social e econômico da nação. Essas mudanças foram responsáveis pela consolidação do fenômeno da urbanização brasileira e também da busca pela integração nacional.

Embora a indústria do país tenha crescido vertiginosamente nesse período, houve concentração industrial na região já estabelecida economicamente, o Sudeste, que recebia grande contingente populacional de todo o país, especialmente do Nordeste.

Contudo, grande parte do território nacional permanecia praticamente intocado, essencialmente agrário, representando, para o imaginário da época, o atraso do país.

Oliveira, J. (1962, p.46-47), declara que:

A caracterização do Brasil como país essencialmente agrícola já não se ajustava mais à nossa verdade econômica [...], a ponto de inquietar alguns observadores. Não obstante a opinião desses estudiosos, meu Governo não ia ver naquele desequilíbrio uma ameaça ao desenvolvimento harmônico do país. O processo de industrialização pareceu-lhes artificial porque estavam imbuídos de pontos de vista que não vacilei em qualificar de pessimistas e até desfavoráveis ao progresso nacional. Se uma tradição secular definia o Brasil como fornecedor de matérias-primas, era dever de seus cidadãos envidar esforços para modificar essa situação de inferioridade. Éramos produtores de bens primários, não, porém por imodificável vocação hereditária.

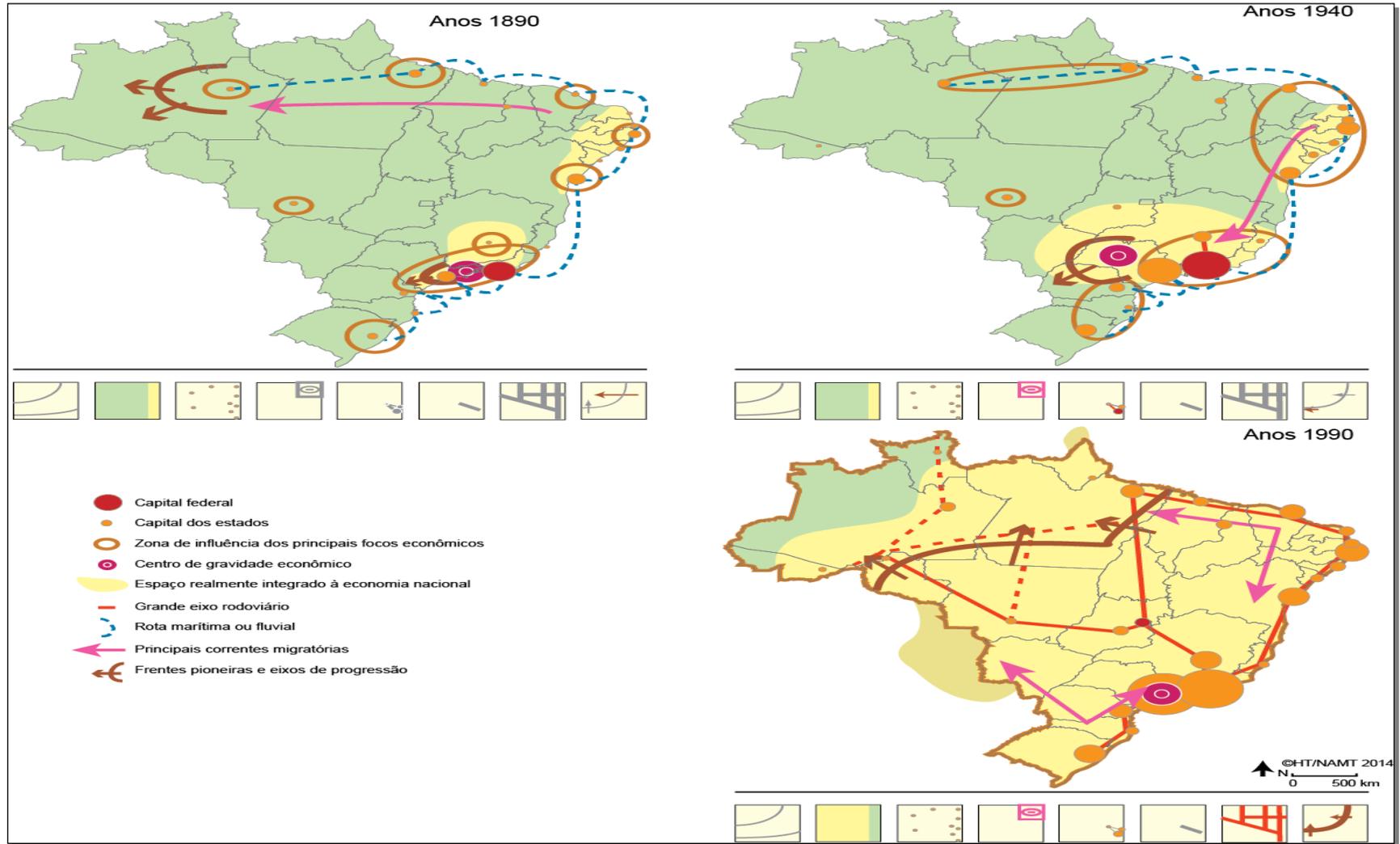
Logo, cabe destacar que, havia a necessidade de integração do território nacional para expansão das atividades industriais.

Ao longo dos anos de 1940 e 1990, conforme será demonstrado na figura 01, temos a mudança do perfil da população, nas regiões brasileiras, de rural para urbana. Lefebvre (2001, p. 17) afirma que “[...] A cidade não precisava do camponês, mas ele foi assim mesmo”. No Brasil a urbanização toma impulso com a ruptura de antigas estruturas agrárias, o que levou a maior parte da população, que à época vivia no campo, a migrar para a cidade em busca de meios de subsistência, provocando um processo de urbanização precário, com cidades cercadas por favelas.

Desta forma, Lefebvre (2000, p. 46), afirma que: “As forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar – na produção do espaço”. Logo, a contradição fundante na produção espacial urbana, desdobra-se na divergência entre a produção de um espaço orientado pelas necessidades econômicas e políticas, e conseqüentemente ocasiona a reprodução do espaço enquanto condição, meio é o produto da reprodução da vida social.

Ao longo das próximas décadas o nosso país se consolidará como urbano embora o campo continue desenvolvendo atividades de suma importância econômica para o incremento do nosso Produto Interno Bruto (PIB), o que ocorre até os dias atuais.

FIGURA 01 – Do arquipélago ao continente (anos 1890, 1940 e 1990)



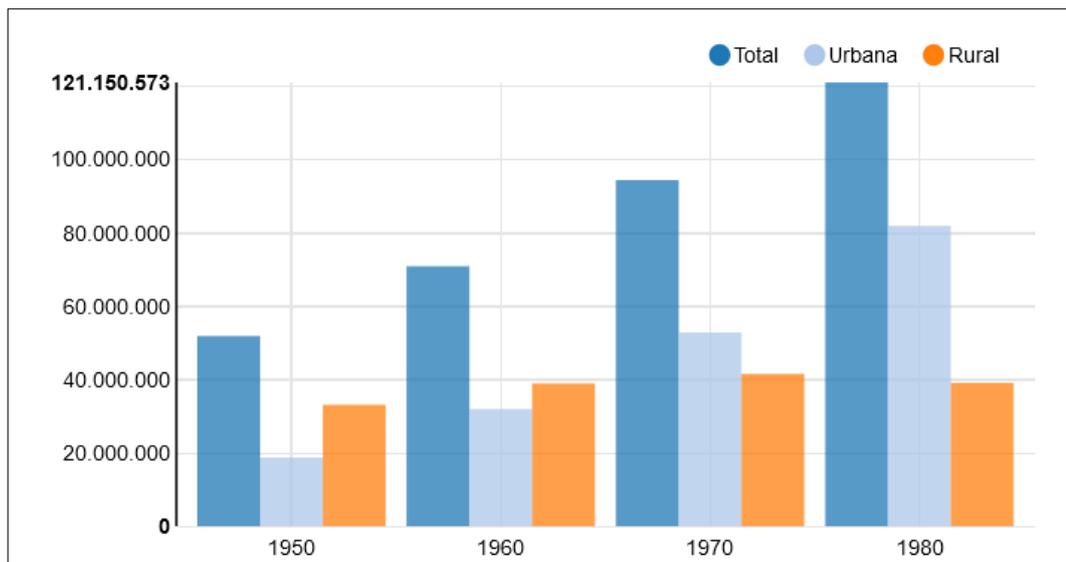
Fonte: THÉRY e DE MELLO-THÉRY, 2014, p. 43.

Monbeig (1958, p. 79), estuda a urbanização brasileira e apresenta o desenvolvimento demográfico do país, demonstrando que:

Em pouco menos de 80 anos a população do Brasil sofreu um aumento de mais de 40 milhões de habitantes. Enquanto o recenseamento de 1872, acusava uma população de 10 milhões, o de 1950 acusou a existência de 52.645.479 habitantes. De acordo com estimativas do autor, teríamos em 1958, um contingente populacional de 62.725.000. Este desenvolvimento revela um notável ritmo de crescimento demográfico que, aliás, se acelera com a passagem dos anos. O aumento da população, que era da ordem de uma dezena de milhões para cada vinte anos, atingiu 11 milhões de 1940 a 1950. Este fato, permite-nos prognosticar, para 1980, uma população de mais de 100 milhões de almas.

As estimativas do geógrafo francês, Pierre Monbeig, foram próximas da realidade de acordo com os censos demográficos realizados pelo IBGE. Conforme apresentado no gráfico 02:

Gráfico 02 - BRASIL - Evolução populacional por situação de domicílio (1950 - 1980)



Fonte: IBGE-SIDRA (dados básicos da Tabela 1288).

No Censo Demográfico realizado em 1960, o Brasil, possuía uma população de 70.992.343 habitantes acima do previsto. No decênio seguinte, o país atingiu a marca de 94.508.583 indivíduos, levando em consideração esse período, houve um incremento populacional de mais de 23 milhões de pessoas em 10 anos. Por fim, na década de 80, a nação ultrapassou a estimativa apresentada por Pierre Monbeig, com um contingente demográfico composto por, 121.150.573 cidadãos.

Após esse período, as cidades, os centros urbanos e a população continuaram crescendo e conseqüentemente, se metamorfosearam nas metrópoles brasileiras.

Diferente do que se possa pensar, a metrópole não se encontra isolada das demais cidades, pelo contrário, esse crescimento urbano, que vem sendo experimentado desde o século XIX, criou um tecido urbano onde a metrópole vai muito além das fronteiras espaciais de uma cidade e que conseqüentemente aspectos relevantes como: o êxodo rural, a urbanização, a interiorização da capital, atração de indústrias fomentadas pelas políticas de atração do capital internacional e diversificação dos serviços, aliados aos avanços do que Santos (2013b, p. 41), conceituou como: meio técnico-científico-informacional⁶.

Desta forma, a produção do espaço realiza-se através das técnicas utilizadas pelo homem. Logo cabe a ele, o importante papel em relação a compreensão das transformações na configuração das cidades e das regiões. Soja (1993, p.118), alega que: “a cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo”. É através desta dinâmica que o avanço do meio técnico-científico-informacional se processa e se insere através da leitura geográfica dos novos elementos presentes no espaço.

Em razão disso, consideramos proveitoso abordar a escala regional quando tratamos do desenvolvimento das cidades brasileiras, pois a sua produção é resultado da nossa relação com o território. Kayser (1968, p. 285), destaca que: “para os geógrafos, o polo, ou o centro, é antes de mais nada um organismo concreto: uma cidade. O autor, ressalta ainda que: “O espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade, é uma região” (Ibidem,p. 285).

Arrais (2008, p.83), enfatiza que: “para compreender os laços entre as cidades e as regiões, é preciso considerar a relação entre a sociedade e o território, atentando, especialmente, para o processo de urbanização”. Assim, elementos que compõem o entorno regional, como: área, vegetação, densidade demográfica e os fluxos, de alguma forma, afetam a maneira como determinada cidade se consolida e amplia as

⁶ Santos (2013b, p. 41), “é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação”.

suas relações com outras áreas. É evidente que não podemos desconsiderar os aspectos socioeconômicos, produtivos e estruturais próprios da lógica urbana capitalista.

Ao longo do tempo, o conceito de região adquire novos contornos, metamorfoseando-se para dar conta de dinâmicas espaciais mais complexas consideradas relevantes pela ciência geográfica. A ideia de individualidade geográfica permanece, mas não de forma exclusiva, incorporando novos elementos relacionados às formas de produção do espaço, como aqueles produtivos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

É a partir desta qualificação conceitual que a região se torna a unidade espacial de referência para pensar projetos de desenvolvimento em diversos países.

Soja (1993, p.209 – 210), menciona que:

o período contemporâneo de reestruturação tem sido acompanhado por uma visibilidade e uma conscientização acentuadas da espacialidade e da espacialização, da regionalização e do regionalismo. A instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos.

No Brasil, a categoria região está associada ao processo de urbanização, cabendo ao geógrafo pensar nesta possibilidade em nível urbano-regional.

3.3 A Questão da Regionalização e o Conceito de Região

3.3.1 A questão regional e suas nuances: uma discussão teórica

Quando abordamos a relação campo-cidade é de fundamental importância ressaltar as relações de troca que ocorrem no espaço geográfico, pois, a troca é um dos fundamentos das relações sociais entre indivíduos e grupos. Ela está presente, entre comunidades semelhantes e até, mesmo, nas relações familiares.

Para Abreu (2002, p.53), “é da sociedade que o espaço geográfico recebe a sua forma e o seu conteúdo, a sua compreensão teria que passar, primeiramente, pelo entendimento da sociedade a cada momento do tempo”. Logo cabe ressaltar que, é a apropriação dos lugares que promove a fragmentação da extensão terrestre,

gerando diferenciações espaciais e criando espaços de produção especializados, é necessário organizar essa diferenciação.

De acordo com Ribeiro Mello, L., & Oliveira da Silva Brandão, J. (2022):

A diferenciação e especialização das regiões implicam na necessidade da troca entre os lugares e ocasiona a influência regional dos municípios. Ela induz aos fluxos e a formação de redes. A troca é o coração dos processos de desenvolvimento econômico; os lugares de sua realização são os mercados cuja organização concreta contribui largamente para a formação do espaço em todas as escalas geográficas sendo elas: local, regional, nacional, internacional e global.

É essencial também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, já que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais. Santos (2014a, p.63), apresenta que, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Segundo ele, as ações definem os objetos, de modo a impor um sentido. Deste modo, “uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não separado, objetos e ações agindo em concerto (SANTOS, 2014a, p. 86).

Logo cabe ressaltar que, o espaço não é somente formado apenas pelas coisas, objetos geográficos naturais e artificiais, cujo conjunto é gerado pela natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade, onde cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 2014b, p.12). O espaço é constituído de uma realidade objetiva, que está em constante processo de transformação causados pelas lógicas passada e presente. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. A evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p.153). Em sua totalidade, o espaço é abstrato e se impõe a tudo e para todos.

Então, para que exista uma desmistificação do espaço Santos (2004, p.266) propõe que:

Para desmistificar o espaço, é preciso levar em conta dois dados essenciais: de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura tecnoprodutiva e lugar da reificação; de outro lado, a sociedade total, a formação social que anima o espaço. Assim, desmistificaremos o espaço e o homem (SANTOS, 2004, p. 266).

Somado a esta breve reflexão, e potencialmente distinta, levanta-se a noção de espaço subjetivo onde ocorre a atuação da práxis individual. Santos (2004, p.267) afirma que: “quando a natureza se torna natureza social, cabe à geografia perscrutar e expor como o uso consciente do espaço pode ser um veículo para a restauração do homem na sua dignidade”. O interesse pelo sujeito se faz presente, pois ele atua e faz parte desse espaço em discussão. Entretanto, por erguer-se a ótica do espaço pelo movimento da sociedade, há uma limitação da individualidade do ser e, por isso, a práxis coletiva da organização social fica em evidência na investigação proposta pelo pesquisador.

Pelo exposto, defende-se que o município de Unaí – MG, exerce uma área de influência econômica e favorece as relações de troca sobre a região do Noroeste mineiro em maior ou menor escala.

Segundo (Bezzi, 2004. p.23):

A região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais. Portanto, a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.

Assim, discutir a categoria região é de suma importância dentro da ciência geográfica pois esta constitui valores agregativos, que recebem uma análise contextualizada no bojo da própria Geografia.

De acordo com, Becker & Egler (1998):

O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão das contradições do mundo contemporâneo.

Para Lencioni (2009), o objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos. São essas peculiaridades que definem a região, no sentido verdadeiramente geográfico, priorizando, na dualidade homem versus natureza, ou seja, a ação humana como elemento transformador.

Castro (1992, p. 32): evidencia como questão central da sua análise a compreensão do conceito de região, através do viés político, mas alicerçado no espaço regional.

Castro (1992, p. 32), enfatiza ainda que:

[...] é necessário estabelecer o conceito de região que possibilite um recorte seguro para a análise do fato político de base regional. Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada. A região é, justamente, a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças.

Santos (2012) destaca que: “um dos parâmetros para melhor compreender a região é entendê-la através do modo de produção”. Para ele, a região é uma categoria de análise que permite apreender como uma mesma forma de produzir ocorre em diversas partes do globo, reproduzindo-se de acordo com as especificidades regionais. Desta forma, estudar a região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição [...] a começar pelos atores hegemônicos. Haja vista que, [...] as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização (SANTOS, 2012, p. 53).

Para (CASTELLS *apud* SANTOS, 2012, p. 52):

O mundo, como um todo, tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima de regiões, países, culturas etc. Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente.

Logo, a região passa a ser entendida como uma categoria que exerce um papel essencial, pois é através dela que espacializamos as relações existentes entre os fluxos de pessoas, mercadorias e de bens materiais e imateriais, elementos que determinam o ritmo de influência de uma dada região e que neste caso destaca-se a região Sudeste, conforme objeto de estudo delimitado nesta dissertação no qual será apresentado a seguir.

3.3.2 O fenômeno da regionalização do Brasil

Conforme apresentado na tabela 01, desenvolvida de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstra a evolução da população urbana nas grandes regiões brasileiras no período de 1970 até 2022.

Tabela 01 - Percentual da população urbana na população total brasileira, segundo as Grandes Regiões – 1970 – 2022

<i>Grandes Regiões</i>	<i>Percentual (%)</i>						
	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>	<i>*2015⁷</i>	<i>*2022⁸</i>
Brasil	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4	84,7	85,1
Norte	45,1	51,6	59,0	69,9	73,5	75,0	75,2
Nordeste	41,8	50,5	60,7	69,1	73,1	73,0	73,1
Sudeste	72,7	82,8	88,0	90,5	92,9	93,1	93,5
Sul	44,3	62,4	74,1	80,9	84,9	86,0	86,9
Centro-Oeste	48,1	67,8	81,3	86,7	88,8	90,0	91,0

Fonte: Atlas do Censo Demográfico – IBGE 2010. PNAD (2015) e SIDRA (2022).

Desse modo, conforme apresentado na tabela 01, verifica-se um incremento na população urbana desde os anos de 1970 até 2022, fenômeno que ocorreu principalmente na região Sudeste onde a população saltou de 72,7% para 93,5% em destaque.

Logo, cabe corroborar que a região Sudeste, apresenta um enorme potencial de atração de fluxos⁹ de capital, mercadorias e pessoas, por estar inserida em uma área denominada de região produtiva do agronegócio o que gera a centralidade urbana, favorecendo a criação e o desenvolvimento das cidades do agronegócio conforme conceituado por Elias, (2011, 2016), pelo fato da atividade sustentar e maximizar a economia dos municípios e favorecer a relação campo-cidade.

Assim, busco examinar a influência regional de Unaí – MG, um município localizado na região Sudeste, que possui uma área total de 8.445,432 km² com uma população de 86.867 habitantes segundo o resultado prévio do Censo Populacional realizado no ano de 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁷ * Os dados referentes ao ano de 2015, foram retirados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso realizado em: 29/07/2022.

⁸ * Os dados são referentes ao primeiro trimestre do ano de 2022, foram obtidos por meio da pesquisa, acessível no Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra, disponível no endereço <http://www.sidra.ibge.gov.br>, que possibilita a elaboração de tabelas nos agregados de interesse que neste caso autor optou por realizar as análises de acordo com as estimativas de população das grandes regiões brasileiras. Acesso realizado em: 29/07/2022.

⁹ Segundo Santos (2012) Fluxos: O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição do consumo.

Este município ocupa um perímetro urbano que se estende por uma área aproximada de 46,2 km² e tem uma densidade demográfica de 10,28 km² habitantes.

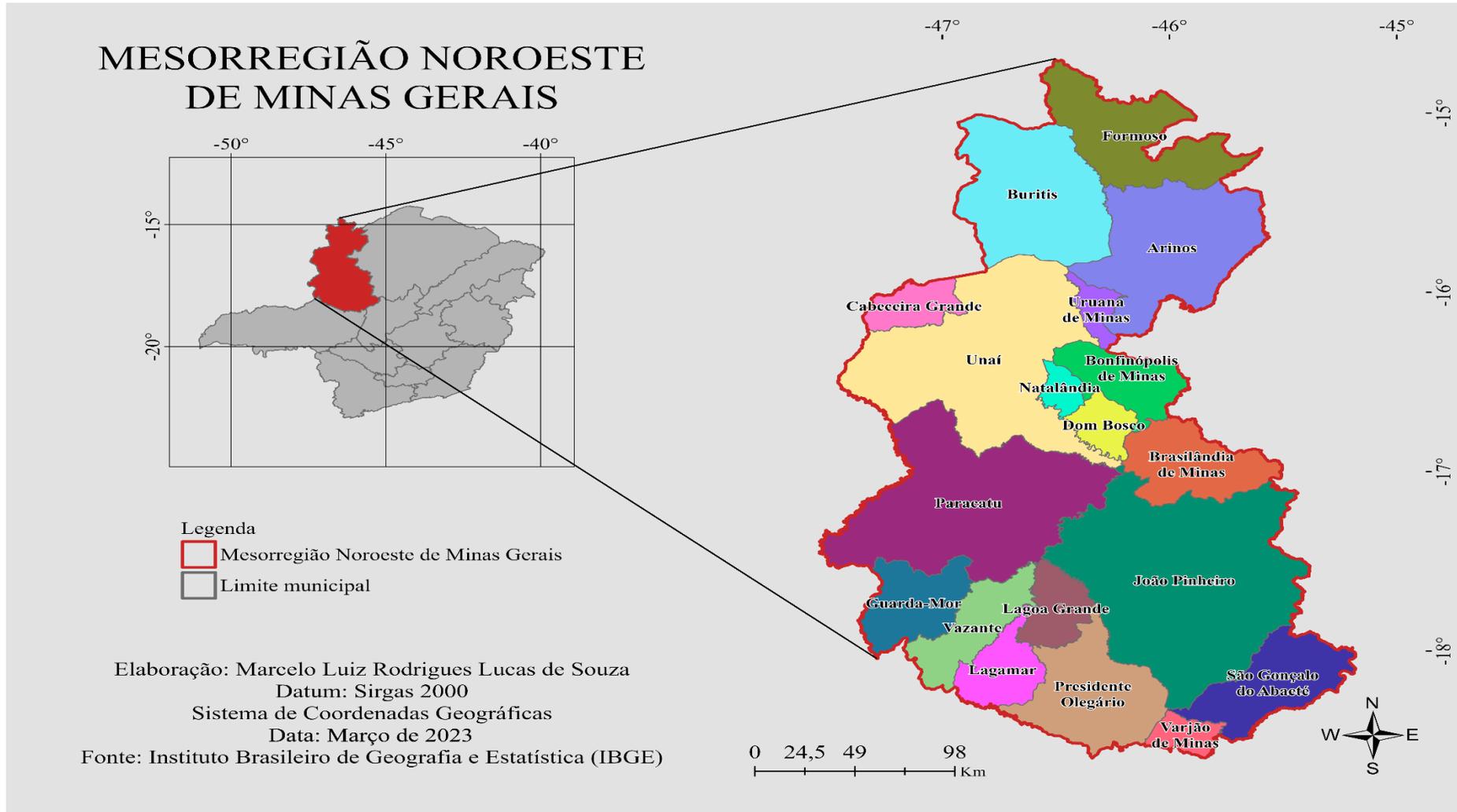
Estabelece os seus limites territoriais com os municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Natalândia, Paracatu e Uruana de Minas no estado de Minas Gerais e Cabeceiras no estado de Goiás. Conforme apresentado no mapa 02.

O município de Unaí (MG), devido a sua visibilidade exerce um papel relevante de acordo com a sua região de influência bem como a sua centralidade no Noroeste, mineiro e ainda favorece a relação cidade-campo. A cidade é a forma na qual as sociedades se transformam e alteram os usos do espaço urbano frequentemente.

Essa transformação é perceptível na região por meio da espacialização dos fixos e fluxos que ocorrem estabelecendo uma relação fenomênica que marcam a geografia vivida pelo homem que ali habita, circula e que conseqüentemente percorre toda a região a sua volta.

Aqui buscaremos também, analisar a influência, da transferência da capital federal, na produção do espaço urbano na região dos cerrados e conseqüentemente para a criação e consolidação do município de Unaí, localizado no noroeste mineiro conforme apresentado no mapa 02.

Mapa 02 – Mesorregião com os Municípios do Noroeste de Minas Gerais



Antes de apresentar os fatos basilares que fomentaram a produção do espaço, se faz necessário discorrer brevemente sobre alguns aspectos concernentes ao bioma Cerrado, tais como: o conceito, a caracterização, a hidrografia, apropriação e utilização do termo região dos cerrados.

3.4 Cerrado: conceito, caracterização do bioma, a hidrografia, caracterização socioambiental da área, os municípios, usos territoriais, conflitos e os usos dos termos.

3.4.1 Conceito:

Ribeiro e Walter (2008, p.160), conceituam o vocábulo Cerrado como: “uma palavra de origem espanhola que significa fechado. Este termo busca traduzir a característica geral da vegetação arbustivo arbórea densa que ocorre na formação savânica”.

De acordo com Goedert (1989, p.02 – 03):

Os cerrados brasileiros fazem parte do ecossistema das savanas, que ocupa grande porção da região tropical do mundo, sendo que a maior parte das savanas estão localizadas nos continentes americano e africano. Na América do Sul, além do Brasil, as savanas cobrem parte significativa de outros países, tais como, Venezuela, Colômbia, Bolívia e Cuba.

Segundo Vicentini (2016, p.19), reforça que: “chama-se hoje de cerrado parte daquilo que, anteriormente, se chamara de sertão. Isso, porque a noção do termo, em uma primeira comparação, é mais ampla e delineada do que a noção de sertão”. Cabe salientar que, o bioma cerrado é estudado pela Fitogeografia, podendo também ser denominada de Geobotânica, pois, este é um dos ramos da Geografia Física, que busca entender os aspectos ligados à formação dos biomas, distribuição geográfica das espécies de flora, a influência das zonas climáticas e dos fatores que influenciam a sua relação com o meio físico.

3.4.2 Caracterização do bioma:

O Cerrado está localizado essencialmente no Planalto Central do Brasil, é o segundo maior bioma do País em área, superado apenas pela Floresta Amazônica. Tem duas estações do ano bem definidas, uma seca e outra chuvosa. Trata-se de um complexo vegetacional que possui relações ecológicas e fisionômicas com outras savanas da América tropical e de continentes como a África, Sudeste da Ásia e Austrália (BEARD, 1953, 1955; COLE, 1958, 1960, 1986 E EITEN, 1972, 1978, 1994).

O Cerrado corresponde às “Oreades” no sistema Von Martius, e ocupa mais de 2.000.000 km², o que representa cerca de 23% do território brasileiro. Ocorre em altitudes que variam de cerca de 300 metros, a exemplo da Baixada Cuiabana (MT), a mais de 1.600 metros, na Chapada dos Veadeiros (GO). No bioma predominam os Latossolos, tanto em áreas sedimentares quanto em terrenos cristalinos, ocorrendo ainda solos concrecionários em grandes extensões (AB’SÁBER, 1983; LOPES, 1984).

O Cerrado abrange como área contínua os Estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, parte dos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo e também ocorre em áreas disjuntas ao norte nos Estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, e ao sul, em pequenas “ilhas” no Paraná.

No território brasileiro, portanto, as disjunções acontecem na Floresta Amazônica, região em que a vegetação tem sido tratada por outros termos ou expressões, como “savanas amazônicas” (SANAIOTTI, 1991; MIRANDA E ABSY, 2000); na Floresta Atlântica, especialmente na região Sudeste, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais; na Caatinga, como manchas isoladas no Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia (EITEN, 1994); e também no Pantanal, onde se mescla fisionalmente com este bioma (ADÂMOLI, 1982). Conforme apresentado na figura 02.

Fora do Brasil, o Cerrado, ocupa áreas na Bolívia e no Paraguai, enquanto paisagens semelhantes também são encontradas no norte da América do Sul na Guiana, no Suriname, na Colômbia e Venezuela, onde recebe a consolidada denominação Llanos.

Figura 02 – Distribuição geográfica dos principais biomas do Brasil, em destaque a área ocupada pelo Cerrado



Fonte: Ribeiro e Walter (2008, p.153).

3.4.3 A Hidrografia:

O bioma também é amplamente conhecido por sua abundância em recursos hídricos, devido a isso, foi apelidado como o “berço das águas” ou a “caixa d’água do Brasil” (LIMA e SILVA, 2008).

Tais denominações, se devem ao fato de que o bioma Cerrado abriga oito das doze regiões hidrográficas brasileiras e abastece seis das oito principais bacias hidrográficas do Brasil sendo elas: Amazônica, Araguaia/Tocantins, Atlântico Norte/Nordeste, São Francisco, Atlântico Leste e Paraná/Paraguai.

Neste primeiro momento, cabe apresentar e expor sobre: o que é uma bacia hidrográfica? Segundo a definição estabelecida pela Agência Nacional de Águas (ANA), uma

bacia hidrográfica é a região compreendida por um território e por diversos cursos d'água. Da chuva que cai no interior da bacia, parte escoar pela superfície e parte infiltra no solo. A água superficial escoar até um curso d'água (rio principal) ou um sistema conectado de cursos d'água afluentes; essas águas, normalmente, são descarregadas por meio de uma única foz (ou exutório) localizada no ponto mais baixo da região. Da parte infiltrada, uma parcela escoar para os leitos dos rios, outra parcela é evaporada por meio da transpiração da vegetação e outra é armazenada no subsolo compondo os aquíferos subterrâneos. (ANA, 2011a, p.01).

De acordo com Lima e Silva (2008, p.110):

O bioma Cerrado desempenha papel fundamental na distribuição dos recursos hídricos no território brasileiro e até mesmo na América do Sul. Grandes bacias hidrográficas, nacionais e transfronteiriças, possuem suas partes mais altas localizadas no Planalto Central brasileiro, região inserida no bioma Cerrado, onde diversos rios nascem e, na medida em que seguem em direção ao mar, ganham em volume, abastecendo grande parte do Brasil e de outros países sul-americanos.

Além disso, é no Cerrado onde estão localizados três dos principais aquíferos do país são eles: o Bambuí, o Urucuia na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF, 2016) e o Guarani na Bacia Hidrográfica do Paraná (CPRM, 2012).

Cabe apontar, a disponibilidade subterrânea estimada para a bacia hidrográfica do Rio São Francisco é de **365,6 m³/s**. Logo, é possível destacar o peso que esse sistema representado pelo aquífero Urucuia, que possui aproximadamente 41%, da disponibilidade estimada na bacia hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF, 2016).

A bacia hidrográfica do rio São Francisco, corresponde a 7,6% de todo o território nacional. Possui uma extensão territorial de 2.863 km e uma área de drenagem superior a 645.067,2 km², estende-se desde o Estado de Minas Gerais, onde o rio nasce, na Serra da Canastra, até o Oceano Atlântico, onde desagua, na divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe. (GODINHO e GODINHO, 2003, p.15). Conforme representado na figura 03.

De acordo com Kohler, (2003, p.29):

Trata-se da terceira maior bacia hidrográfica do Brasil, e a primeira contida inteiramente em território brasileiro. Percorre 3.160 km rumo norte, atravessando os Estados de Minas Gerais e Bahia. A partir da altura de Sobradinho (BA), toma curso leste, perfazendo a divisa entre Bahia e Pernambuco e entre Sergipe e Alagoas, até a foz.

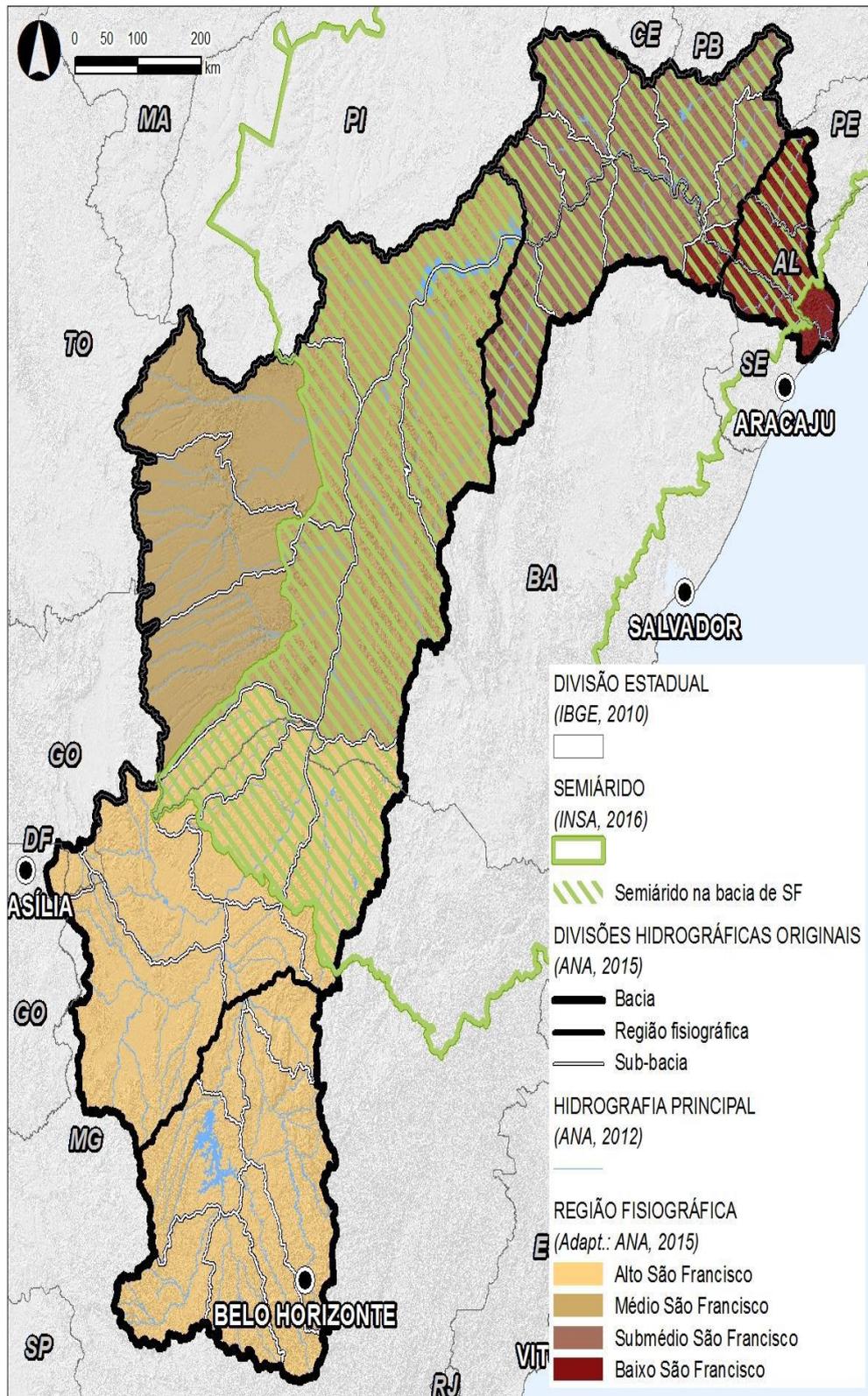
Essa imensa área engloba as regiões Nordeste e Sudeste do país, perpassa por 507 municípios, em seis estados sendo eles: (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe), além do Distrito Federal. Constituinte uma das 12 regiões hidrográficas¹⁰ brasileiras.

A Região Hidrográfica São Francisco, foi dividida para fins de planejamento em quatro regiões fisiográficas,¹¹ e são classificadas em: Alto São Francisco, Médio São Francisco, Submédio São Francisco e Baixo São Francisco. As características das regiões fisiográficas foram apresentadas na figura 03 e tabela 02. Cabe ressaltar ainda que, em 54% do território da bacia há predominância do semiárido brasileiro (CBHSF, 2016). Conforme apresenta a figura 03.

¹⁰ A Agência Nacional de Águas (ANA), conceitua as regiões hidrográficas como: “bacias, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas próximas, com características naturais, sociais e econômicas similares. Esse critério de divisão das regiões visa orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos em todo o país”. A Divisão Hidrográfica Nacional, instituída pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), estabelece as doze Regiões Hidrográficas brasileiras. São elas: Região Hidrográfica Amazônica, Região Hidrográfica Atlântico Leste, Região Hidrográfica Atlântico Sudeste, Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental, Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, Região Hidrográfica Parnaíba, Região Hidrográfica São Francisco, Região Hidrográfica Atlântico Sul, Região Hidrográfica Paraguai, Região Hidrográfica Paraná e Região Hidrográfica Uruguai. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/panorama-das-aguas/regioes-hidrograficas>. Acesso em: 06 Mar. 2023.

¹¹ São agregados de municípios com características em comum (GUIMARÃES, 1941).

Figura 03 – Delimitação das regiões fisiográficas da Região Hidrográfica São Francisco



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF. (2016, p.04).

Tabela 02 - Características das regiões fisiográficas da bacia do Rio São Francisco

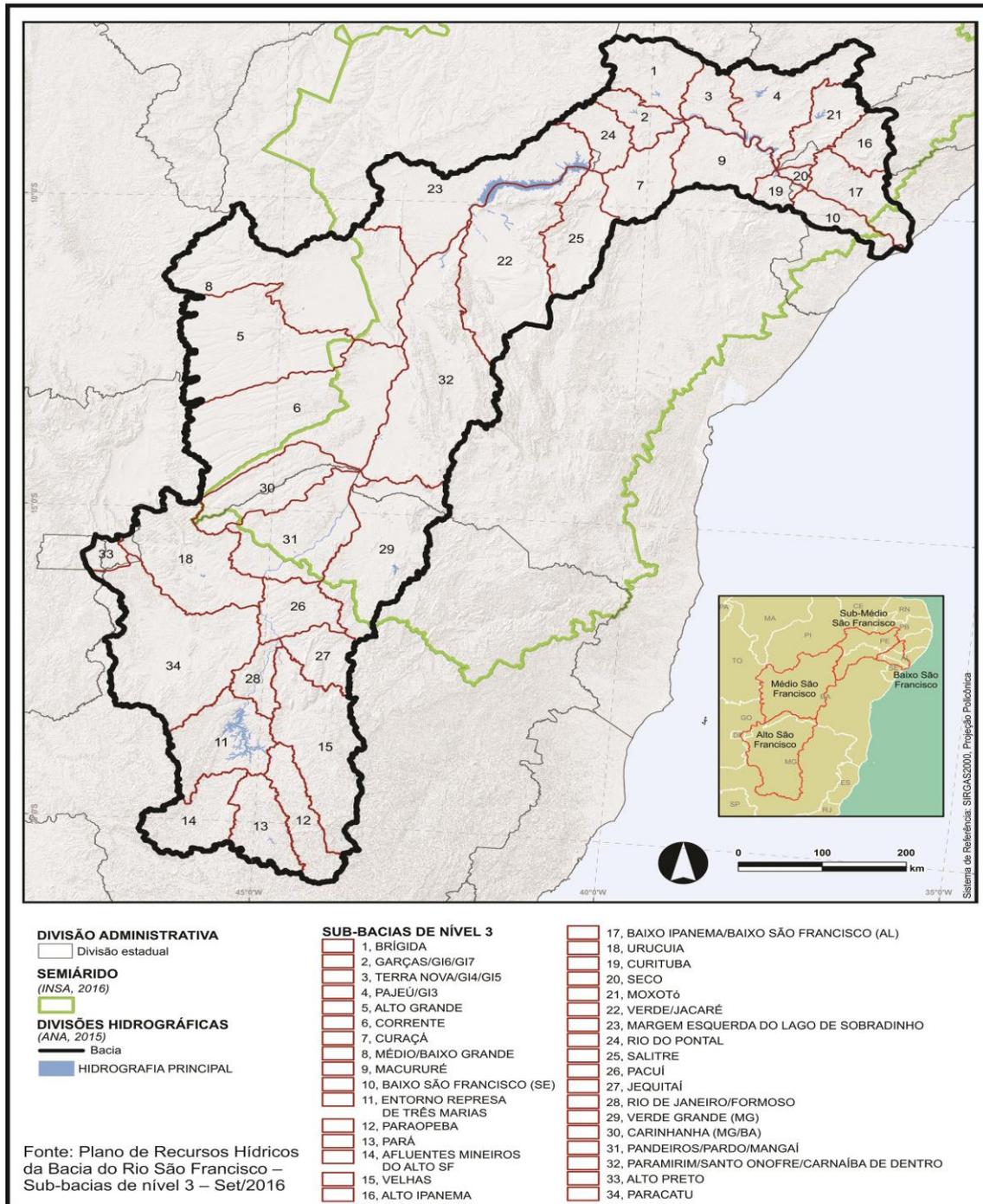
Região Fisiográfica	Área		Unidades da Federação na região fisiográfica	Altitude (m)	Trecho Principal (km)	População residente em milhões (2010)	N.º sub-bacias
	km ²	% da bacia					
Alto São Francisco	253.291,0	39,8	92,6% Minas Gerais 5,6% Bahia 1,2% Goiás 0,5% Distrito Federal	1.850 a 450	692	11.846.908	14
Médio São Francisco	247.518,8	38,9	100,0% Bahia	2.050 a 350	1224	2.065.925	6
Submédio São Francisco	105.540,5	16,6	59,4% Pernambuco 39,5% Bahia 1,1% Alagoas	1.300 a 200	558	2.239.414	9
Baixo São Francisco	29.866,5	4,7	43,9% Alagoas 23,8% Sergipe 22,8% Pernambuco 9,5% Bahia	1.150 a 0	223	2.095.123	5
						Total de habitantes 18.247.370	Total de sub-bacias 34

Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF (2004 e 2016).

A Região Hidrográfica do São Francisco foi dividida em 34 sub-bacias denominadas como: Afluentes Mineiros do Alto São Francisco, Pará, Paraopeba, Entorno da Represa Três Marias, Rio das Velhas, Rio de Janeiro/Formoso, Jequitaí, Alto Preto, Paracatu, Pacuí, Urucuia, Rio Verde Grande, Pandeiros/Pardo/Manga, Carinhanha (MG/BA), Corrente, Alto Grande, Médio/Baixo Grande, Paramirim/Santo Onofre/Caraíba de Dentro, Verde/Jacaré, Margem Esquerda do Lago de Sobradinho, Salitre, Rio do Pontal, Garças/GI6/GI7, Curaçá, Brígida, Terra Nova/GI4/GI5,

Macururé, Pageú/GI3, Moxotó, Curitiba, Seco, Alto Ipanema, Baixo Ipanema/Baixo São Francisco (Alagoas) e Baixo São Francisco (Sergipe). Conforme apresentado na Figura 04. Ressaltamos ainda que, cada uma delas está caracterizada de acordo com os valores apresentados na Tabela 03.

Figura 04 – Identificação das 34 sub-bacias que compõem a Região Hidrográfica São Francisco



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF. (2016, p.19).

Tabela 03 – Caracterização das 34 sub-bacias da Região Hidrográfica São Francisco

Sub-bacias	Identificação	Área (km²)	Área (%)	Comprimento da rede de drenagem [km]
Afluentes Mineiros do Alto São Francisco	São Francisco	14.204	2,2	3.514
Pará	Pará	12.656	2,0	2.654
Paraopeba	Paraopeba	12.092	1,9	2.710
Entorno da Represa Três Marias	São Francisco	18.714	2,9	3.995
Rio das Velhas	Velhas	28.006	4,4	7.982
Rio de Janeiro/Formoso	São Francisco	6.041	0,9	1.385
Jequitaí	Jequitaí	8.671	1,4	2.384
Alto Preto	Paracatu	3.235	0,5	563
Paracatu	Paracatu	41.803	6,5	8.443
Pacuí	Pacuí	10.417	1,6	1.928
Urucuia	Urucuia	26.048	4,1	4.785
Rio Verde Grande	Verde Grande	31.210	4,9	5.888
Pandeiros/Pardo/Manga	São Francisco	24.480	3,8	4.138
Carinhanha (MG/BA)	Carinhanha	16.856	2,6	2.643
Corrente	Corrente	47.265	7,4	6.911
Alto Grande	Grande	33.447	5,2	4.196

Médio/Baixo Grande	Grande	50.100	7,8	7.415
Paramirim/Santo Onofre/Carnaíba de Dentro	São Francisco	48.151	7,5	9.154
Verde/Jacaré	São Francisco	36.120	5,7	5.232
Margem Esquerda do Lago de Sobradinho	São Francisco	33.398	5,2	6.627
Salitre	Salitre	15.091	2,4	2.505
Rio do Pontal	Pontal	7.793	1,2	1.746
Garças/GI6/GI7	Garças	6.489	1,0	1.609
Curaçá	Curaçá	12.577	2,0	2.188
Brígida	Brígida	13.667	2,1	3.076
Terra Nova/GI4/GI5	Terra Nova	7.297	1,1	2.282
Macururé	Macururé	13.753	2,2	2.288
Pajeú/GI3	Pageú	19.494	3,1	4.772
Moxotó	Moxotó	9.817	1,5	2.326
Curituba	Curituba	3.207	0,5	597
Seco	São Francisco	1.260	0,2	166
Alto Ipanema	São Francisco	6.847	1,1	1.699
Baixo Ipanema/Baixo São Francisco (ALAGOAS)	São Francisco	11.906	1,9	2.273
Baixo São Francisco (SERGIPE)	São Francisco	6.771	1,1	1.741

Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF. (2016, p. 20 - 22 com adaptações).

Diante das informações apresentadas anteriormente nas figuras 03 e 04 e também nas tabelas 02 e 03, sobre as 34 sub-bacias da Região Hidrográfica do São Francisco, cabe destacar que, devido a sua relevância para esta pesquisa a sub-bacia do Rio Urucuia, está localizada na região fisiográfica do Alto São Francisco, onde as altitudes variam entre 1.850 a 450 metros, ocupando uma área total de 26.048 km², representando um percentual de 2,2% da área total da Bacia Hidrográfica do São Francisco, e com um comprimento da sua rede de drenagem que abrange uma extensão territorial de 4.785 quilômetros.

Nesta região além de Unaí, estão localizados também os demais municípios que são contemplados nesta pesquisa. Os seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Cabeceiras Grande, Chapada Gaúcha, Formoso, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Uruana de Minas e Urucuia. Também fazem parte desta pesquisa os municípios de Cabeceiras e Formosa localizado no Estado do Goiás e que também compõem essa sub-bacia do Rio Urucuia, conforme está representada no mapa 03 e nas figuras 05 e 06.

Mapa 03 – Sub-bacia do Rio Urucuia

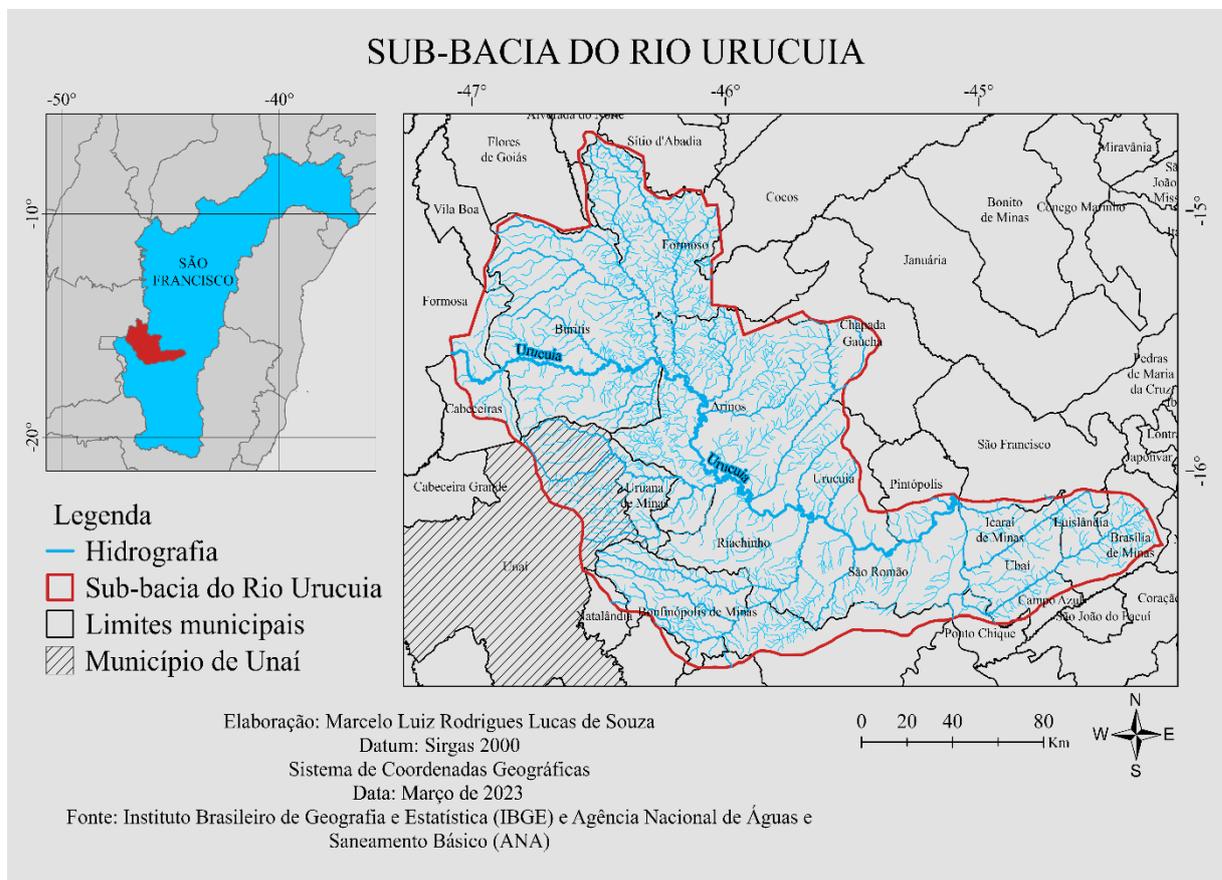


Figura 05 – Ponte sobre o Rio Urucua antes do acesso de Arinos, Minas Gerais



Fonte: Acervo pessoal do autor. Abril, 2023.

Figura 06 – Rio Urucua em Arinos, Minas Gerais



Fonte: Acervo pessoal do autor. Abril, 2023.

3.4.4 Caracterização socioambiental da área, os municípios e os usos territoriais:

O Comitê da Sub-Bacia Mineira do Rio Urucuia foi criado através do Decreto nº 44.201 de 29/12/2005,¹² sendo formado por 48 conselheiros, dentre titulares e suplentes. A Sub-Bacia abrange uma área de 25.032,53 km², que corresponde à 10,67 % do território total da bacia rio São Francisco.

A localização desta Sub-Bacia hidrográfica do rio Urucuia, está inserida na mesorregião Noroeste de Minas, onde estão municípios de: Buritis, Arinos, Formoso, região incluída na microrregião de Unaí. Após segue para região norte do estado de Minas Gerais, onde passa por outros municípios tais como o antigo povoado de Porto de Manga, hoje município de Urucuia, nome dado em homenagem ao rio. Os rios principais são: Urucuia, São Domingos, Claro, Piratinga, Ribeirão Santa Cruz, Riacho do Mato, Ribeirão da Areia, Ribeirão São Miguel, Córrego Taquaril, Ribeirão do Pinduca, Ribeirão do Fetal e Córrego Tabocas.

A região hidrográfica da Sub-Bacia do Rio Urucuia é composta por 12 municípios: Arinos; Bonfinópolis de Minas; Buritis; Chapada Gaúcha; Formoso; Pintópolis; Riachinho; Santa Fé de Minas; São Romão; Unaí; Uruana de Minas; Urucuia.

De acordo com a prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 divulgado até 25 de dezembro de 2022. Essa Sub-Bacia possui uma população total de 205.507 habitantes. E uma densidade populacional de 8,20 habitantes por quilometro quadrado.

Os recursos hídricos desta sub-bacia são utilizados com a seguinte finalidade: atividades de infraestrutura, mineração, indústrias alimentícias, químicas e metalúrgicas. Além de principalmente, do uso pelas atividades agrossilvipastoris, abastecimento rural, urbano, lazer, pesca, turismo e navegação.

¹² O artigo 1º institui que: – com base na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, o Comitê da Sub Bacia Mineira do Rio Urucuia, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a finalidade de promover, âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programas de investimento e consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentável daquela Sub Bacia. Parágrafo único – O Comitê terá como território de atuação os municípios que integram a Sub Bacia Mineira.

3.4.5 Impactos associados as atividades agrícolas que alteram a qualidade da água e ocasionam os conflitos de interesse:

Os recursos hídricos são essências no que tange ao desenvolvimento da produção e até mesmo para a garantia da preservação da vida no planeta. Logo, cabe destacar que, com a alta demanda e com eventos de diminuição da oferta hídrica, diversas regiões vivenciam conflitos pelo uso da água (YOUNG E LOOMIS, 2014). Esses conflitos resultam da grande demanda hídrica por diferentes usuários de água numa mesma bacia hidrográfica, ou seja, as captações de água são maiores do que a vazão dos respectivos cursos hídricos onde os volumes de água são retirados (SANTOS, JOSÉ et al. 2011; ANA, 2011b; VILARINHO et al. 2021). O quadro 02, apresenta os impactos associados da atividade agrícola que compromete a qualidade das águas tanto superficiais, como subterrâneas.

Quadro 02 – Impactos das atividades agrícolas sobre a qualidade da água

Atividades agrícolas	Impactos	
	Águas superficiais	Águas subterrâneas
Aração/ gradeação	Sedimentos/turbidez: sedimentos carregam fósforo e agrotóxicos absorvidos em partículas de sedimento; assoreamento de leitos de rios e perda de <i>habitat</i> , áreas de desova etc.	Compactação do solo pode reduzir infiltração para o sistema de águas subterrâneas.
Adubação	Escoamento superficial de nutrientes, especialmente fósforo, levando à eutrofização e provocando alterações de sabor e odor na água de abastecimento público; proliferação de algas, levando à desoxigenação da água e à mortalidade de peixes.	Lixiviação de nitrato para as águas subterrâneas; níveis excessivos representam ameaça à saúde humana.
Espalhamento de estrume	Realizado como atividade de adubação; espalhamento em terreno gelado resulta em altos níveis de contaminação das águas por agentes patogênicos, metais, fósforo e nitrogênio, que levam à eutrofização e à contaminação potencial. Ademais, a aplicação de estrume pode disseminar antibióticos e outros produtos farmacêuticos administrados a animais.	Contaminação de águas subterrâneas, especialmente por nitrogênio.
Agrotóxicos	Escoamento superficial de agrotóxicos, provocando contaminação da água superficial e da biota; disfunção do sistema ecológico nas águas superficiais pela perda dos principais predadores devido à inibição de crescimento e ao fracasso reprodutivo; impactos sobre a saúde humana pela ingestão de peixes contaminados. Agrotóxicos são propagados em forma de pó pelos ventos por longas distâncias e contaminam sistemas aquáticos a	Alguns agrotóxicos podem se infiltrar nas águas subterrâneas, provocando problemas à saúde humana, a partir de poços contaminados.

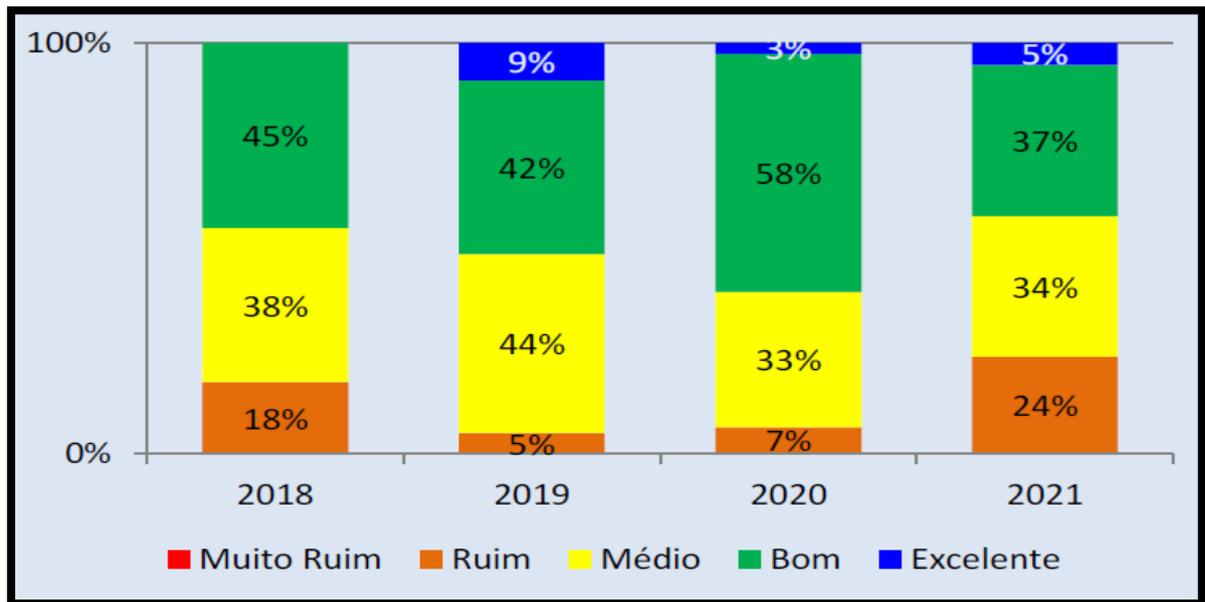
	milhares de quilômetros de distância (ex.: agrotóxicos tropicais/subtropicais encontrados em mamíferos do Ártico).	
Confinamento de animais/currais	Contaminação da água superficial por muitos agentes patogênicos (bactéria, vírus etc.), levando a problemas crônicos de saúde. Também contaminação por metais, antibióticos e outros compostos farmacêuticos contidos na urina e nas fezes.	Lixiviação potencial de nitrogênio, metais etc. às águas subterrâneas.
Irrigação	Escoamento superficial de sais, provocando a salinização das águas superficiais; escoamento superficial de fertilizantes e agrotóxicos às águas superficiais, provocando danos ecológicos, bioacumulação de espécies de peixes comestíveis etc. Altos níveis de elementos traço como selênio podem ocorrer, provocando graves danos ecológicos e potenciais impactos sobre a saúde humana.	Enriquecimento das águas subterrâneas com sais e nutrientes (especialmente nitrato).
Corte raso de florestas	Erosão do terreno, levando a altos níveis de turbidez dos rios, assoreamento do <i>habitat</i> bentônico etc. Deturpação e alteração do regime hidrológico, muitas vezes com perda de riachos perenes, provocando problemas de saúde devido a perdas de água potável.	Mudança do regime hidrológico – muitas vezes acompanhada por aumento do escoamento superficial e diminuição das recargas de águas subterrâneas – afeta a água superficial, por diminuir os fluxos em períodos de estiagem e a concentração de nutrientes e contaminantes na água superficial.
Silvicultura	Ampla gama de efeitos: escoamento superficial de agrotóxicos e contaminação de água superficial e peixes; problemas de erosão e sedimentação.	Compactação do solo limita infiltração.
Aquacultura ou Aquicultura	Liberação de agrotóxicos e altos níveis de nutrientes para as águas superficiais e subterrâneas, pela ração e pelas fezes, levando a sérios problemas de eutrofização.	

Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA,2011b)

3.4.6 Índice de Qualidade da Água (IQA) em 2021

O gráfico 03, apresenta a distribuição percentual das categorias do Índice de Qualidade da Água (IQA), referente aos anos de 2018 a 2021. De maneira geral, a qualidade das águas na sub-bacia do rio Urucua, apresentou uma piora em relação ao ano de 2020, em função da redução da frequência de ocorrência de águas nas melhores faixas. Ressalta-se que a ocorrência da classificação da qualidade muito ruim não foi observada desde 2018 (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM, 2021a).

Gráfico 03 - Distribuição percentual das faixas do Índice de Qualidade da Água (IQA) na sub-bacia do rio Urucuia, para os anos de 2018 a 2021



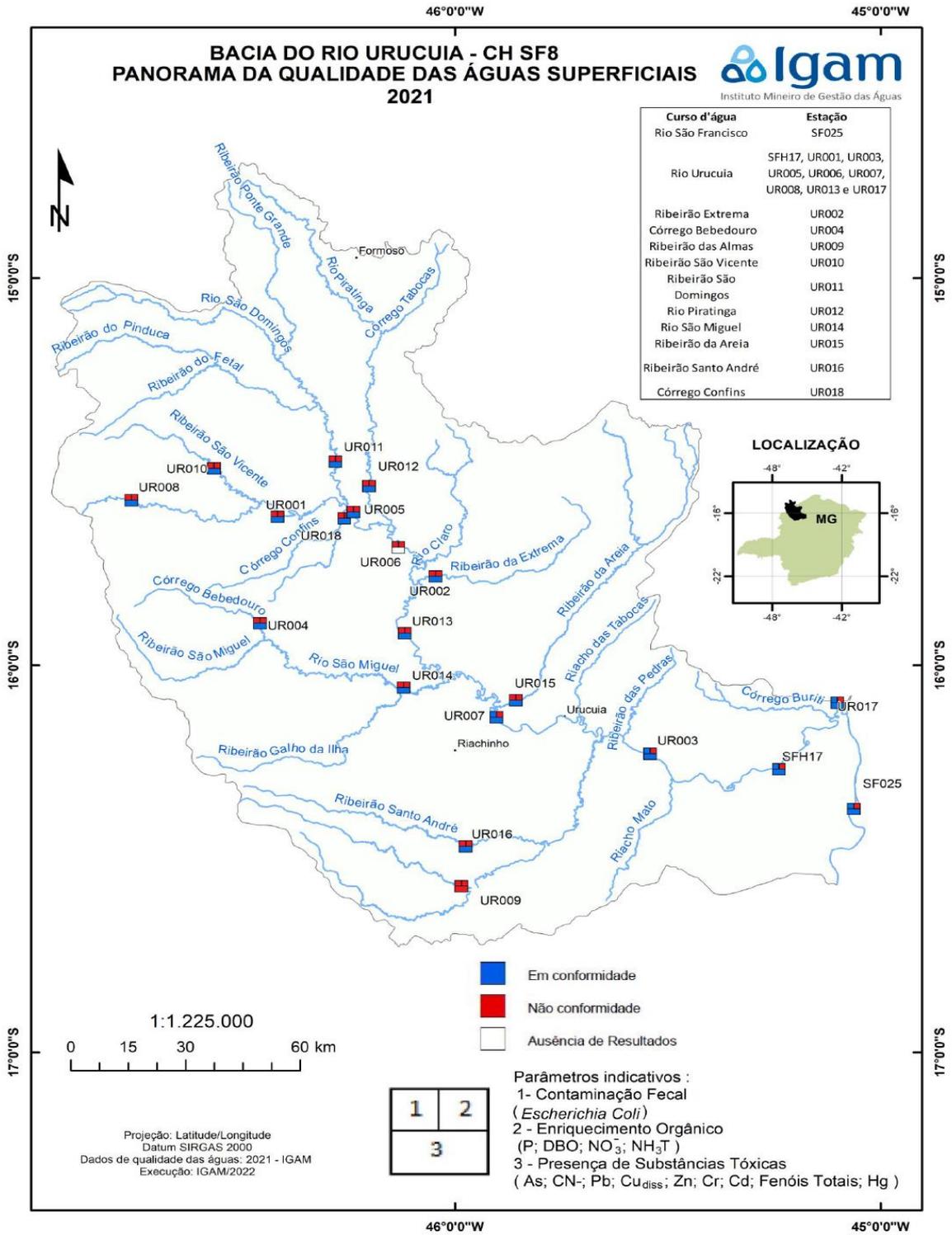
Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (2021a).

Confrontando os dados referente a média anual do IQA do ano de 2021 em comparação com o ano anterior, constatou-se que não houve melhoria em nenhuma das estações de amostragem.

As estações que se encontram em péssimas condições, são representadas pela qualidade ruim, e ocorreram em pelo menos uma campanha amostral no rio Urucuia, na cidade de Buritis (UR¹³001), após o encontro do córrego Confins, no município de Arinos (UR005), a montante do encontro do rio Claro (UR006), na ponte sobre o rio Urucuia na zona rural Buritis, próximo a localidade denominada Palmeira (UR008), a montante da cidade de Arinos (UR013), e a montante da sua confluência com o rio São Francisco (UR017 e UR018), na ponte sobre o ribeirão Extrema, a jusante da confluência com o ribeirão Boa Vista na zona rural de Arinos (UR002), no ribeirão das Almas, a jusante da cidade de Bonfinópolis de Minas (UR009), no ribeirão São Domingos, no município de Buritis (UR011), no rio Piratinga, no município de Arinos (UR012) e no ribeirão Santo André na MG-181, próximo à cidade de Bonfinópolis de Minas (UR016) (IGAM,2021). Os pontos de coleta de água para amostragem estão representados no mapa 04.

¹³ UR – Significa Rio Urucuia.

Mapa 04 – Panorama da Qualidade das Águas Superficiais – Bacia do Rio Urucuia



Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (2021a).

Considerando-se apenas os três grupos de parâmetros apresentados no mapa 04.

No quadro 03 a seguir, estão listadas as não conformidades encontradas nas águas superficiais daqueles corpos hídricos que não atenderam ao limite estabelecido pelo Instituto Mineiro para a classe de enquadramento nas estações de amostragem da Circunscrição Hidrográfica (CH), do Rio Urucuia em 2021

Quadro 03 – Parâmetros que não atenderam aos limites de contaminação estabelecidos na legislação nas estações de amostragem da Sub-Bacia do Rio Urucuia no ano de 2021

Águas superficiais	Estação de amostragem	Não conformidades encontradas
Córrego Bebedouro	UR004	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Córrego Confins	UR018	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Ribeirão da Areia	UR015	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Ribeirão da Extrema	UR002	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Ribeirão das Almas	UR009	Chumbo total, <i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Ribeirão Santo André	UR016	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Ribeirão São Domingos ou Rio São Domingos	UR011	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Ribeirão São Vicente	UR010	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio Piratinga	UR012	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio São Francisco (SF)	SF025	Fósforo total
Rio São Miguel	UR014	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio Urucuia	SFH17	Fósforo total
Rio Urucuia	UR001	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio Urucuia	UR003	Fósforo total
Rio Urucuia	UR005	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio Urucuia	UR006	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio Urucuia	UR007	Fósforo total
Rio Urucuia	UR008	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio Urucuia	UR013	<i>Escherichia coli</i> , Fósforo total
Rio Urucuia	UR017	Fósforo total

Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (2021a).

3.4.6.1 Causas:

Os resultados apurados estão correlacionados a três causas específicas: lançamento de esgoto sanitário, extração de areia e pela agropecuária. O lançamento de esgoto sanitário, principalmente oriundo dos municípios de Buritis, Bonfinópolis de Minas, São Romão e Arinos. A qualidade das águas superficiais pode ter sido deteriorada também, devido às atividades de extração de areia e pela agropecuária que ocorre em todos os municípios do Vale do Rio Urucuia. Além disso, as cargas difusas¹⁴, os processos erosivos e o assoreamento também maximizam o impacto ambiental na qualidade dos recursos hídricos da região (IGAM,2021).

3.4.6.2 Soluções:

Assim, como medida mitigadora, para que as águas sejam devolvidas com circunstâncias adequadas de qualidade, é essencial que sejam realizados investimentos em saneamento básico principalmente nos municípios de Buritis, Bonfinópolis de Minas, São Romão e Arinos.

Cabe ao poder público, mapear as empresas e os produtores que são os maiores responsáveis pelo impacto ambiental desta Circunscrição Hidrográfica (CH), para que possam arcar com os custos de um programa de recuperação do solo, da vegetação, da fauna e principalmente que favoreça a resiliência em toda a extensão do Rio Urucuia.

Outras medidas também devem ser tomadas tais como: o manejo adequado do solo, a preservação da vegetação ciliar ou de galeria (AB'SABER,1983).

É salutar, pensar no desenvolvimento de ações que promovam a educação ambiental nos municípios que poluem os recursos hídricos da região, visando

¹⁴ De acordo com Associação dos Engenheiros da Sabesp (AESABESP), (2008), a poluição por cargas difusas é formada por resíduos de origens diversas, mas principalmente pelo lixo acumulado nas ruas e calçadas, na maior parte de material que poderia ser aproveitado em reciclagem. Ela é formada por resíduos de origem bastante diversificada, como os provocados pelo desgaste do asfalto pelos veículos, o lixo acumulado nas ruas e calçadas, as decomposições orgânicas, as sobras de materiais das atividades de construção, os restos de combustível, óleos e graxas deixados por veículos, poluentes do ar, etc. De um modo geral, a poluição gerada em áreas urbanas tem origem no escoamento superficial sobre áreas impermeáveis. Tal processo carrega o material, solto ou solúvel que se transforma em cargas poluidoras bastante significativas. Além disso, a impermeabilização do solo, leva ao aumento do número de vezes em que a bacia produz escoamento superficial e ao aumento também das velocidades de escoamento, gerando maior capacidade de arraste e, portanto, maiores cargas poluidoras. As redes de drenagem urbana são responsáveis pela veiculação dessas cargas e sabe-se hoje que se constituem em importantes fontes de degradação de rios, lagos e estuários.

conscientizar a população para que a longo prazo possam mitigar o impacto nesta sub-bacia do Rio São Francisco (IGAM,2021).

3.4.7 Os conflitos de interesse por água:

Visando captar os conflitos de interesse por água, foram utilizadas as informações referentes as áreas de conflitos mapeadas pelo Instituto de Gestão das Águas Mineiro (IGAM), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. Este órgão conta com uma base de dados que dispõe de um amplo Sistema de Informação Geográfica (SIG), que possui inúmeros dados e informações sobre o Estado. O órgão por meio da sua metodologia, estabelece o que é área de conflito, definindo que:

Área de Conflito: é quando em uma determinada bacia hidrográfica ou parte desta, a demanda pelos usos estabelecidos ou usos pretendidos, seja superior à vazão outorgável, configurando indisponibilidade hídrica. A identificação de possível situação de conflito poderá ocorrer: na análise técnica, pelo Instituto de Gestão das Águas Mineiro (IGAM) ou pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), por solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, bem como sua renovação ou retificação; caso seja confirmada situação de conflito pelo uso de recursos hídricos, deverá haver a emissão de Declaração de Área de Conflito (DAC). Assim, compete, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas IGAM emitir DAC, mediante elaboração de parecer técnico, por solicitação da (SEMAD) ou através do Comitê de Bacia Hidrográfica (SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SISEMA, 2015).

Diante da eminência de conflitos de interesse por recursos hídricos, no estado de Minas Gerais é competência do sistema SEMAD – IGAM, adotar a Declaração de Área de Conflito (DAC) pela utilização dos recursos hídricos superficiais instituída por Deliberação Normativa, para a emissão de outorgas coletivas.

Caso seja confirmada situação de conflito pelo uso dos recursos hídricos, deverá ocorrer a emissão de Declaração de Área de Conflito (DAC) pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), mediante elaboração de parecer técnico, por solicitação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), ou pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, cujo este documento deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Estado, no endereço eletrônico do IGAM e também comunicado oficialmente ao comitê de bacia hidrográfica com atuação na área declarada de conflito.

O mapa 05, exibido a seguir, foi elaborado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e também da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). E a tabela 04, foi elaborada com dados do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), ambos apresentam as áreas de conflito por recursos hídricos na sub-bacia do Rio Urucuia.

Mapa 05 – Áreas de Conflitos por Recursos Hídricos na Sub-bacia do Rio Urucuia

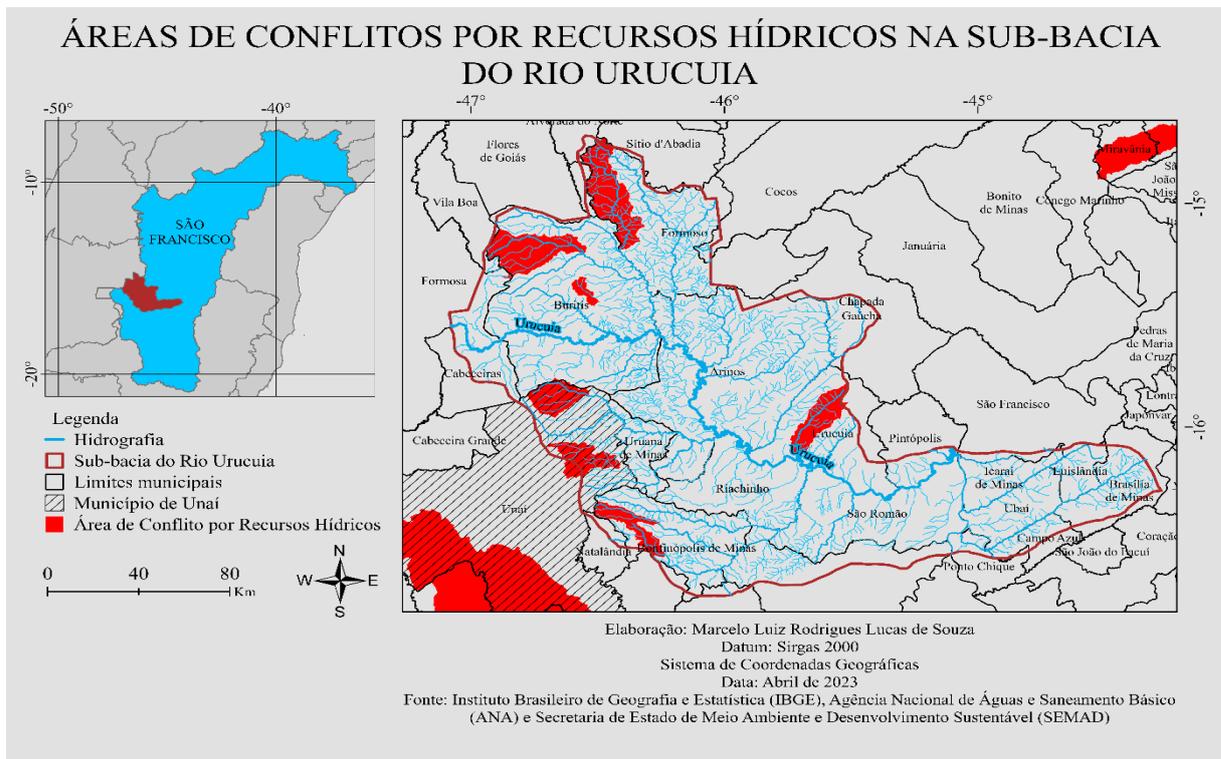


Tabela 04 – Áreas de Conflitos por Recursos Hídricos na Sub-Bacia do Rio Urucuia

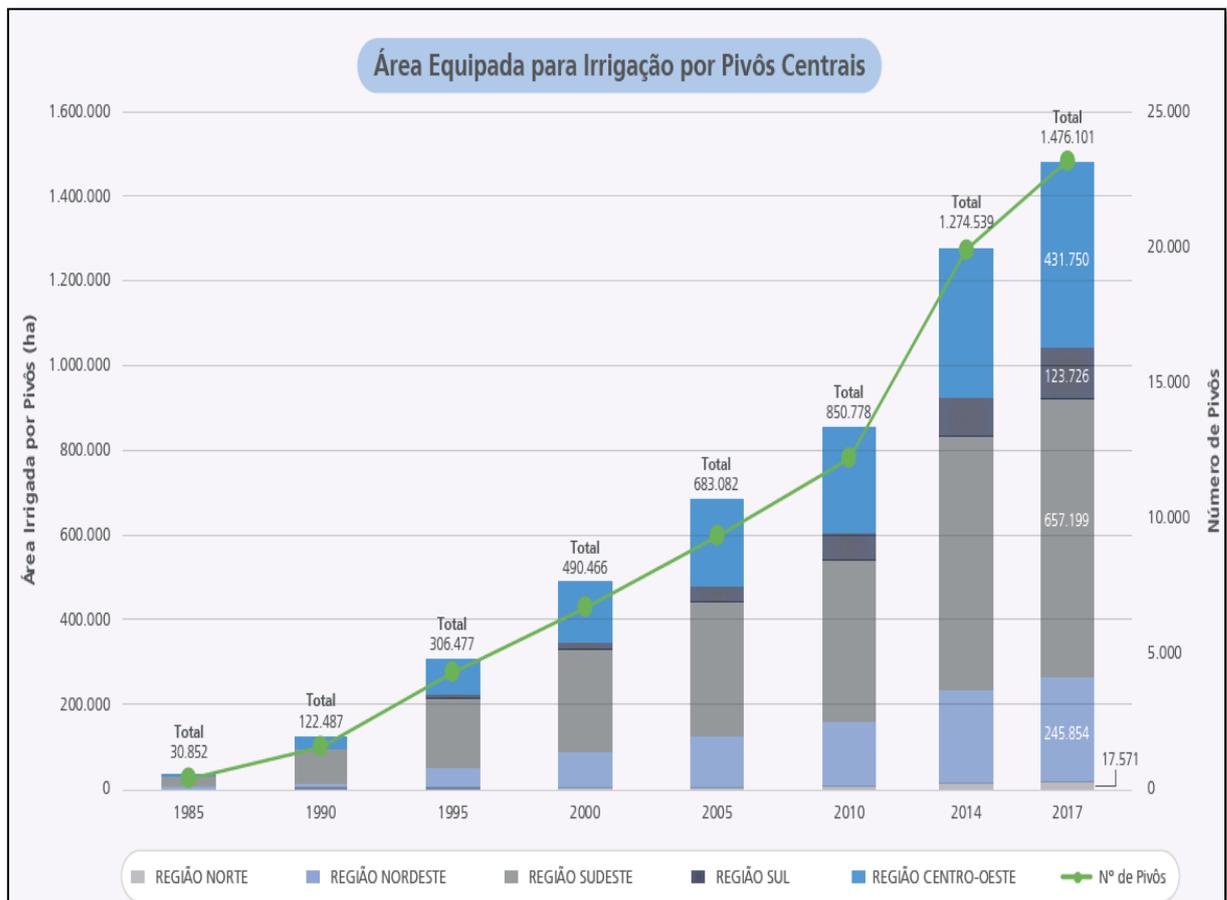
Município(s)	Bacia Hidrográfica	Curso d'água
Bonfinópolis de Minas, Unaí e Natalândia	Rio São Francisco	Ribeirão das Almas
Bonfinópolis de Minas e Dom Bosco	Rio São Francisco	Ribeirão Santa Cruz
Unaí	Rio São Francisco	Ribeirão Jiboia
Unaí	Rio São Francisco	Ribeirão Garapa

Fonte: Dados tratados pelo autor de acordo com informações do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM, 2021b).

A agricultura é uma das atividades que mais ocasiona conflitos por uso dos recursos hídricos principalmente pela crescente instalação de Pivôs Centrais, equipamentos utilizados em larga escala pela modernização agrícola brasileira.

O sistema de irrigação por pivô central foi patenteado em 1952 no estado do Colorado, Estados Unidos, e o primeiro equipamento foi instalado no Brasil em 1979, no município de Brotas, em São Paulo (Agência Nacional de Águas, 2019). A expansão dos pivôs centrais para a Região dos Cerrados teve início no entorno da represa de Três Marias e foi corroborada pela ocorrência de áreas extensas de relevo plano, abundância de água e solos profundos. O gráfico 04, apresenta o crescimento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil entre os anos de 1985 até 2017 (GUIMARÃES e LANDAU, 2020).

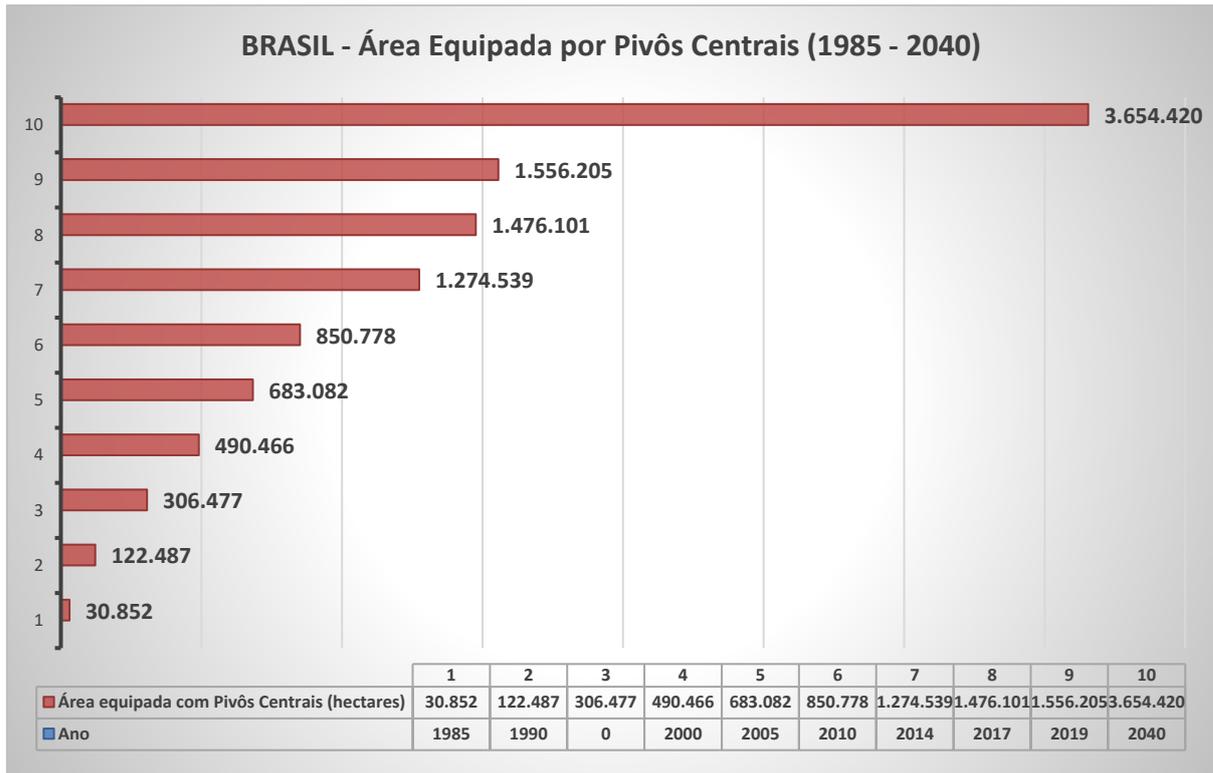
Gráfico 04 - Crescimento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil (1985 – 2017)



Fonte: Agência Nacional de Águas (2019).

O gráfico 05, demonstra a evolução da área equipada por pivôs centrais no Brasil. O gráfico evidencia ainda uma projeção que, de 2019 até o ano de 2040 está previsto um crescimento superior a 134% na área irrigada por pivôs centrais no país.

Gráfico 05 - Evolução e projeção da área irrigada por pivôs centrais no Brasil – (1985 até 2040)



***Notas:**

O zero no gráfico representa o ano de 1995, pois, não houve o mapeamento neste ano. Os dados representam uma interpolação simples entre os mapeamentos de 1990 e 2000.

São listados apenas os municípios que apresentaram pivôs mapeados em pelo menos um dos anos de referência. O gráfico baseia-se na estrutura territorial municipal vigente em 2017, de acordo com o IBGE.

Fonte: Dados tratados pelo autor de acordo com: ANA & Embrapa. Levantamento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil (1985 - 2017) / 2. ed. Brasília: ANA, 2019. Disponível em: www.snirh.gov.br > Usos da Água. Acesso em: 23 abril 2023.

O mapa 06 e o gráfico 06 apresentados a seguir, foram elaborados com as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), visando apresentar a distribuição espacial dos pivôs centrais nos municípios do Noroeste do estado de Minas Gerais. Sendo que, o município de Paracatu ocupa a primeira posição, com um total de 1.177 pivôs instalados e Unaí está na segunda colocação com um total de 819.

Mapa 06 – Distribuição dos Pivôs Centrais no Noroeste do Estado de Minas Gerais

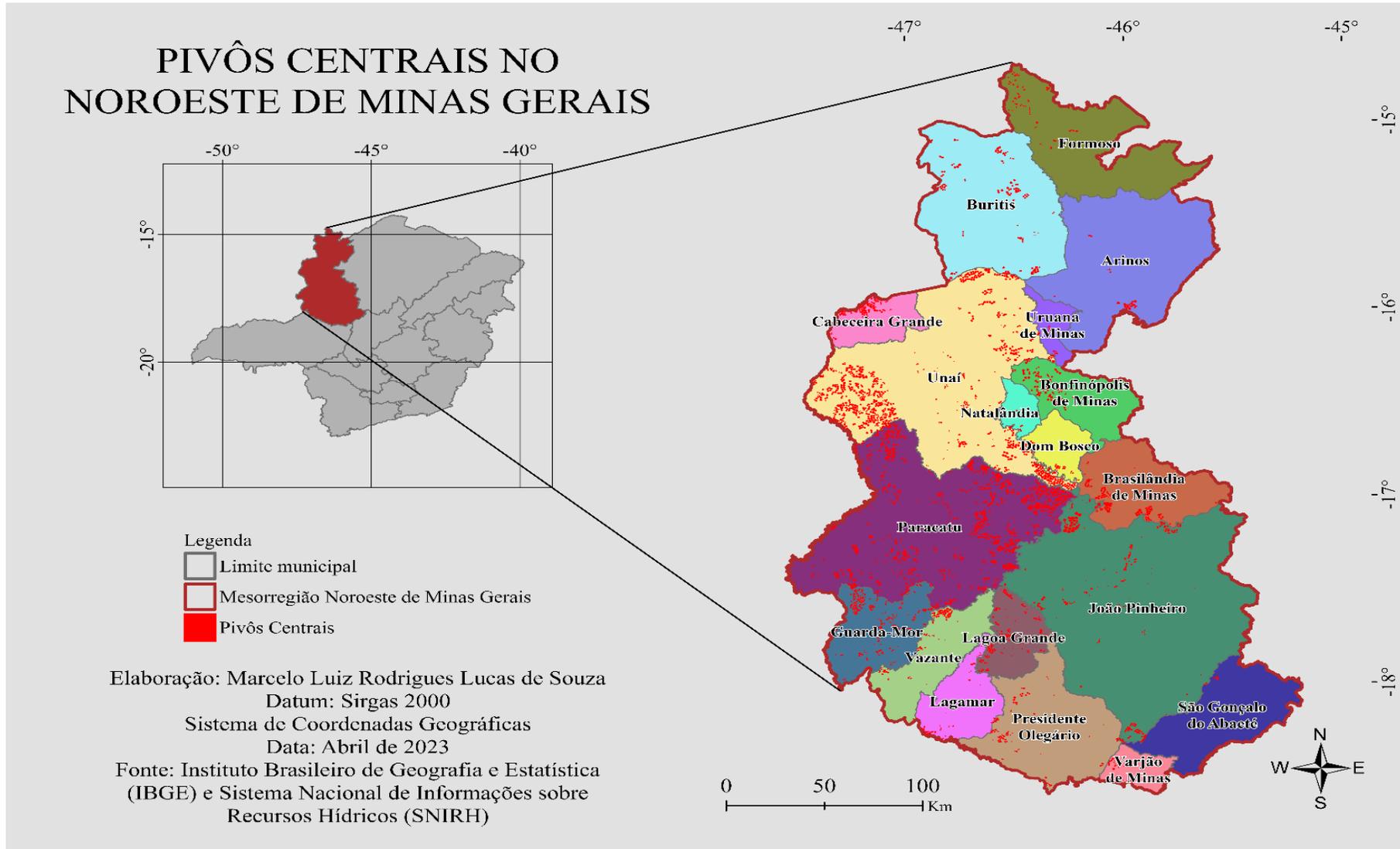


Gráfico 06 - Quantidade de Pivôs Centrais distribuídos por municípios no Noroeste do Estado de Minas Gerais



Fonte: Dados tratados pelo autor com a coleta de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)

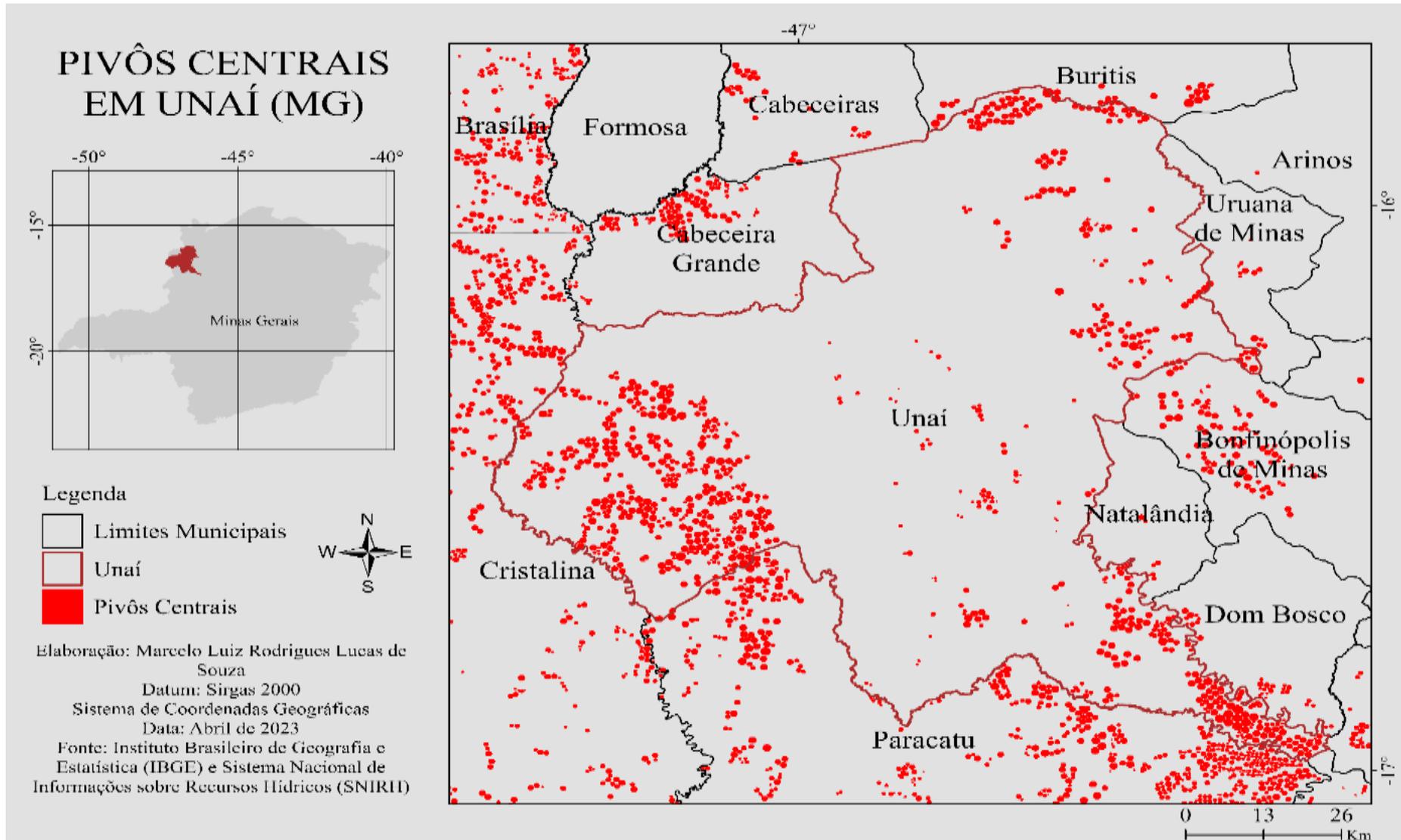
O mapa 07, foi elaborado com as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), visando apresentar o uso desta tecnologia e a distribuição espacial dos 819 pivôs centrais instalados no município de Unaí, Minas Gerais. A figura 07 apresenta um pivô na área rural.

Figura 07 - Pivô Central instalado na área rural do município de Unaí, Minas Gerais



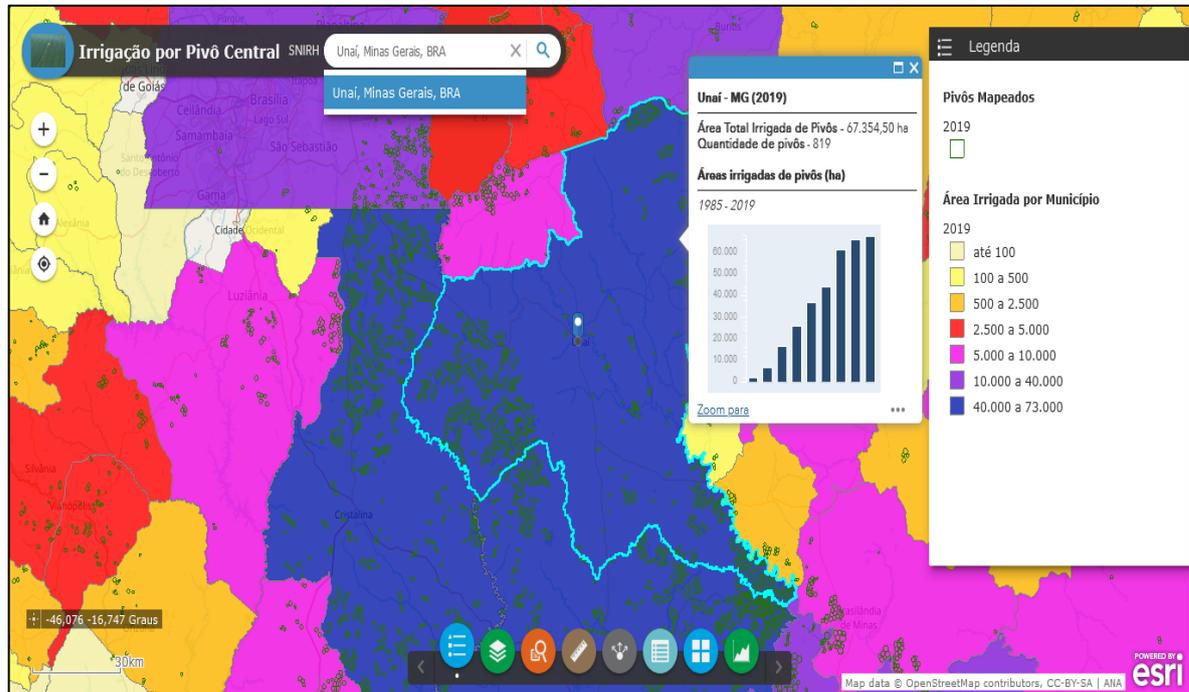
Fonte: Acervo pessoal do autor. Abril, 2023.

Mapa 07 – Distribuição dos Pivôs Centrais no Município de Unaí, Minas Gerais



De acordo com a ANA (2023), a área total irrigada por Pivôs Centrais em Unaí, Minas Gerais, corresponde 67.354,50 hectares. Conforme apresentado na figura 08.

Figura 08 – Agricultura irrigada por pivôs centrais em Unaí – Minas Gerais



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA), 2023.

Diante da extensão territorial da mesorregião do Noroeste de Minas Gerais e levando em consideração a participação da atividade agrícola na captação de água, cabe ao comitê da bacia hidrográfica do Rio Urucuia, atuar de maneira imparcial nas áreas declaradas de conflitos por recursos hídricos no qual este, deverá convocar os usuários com o desígnio da elaboração de uma proposta de alocação negociada de recursos hídricos, para fins de regularização em processo único de outorga coletiva, sob a coordenação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e com apoio técnico da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e de outros órgãos e entidades estaduais relacionados com este setor estratégico para o estado.

3.4.8 O uso dos termos:

Cabe aqui, discutir a maneira correta e a aplicabilidade que incluem o verbete Cerrado. Conforme Ribeiro e Walter (2008, p.161), eles afirmam que a utilização: “do termo cerrado evoluiu e que devem ser diferenciadas. O uso mais abrangente refere-se ao bioma predominante no Brasil Central¹⁵, que deve ser escrita com a inicial maiúscula (Cerrado)”. Cabe ressaltar que, os autores fazem alusão ao termo Brasil Central, também utilizado neste trabalho acadêmico.

Agora do ponto de vista, mais significativo para esta dissertação, Ribeiro e Walter (2008, p.161), evidenciam que: “Quando se fala em Região do Cerrado ou Região dos Cerrados, normalmente a referência é feita ao bioma, ou à área geográfica coincidente com o bioma”.

Desta maneira, todos os municípios presentes nesta pesquisa, pertencem a área geográfica onde estão os Estados de Goiás, Minas Gerais e o Distrito Federal. Por esse motivo, abarcam a Região dos Cerrados.

Conforme Vicentini (2016, p.20): “o uso da palavra cerrado para caracterizar mais que uma região física é recente e parece aliar-se, historicamente, ao discurso de planificação capitalista que se consolida em Goiás a partir dos anos de 1960”.

Discurso esse que ganha força com a produção do espaço, ampliação da infraestrutura na região Centro-Oeste e integração desta com as demais regiões brasileiras.

¹⁵ Guimarães (1941, p.348), utiliza e conceitua como: “O Brasil Central, por sua vez, a região dos grandes chapadões e dos campos cerrados, abrangeria, além de Goiás e Mato Grosso, o sul do Pará e as partes de Baía e Minas Gerais a oeste do São Francisco”.

SEÇÃO 2

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DOS CERRADOS: O PAPEL DE BRASÍLIA E A SUA IMPORTÂNCIA NA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).

SEÇÃO 2 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DOS CERRADOS: O PAPEL DE BRASÍLIA E A SUA IMPORTÂNCIA NA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).

Esta seção tem como objetivo apresentar o processo de produção do espaço urbano na Região dos Cerrados e a relevância da transferência da Capital da República Federativa do Brasil para o interior do território do país, o que consequentemente fomentou a criação de vários municípios e entre eles está Unaí, Minas Gerais.

4 A GÊNESE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DOS CERRADOS: O PAPEL DE BRASÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).

A gênese deste processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados, começa a ser concretizada através de alguns acontecimentos importantes que cabe destacar tais como: o assentamento e lançamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal (1922), construção, instalação da infraestrutura e inauguração de Goiânia (1930 – 1933) e também pelos procedimentos que favoreceram a interiorização da Capital do Brasil (1892 – 1960). Estes fatos serão apresentados nesta seção, pois, eles foram determinantes para que o país pudesse alcançar o desejado desenvolvimento econômico e a tão sonhada integração nacional do território brasileiro.

Farret (2010, p.26), esclarece que haviam duas vertentes de pensamento em relação ao interesse de interiorizar a Capital do Brasil. Sendo a primeira, “uma vertente explicativa, centrada numa curiosa combinação de ufanismo com misticismo, coloca a nova capital como produto de uma epopeia de bandeirantes moderno. Esta tendência, faz alusão ao sonho profético do padre italiano Giovanni Melchiorre Bosco (1815-1888), chamado também de São João Bosco ou apenas por Dom Bosco.

Segundo, Silva, E. (1999, p.7) afirma que essa vertente buscava cumprir: “os desígnios eternos manifestados na visão profética de Dom Bosco”. Farret (2010, p.26), ressalta ainda que: a segunda vertente é “mais realista, aponta para a ocupação do *hinterland* como vital à soberania e ao desenvolvimento nacional”.

Cabe, destacar que a implantação de Brasília, dará origem a um processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados, maximizado a partir do momento do lançamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal¹⁶. Conforme Miragaya (2010, p. 73), afirma que: “em 1922, sob a influência da emergente classe média urbana, a Semana de Arte Moderna fomentará o lançamento da pedra fundamental da nova capital na região de Planaltina”. Esse fato ocasionará a expansão da mancha urbana nas adjacências nos próximos anos.

De acordo com IBGE (1969, p. 76) *apud* Brito (2010, p.67):

Planaltina era o povoado mais antigo. Havia sido elevado à categoria de distrito em 1859, e em 1891, tornara-se sede do município goiano de mesmo nome. Em 1892, hospedou os membros da Comissão Cruls, e em 1946, os integrantes da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, chefiada pelo General Djalma Poli Coelho. Houve também a assinatura do decreto determinando a mudança da sede do Governo para o planalto, pelo então Presidente Epitácio Pessoa, e a instalação da “Pedra Fundamental da Nova Capital da República”.

Segundo Silva, R., (2021, p.11): A Pedra Fundamental do Distrito Federal conforme apresentado figura 09 é,

um monumento de concreto erguido sobre uma colina localizada nos Morros do Catingueiro, que é um conjunto composto pelos morros denominados como: Capelinha, Salve Deus e Centenário (onde foi assentada a Pedra Fundamental), localizados a leste de Planaltina. Distante a 7 quilômetros do centro urbano desta pequena cidade que na época fazia parte do interior do território de Goiás. Esse fato transforma aquele espaço em um lugar que se torna referência em toda a região e passa a alimentar o sonho de milhares de brasileiros que defendiam a interiorização da capital. Esse acontecimento se materializou como o principal desdobramento da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892) quando, demarcou a área do novo Distrito Federal. Esse era o sonho que alimentava a esperança dos habitantes do interior do país na busca de melhores condições de vida com a construção da nova capital da república, já que a diferença social em relação aos habitantes do litoral apresentava uma discrepância bastante significativa.

¹⁶ É conhecida popularmente como a Pedra Fundamental de Brasília nome utilizado pelo autor.

Figura 09 – Pedra Fundamental de Brasília



Fonte: Acervo pessoal do autor (2021).

A cerimônia de inauguração do monumento foi realizada às 12 horas do dia 07 de setembro de 1922. Após esse momento ímpar este lugar passou a ser chamado de “Serra da Independência, e a colina em que foi assentada recebeu o nome de Morro do Centenário – em alusão aos cem anos de Independência do Brasil que se comemorava naquela data. Denominações dadas por Balduino Ernesto de Almeida¹⁷” (SILVA R., 2021, p. 11).

Silva, R., (2021, p.12), afirma que:

Nos anos que antecederam a construção de Brasília, a Pedra Fundamental, desde a sua inauguração, demarcou um território que passou a ser objeto de especulação imobiliária com a criação de loteamentos para a venda de lotes em todo o país em detrimento de interesses do Estado.

Além do lançamento da Pedra Fundamental de Brasília, ocorrido em 07 de setembro de 1922, conforme já apresentado. É possível relacionar outro acontecimento importante, este ocorrido poucos anos depois e de grande relevância para o Estado do Goiás, sucedido na década de 1930 e que marca: “a chegada da modernidade, expressa na construção de Goiânia para ser a nova capital do Estado” (LUZ, 2005, p.8253). De acordo com o decreto estadual nº 3.359¹⁸, de 18 de maio de

¹⁷ Engenheiro Civil, presidente da Estrada de Ferro Goyaz, que foi designado pelo presidente Epitácio Pessoa, para cumprir o Decreto Legislativo número 4.494 de 18 de janeiro de 1922. Este ato determina que a pedra fundamental da capital federal seja lançada no planalto de Goiás, no dia 7 de setembro de 1922, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4494-18-janeiro-1922-545132-republicacao-91197-pl.html>. Acesso em: 04/02/2023.

¹⁸ Decreto nº 3.359 de 18 de maio de 1933.

1933, determinou a escolha da região às margens do córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo, no então município de Campinas, para a edificação da nova capital de Goiás.

Então de acordo com os relatos históricos¹⁹ sobre o Estado do Goiás, no dia 24 de outubro de 1933, em local definido pelo engenheiro, arquiteto, urbanista e paisagista Attilio Corrêa Lima, responsável pelo projeto urbanístico da nova capital, Pedro Ludovico lançou a pedra fundamental de Goiânia.

Cabe também destacar, que de acordo com Arrais (2007, p. 102): “Goiânia mudou definitivamente o perfil e o eixo de povoamento em Goiás. Estimulou a migração, dinamizou a economia regional, mobilizou recursos, pois se tratava não de mais uma cidade, mas de uma capital que deveria representar o progresso, a modernidade”. Assim, Luz (2005, p.8254) afirma que é:

A partir da década de cinquenta, consolidou-se a inserção de Goiás no espaço produtivo nacional. O crescimento econômico de Goiânia e a força comercial de Anápolis aliaram-se, estabelecendo uma ampla rede de serviços e atividades econômicas que propiciaram as condições para a escolha de Goiás para a implantação do Distrito Federal que, com a construção de Brasília, promoveu a abertura das rodovias de integração nacional, a exemplo da Belém-Brasília, ações estatais decisivas que possibilitaram a rápida modernização do estado de Goiás.

Para Silva e Araújo Sobrinho (2017, p.53), Goiânia “foi gerada no contexto nacional em que se buscava a redução das disparidades regionais no Brasil”. Cabe lembrar que, naquela ocasião o território brasileiro era fragmentado e se caracterizava por ilhas de desenvolvimento em seu interior e com adensamento populacional nos estados localizados no litoral.

Arrais e Pinto (2008) ratificam que:

O Centro Oeste brasileiro assistiu, no decurso dos primeiros quartéis do século XX, uma das mais eficazes estratégias de povoamento contemporâneo, com a construção de duas capitais planejadas. A primeira delas foi Goiânia, na década de 1930, que no âmbito das disputas regionais, estimulou o povoamento de uma longa faixa do Mato Grosso Goiano. Sua edificação respondeu, a um só tempo, ao projeto político das oligarquias regionais que viam na mudança da capital uma estratégia geopolítica e à necessidade de construção de um ponto a partir do qual o povoamento pudesse irradiar. Pouco tempo após a edificação de Goiânia, já na década de

Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/historia/goiania/decreto_3359.pdf. Acesso em: 08/02/2023.

¹⁹ Disponíveis no sítio da Prefeitura de Goiânia. <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/historia-de-goiania/> Acesso realizado em: 06/01/2023.

1950, o território goiano foi palco de um dos mais audaciosos projetos da história contemporânea brasileira: a edificação de Brasília. Esta nova capital do Brasil, distante do centro econômico e político do país, estimulou de igual forma o povoamento do Centro-Oeste e da Amazônia brasileira, e por isso foi um passo determinante na integração econômica das regiões brasileiras.

Vicentini (2016, p.21), reforça que: “Brasília, na realidade, é emblema do Brasil desenvolvimentista que se iniciou nos anos 30”. Após todos esses acontecimentos citados anteriormente, pode-se dizer que a partir do assentamento da Pedra Fundamental de Brasília, começaram a surgir várias cidades no interior do território brasileiro tais como: Abadiânia, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Valparaíso entre outras que pertencem ao Estado de Goiás, além de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí que fazem parte do Estado de Minas Gerais.

Todos esses municípios são originários do fenômeno de produção do espaço urbano na região Centro-Oeste no qual décadas depois dará origem a uma área denominada como: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF). Logo isso nos leva a pensar se a construção de Brasília fomentou a produção do espaço urbano na região do Brasil Central. Tal fato, engendrou a criação de vários municípios e posteriormente, favoreceu a consolidação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF)? A RIDE/DF, é uma estratégia do governo voltada ao planejamento e desenvolvimento da região do entorno do Distrito Federal.

É importante elucubrar, se as transformações ocasionadas no espaço regional do Brasil Central que, foram realizadas por meio da análise e sistematização do processo de urbanização da região do bioma Cerrado a partir da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Nesse sentido, pelo uso do método geohistórico e a sistematização de autores que abordem a urbanização, fazendo uso também da análise de documentos oficiais e o uso de materiais cartográficos.

Milton Santos (2014a), atesta para a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia, quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da ideia de sistema de tempo”, ou ainda, que os elementos do espaço variam de acordo com o movimento da história. Na visão de Santos (2014a, p.103), “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”.

Diante deste duplo aspecto podem-se tirar dois elementos que mais atuam na sua constituição. O primeiro diz respeito a história pretérita da paisagem, que muito explica a feição atual. E o segundo, refere-se à ação do próprio homem que, ao apropriar-se do ambiente, modifica o quadro natural existente. Assim, os “elementos do espaço” mudam seu papel no sistema espacial a cada momento histórico e, neste sentido, ele reforça a importância da dimensão temporal na análise do espaço.

4.1 A intensificação da produção do espaço urbano fomentado pela história da transferência da capital para a região do Brasil Central

No intuito de favorecer a compreensão sobre o movimento de produção das cidades contemporâneas e o fenômeno urbano, faz-se necessário analisar inicialmente como se dá a produção do espaço. Nesse sentido, a análise, vai em direção ao pensamento que considera a produção do espaço urbano fomentado pela transferência da capital para a região do Brasil Central.

Desta maneira, Santos (2014a, p.128) destaca que:

O que realmente se dá, nestes nossos dias, é a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber a sua simultaneidade. O evento é uma manifestação corpórea do tempo histórico, algo como se a chamada flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da terra, povoando-o com um novo acontecer.

Logo nos cabe, o pressuposto para pensar a espacialidade em seus fundamentos sociais, isto é, a produção do espaço inserida no conjunto de produções que dão conteúdo a vida humana, o que permite observar uma dupla determinação existente no processo. “De um lado, a produção de objetos, produtos, mercadorias (o que significa dizer que o processo de produção gera um mundo objetivo) e também a produção do espaço” (CARLOS, 2018, p. 56). Diante da intensificação do processo de produção do espaço no Brasil Central.

Araújo Sobrinho (2008, p.80-81), caracteriza as cidades de Brasília e Goiânia como:

As duas maiores metrópoles da Região Centro-Oeste do Brasil e os municípios de sua área de influência. Esse eixo apresenta características naturais e socioeconômicas bem diversas, porém a sua posição geográfica e a análise das transformações recentes em sua estrutura urbano-regional permitem considerar essa região como uma das mais dinâmicas nas últimas décadas no Brasil.

As facilidades de transporte, a implantação de infraestrutura, o agronegócio e o significativo mercado consumidor, a centralização do poder, entre outros fatores, explicam a consolidação do eixo Brasília-Goiânia no cenário regional brasileiro e até mesmo global.

Os primórdios da ocupação da região datam dos Séculos XVIII e XIX, posteriormente há a implantação de dois grandes projetos nacionais, respectivamente: a Marcha para o Oeste e a construção de Goiânia e Brasília (Século XX). Ambos alteraram as estruturas urbano-regionais até então existentes. Porém, na década de 1990, a região rapidamente se transformou em importante centro industrial, comercial e de agronegócio, e especialmente as cidades de Brasília e Goiânia tornaram-se cabeças dessas modernas redes de expansão econômica.

A influência dessas duas metrópoles espalha-se sobre muitos municípios nos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins, configurando importante rede no cenário regional brasileiro contemporâneo.

Desta forma, a práxis revela que, “o homem se objetiva construindo um mundo real e concreto, ao mesmo tempo em que se subjetiva no processo ganhando consciência sobre essa produção” (CARLOS, 2015, p. 11). Portanto, a análise espacial proposta, redireciona o pensamento do espaço como localização dos fenômenos, para pensar as relações sociais como conteúdo social que se realiza num espaço-tempo determinado ao longo da história, considerando o conteúdo da prática sócio espacial em toda a sua complexidade essa, que não foge à regra no território brasileiro como será apresentado nas próximas páginas.

4.2 AS CAPITAIS BRASILEIRAS: Ontem e Hoje

4.2.1 Brasil Colônia – A Primeira Capital: Salvador

O contato inicial dos descobridores portugueses com as terras de onde veio a ser fundada a atual cidade de Salvador estado da Bahia, aconteceu no momento em que a viagem da nau, a qual Cabral mandou levar ao Reino a boa-nova do “descobrimento” do Brasil.

A expedição que partiu de Portugal, para reconhecer a nova conquista da coroa, se deu em 1º de novembro de 1501. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1958, p. 182), quando “encontrou uma baía ampla, cheia de ilhas e muitos habitantes, à qual, sob inspiração da própria data, dera o nome de ‘Baía de Todos os Santos’ ”.

Gilberto Freyre, o ensaísta, historiador e sociólogo brasileiro, afirma em sua célebre obra “Casa Grande & Senzala, que no momento em que os portugueses desembarcaram no Brasil encontraram uma população nativa vivendo ainda na pré-

história, com hábitos simples e uma forte ligação com a natureza. Freyre elabora uma discussão muito interessante, ao comparar os nativos com os colonizadores portugueses recém-chegados.

O historiador tece uma análise do encontro entre os nativos (denominados de índios) e os colonizadores (europeus), afirmando que os primeiros viviam ainda como um bando de crianças grandes da civilização, enquanto os portugueses já se encontravam na fase adulta com uma cultura de exuberante maturidade.

O encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas (FREYRE, 2006, p. 158).

Desta forma, é importante destacar que os primeiros contatos foram pacíficos e de bom entendimento para ambos os lados. Mas merece destaque o fato de que, os portugueses sempre desenvolveram uma postura arrogante, indicando a sua cultura e religião como superiores às dos nativos.

De acordo com Del Priore e Venâncio (2010, p. 16):

Inicialmente, os portugueses não afetaram a vida dos indígenas e a autonomia do sistema tribal. Enfurnados em apenas três ou quatro feitorias dispersas ao longo do litoral, dependiam dos nativos, seus “aliados”, para sua alimentação e proteção. O escambo de produtos como pau-brasil, farinha, papagaios e escravos – motivos de guerras intertribais – por enxadas, facas, foices, espelhos e quinquilharias dava regularidade aos entendimentos. Mas, a partir de 1534, aproximadamente, tais relações começaram a se alterar. Chega ao fim a fase em que os brancos se mantiveram dependentes dos nativos. O estilo de vida e as instituições sociais europeias, como o regime de donatarias ou de capitânicas hereditárias, entranhavam-se na nova terra. Não por acaso, nesse momento multiplicam-se as queixas dos portugueses em relação aos índios.

Após esses fatos, em 1549, foi fundada a cidade de “São Salvador da Bahia de Todos os Santos”, depois nomeada apenas como “Salvador”²⁰. É a partir daí começaram a erguer-se os fortes, igrejas, aldeias de taipa, colmo e as cercas de defesa. Foi-se espalhando, com a mão-de-obra escrava e o índio cativo, a plantação

²⁰ A data de fundação não é precisa e já foi alvo de inúmeras discussões. De acordo com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), a fundação de Salvador, ocorreu em 29 de março de 1549, pois, foi neste dia que Tomé de Souza desembarcou na enseada do Porto da Barra. Disponível em: <https://www.ighb.org.br/single-post/a-pol%C3%A4mica-da-data-de-funda%C3%A7%C3%A3o-de-salvador>. Acesso em: 15 jan.2023.

da cana-de-açúcar, sertão a dentro, não obstante as lutas com piratas e corsários durante os dois primeiros séculos.

No século XVII, ocorreu a guerra contra os invasores holandeses e isso fez Salvador perder seu aspecto silencioso e tranquilo, transformando-se, por algum tempo, num movimentado centro de atividade bélica.

Cessadas as hostilidades, a cidade expandiu-se: foi uma era de construção de palácios, santuários e conventos. A vida intelectual intensificou-se com a fundação de Academias, (IBGE, 1958, p. 198), a “Diocese da Bahia foi elevada à categoria de Arcebispado, metropolitana do Estado do Brasil”.

Salvador, foi capital da Colônia por 214 anos, pois, no ano de 1763, o Rio de Janeiro se tornará a segunda Capital do Brasil.

4.2.2 Brasil da Colônia a República – A Segunda Capital Federal: Rio de Janeiro

De acordo com o (IBGE, 2014): a cidade foi mencionada pela primeira vez oficialmente no momento em que a: “segunda expedição exploratória portuguesa, comandada por Gaspar Lemos, chegou em janeiro de 1502, à baía, que o navegador supôs, compreensivelmente, ser a foz de um rio, por conseguinte, dando o nome à região do Rio de Janeiro.” Porém, apenas no ano de 1530, a corte portuguesa enviou uma expedição para colonizar a área, em vez de ficar usando-a simplesmente como uma parada em suas explorações marítimas.

Os franceses, por outro lado, já tinham estado no Rio de Janeiro e arredores desde o começo do século e estavam dispostos a lutar pelo domínio da região. “No ano de 1560, depois de uma série de escaramuças, os portugueses em fim conseguem expulsar os franceses.”²¹

O Rio de Janeiro se desenvolveu graças à sua vocação natural como porto. Na mesma época em que o ouro foi descoberto no Estado de Minas Gerais, no final do século XVII, o governador no Brasil foi feito Vice-rei. Salvador era capital da colônia, mas a importância crescente do Porto do Rio, em virtude da mineração em Minas Gerais, garantiu a transferência da sede do poder para a região Sudeste.

²¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades* - Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/historico>. Acesso em: 24 maio 2022.

Conforme afirma Ramiro Júnior (2020):

Com a exploração das Minas e a circulação de mercadorias e pessoas por essa região, o eixo do poder no Vice-Reino do Brasil se desloca, levando D. José I (1714-1777) a determinar em 31 de agosto de 1763 a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. O Rio se tornou Capital, "cabeça do Estado do Brasil", como então se dizia, pela carta-régia de 27 de janeiro de 1763.

Ramiro Júnior (2020), expõe também os motivos para a transferência da capital para o Rio de Janeiro ocorrida no ano de 1763:

A mudança foi estratégica, na visão do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, pois era preciso proteger o escoamento de riquezas pela região. A Baía de Guanabara já havia dado acesso aos franceses no passado, e o Império português procurava fortalecer o apoio militar contra as tropas espanholas no litoral sul do país. O primeiro vice-rei na nova capital foi D. Antônio Álvares da Cunha (1700-1791), Conde da Cunha, que fez boa administração, tomando uma série de medidas para moralizar práticas administrativas. No pouco tempo que durou o exercício de sua função administrativa, reparou todas as fortalezas desmanteladas, construiu o Arsenal Militar e de Marinha (onde se armou a famosa nau S. Sebastião), organizou o hospital dos Lázaros e não deixou de amparar aos colonos que, no Sul, enfrentavam os espanhóis que forçavam a fronteira. Administrador do Vice-Reino entre 1763 e 1767, Conde da Cunha foi o principal responsável pela afirmação do Rio de Janeiro como capital, moradia do vice-rei e centro político do Brasil. Essas circunstâncias foram centrais para permitir o estabelecimento da sede de todo Império lusitano no Brasil. Desde 1763, o Rio convive com essa noção contínua de capitalidade nacional, caixa de ressonância, lugar que de algum modo resume parte do melhor e do pior do Brasil. É a sede de parte central das preciosidades culturais da nação, como a Biblioteca Nacional.

O nascimento do Brasil acontece, de acordo com Couto (2001, p. 33):

Em 1763, no reinado de José I, por decisão do marquês do Pombal, primeiro ministro de Portugal, o Rio de Janeiro substituindo Salvador, torna-se a capital colonial. Era cidade pequena e sem grandes atrativos, exceto a exuberante beleza natural. Do Nordeste para o Sudeste puxado principalmente pelos interesses na mineração do ouro em Minas Gerais. O Rio de Janeiro será a capital do país por quase duzentos anos.

Esse foi um deslocamento onde a capital da colônia é direcionada para outra parte do território brasileiro, puxada pelos interesses da corte portuguesa e da burguesia crescente no Brasil colonial.

O Rio de Janeiro manteve sua posição até meados do século XX, quando ocorre a segunda transferência com a inauguração de Brasília como a capital da República em 1960.

4.2.3 A História da Transferência para o Centro do Território Brasileiro

Assim, no intuito de concretizar de fato a interiorização da capital para o centro do Planalto Central e alterar completamente a dinâmica territorial na região foram necessários, nos primórdios da República, designar a formação de uma comissão para executar o projeto do futuro Distrito Federal.

De acordo com a determinação constitucional de 1891, estabeleceu-se a mudança da Capital do Brasil para a região do Brasil Central. A promulgação definitiva ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1891 e naquela data ficava estabelecido na Carta Magna em seu:

Artigo 2: Cada uma das antigas províncias formará um estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao dispositivo do artigo seguinte. Artigo 3: Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal. Parágrafo único: Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito passará a constituir um Estado.²²

De acordo com Vasconcelos, (1995, p. 31): “um senador piauiense, Nogueira Paranaguá, propôs, no mesmo ano, ao Executivo, a criação de uma comissão para tornar efetivo o desejo da Carta Magna”. Surge então a comissão Cruls que será apresentada logo a seguir.

4.2.3.1 A comissão Cruls

No intuito de dar cumprimento ao dispositivo constitucional, conforme Silva, E., (1999, p. 49): o então Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, através da Portaria número 119-A, de 17 de maio de 1892, organizou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, confiando a sua direção ao eminente doutor Louis Ferdinand Cruls nome do engenheiro e geógrafo belga que após ser naturalizado brasileiro por Dom Pedro II, ele passou a ser chamado como: Luiz Cruls. Que, na época, ocupava a função de Diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 08 junho 2021.

Conforme Sautchuk, (2014, p. 18): “talvez a mais importante instituição de estudos e pesquisas do Brasil daqueles tempos”. Tais fatos justificam o porquê da confiança conferida a ele para a missão no Planalto Central.

De acordo com Couto (2001, p. 45), “O grupo de vinte pessoas, sai do Rio em 9 de junho de 1892 e chega a Meya Ponte, Goiás, no dia 1º de agosto”. De acordo com Silva, E., (1999 p. 122), a missão vai até, “Pirenópolis, onde a Comissão se divide em dois grupos: um deveria seguir caminho direto até a cidade de Formosa; o outro, que atingiria também Formosa, seguiria linha quebrada, passando pela cidade de Santa Luzia” (atualmente com o topônimo de Luziânia).

Na figura 10, é possível observar o grupo com os pesquisadores viajantes responsáveis por demarcar a área provável onde será construída a nova Capital do Brasil. Luiz Cruls, é o segundo da esquerda para a direita, em pé, de chapéu preto em destaque.

Figura 10 – Membros da Comissão Cruls – Meya Ponte hoje Pirenópolis – GO – 1892



Fonte: (SAUTCHUK, 2014, p. 27)²³

Com a missão de estudar e demarcar o perímetro que será destinado a futura Capital do Brasil nas regiões interioranas, a Comissão Cruls realizou, ao longo de dezoito meses, entre anos de 1892 e 1893 um trabalho “completo e magistral” de estudos e observações científicas sobre as regiões planaltinas do interior goiano.

²³ SAUTCHUK, Jaime. **Cruls: histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer Brasília**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

Segundo Vasconcelos (1995, p. 31), “o estudo culminou com a demarcação prevista da área de 14.400 quilômetros destinada à nova Capital brasileira, sob a forma de um quadrilátero”. Denominado de Quadrilátero Cruls em destaque na figura 11, passou a ser representado no mapa do Brasil com a designação de futuro “Distrito Federal”.

Figura 11 – O Primeiro Mapa do Brasil aparecendo ao centro o Quadrilátero Cruls



Fonte: VASCONCELOS, 1978, p. 139.

Conforme apresentado por Silva, E., (1999, p.47-48), os principais trabalhos desenvolvidos pela Comissão Exploradora denominada como Missão Cruls foram:

- a) Demarcação da zona reservada para o Distrito Federal, com uma extensão de 14.400 quilômetros quadrados, e limitada por dois arcos de paralelo e dois arcos meridiano. Levantamento de itinerários percorridos, numa extensão de cerca de 4.000 quilômetros.
- b) Levantamento das Lagoas “Feia”, “Formosa” e “Mestre d’Armas.
- c) Medição das despesas ou débitos fluviais do Corumbá e Congonhas do Ouro, Saia-Velha, Descoberto, Alagado, Santa Maria, Areia, Palmital, Mesquita, Sant’Ana, Papuda, Paranoá, Mestre d’Armas, Pipiripau, Preto e Jardim.

- d) Declinação magnética em Pirenópolis, Entre rios, Santa Luzia, Formosa e Jardim.
- e) Posição geográfica de grande número de pontos e suas altitudes.
- f) Diferença de longitude pelo telégrafo elétrico entre Goiás, Uberaba, São Paulo e a Capital Federal.
- g) Estudo da geologia da região explorada.
- h) Coleção mineralógica e botânica da mesma região.
- i) Plantas das cidades de Catalão, Pirenópolis, Santa Luzia, Formosa, Goiás e Mestre d'Armas.
- j) Fotografias de grande número de vistas.

Além de indicar o melhor local para a nova capital, cuja a escolha se confirmou com a construção de Brasília, 65 anos depois, a Missão Cruls de acordo com (Vasconcelos 1978, p. 166): também “identificou cientificamente observações anteriores da Comissão Exploradora do Planalto quanto à excelência do clima e das águas da região, através de pesquisas meteorológicas e hidrográficas”.

Oliveira, J. (1962, p.63), faz uma homenagem aos dois presidentes pela realização dos trabalhos ocorridos antes do processo de interiorização da Capital iniciado por ele no ano de 1957:

O marechal Floriano Peixoto afirmou, quando presidente do Brasil, há quase setenta anos, que, se os trabalhos da Comissão Demarcadora se concluíssem durante o seu governo, transferiria a Capital para o Planalto, ainda que a instalasse, de início, em barracas. O presidente Eptácio Pêsoa, em comemoração ao I Centenário da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1922, lançou a pedra fundamental da nova capital, na solidão do planalto goiano. Aos dois presidentes e a todos os que desde há dois séculos, desejaram ver no coração do País a sede do Govêrno, minha sincera homenagem.

Após estes fatos, que serviram de referência. Outras missões ocorreram posteriormente, como por exemplo: a comissão Poli Coelho e a Donald & Belcher que serão apresentadas a seguir.

4.2.3.2 A comissão Poli Coelho

As Constituições Brasileiras foram promulgadas nos anos de 1891, 1934, 1937 e 1946 já conjecturavam sobre a criação da nova capital do Brasil no interior. Durante o debate na Comissão de Estudos sobre este tema na Constituição de 1946, duas correntes de ideias se formaram. Uma liderada por Jerônimo Coimbra Bueno com o apoio do general Djalma Poli Coelho, presidente da comissão que defendia o caminho demarcado por Luiz Ferdinand Cruls.

A turma contrária a ideia era composta pelo engenheiro civil Lucas Lopes que defendia a capital na região do Triângulo Mineiro e contava também com o apoio de

políticos mineiros entre eles cabe destacar: “Daniel Serapião de Carvalho²⁴, Juscelino Kubitschek de Oliveira²⁵ e Israel Pinheiro²⁶, todos da bancada mineira” (CARAVELLAS, 2018, p. 21).

De acordo com Vasconcelos, (1978, p. 300), “O pensamento dos constituintes de 1891, depois ratificada pelos constituintes de 1934, é, agora, em 1946, consolidada como princípio fundamental o sentimento nacional”. Sessenta dias após promulgada a Constituição de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra, nomeia uma comissão sob

²⁴ Segundo o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), Daniel Serapião de Carvalho, nasceu em Itabira, então Itabira do Mato Dentro, em 9 de outubro de 1887 e faleceu no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1966. Ingressou no serviço público, em 1907, por indicação do presidente João Pinheiro, indo ocupar um cargo de amanuense (copista), na Secretaria de Agricultura, onde por reconhecimento de sua competência recebeu várias promoções até alcançar a chefia do órgão após bacharelar-se em 1909, pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Foi eleito para a Assembleia Constituinte de 1946 e nesse mesmo ano assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas e Unesco. Na Constituinte, trabalhou na Comissão de Finanças e principalmente no capítulo da Constituição relativo ao orçamento. Também defendeu a mudança da capital da República para o Brasil Central. Disponível em: <https://www.ihgm.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaltemMenuConteudo=7535>. Acesso em: 23 jan.2023.

²⁵ De acordo com informações do Arquivo Nacional, Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu na cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Estudou no seminário dos padres Lazaristas (1914). Cursou a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (1927), atuando como médico até a década de 1940. Foi nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), participou da criação do Partido Social Democrático (PSD) em Minas Gerais e foi escolhido como primeiro-secretário da seção mineira desse partido (1945). Deputado constituinte pelo PSD/MG (1946). Elegeu-se deputado federal (1946-1950) e governador de Minas Gerais (1951-1955). Concorreu à presidência da República pela coligação PSD-PTB, tendo como vice João Goulart, e tomou posse em 31 de janeiro de 1956, após grave crise política. Juscelino Kubitschek iniciou seu governo quando o país contava com aproximadamente 60 milhões de habitantes. Sua gestão foi marcada pelo Plano de Metas, cujo lema "cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo" se traduziu, sobretudo, em crescimento industrial. Entre 1955 e 1961, a produção do setor cresceu 80%, destacando-se as indústrias do aço, mecânicas, elétricas e de comunicações, e de equipamentos de transportes. Entre 1957 e 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano. Esse processo, orientado pelo projeto nacional-desenvolvimentista, foi possibilitado pela existência de um amplo mercado interno, pela capacidade de produção de ferro e de aço e pela disposição externa de investimento. Além do incentivo à entrada de capitais externos, o governo voltou-se para as áreas de transporte e de energia, constituindo uma infraestrutura para a expansão do parque industrial. Abandonou definitivamente a política com a extinção da Frente Ampla (1968). Entrou para a Academia Mineira de Letras (1974). Passou a se dedicar à sua fazenda em Luziânia-GO (1975). Foi eleito "Intelectual do Ano" (1975) e em 1976 recebe o Troféu "Juca Pato". Faleceu em acidente automobilístico, na via Dutra, próximo a Resende, em 22 de agosto de 1976. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/113-juscelinol-kubitschek>. Acesso em: 23 jan. 2023.

²⁶ Conforme dados do Portal Interlegis - Senado Federal, Israel Pinheiro nasceu na cidade de Caeté em Minas Gerais, em 4 de janeiro de 1896. Foi um político brasileiro, Presidente da "Companhia Urbanizadora da Nova Capital" (Novacap) e logo após a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, foi nomeado o primeiro Prefeito do Distrito Federal. Era Filho do estadista João Pinheiro da Silva. O espírito empreendedor de Israel Pinheiro se revelou, de forma incomparável, durante a construção da Nova Capital do Brasil quando surgiu a expressão "espírito de Brasília", que Israel definiu como "tudo o que há de contrário ao derrotismo sistemático". Disponível em: <https://www.interlegis.leg.br/comunicacao/noticias/2008/04/o-pioneirismo-de-israel-pinheiro>. Acesso em: 23 jan. 2023.

a presidência do engenheiro militar general do Exército brasileiro Djalma Poli Coelho. Essa comissão era composta por onze engenheiros e um médico sanitarista e tinha como finalidade reafirmar, ratificar ou mesmo alterar as análises do relatório conclusivo da Missão Cruls entregue no ano de 1893.

Djalma Poli Coelho foi comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro e ex-aluno da turma de 1909. Ele que durante a Segunda Guerra Mundial, chefiou o serviço de Geografia do Exército, onde realizou um levantamento de parte do litoral nordestino com o objetivo de defender essa área, de fácil acesso, do ataque de estrangeiros. Um oficial com um amplo conhecimento técnico e administrativo e preparado para tal missão, a qual levou o seu nome e que ocorreu entre os anos de 1946 a 1948. Em 1946, também foi promulgada a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil e em 1948 a Comissão Poli Coelho, ratifica as análises e o relatório final da missão Cruls, que foi considerada como o marco gerador da definitiva questão da mudança da capital.

De acordo com (IBGE, 1948, p. 06): “considerando que essa área central do Brasil foi reconhecida, estudada e caracterizada pela Comissão Cruls, que ali delimitou, na forma da Constituição então vigente, o "distrito federal" da futura metrópole brasileira”. O relatório da comissão reforçou a escolha da área inicialmente proposta pela Missão Cruls e serviram de direcionamento para o desenvolvimento do Relatório norte americano que seria encomendado anos depois pelo General Aguinaldo Caiado de Castro.

4.2.3.3 O relatório Donald Belcher & Associates

A primeira medida somente aconteceria em 1952, no momento no qual o Congresso Nacional aprovaria um decreto que previa os estudos definitivos para a localização da nova capital. Foi criado então um outro grupo que, entre outros trabalhos, contratou a firma norte-americana Donald Belcher & Associates, especializada em estudos de aerofotográficos.

A segunda medida adotada foi o contrato com a empresa americana Donald Belcher & Associates, de Nova York para analisar o estudo da região da mesma área analisada pela empresa anterior. Através de análise feita, Donald Belcher & Associates, chega à conclusão de plena confiabilidade, destaca a preocupação

quanto à topografia, clima, condições geológicas e riquezas hídricas. Foram escolhidos cinco sítios que, diante das condições, se mostraram mais adequados para receber a sede do governo brasileiro. Os sítios eram divididos por cores e o escolhido foi o castanho, onde estava e está o Plano Piloto. O Planalto Central foi, finalmente, definido como o local apropriado para construção de Brasília.

Segundo Vasconcelos (1978, p. 331): “O local fica a 25 quilômetros a sudoeste de Planaltina”. Seu detalhe topográfico principal é um domo de forma triangular definido pelo Córrego Fundo e a Ribeirão Bananal, quando se juntam para formar o Rio Paranoá, que então corre no rumo leste para o rio São Bartolomeu. Após a escolha e delimitação da área estava quase tudo pronto para a definitivamente dar o próximo passo e rumo a terceira mudança da capital para o interior do país.

4.2.3.4 Brasília como fenômeno da produção do espaço na região Centro-Oeste.

A mudança da capital federal para a região do Brasil fez parte de um movimento, empreendido em especial no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que pretendia modernizar o país, dotando-o de indústrias e de infraestrutura compatíveis com a inserção no contexto mundial e o desenvolvimento econômico. Para Da Silva, (2007, p. 33): Esse ideal foi expresso oficialmente pela primeira vez na Constituição de 1891, “cujos artigo 3º determinava a transferência da capital “para o Planalto Central do país” e posteriormente pelo dispositivo que foi transcrito no artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946”. Porém, a vontade de interiorizar a capital para o Planalto Central, já havia sido anunciada anos antes.

De acordo com Vasconcelos (1995, p. 23):

A primeira manifestação, no Parlamento Brasileiro, em favor da mudança da Capital do País, para as regiões interioranas, ocorreu com José Bonifácio de Andrada e Silva, no primeiro momento do Brasil Império, em 1823, durante a Assembleia Constituinte e Legislativa. Um ano antes ocorrera a independência do Brasil, até então colônia de Portugal.

Desta maneira, pouco mais de um século depois, mais precisamente em 1956, começa o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que se propõe a fazer cinquenta anos de desenvolvimento em cinco de governo. Não consegue, embora tente. Para Couto (2001, p. 22): “ele tenta com tanta vontade e força que altera o referencial histórico do país”. Existe um Brasil antes dele e outro depois.

A promessa de transferir a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central surgiu inusitadamente no primeiro comício eleitoral da campanha presidencial, realizada em 4 de abril de 1955, na pequena cidade de Jataí, interior de Goiás. (OLIVEIRA, M. 2005, p. 59)

Para o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Brasília surgiu “de um quase nada, como todas as grandes iniciativas”. De fato, o primeiro contato de JK e de Israel Pinheiro com a região de Brasília ocorreu durante a visita realizada em 1956. Foi Ernesto Silva, futuro diretor na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) que, com a ajuda de mapas, explicou a JK, durante o trajeto de avião, todos os trabalhos que os governos anteriores já haviam realizado em prol da mudança.

Conforme relata Oliveira, M. (2005, p. 61): pouco a pouco, surgiu uma relação particular, quase pessoal, entre JK e este “quase nada”, fazendo crer a muitos que a construção da cidade não passaria de capricho político e de ambição pessoal desmesurada.

Juscelino tinha também o seu programa de metas, que de acordo com Oliveira, M. (2005, p. 35): “A formulação do Programa de Metas tem as feições de JK. Ao governar Minas Gerais com base no “Binômio Energia e Transporte”, JK imaginava um “polinômio” para alavancar sua campanha eleitoral. O termo, contudo, causava-lhe arrepios. Imaginava que não seria compreendido pelo povo. Foi então que, numa reunião informal com JK durante a campanha presidencial, ocorreu ao engenheiro Lucas Lopes o termo “metas”. A aceitação de JK foi imediata. Nascia ali o Programa de Metas.

O Programa de metas do Presidente Juscelino Kubitschek, elaborado com estudos e pareceres das maiores autoridades especializadas em cada assunto, constitui-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País.

O citado Programa, começava a nascer da seguinte forma (Oliveira, M. 2005, p. 37):

- a) Setor de energia: metas de números 1 a 5. Cada uma faz referência a uma fonte de energia - elétrica, nuclear, carvão, produção e refinação de petróleo e como desenvolvê-la.
- b) Setor de Transportes: metas de números 6 a 12. Reequipamento das estradas de ferro, pavimentação das estradas de rodagem, construção de estradas de rodagem, portos e barragens; ampliação de frota de marinha mercante e renovação da frota comercial de transportes aéreos.
- c) Setor de Alimentação: metas de números 13 a 18. Aumento da produção de trigo, construção de armazéns e silos, armazéns frigoríficos e matadouros industriais; mecanização da agricultura e aumento da produção de fertilizantes.
- d) Setor de Indústrias de Base: metas de números de 19 a 29. Expansão da produção de aço, alumínio e metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, desenvolvimento da indústria automobilística e de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico.
- e) Setor de Educação. Meta de número 30. Expansão da educação a toda população e em todos os níveis.

Para além das 30 metas já comentadas, Brasília acabaria por se tornar a 31^a, e, a famosa “meta-síntese”.

O projeto da nova capital do Brasil resultou de um concurso nacional. Depois de sua eleição, o presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira constituiu a Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal. A princípio, ele pensara em entregar a concepção da cidade diretamente ao arquiteto Oscar Niemeyer, pois ficara admirado, na época em que foi prefeito de Belo Horizonte, com o projeto para o bairro da Pampulha.

Segundo Medeiros e Matta (2010, p. 21): “a decisão final, influenciada pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e com apoio do próprio Niemeyer, foi por um concurso público para escolha da solução urbana”. Lúcio Costa, foi o vencedor do concurso para o Plano Piloto de Brasília, mas participou de uma maneira extremamente singela, como quem apresenta uma ideia modesta, contudo de uma vanguarda sem precedentes. Talvez por essa razão até hoje, muitos acreditem que a cidade foi concebida por Oscar Niemeyer, que na realidade foi encarregado de desenvolver e coordenar a execução das obras e projetar os principais edifícios de Brasília.

Desta forma, de acordo com Da Silva, (2007, p. 33) “Assim, em 1º de outubro de 1957, foi estabelecido em lei a instalação da nova capital em Brasília, cuja

construção já havia se iniciado” com um projeto urbanístico inovador e de caráter monumental.

Paviani (2007a, p.05), relembra que:

Os três anos e meio de obras sempre são descritos como verdadeira epopeia, mas houve também muito suor, sacrifícios, lágrimas e mortes. Geograficamente, é relevante destacar o intenso fluxo migratório de operários para trabalhar nas obras, ao longo dos anos de 1957 até 1960. O IBGE, recenseou a população presente, que aumentava no mesmo ritmo da aceleração das obras.

O mito da nação seria efetivamente inaugurado em 21 de abril 1960 (Oliveira, 2005, p. 89). Do projeto arquitetônico à ocupação urbana nos últimos anos. Deste modo, a arquitetura de Brasília pôde ser pensada assim, como um objetivo que se tornou realidade com muita eficácia, graças à persistência e ao ímpeto do ex-presidente Juscelino Kubitschek em efetivar o simbólico Plano de Metas de “50 anos de desenvolvimento em 5 de governo”. Edificada na Região dos Cerrados, espaço totalmente novo, com necessidades evidentes de interiorizar a Capital Federal do Brasil, mais precisamente para o Planalto Central.

Sendo assim, Brasília é conhecida como uma Capital Modernista devido aos seus edifícios e Palácios icônicos, com arquitetura singular, que não se vê em outros lugares, a fim de atender às necessidades da nação.

A Brasília do século XXI, efetivou a intenção de alterar o rumo de um país, por meio da arquitetura e do urbanismo, pois, esses eram os gatilhos e a inspiração para o que se almejava.

De acordo com Freitas (2007, p. 44-45):

A arquitetura se torna, assim, partícipe da construção de um mundo novo. Construir com exigências de ordem, equilíbrio, composição, harmonia e simetria, coerência e beleza, definidas por modelos formais e experimentais que manifestem a estrutura a que podem ser submetidas todas as transformações e variações possíveis, é o que Oscar Niemeyer, com sua experiência inovadora, ao lado do engenheiro Joaquim Cardozo, gênio do cálculo e poeta, saberão inventar, estetizando a vida, permitindo que a arte penetre no corpo social. A concepção arquitetônica dos elementos utilizados nas edificações inaugurais tornar-se-á matriz, relacionando-se com elementos artísticos integrados por ideais das vanguardas construtivas do século XX. O tratamento do espaço pela arte e pela arquitetura permitirá a visibilidade da conjunção de ambos os campos. É em Brasília, onde há conjugação e cruzamento desses dois modos de pensar, arte e arquitetura, as ressonâncias entre uma e outra terão consistência plena.

Além disso, Brasília desponta emblemática mundialmente, pois, a qualidade e a concepção de seu projeto urbanístico é singela e rica em significados. Se produziu na escala urbana, uma cidade inteira, segundo as premissas do movimento moderno.

Cabe destacar que, inicialmente o pensamento de Lucio Costa, criador do projeto do plano-piloto, é voltado para aqueles que construíram a cidade.

Costa (1995, p.316), os reconhece como uma:

Massa sofrida do nosso povo, que constitui o baldrame da Nação e que para cá afluíu, a fim de realizar a obra num prazo exíguo, com sacrifícios tremendos e grande idealismo, apesar de ter sido atraída inicialmente pela necessidade do dia-a-dia, de conseguir algum dinheiro para as suas famílias. Esse lastro, essa população que afluíu e aqui está, não quis voltar, espalhou-se.

Seguindo essa lógica, surgem os primeiros aglomerados urbanos que foram denominados de cidades-satélites²⁷. Paviani (2010, p.99), salienta que: “o maior desvirtuamento aconteceu com a criação, em 1958, de Taguatinga, que serviu para inaugurar sucessivas cidades-satélites, onde eram alojadas de forma precária, as populações carentes, de construtores da cidade”. Após Taguatinga, a Cidade Livre que teve a sua ocupação iniciada em (1956), foi elevada à categoria de cidade-satélite no ano de 1961, posteriormente surgiram também as cidades de: Sobradinho (1960), Guará (1966) e Ceilândia (1969), todas desprovidas de infraestrutura e afastadas do centro.

O espraiamento, inverteu a ordem natural daquilo que foi planejado por seu criador, que desejava que as cidades-satélites surgissem apenas após a consolidação do Plano Piloto de Brasília.

O crescimento da cidade, ocorreu antecipadamente por meio das cidades-satélites, termo que caiu em desuso na década de 1990. Cabe destacar que, o decreto número 19.040, de 18 de fevereiro de 1998, assinado pelo então Governador do Distrito Federal, tornou expressamente proibido o uso da expressão “satélite” para

²⁷ O nome cidade-satélite, foi instituído pela Lei presidencial número 3.751, de 13.04.1960, onde em seu artigo 4º, alínea “a” diz que incube ao Distrito Federal, “zelar pela cidade de Brasília, pelas cidades satélites e comunidades que a envolvem”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3751-13-abril-1960-354316-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25 fev. 2023.

designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

Atualmente, as cidades são denominadas de: “Regiões Administrativas²⁸, separadas da “cidade-mãe” "por distâncias, que em alguns casos, ultrapassam os 25 quilômetros. De acordo com Holanda (2016): “visava-se a preservação do lago e a destacada imagem do Plano Piloto”. Nem uma coisa nem outra aconteceram.

Desse modo, é importante ressaltar o crescimento desigual da população de Brasília (DF), que se dá principalmente no período entre 1957 até 1991, conforme apresentado na tabela 05. Assim como ocorreu nas grandes cidades brasileiras, foi algo que aconteceu de forma muito repentina, e com o mínimo de infraestrutura necessária no momento em questão, descaracterizando de certa forma a arquitetura originária e singular proposta em seu projeto inicial.

Tabela 05 - DISTRITO FEDERAL - Evolução populacional (1957 - 1991)

Anos	Plano Piloto	Cidades-satélites	
		/ Regiões Administrativas (RA's)	População Total
1957 ⁽¹⁾	6.283	11.391	17.674
1959 ⁽²⁾	23.834	40.480	64.314
1960 ⁽³⁾	68.665	73.077	141.742
1970 ⁽³⁾	159.951	386.064	546.015
1980 ⁽³⁾	252.543	950.790	1.203.333
1991 ⁽³⁾	257.554	1.340.861	1.598.415

Fontes: (1) IBGE. 1º Recenseamento de Brasília. Rio de Janeiro, 1957; (2) IBGE. Censo Experimental de Brasília. Rio de Janeiro, 1959; (3) IBGE. Censos Demográficos (1960,1970,1980 e 1991).

²⁸ Essa denominação surge no ordenamento jurídico brasileiro, através da Lei presidencial número 4.545, de 10.12.1964, onde em seu artigo 9º, está expresso que: “O Distrito Federal será dividido em Regiões Administrativas para fins de descentralização e coordenação dos serviços de natureza local”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14545.htm. Acesso em: 25 fev. 2023.

O governo do Distrito Federal na época, tentou seguir as regras do Modernismo, com a ideia do título de Capital Moderna, porém sem obter êxito. A satelitização precoce de Brasília, resultou na sua maior metamorfose. Os operários não podiam comprar apartamentos para morar nas superquadras, os acampamentos de obra não conseguiram absorver todos os contingentes migratórios que chegaram da região Nordeste e dos estados de Goiás e Minas Gerais. À grande massa dos trabalhadores restava a autoconstrução: 1) em terrenos financiados nas precoces cidades-satélites; 2) em áreas ocupadas próximas ao Plano Piloto, de onde eram recorrentemente removidos para as cidades-satélites nascentes.

Estas não passavam de enormes conjuntos habitacionais, sem saneamento básico, serviços públicos essenciais, abastecimento eficiente ou emprego. Implantadas pelo Estado, estavam em áreas distantes e às vezes ambiental e ecologicamente inadequadas: Taguatinga, Sobradinho e Ceilândia foram instaladas em áreas de nascentes e matas com espécies do Cerrado. Gama e Candangolândia situam-se em terrenos de borda de chapada; no Guará existe um conflito de uso por estar junto ao Setor de Armazenagem de Produtos Inflamáveis. Os critérios de tais localizações são confusos, mas sempre contribuíram à fragilização da capacidade do conjunto urbanizado e à excentricidade do Plano Piloto.

Comumente, quando se lembra da existência das superquadras do Plano Piloto, para quem mora em Brasília, é quase inevitável não lembrar também das outras Regiões Administrativas que o Distrito Federal possui e na qual o próprio Plano Piloto também está inserido sendo denominado como Região Administrativa I - Brasília. Desta forma, é notório que a organização espacial da cidade também estabeleça uma segregação sócio-espacial correspondente expressamente aos usos de espaços públicos, comerciais e afins.

E Saboia e Derntl (2014, p. 40): abordam essas disparidades sociais de uma maneira mais esclarecedora:

As relações de classe versus sua distribuição no espaço apresentam particularidades que variam com o lugar, mas nota-se a mesma regra básica em qualquer parte do coração metropolitano, o Plano Piloto e seu entorno imediato: uma constante luta para alargar o espectro social em todas as suas partes e os movimentos contrários que a ideologia e o poder dominantes impõem, ou seja, manter ou fortalecer a presença, neste espaço, somente dos mais altos poderes aquisitivos.

Brasília concentra um conjunto de conceitos estabelecidos na forma de apropriação do espaço e apresenta uma estrutura urbana extremamente peculiar, com predomínio de grandes áreas verdes e públicas, criando cenários de contemplação para as obras arquitetônicas distribuídas pela cidade, ao longo dos anos, Brasília ia crescendo e consolidando-se como a capital monumental do Brasil.

No ano de 1998, a cidade estava prestes a completar os seus 38 anos. Momentos antes do seu aniversário, foi criada por meio da lei complementar nº 94, a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE).

Conforme a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2020, p.71), foi: “constituída a partir do agrupamento de dois ou mais municípios, envolvendo duas ou mais unidades da Federação instituídas por lei complementar federal, com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios”.

5 A DINÂMICA ATUAL DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO – RIDE/DF E DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA – AMB

As RIDES são gerenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. No país existem atualmente três RIDES:

1. RIDE Polo Grande Teresina/PI – Timon/MA por meio da Lei complementar 112, de 19/09/2001 regulamentada pelo Decreto 4.367, de 09/09/2002.
2. RIDE Polo Petrolina e Juazeiro por meio da Lei complementar 113, de 19/09/2001 regulamentada pelo Decreto 4.366, de 09/09/2002.
3. RIDE DF e Entorno por meio da Lei complementar nº 94, de 19/02/1998 e regulamentada pela Lei Complementar nº 163 (Federal) de 14/06/2018.

Todas possuem a sua importância, porém, vou me ater a RIDE DF/ ENTORNO que em sua configuração inicial elaborada em fevereiro de 1998 era composta por Distrito Federal e pelos outros 21 Municípios sendo eles: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás,

Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

Em junho de 2018, houve a inclusão de mais 12 municípios à região integrada sendo eles os: Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos e Cabeceira Grande no Estado de Minas Gerais.²⁹

Neste território foram estabelecidos também, os limites da Área Metropolitana de Brasília (AMB)³⁰.

Visando a integração regional, os efeitos da criação de Brasília ultrapassam o seu ordenamento territorial que até então só ocorria em seu quadrilátero. Souza, (2020, p.33), reitera que: “Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar das demais, apresentando-se como uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos regional, então não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma metrópole”. Nesse sentido, antes de tratar dessa extensão se faz necessário, discorrer sobre o fenômeno referente a metrópole e metropolização do espaço, pois é por conta deste processo que todo o cenário foi se metamorfoseado ao longo dos anos.

Lencioni (2006, p.45), discorre sobre os conceitos de metrópole e metropolização do espaço:

Resumidamente, podemos dizer que, embora o conceito de metrópole seja polissêmico, no contexto atual da globalização em que há uma crescente integração mundial dos mercados de produtos, de serviços e de capitais, as diferentes concepções do que vem a ser uma metrópole guardam, em comum, alguns aspectos, destacando-se a concentração dos serviços – privados e públicos – que buscam garantir a gestão da reprodução do capital e sua viabilização política. Desde a sua gênese, o conceito de metrópole está relacionado ao conceito de cidade. Embora não tratemos deste último,

²⁹ BRASIL. Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm acesso 23 out. 2021.

³⁰ Termo cunhado pelo geógrafo Aldo Paviani. O mesmo, ressalta que: “Área Metropolitana de Brasília (AMB)”, é uma área funcional, composta pelos núcleos urbanos de Brasília e aqueles existentes além dos limites do DF, como Luziânia, Formosa, Águas Lindas, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antonio do Descoberto, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e respectivos bairros e loteamentos. (PAVIANI, 2007, p.24).

convém lembrar que, enquanto este está relacionado ao de urbanização, aquele está relacionado ao de metropolização. Da mesma forma que o conceito de metrópole, o de metropolização tem vários sentidos. Embora o conceito de metrópole se relacione ao de cidade, o de metropolização se relaciona ao de espaço. Portanto, quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo relativo ao espaço, e não à cidade.

Assim, pensando para além da criação e da inauguração de Brasília, Ferreira (2010, p.61), já conjecturava sobre o fenômeno da metropolização da nova capital da República Federativa do Brasil ao afirmar que: “Brasília tem um caráter especial por ser uma cidade criada, por decisão governamental, para ser a capital do país e, assim, predestinada a se tornar uma grande cidade ou mesmo uma metrópole”.

Lencioni (2011, p.136), destaca que:

Estamos vivendo um novo contexto cujo processo dominante é o de metropolização do espaço. Este processo corresponde a um momento mais avançado do processo de urbanização, sem significar, contudo, que não haja mais o processo de urbanização. Este continua existindo e transformando o território; no entanto, é o processo de metropolização que se constitui numa *determinação histórica* da sociedade contemporânea. Esse processo é expressão de uma nova época, na qual a metrópole se coloca ao mesmo tempo como uma *condição* para a reprodução do capital, um *meio* utilizado para a sua reprodução e, ainda, um *produto* do próprio capital.

Santos (2013a, p.83), pondera que as cidades com mais um milhão de habitantes representam “a nova realidade da macroubanização ou da metropolização” brasileira. Desta maneira, a metropolização pode ser entendida como um processo, enquanto a metrópole pode ser encarada como forma material.

No intuito de definir uma metrópole, Lencioni (2006, p.45), ressalta ainda que:

Hoje em dia, sejam quais forem as interpretações do que vem a ser uma metrópole, alguns pontos são comuns. Um desses é a ideia de que a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação à sua extensão territorial; um segundo ponto é que a metrópole possui uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; um terceiro é que ela se constitui num *lôcus* privilegiado de inovação; o quarto é que se constitui num ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e o quinto é que a metrópole se constitui num nó significativo de redes, quer sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), bem como a Área Metropolitana de Brasília (AMB), podem ser vistas como uma estratégia regional de planejamento que legitima um sistema organizacional que quando posto em prática pode favorecer o arranjo espacial estabelecido. Souza,

(2020, p.33), descreve esse arranjo espacial como: “um minissistema urbano em escala local, polarizado, esse sistema por uma cidade principal, que abriga o núcleo metropolitano”. Dentro da RIDE – DF, e da AMB, esse papel de cidade principal é exercido pelo Distrito Federal.

No contexto nacional, uma forte questão associada à metrópole são as marcas do modelo centro-periferia pela discrepância do que ambas as cidades para cidades ou cidades para município hierarquicamente desenvolvem em relação a outra.

Souza, (2020, p.33), ressalta que:

Conurbações são frequentes, mas não são estritamente necessárias, da mesma maneira como não são imprescindíveis no caso das aglomerações submetropolitanas: núcleos urbanos isolados podem e costumam fazer parte das metrópoles. O importante é que todos os espaços urbanos se achem fortemente “costurados”, especialmente com a ajuda da “linha” mais importante, sob esse aspecto, que são os deslocamentos diários de trabalhadores, grande parte trabalha no núcleo metropolitano e reside nas cidades vizinhas a este.

Desse modo, é possível identificar em Brasília características metropolitanas formadas pela complexidade do seu conjunto heterogêneo que passa pelo Plano Piloto, englobando as regiões administrativas que chega até os municípios limítrofes do Estado do Goiás que se vinculam à Capital Federal.

De acordo com a publicação do IBGE, denominada de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada no ano de 2018, esta define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados, Brasília ocupa o segundo lugar com uma população total de 3,9 milhões de habitantes em seu território, elevando-o enquanto metrópole nacional. Em paralelo, disputa a colocação com Rio de Janeiro na soma de 12,7. Cabe destacar que ambas exercem o papel de metrópoles nacionais. Enquanto São Paulo, que ocupa o primeiro lugar com 21,5 milhões de habitantes, foi classificado como a grande metrópole nacional.

Nesse sentido, o acelerado crescimento demográfico e expansão urbana em direção, num primeiro momento, às cidades-satélites, atualmente as regiões administrativas, e posteriormente, aos municípios goianos configura o que Steinberger (1999, p.26), denominou primeiramente essa área como: “Aglomerado Urbano de Brasília (AUB) – uma denominação dada genericamente a uma categoria espacial composta por duas ou mais cidades que possuem relações de interdependência”.

Catalão (2010, p.76), atesta que:

O Aglomerado Urbano de Brasília – AUB – foi pensado no âmbito de um estudo desenvolvido para avaliar os instrumentos de planejamento e gestão do uso do solo e sua delimitação teve como base a inexistência de uma região metropolitana, tal como constitucionalmente se indicou a definição, para Brasília, levando-se em conta o fato de ter ele precedido a criação da RIDE. Assim, sua composição foi indicada a partir do que comumente se denomina Entorno Imediato, composto pelos municípios: Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Devido ao fato de Brasília estar situada no limite entre dois entes federativos distintos e avançar sobre eles, era necessária uma articulação administrativa entre ambos. Para isso, em 1998, foi promulgada a Lei Federal Complementar nº 94 autorizando a União a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2020), o maior objetivo da criação é realizar o planejamento conjunto de serviços públicos comuns a esses entes federados, especialmente relacionados à infraestrutura e geração de empregos e renda.

De acordo com Azevedo e Alves (2010, p.90), “A motivação política para a criação da RIDE – DF, no final dos anos 90, teve por pano de fundo a preservação da capital enquanto centro administrativo do país e Patrimônio Cultural da Humanidade, frente ao crescimento dessa região”. A RIDE-DF é um arranjo político e institucional com o objetivo de executar programas e projetos que visam mitigar as desigualdades regionais e que vai de encontro com o que foi estabelecido no artigo 43³¹ da Constituição Federal de 1988.

Na configuração atual a RIDE – DF, é formada pelo Distrito Federal e mais 33 municípios de duas outras unidades federativas (GO e MG): Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila

³¹ O artigo 43 da Constituição Federal de 1988, diz que: “ para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando o seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais”. O § 1º ressalta que, lei complementar disporá sobre: inciso I, as condições para integração de regiões em desenvolvimento.

Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais.

Paviani, (2020), afirma que: “Os municípios goianos que gravitam no seu entorno, se tornaram um cinturão de pobreza, desemprego, violência e serviços públicos precários”. O professor Benny Schvarsberg, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), destaca que, os municípios do entorno, “parecem filhos que ninguém quer cuidar”. Conforme dados apresentados na tabela 06.

Tabela 06 – Indicadores que comprovam a pobreza e dependência do Entorno em relação ao Distrito Federal

cidade	% dos que trabalham no DF	renda per capita	% de pessoas com nível superior
Águas Lindas de Goiás	58,1	R\$ 584	3,5
Novo Gama	56,6	R\$ 607	4,2
Valparaíso de Goiás	55	R\$ 791	7,6
Cidade Ocidental	52,3	R\$ 674	5,2
Sto. Antônio do Descoberto	50,7	R\$ 592	3,9
Planaltina	49,7	R\$ 633	3,9
Luziânia	28,1	R\$ 626	7
Cocalzinho de Goiás	24,6	R\$ 574	3,9
Padre Bernardo	17,2	R\$ 590	4,8
Formosa	9,8	R\$ 768	9,3
Alexânia	6,6	R\$ 711	6,3
Cristalina	2,2	R\$ 749	5,2
Média da Periferia Metropolitana de Brasília	-	R\$ 661	5,67
Distrito Federal	-	R\$ 2.461	33,9

Fonte: Pesquisa Municipal de Amostras de Domicílios – 2018 (CODEPLAN) apud Agência SENADO 2020.

Diante dos dados apresentados na tabela 06, percebe-se o abandono, pelo poder público daquelas que são as cidades dormitórios, de onde se deslocam os inúmeros trabalhadores para o Distrito Federal e que são chamadas de “Entorno” e que possuem uma forte relação de dependência dos postos de trabalho da Capital Federal da República, como é o caso de: Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do

Descoberto, Novo Gama, Padre Bernardo, Valparaíso de Goiás, Planaltina de Goiás, Formosa, Cidade Ocidental e Luziânia.

Quando se faz alusão ao uso termo “entorno” e até nome dado dentro das regulamentações, tornando-o nome próprio com a inicial maiúscula “Entorno” refere-se a uma área que se encontra ao redor, na região circunvizinha. Existe uma discussão em torno do uso termo pelo seu teor pejorativo que ele pode carregar identificando um espaço que está fora, excluído e como se não fizesse parte quando o que se vê é o contrário.

Paviani, (2007b, p. 15), discorre que o: ‘termo “Entorno” utilizado equivocadamente por algumas instituições públicas e que fora popularizado pela imprensa’. O professor Aldo Paviani, afirma ser um equívoco e de caráter segregador, e que a população metropolitana trabalhadora merece um tratamento melhor.

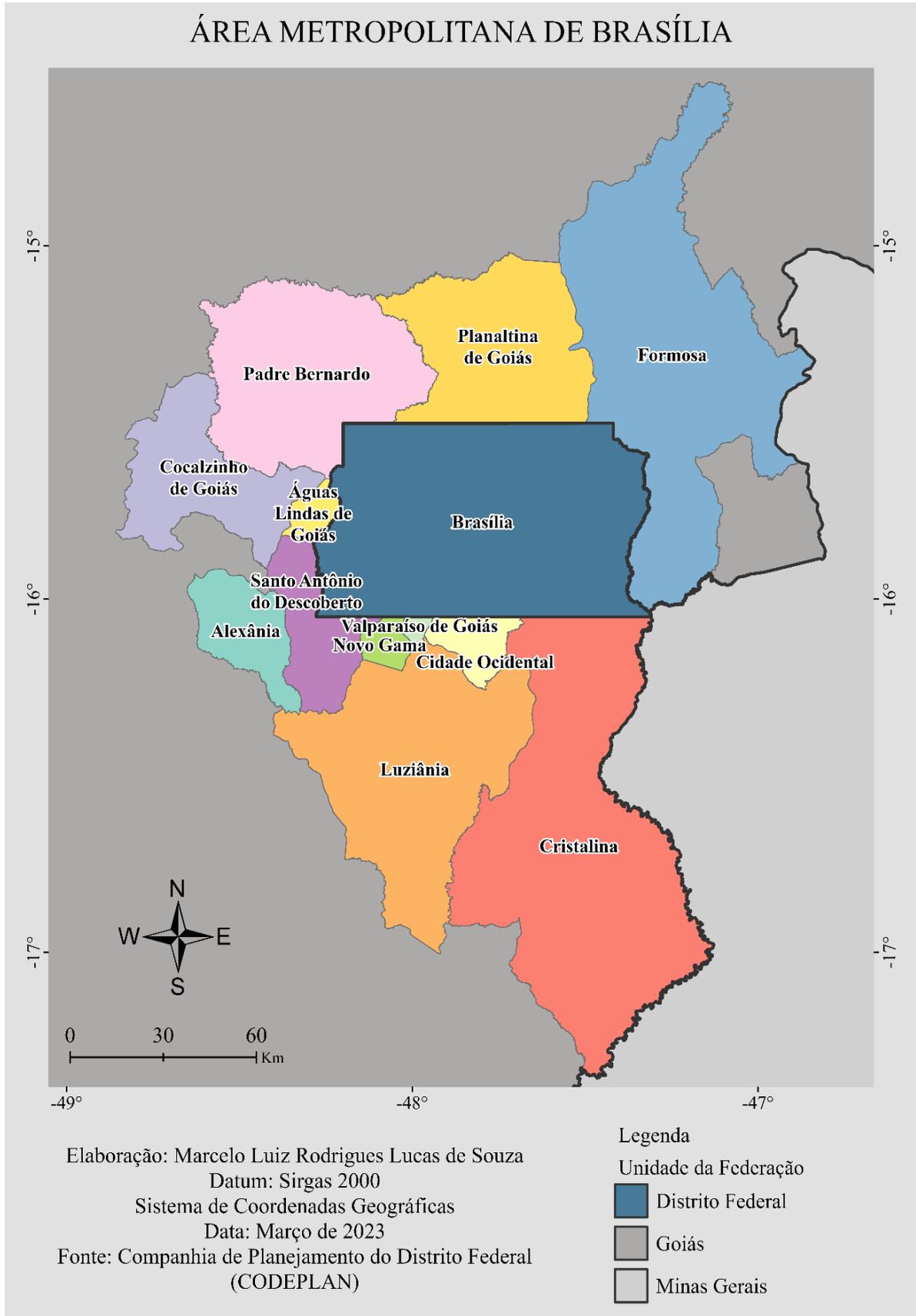
Além disso, “o vocábulo entorno, não consta no vocabulário de geografia urbana, do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH), como geograficamente admissível” (PAVIANI,2012).

Segundo Paviani, (2007b, p. 29):

“A denominação “Entorno” foi cunhada para designar o conjunto urbano formado por municípios que compõem com a capital a Área Metropolitana de Brasília (AMB). Preferimos não designar esse conjunto como Entorno para evitar que seja confundido com “periferia”: ambos portadores de boa dose de preconceito e discriminação. Ademais, designá-los como componentes de área metropolitana induz a uma desejável inclusão socioeconômica com salutareos efeitos no desenho de políticas públicas urbano-regionais esperadas pelos governos do DF e de Goiás.

Nesse sentido, aconselha-se, a utilização da categoria espacial, Área Metropolitana de Brasília – AMB, estabelecida por Paviani (2007b), pois essa associa-se diretamente a questão da espacialidade, referente as características de representação da expansão contínua da malha urbana da metrópole. Conforme apresentado no mapa 08.

Mapa 08 – Área Metropolitana de Brasília – AMB



A definição que se pode ter sobre áreas metropolitanas, são de assentamentos ou compartimentos territoriais estruturados pelo deslocamento dos seres humanos enquanto consumidores ou portadores da mercadoria e de força de trabalho.

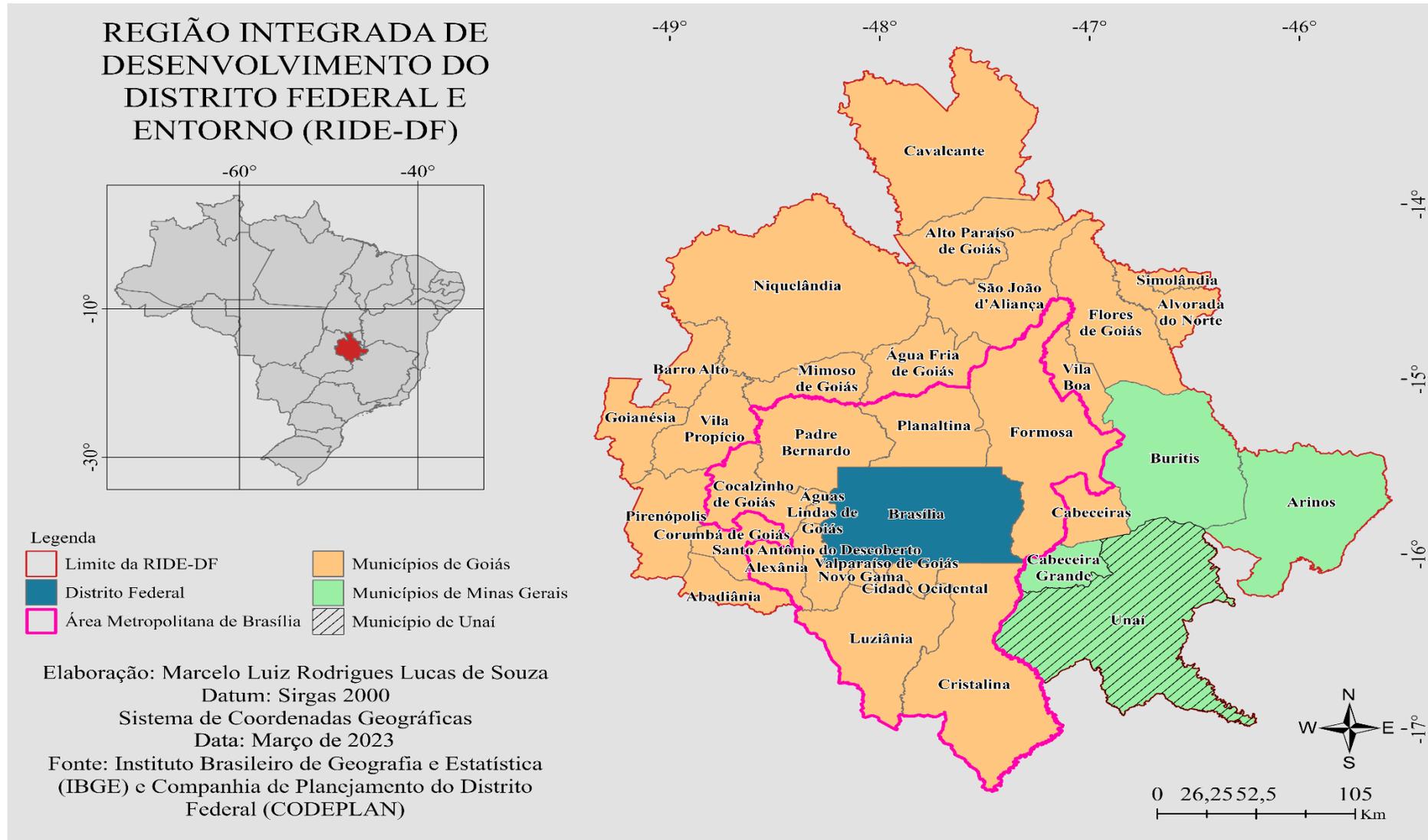
Desse modo, o Estatuto da Metr pole, com a Lei n  13.089, de 12 de janeiro de 2015, estabelece em seu artigo segundo e inciso 8  como:

 rea metropolitana: representa o da expansão contínua da malha urbana da metrópole, conurbada pela integra o dos sistemas viários, abrangendo, especialmente, áreas habitacionais, de serviços e industriais com a presença de deslocamentos pendulares no território.

A AMB, como subespaço da RIDE DF, foi criada visando a integra o geoecon mica, social e espacial no âmbito regional do Distrito Federal, composta por Brasília e os 12 municípios da área metropolitana sendo eles:  guas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Todos esses municípios localizam-se nas adjacências da Capital Federal e concentram-se na incorpora o rodoviária e ambos possuem fluxos intensos com o Distrito Federal.

O Distrito Federal, e os outros trinta e três municípios que atualmente compõem a RIDE DF/ ENTORNO e a  rea Metropolitana de Brasília (AMB), estão representados no Mapa 09.

Mapa 09 – Municípios que constituem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – DF



Desse modo, Mello (2021, p.15), destaca que: “Brasília exerce uma função econômica relevante nos municípios vizinhos no que tange à geração de emprego e renda, além de servir de suporte a demanda por serviços básicos tais como: educação, transporte, saúde e segurança.

Ao se tratar da evolução da taxa de urbanização no Brasil, Santos, (2013a, p. 29-30) esclarece que em:

1940 era de 26,35% chegando a 68,86% em 1980. O ponto de inflexão foi a década de 60 onde as populações urbanas e rurais se equiparavam. Na década de 1980 o crescimento da população era de 26%, já a população urbana cresceu no mesmo período 40% demonstrando um forte fluxo migratório no sentido campo- cidade.

A tabela 07, foi desenvolvida de acordo com dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra a evolução da população urbana nas grandes regiões brasileiras. Os dados em destaque, evidenciam que, após a construção de Brasília ocorre um aumento significativo populacional, onde o percentual que em 1970 era de 48,1% e no ano de 2022 ocorre um salto de 42,2% totalizando um percentual de 91,0% o que gera a necessidade de incorporação de novas áreas urbanas para alocar esse contingente populacional na região Centro-Oeste.

Tabela 07 - Percentual da população urbana na população total brasileira, segundo as Grandes Regiões – 1970 – 2022

<i>Grandes Regiões</i>	<i>Percentual (%)</i>						
	1970	1980	1991	2000	2010	*2015³²	*2022³³
Brasil	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4	84,7	85,1
Norte	45,1	51,6	59,0	69,9	73,5	75,0	75,2
Nordeste	41,8	50,5	60,7	69,1	73,1	73,0	73,1
Sudeste	72,7	82,8	88,0	90,5	92,9	93,1	93,5
Sul	44,3	62,4	74,1	80,9	84,9	86,0	86,9
Centro-Oeste	48,1	67,8	81,3	86,7	88,8	90,0	91,0

Fonte: Atlas do Censo Demográfico – IBGE 2010. PNAD (2015) e SIDRA (2022).

³² * Os dados referentes ao ano de 2015, foram retirados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso realizado em: 29/07/2022.

³³ * Os dados são referentes ao primeiro trimestre do ano de 2022, foram obtidos por meio da pesquisa, acessível no Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra, disponível no endereço <http://www.sidra.ibge.gov.br>, que possibilita a elaboração de tabelas nos agregados de interesse que neste caso autor optou por realizar as análises de acordo com as estimativas de população das grandes regiões brasileiras. Acesso realizado em: 29/07/2022.

Os centros urbanos continuaram a crescer, as cidades pequenas se tornaram médias, as médias se tornaram grandes e, por sua vez, as grandes tornaram-se metrópoles como é o caso de Brasília – DF. É oportuno lembrar que, a metrópole não se encontra isolada das demais cidades, muito pelo contrário, esse crescimento urbano, que vem sendo experimentado desde o séc. XIX, criou um tecido urbano onde a metrópole vai muito além das fronteiras espaciais de uma cidade. Diante dessa análise é importante destacar que de acordo com a evolução do processo de produção do espaço urbano é possível verificar, de acordo com os dados apresentados na tabela 03, o salto da população em área urbana na região Centro – Oeste, onde em 1970 representava um percentual de 48,1%, 52 anos depois em 2022 essa população já havia atingido 91,0%, em destaque na tabela 03.

Logo, discutir a categoria região é de suma importância dentro da ciência geográfica pois esta constitui valores agregativos, que recebem uma nova análise no bojo da própria Geografia.

De acordo com, Becker & Egler (1998, p.14):

O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão das contradições do mundo contemporâneo.

Para Santos (2014a, p. 108), “a região e o lugar, definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente. A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade”. São essas peculiaridades que definem a região, no sentido verdadeiramente geográfico, priorizando, na dualidade homem versus natureza, a ação transformadora dos homens.

Dessa forma, é inegável que, a ordem de interiorização de Brasília impulsionou o processo de produção do espaço urbano na Região dos Cerrados. Cabe destacar que, a formulação da “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno RIDE-DF, que é formada pelo Distrito Federal, além de três municípios do estado de Minas Gerais e mais 30 municípios do estado de Goiás.

Os municípios que fazem parte da RIDE/DF, são assimétricos em relação ao número de habitantes conforme apresentado no Mapa 10.

A RIDE/DF, abrange uma área de 94.570,39 km², e totaliza uma população de 4.627.771 habitantes^{34 e 35}.

A tabela 08, apresenta a lista de municípios, por data de criação, que compõe a abstração proposta para essa seção que apresenta a produção do espaço na RIDE DF/ ENTORNO.

Tabela 08 – Lista de municípios por data de criação que compõem a RIDE DF/ ENTORNO

NOME DO MUNICÍPIO/UF	DATA DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
BRASÍLIA (DF)	21/04/1960
ABADIÂNIA (GO)	20/10/1953
ÁGUA FRIA DE GOIÁS (GO)	30/12/1987
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS (GO)	27/12/1995
ALEXÂNIA (GO)	14/11/1963
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS (GO)	15/10/1963
ALVORADA DO NORTE (GO)	23/10/1963
BARRO ALTO (GO)	14/11/1958
CABECEIRAS (GO)	14/11/1958
CAVALCANTE (GO)	11/11/1831
CIDADE OCIDENTAL (GO)	16/01/1991
COCALZINHO DE GOIÁS (GO)	03/06/1990
CORUMBÁ DE GOIÁS (GO)	23/06/1875
CRISTALINA (GO)	18/07/1916
FLORES DE GOIÁS (GO)	14/11/1963
FORMOSA (GO)	01º/08/1843
GOIANÉSIA (GO)	24/06/1953
LUZIÂNIA (GO)	01º/04/1833
MIMOSO DE GOIÁS (GO)	30/12/1987
NIQUELÂNDIA (GO)	01º/04/1833
NOVO GAMA (GO)	19/07/1995
PADRE BERNARDO (GO)	07/11/1963
PIRENÓPOLIS (GO)	10/07/1832
PLANALTINA DE GOIÁS (GO)	19/03/1891
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO (GO)	14/05/1982
SÃO JOÃO D'ALIANÇA (GO)	01º/10/1953
SIMOLÂNDIA (GO)	14/01/1988
VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO)	18/07/1995
VILA BOA (GO)	29/04/1992
VILA PROPÍCIO (GO)	27/12/1995
ARINOS (MG)	30/12/1962
BURITIS (MG)	31/12/1962
CABECEIRA GRANDE (MG)	21/12/1995
UNAÍ (MG)	15/01/1944

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor de acordo com dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>.

³⁴ IBGE. Estimativas da População | IBGE. Disponível em : <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

³⁵ CODEPLAN. PMAD – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – CODEPLAN. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisa-metropolitana-por-amostra-de-domiciliospmad/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Após a realização do estudo comprovou-se que, 25 municípios (que estão em negrito e destacados em cinza na tabela 08) foram criados a partir das dinâmicas ocorridas no interior do país e impulsionadas pela construção de Brasília.

Foram através das primeiras estratégias adotadas desde o momento da implantação da Pedra Fundamental em Planaltina (DF), ocorrida em 07 de setembro de 1922, no Morro do Centenário e também das outras medidas tomadas que foram apresentadas anteriormente

Esses fatos, contribuíram para construção e/ou transferência de Brasília que conseqüentemente, fomentaram a criação de vários outros municípios, sendo 21 no estado de Goiás e 04 no estado de Minas Gerais e entre eles destaca-se Unai.

Unai tornou-se município oficialmente independente de Paracatu, em 15 de janeiro de 1944, através do Decreto-Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, decretado pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro, em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais.

Por meio do pedido de emancipação do Distrito, feito por José Luiz Adjuto, que se tornou o primeiro prefeito do município. Desta forma cabe apontar que Brasília exerceu/exerce um papel significativo no processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados em relação a sua influência para a criação do município de Unai (MG).

Brasília surgiu de uma necessidade administrativa, a mudança da capital, o que por sua vez gerou uma migração populacional para servir de mão de obra à construção da nova capital. Porém, o planejamento urbanístico de Brasília não contemplava esse contingente populacional que migrou para cá com o objetivo de construir a capital, acreditava-se que, após construída, Brasília daria vazão ao que foi conceituado como migração de retorno.

Sobre a migração de retorno, cabe expor que, existem:

Uma grande variedade de termos que tem sido usada para descrever a migração de retorno como: migração de refluxo, migração de retorno, remigração, fluxo de retorno, migração de segunda vez, repatriação (...) Segundo o autor, a migração de retorno é definida como o movimento de

retorno dos imigrantes para suas terras natais para reassentamento. (GMELCH, 1980, p. 136, tradução nossa).³⁶

Diferente do esperado, boa parte daqueles trabalhadores que construíram a capital, não realizaram a migração de retorno, findada a construção, permaneceram em Brasília, se fixando de forma irregular, dando origem a diversos núcleos urbanos sem planejamento desvirtuando o projeto inicial da nova capital da República Federativa do Brasil.

Isso favoreceu a expansão urbana, e hoje, Brasília possui 35 Regiões Administrativas, gera relações sócio espaciais típicas de grandes centros urbanos com municípios de outras unidades da federação. Tal situação, reflete diretamente na multiplicidade de culturas e valores presentes no território do Distrito Federal.

Desta forma, é perceptível que a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE – DF), tem sua origem no próprio processo de implantação de Brasília no território, realizado por meio de um projeto de integração nacional que desejava abrir novos mercados, tendo como uma dupla função: 1º) ser sede da administração pública federal e 2º) servir de ponta de lança do desenvolvimento regional brasileiro (STEINBERGER, 1999).

Seguindo essa lógica, inicialmente, percebe-se que, durante a implantação da cidade e sua estruturação como metrópole, a região, especialmente os municípios próximos, viveram um período de grande dependência do centro (Brasília), com lógicas espaciais endógenas a estes espaços e uma dialética regional centrada na nova capital (SOUZA, 2016).

Souza (2016, p. 266), discorre que:

Mais recentemente, novas lógicas têm surgido, apontando para a relativização de uma perspectiva criada a partir da década de 1970: a da dependência dos municípios goianos e mineiros em relação à Brasília. Tal processo tem ligação com a manifestação desse processo de reestruturação produtiva, mais claro em nível regional que no nível metropolitano, para o caso de Brasília.

³⁶ No original: *A wide variety of terms has been used to describe return migration: reflux migration, homeward migration, remigration, return flow, second-time migration, repatriation (...)* Second the auctor, at return migration is defined as the movement of imigrants back to their homelands to resettle.

Steinberger (1999, p.35), expõe o motivo no qual Brasília foi pensada:

Brasília foi pensada como solução. Os problemas estavam fora do território a ser construído. Sua posição central e sua localização em uma área, geoestrategicamente escolhida, eram uma bandeira da antiga classe dirigente do país, destinadas a resolver os históricos problemas nacionais e regionais de interiorização do desenvolvimento e de integração do território nacional por meio da expansão da fronteira econômica.

Logo, é tal fato que ocasiona a produção do espaço na região dos Cerrados dando origem a diversos municípios e alterando as dinâmicas espaciais. Dessa forma, a interiorização de Brasília impulsionou o processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados.

Cabe destacar que, a formulação de uma região denominada como: “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – DF, foi criada pela Lei Complementar nº 94/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011 e ampliada pela Lei Complementar nº 163/2018” (CODEPLAN, 2020, p.71). A RIDE – DF, é formada pelo Distrito Federal, além de quatro municípios do estado de Minas Gerais e mais 29 municípios do estado de Goiás.

Assim cabe apontar que Brasília exerceu/exerce até os dias atuais um papel significativo no que tange ao processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados alterando a dinâmica urbana do Centro-Oeste.

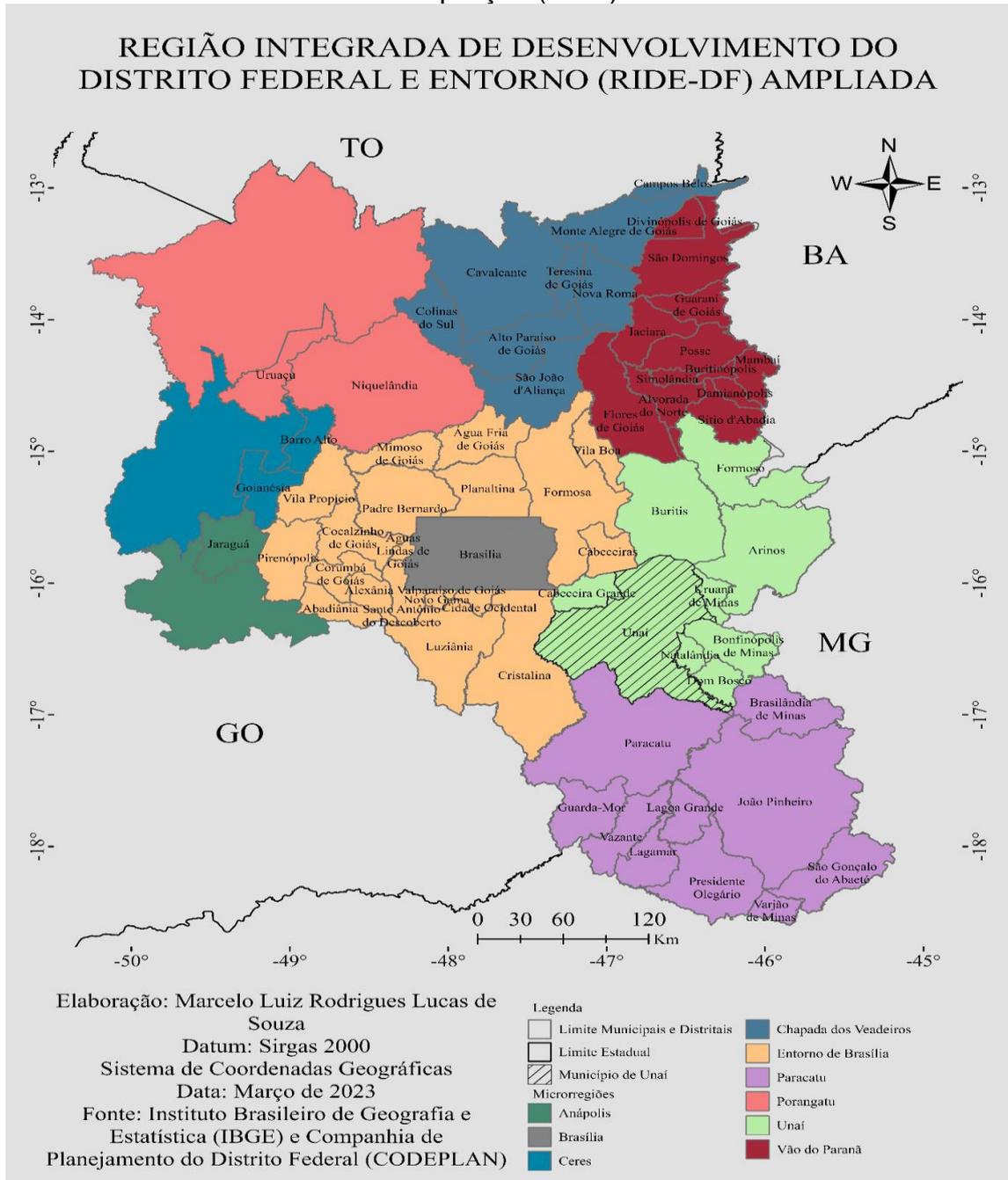
Devido à importância de Brasília – DF, e a sua relação direta ou indireta com os outros vinte e nove municípios do Estado de Goiás e os quatro que integram o Estado de Minas Gerais, cabe destacar aqui, o fato de que está em discussão no Congresso Nacional outra proposta para que ocorra uma nova ampliação na “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF.

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 65, de 2019³⁷, de autoria da ilustre Deputada Flavia Morais (PDT – GO), que dispõe sobre a inclusão de Municípios de Goiás na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE – DF). Teve como relator o Deputado Gustavo Fruet (PDT – PR).

³⁷ FONTE: Publicado no DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS de quarta-feira 16 de junho de 2021. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D> . Acesso em: 03 Mar. 2023.

A proposição altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, para incorporar à (RIDE – DF), os Municípios de Campos Belos, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Teresina de Goiás, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos e Sítio d'Abadia. Cabe ressaltar ainda que, tramita apensado o PLP nº 192, de 2019, de autoria do Deputado Delegado Waldir (PSL – GO), que objetiva incluir também na (RIDE – DF), os Municípios de Uruaçu e Jaraguá, ambos do Estado de Goiás. Caso essa ampliação seja aprovada a (RIDE – DF), passará a ser composta por Distrito Federal, pelos 45 municípios do Estado de Goiás e também por 04 municípios do Estado de Minas Gerais. O mapa 11, demonstra como ficará a nova configuração da RIDE – DF.

Mapa 11 – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – Proposta de Ampliação (2019)



Por influência, de todo o cenário já apresentado anteriormente sobre a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE – DF), todos esses elementos nos despertou o interesse em compreender as dinâmicas espaciais que ocorrem no município de Unai localizado no Noroeste mineiro e que faz parte da (RIDE – DF) e também compõem as cidades localizados no Vale do rio Urucuia que serão apresentadas a seguir.

SEÇÃO 3

**A REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA E A INFLUÊNCIA REGIONAL DO
MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).**

SEÇÃO 3 – A REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA E A INFLUÊNCIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE UNAÍ (MG).

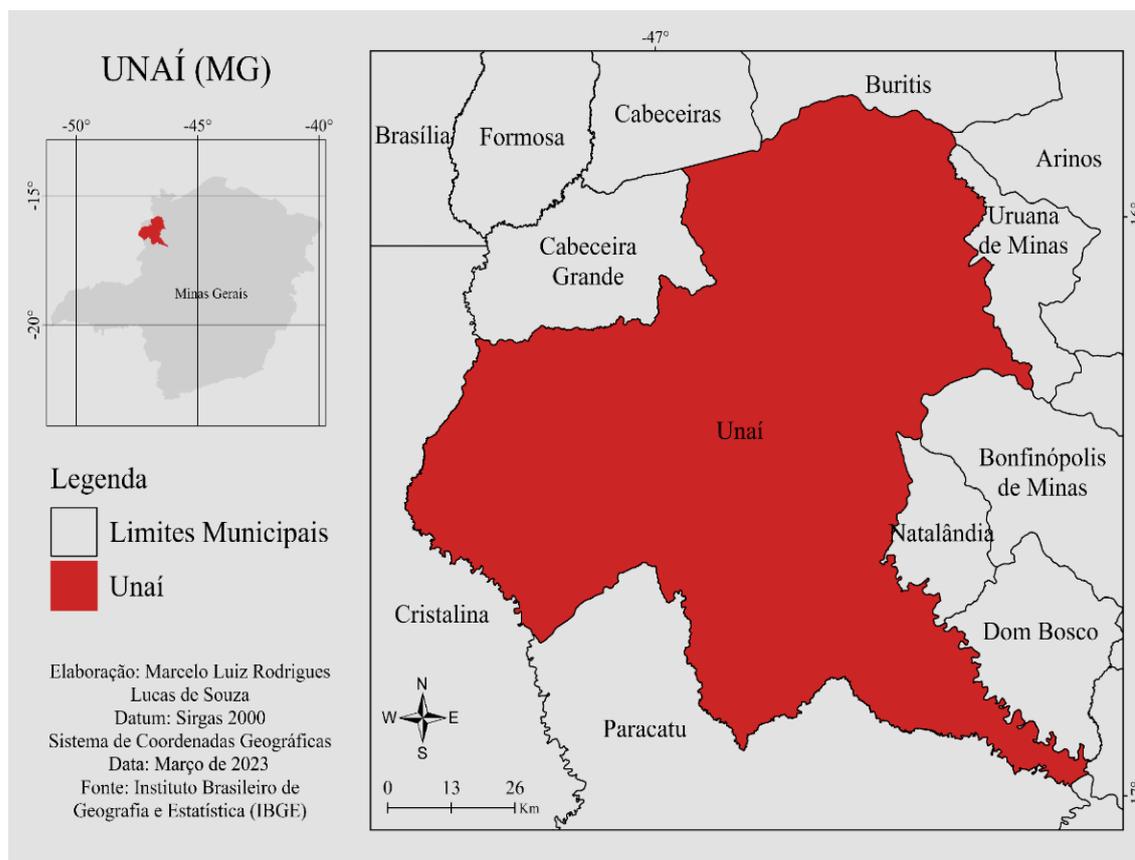
Esta seção tem como objetivo discutir e apresentar a dinâmica espacial, os usos, a produção agrícola, buscando também expor a centralidade do município de Unaí, além de evidenciar as interações espaciais e as dinâmicas dos fluxos que ocorrem em níveis hierárquicos e heterarquicos na Região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

6 UNAÍ E OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA.

O município de Unaí – MG, está localizado no noroeste mineiro. A sua influência regional está relacionada ao fornecimento de bens, produtos e serviços para o Vale do Rio Urucuia. Esse fato se dá pelo notório impacto oriundo das ações de crescente e constante influência na produção do espaço resultantes do ordenamento territorial e da integração campo-cidade. Tal integração coloca o município de Unaí (MG) como um importante ponto de atração de fluxo de mercadorias e pessoas, da sub-bacia hidrográfica do Rio Urucuia.

Unaí – MG, é um município que possui uma área total de 8.445,432 km² com uma população de 86.867 habitantes, segundo a prévia do Censo Demográfico de 2022, divulgada em dezembro 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui uma densidade demográfica de 9,18 habitantes por km² é vizinho dos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Natalândia, Paracatu e Uruana de Minas, no estado de Minas Gerais e Cabeceiras, Cristalina no estado de Goiás. Conforme apresentado no mapa 12.

Mapa 12 – Limites Municipais de Unaí, Minas Gerais



Essa região apresenta um enorme potencial de atração de fluxos de capital, mercadorias e pessoas, por estar inserida em uma área denominada de região produtiva do agronegócio o que gera a centralidade urbana.

Esse modelo agropecuário favorece a criação e o desenvolvimento das Cidades do Agronegócio (ELIAS, 2011, 2016), pelo fato da atividade sustentar e maximizar a economia dos municípios e a relação campo-cidade. Sobre essa relação, surgiu o termo “cidade do campo” cunhado pelo geógrafo Milton Santos.

Santos (2013a), denominou a princípio de “cidade do campo”, noção que foi utilizada por algum tempo (ELIAS, 2003) embora, há alguns anos, a geógrafa Denise Elias, tenha substituído por “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2011, 2016), visando uma possível consolidação conceitual e uma melhor aplicabilidade dessa noção.

Ainda segundo Elias (2016, p.74): O que chamamos de cidades do agronegócio seriam os espaços urbanos inseridos nas Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA),

onde se dá a gestão local ou regional do agronegócio, cujas funções inerentes a essas atividades têm hegemonia na economia urbana.

A cidade do agronegócio é um tipo de cidade que polariza e organiza amplo espaço agrícola, na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos.

De acordo com esse novo contexto, é de suma importância buscar a compreensão sobre como ocorre essa integração cidade-campo e de que maneira essa inter-relação favorece e influencia o território de Unaí (MG) e toda a região do Vale do Rio Urucuia, gerando uma centralidade urbana neste recorte espacial que pode ser denominada como uma Região Produtiva Agrícola (RPA) onde integra o espaço agrário e o espaço urbano dando origem as cidades do agronegócio.

Segundo Elias (2011, p.155): “As Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA), são os novos arranjos territoriais produtivos totalmente associados ao agronegócio globalizado e, assim, inerentes às redes agroindustriais”. As Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA), são caracterizadas como compostos por modernos espaços agrícolas organizados por espaços urbanos não metropolitanos e em parte funcionais ao agronegócio.

É a partir da década de 1960, por meio de incentivos fiscais, subsídios, apoio à ciência e tecnologia e investimentos em infraestrutura que o Estado direciona estratégias para o modelo de desenvolvimento agrícola na região dos Cerrados.

A consolidação da região dos Cerrados como área de apropriação pela agricultura moderna, faz parte de um processo de desenvolvimento de programas promovidos pelo Estado na década de 1970.

De acordo com Pêsoa e Matos (2005, p.11854):

Dentre esses programas destacam-se: PROTERRA (1971) - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte Nordeste; PROVALE (1972) - Programa Especial para o São Francisco; POLOAMAZÔNIA - Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia. Na região Centro-Oeste destaca-se a criação do PROAGO (1973) - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; POLOCENTRO (1975) - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; PRODECER (1979) - Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados. Entre as políticas estatais para a modernização da agricultura vale ressaltar que a mais importante foi o crédito rural. As linhas de financiamento permitiram os

produtores e as agroindústrias se capitalizarem e se integrarem. Junto com o crédito rural, outras políticas foram importantes como a pesquisa agropecuária, o seguro, a armazenagem e as atividades de assistência técnica.

Cabe ressaltar que, é a partir da década de 1960, por meio de incentivos fiscais, subsídios, apoio à ciência e tecnologia e investimentos em infraestrutura para esse tipo de modelo de desenvolvimento específico.

Essa região tem passado, por grandes transformações sócio espaciais, já que o objetivo destes programas era a otimização da produção a fim de atender demandas do mercado internacional, requerendo para isso uma reestruturação produtiva que repercute em ação de reconfiguração do espaço de modo a dinamizar as formas e funções.

Cabe destacar ainda que, também fazem parte da pesquisa os seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Cabeceiras Grande, Chapada Gaúcha, Formoso, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas. São Romão, Uruana de Minas e Uruçuaia.

Também fazem parte desta pesquisa os municípios de Cabeceiras e Formosa localizado no Estado do Goiás, pois estes municípios estão incluídos na Região Produtiva Agrícola (RPA) do Vale do Rio Uruçuaia. A tabela 09, demonstra a produção agrícola destes municípios e logo devido a sua influência local eles, possuem algum grau de dependência ou realizam trocas de mercadorias e serviços com o município de Unaí (MG).

Tabela 09 – Produção agrícola dos municípios de Cabeceiras e Formosa no Estado de Goiás

Municípios	Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)	Área colhida (Hectares)	Valor da produção (x 1.000,00 Reais)
Cabeceiras (GO)	53.769	53.619	260.790
Formosa (GO)	34.579	33.609	188.316

Fonte: Dados tratados pelo autor de acordo com as informações disponíveis sobre a Produção Agrícola Municipal - (PAM, IBGE, 2019).

Essa região também é conhecida como tríplice fronteira: MG, GO, BA, onde cada estado faz parte de uma região brasileira. O noroeste de Minas é considerado, atualmente, como um dos maiores produtores de grãos do Brasil e mais recentemente está presente no cultivo do eucalipto, no estado de Minas Gerais.

Localizam-se os municípios que integram a RIDE – DF. Tal fato tem ocasionado um avanço nos barramentos de rios e córregos devido a implantação de pivôs centrais para a irrigação das imensas lavouras de grãos da região mineira.

7 A DINÂMICA ESPACIAL BRASILEIRA

O espaço é receptáculo e palco dos acontecimentos, cada vez mais o espaço transforma-se em um elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação das sociedades. Milton Santos (2014b), afirma que: “O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”.

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior (SANTOS, 2013a, p.29). Dentro desse arquipélago chamado Brasil, haviam regiões que exerciam o seu dinamismo é por meio desta análise que cabe identificar e discutir os municípios e regiões no Brasil cuja intensificação da urbanização, assim como a constituição de novas regionalizações, se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado.

Em face do seu caráter espacialmente seletivo, socialmente excludente e ambientalmente insustentável, a reestruturação produtiva da agropecuária acirra a divisão social e territorial do trabalho. O agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais.

Segundo Santos (1979, p.71): a cidade local é compreendida como “a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações de população deixam de servir às necessidades da atividade primária, para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço”. São também as pequenas e médias cidades, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos em relação a mudança na dinâmica da especialização do território.

A modernização produtiva promove a conexão e cria acessos em vistas à logística e ao escoamento desses insumos entre os lugares no mundo contemporâneo.

7.1 A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira

O Brasil é, na América Latina, um dos países que mais reestruturou o seu modelo agropecuário desde os anos de 1950 do século XX.

A sua extensão territorial, relevo, grande potencial hídrico, principalmente no bioma cerratense, aliado à existência de grandes propriedades e de um parque industrial em expansão foram fatores oportunos a sucessão de transformações que ocorreram no setor.

Após esse momento, a agropecuária brasileira passou por um processo de reestruturação produtiva, marcada pela lógica do atual sistema espaço-tempo, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção, distribuição e consumo globalizados, direcionando-se, cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção das *commodities* para o mercado internacional.

Inúmeras transformações ocorreram no processo produtivo brasileiro. Os sistemas de ação e os sistemas de objetos (SANTOS,2014a, p.63) associados à agropecuária se reestruturaram mediante o incremento da utilização de ciência, tecnologia, informação e diferentes capitais (industriais, financeiros, etc.). Designado de período técnico-científico-informacional que é uma característica marcante da contemporaneidade. Em um primeiro momento, os insumos químicos e os maquinários utilizados eram em grande parte importados, uma vez que o Brasil só passou a fabricar tais produtos em grande escala a partir da década de 1970, com a implantação de multinacionais, produtoras de tratores e máquinas agrícolas.

É através da implantação destas multinacionais produtoras de tratores e máquinas agrícolas que favorecerá a difusão do agronegócio globalizado e o seu funcionamento será regulado pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais em grande parte voltado para a exportação.

Elias (2016, p.64) destaca que:

Sua produção destina-se à geração de *commodities* (café, milho, soja, suco de laranja, entre outras); geração de combustíveis renováveis, cujo caso mais emblemático é o da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e, mais recentemente, a produção de biodiesel, em especial a partir da soja; produção de matérias-primas para ramos agroindustriais ou, ainda, para o mercado de produtos agrícolas in natura tais como: (banana, mamão, manga, melão e uva por exemplo). [...]. A reestruturação produtiva da agropecuária modifica, sobretudo, a base técnica da produção, mediante o amplo emprego de máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, arados), insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes) e biotecnológicos (sementes geneticamente modificadas, novas variedades) fornecidos pela atividade industrial, com notáveis metamorfoses na divisão social e territorial do trabalho agropecuário[...].

As grandes corporações se apropriam desse tipo de produção agropecuária no Brasil, seja através da territorialização do capital no espaço agrário, seja através da monopolização do território pelo capital (Oliveira, 2004).

De acordo com Elias (2016, p.65):

As relações com o setor industrial merecem destaque, por propiciarem a instalação e o crescimento de muitos ramos, sobretudo dos que fornecem os insumos e bens de capital para a agropecuária, assim como das agroindústrias, muitas delas multinacionais como é o caso de: (Nestlé, Batavo, Parmalat, entre outras), que assumem parte significativa do comando das transformações no setor. A dinâmica da agropecuária passa, então, a ser determinada pelo desenvolvimento do que alguns autores chamam de redes agroindustriais³⁸.

A dinâmica da agropecuária passa, então, a ser determinada pelo desenvolvimento do que alguns autores chamam de redes agroindustriais (Silveira, 2005; Elias, 2008), em que são relacionados os seguintes estabelecimentos: empresas agropecuárias; indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos; laboratórios de pesquisa biotecnológica; prestadores de serviços; agroindústrias; empresas de distribuição comercial; empresas de pesquisa agropecuária, de marketing, de *fast food* e de logística; cadeias de supermercados e agora mais recente podemos considerar também o papel dos atacarejos. Estabelecimento comercial presente principalmente nas metrópoles e também nas cidades médias.

³⁸ De acordo com Elias (2011): “As redes agroindustriais associam todas as atividades inerentes ao agronegócio, seja a agropecuária propriamente dita, sejam as atividades que antecedem essa produção e lhe são fundamentais (pesquisa agropecuária, produção de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, fertilizantes etc.), sejam as atividades de transformação industrial cuja matéria-prima provém da atividade agropecuária, seja de distribuição dos alimentos prontos etc”.

A utilização de sistemas técnicos agrícolas modernos, geraram vantagens competitivas e elevaram a produção aliados aos processos de correção dos solos e pela escolha de topografias mais oportunas para a intensificação das práticas agrícolas no setor agrário brasileiro.

Em virtude deste cenário, podemos dizer que o capital do agronegócio se apropria dos espaços opacos e/ou também dos lugares de reserva. Para Santos (2014a, p.248), “tal produtividade não pode ser duradoura, desde que outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização”. Logo, essa busca incansável do setor agropecuário brasileiro por novas áreas que sejam favoráveis a luminosidade do capital financeiro levaram os produtores rurais em sua maioria formada pelos ruralistas da região Sul a buscarem terras em outras regiões e a partir deste momento ocorre o fenômeno que foi denominado como: fronteira agrícola.

7.1.1 Fronteira Agrícola: a primeira expansão anos 1970 e 1980

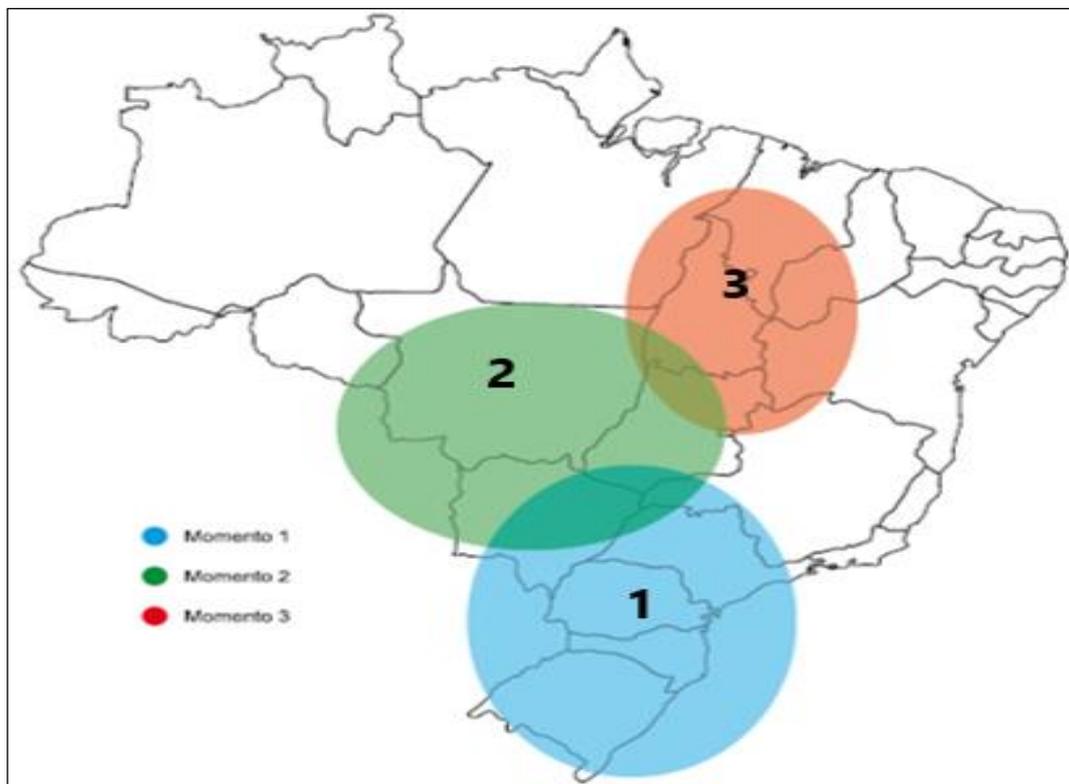
Na medida em que a sociedade contemporânea passa a experimentar uma dinâmica de maior aceleração (Santos, 2014a), o campo brasileiro deixa de ser um espaço com menos rugosidades (Santos, 2014a) e com flexibilidade superior à apresentada pelas cidades.

Ribeiro Mello, L., & Oliveira da Silva Brandão, J. (2022), destacam que:

Sobre eles se organizam sistemas técnicos (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações, de centros de pesquisa agropecuária) voltados à dotar o espaço agrícola de maior fluidez para as empresas hegemônicas do setor. Isso induz à racionalização desses espaços e a expansão do meio técnico-científico-informacional, revelando o dinamismo da (re)produção do espaço resultante da reestruturação da agropecuária.

Vale destacar que, o Governo Federal foi um dos principais agentes modeladores dessas transformações da agropecuária, conforme mostra a figura 12.

Figura 12 – Expansão da Fronteira Agrícola



Fonte: EMBRAPA, 2014.

O fenômeno iniciado em meados da década de 1960 a 1975 (momento 01) predominância na Região Sul, já no (momento 02) avanço para a Região Centro-Oeste essa expansão ocorreu entre os anos de 1975 até 1990.

No ano de 1980 o fomento ocorre através de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola – política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas – como também mediante políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor (DELGADO, 1985).

O momento 3, de expansão da fronteira agrícola para as Regiões Norte e Nordeste, ocorre a partir de 1990 e está presente no território brasileiro até os dias atuais.

O agronegócio globalizado atua como um maximizador do processo de urbanização das pequenas cidades e também daquelas consideradas de médio porte, no que tange aos aspectos populacionais e financeiros. Quanto mais dinâmico for o agronegócio e quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação, “maiores e mais emaranhadas se tornam as relações

entre campo e cidade inseridos em regiões agrícolas” (SANTOS, 2013a). É salutar, ressaltar que essas dinâmicas alteram os papéis das cidades de médio porte e elas passam a ser consideradas como cidades médias na maioria dos casos.

Elias (2016) afirma: “assim, a difusão do agronegócio explica, em parte, a expansão do meio técnico científico informacional e a urbanização em diferentes áreas do país”. Logo, indica-se que a expansão da fronteira agrícola, ocorrida desde a década de 1960, impulsionou o surgimento de novos municípios de Norte a Sul do Brasil.

Nestas cidades se realizam parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando elas passam a exercer novas funções e a compor importantes nós, pontos ou manchas das redes agroindustriais, a partir das quais fornecem parte da mão de obra (especializada e braçal), dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas e da assistência técnica agropecuária, dinamizando a economia urbana e assim, ocasionando a reorganização urbano-regional.

Tais fatos estão entre os que competem para que a urbanização brasileira tenha deixado de ser predominantemente litorânea, como o foi durante séculos.

A intensificação da ocupação no interior do país desencadeia transformações nas áreas antes não consideradas para produções agrícolas mais intensivas, tais como partes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, nas quais se expande a produção de grãos, de gado, de frutas tropicais, e de cana-de-açúcar desde a década de 1980.

Em todas as áreas de expansão do agronegócio no Brasil é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a subdivisão e criação de novos municípios, tanto em áreas que já se destacavam pela produção agrícola como nas regiões Sul e Sudeste, quanto nas áreas mais recentemente ocupadas com tal tipo de produção.

São várias as cidades classificadas como de pequeno ou médio porte que têm parte de sua economia associada a alguma produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano vinculado ao agronegócio.

Esses municípios em sua maioria são denominados de cidades pequenas ou médias onde a sua economia é movimentada pelas corporações que estão associadas com a produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano vinculado ao agronegócio.

Tal situação ocorre, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais mais profundas, aproximando-nos do que Santos (2013a), chamou de produção de “espaços corporativos, onde as empresas (re)produzem o espaço ao sabor de suas necessidades”. Desta forma, é possível captar no município de Unai – Minas Gerais a adaptação do espaço urbano e rural às necessidades do agronegócio globalizado.

7.1.2 Regiões Produtivas do Agronegócio – (RPAS)

As RPAS podem ser classificadas como complexos híbridos na relação rururbana, compostos por modernos espaços agrícolas organizados por espaços urbanos não metropolitanos e em parte funcionais ao agronegócio.

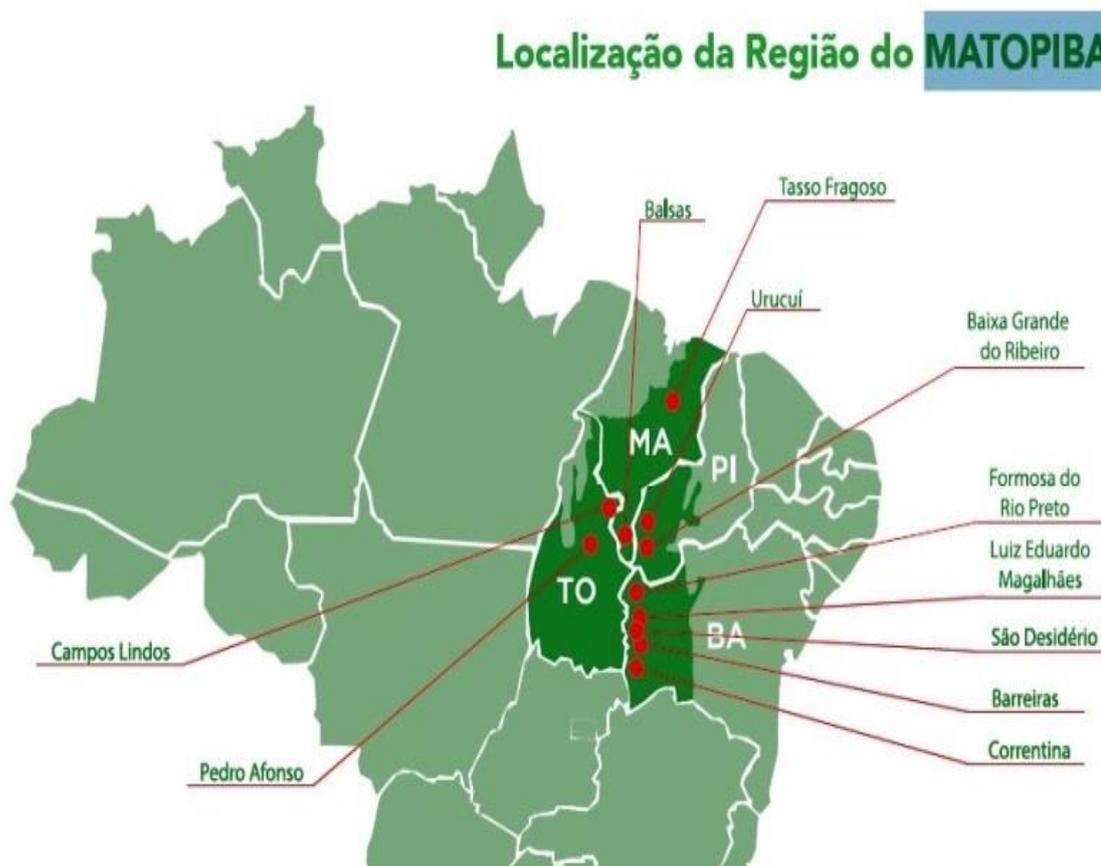
Segundo Elias (2016):

Elas formam manchas de redes agroindustriais e são perpassadas por parte dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* ou produções agropecuárias, os quais evidenciam algumas das dinâmicas sócio espaciais do agronegócio globalizado. Como as RPAS conectam-se diretamente aos centros de poder e de consumo em nível mundial, as escalas local e regional que têm vida em seu interior articulam-se permanentemente com a escala global, e o território organiza-se com base em imposições do mercado de *commodities*. Nessas regiões se observa, também, a presença de corporações formadas por empresas agrícolas e agroindustriais, algumas já atuando com capital aberto, que se configuram entre os principais agentes da produção do espaço regional. As RPAS compõem espaços do fazer do agronegócio globalizado, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. As horizontalidades são extremamente difundidas, devido a fatores como: expansão das atividades econômicas; aumento da população e do mercado de trabalho; chegada dos novos agentes econômicos; fluxos de população e de cargas; diversidade e quantidade de fluxos entre o campo e a cidade.

Assim, uma RPA, é resultado do impacto das forças externas/modernizantes e da capacidade das suas virtualidades, assim como das relações entre outros diferentes pares dialéticos tais como o Estado e o Mercado. Cabe aqui, destacar que a configuração das regiões produtivas do agronegócio (RPAS) não respeitam os limites político-administrativos oficiais e, assim, é recorrente uma mesma RPA, ser

formada por municípios de diferentes estados da federação conforme apresentado na figura 13:

Figura 13 – Localização da Região do MATOPIBA



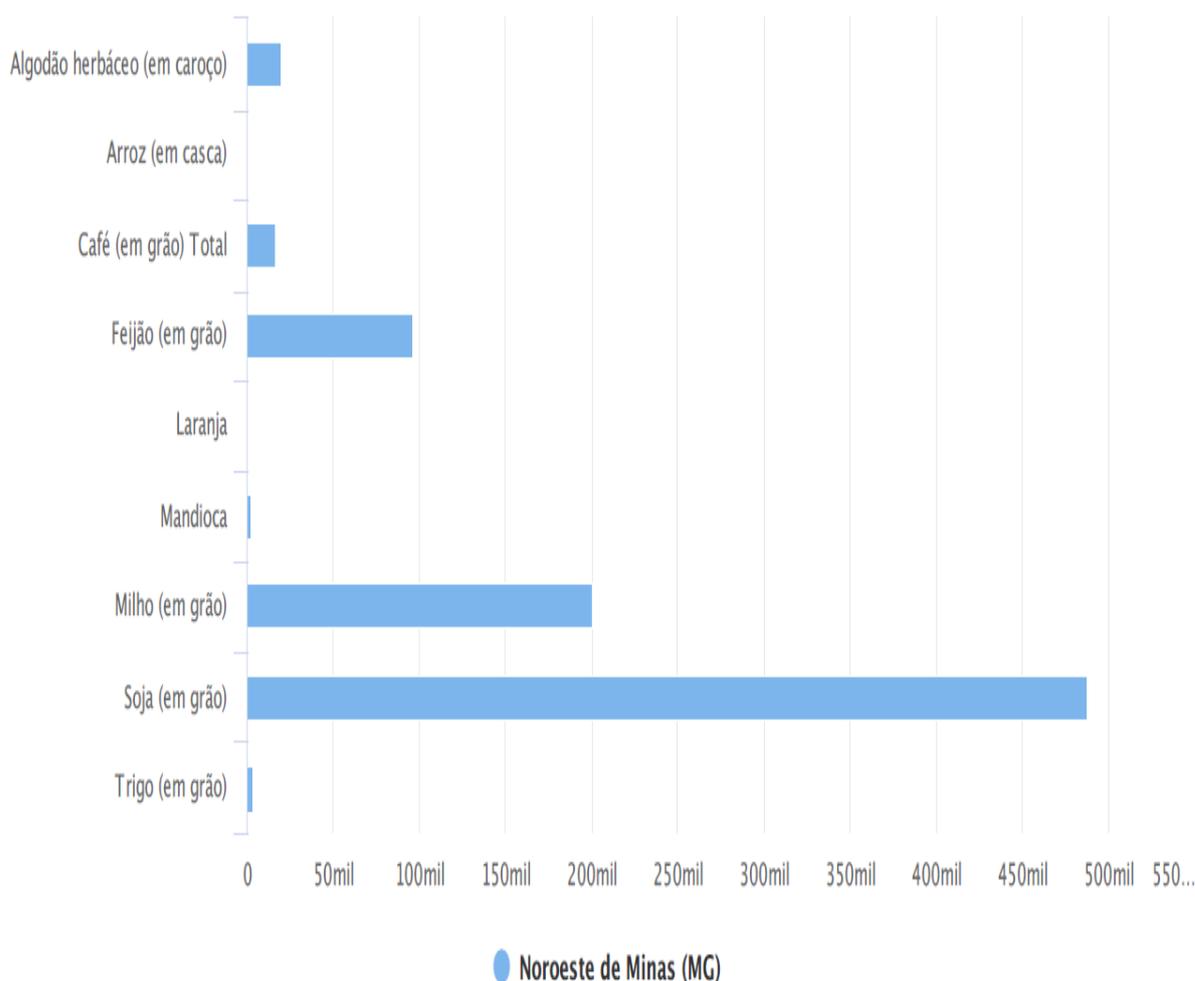
Fonte: Arte Ministério da Agricultura – Disponível em: <https://www.pinegocios.com.br/thumbs.php?w=600&imagem=imagens/noticias/342/matopiba1.jpg>. Acesso em: 15 maio 2022.

Algumas dessas delimitações, muito embora não existam oficialmente, são reconhecidas pelas populações locais e empresas atuantes nas respectivas áreas. Dessa forma, uma mesma região é composta por um conjunto de municípios por vezes pertencentes a diferentes estados, com seus respectivos espaços agrícolas e urbanos associados em graus diversos e que originam o que é denominado por cidades do agronegócio (ELIAS, 2011, 2016).

De acordo com o Décimo Segundo Levantamento de Grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para a safra 2019/2020 consolidou o recorde na produção de grãos em Minas Gerais. O volume produzido foi de 15,4 milhões de toneladas, o que equivale a um crescimento de 5,8% em relação à safra anterior, com

3,5 milhões de hectares de área plantada e um ganho de 4,7% na produtividade. O clima favoreceu o aumento da produtividade, assim como a adoção da tecnologia empregada no campo. Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Produção Agrícola Municipal (PAM) referente ao ano de 2019, dos municípios pertencentes ao Vale do Rio Urucuia localizados no noroeste mineiro são responsáveis pela produção de: Algodão herbáceo (em caroço), Café (em grãos), Feijão (em grãos), Mandioca, Milho (em grãos), Soja (em grãos) e Trigo (em grãos). Nesse território, a maior área plantada ou destinada a colheita das seguintes *commodities*: algodão, feijão, milho e soja. Conforme apresentado no gráfico 07:

Gráfico 07 – Área plantada ou destinada à colheita em hectares – Noroeste de Minas (2019)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – 2019.

Na tabela 10, são apresentados os dados referentes à produção agrícola dos municípios que compõem a Região Produtiva do Agronegócio (RPA) do Vale do Rio Urucuia, Noroeste de Minas Gerais.

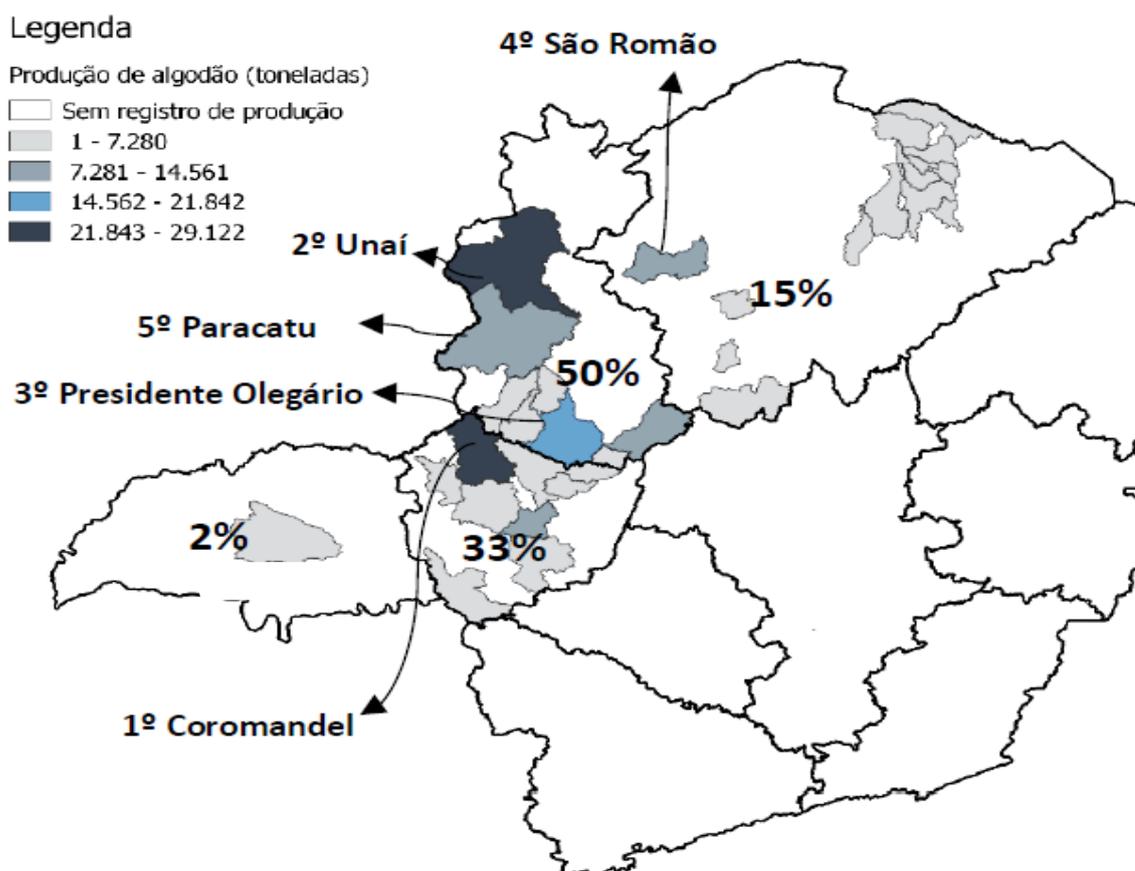
Tabela 10 – Produção agrícola dos municípios mineiros que compõem a Região Produtiva do Agronegócio (RPA), no Vale do Rio Urucuia, Noroeste de Minas Gerais

Municípios	Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)	Área colhida (Hectares)	Valor da produção (x 1.000,00 Reais)
Arinos	9.890	9.890	30.314
Bonfinópolis de Minas	42.582	42.582	161.941
Buritiz	131.050	131.050	496.319
Cabeceira Grande	28.460	28.460	103.708
Chapada Gaúcha	26.230	19.221	56.237
Formoso	34.511	34.511	147.617
Pintópolis	1.097	632	2.228
Riachinho	11.650	11.640	44.737
Santa Fé de Minas	304	294	654
São Romão	12.207	11.715	69.512
Unaí	245.338	245.338	1.314.322
Uruana de Minas	3.913	3.913	12.995
Urucuia	4.371	4.201	27.417

Fonte: Dados tratados pelo autor de acordo com as informações disponíveis sobre a Produção Agrícola Municipal - (PAM, IBGE, 2019).

De acordo com os dados apresentados na tabela 10, é possível classificar, este recorte territorial como uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA), quando analisamos a representatividade deste setor nos municípios do Vale do Rio Urucuia que se destacam na produção de algumas *commodities*, tais como: na mesorregião geográfica do Noroeste de Minas Gerais. Conforme apresentam as figuras 14 até 19:

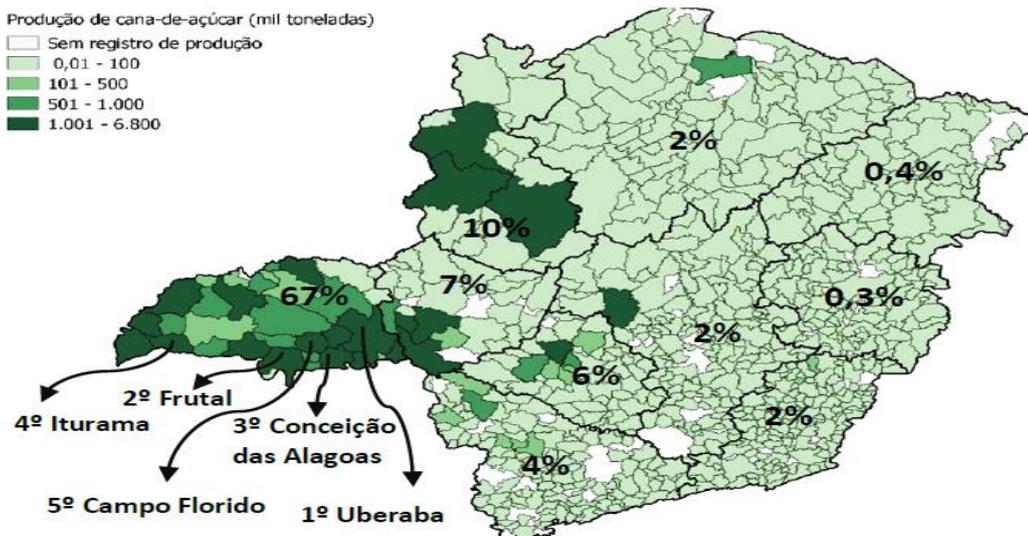
Figura 14 – Mapa da Produção de Algodão – MG – 2019



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020. Disponível em: http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanço_Agronegocio_2020.pdf. Acesso realizado em: 29/07/2022.

O município de Unai é o segundo maior produtor e São Romão ocupa a quarta colocação na produção de algodão do estado de Minas Gerais. Conforme apresentado na figura 14.

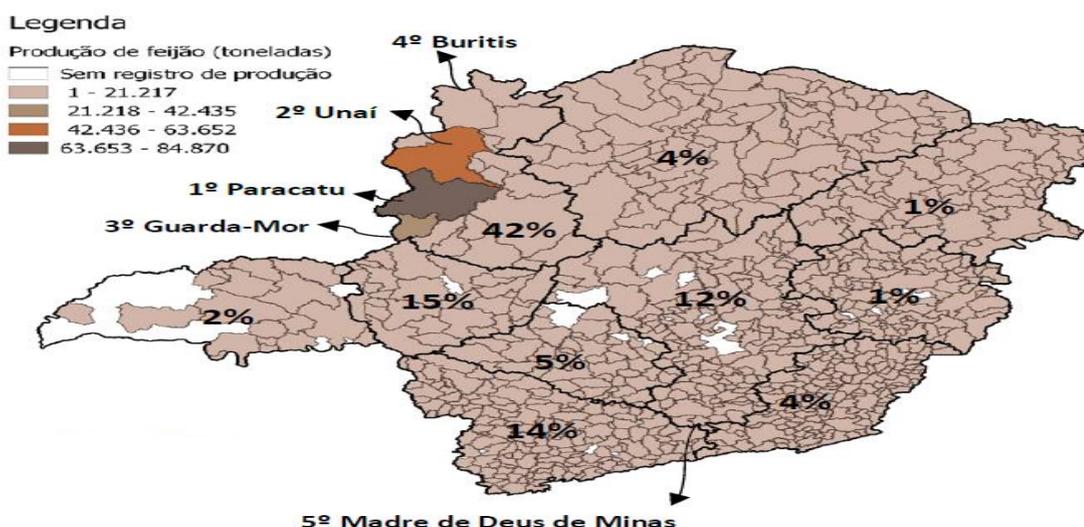
Figura 15 – Mapa da Produção de Cana-de-açúcar – MG - 2019



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020. Disponível em: [http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco Agronegocio 2020.pdf](http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf). Acesso realizado em: 29/07/2022.

O Noroeste mineiro é responsável por 10% de toda a produção de cana de açúcar do estado de Minas Gerais, onde o município de Unaí contribui para que a região realize essa contribuição no que tange ao incremento na produção agrícola estadual. Conforme apresentado na figura 15.

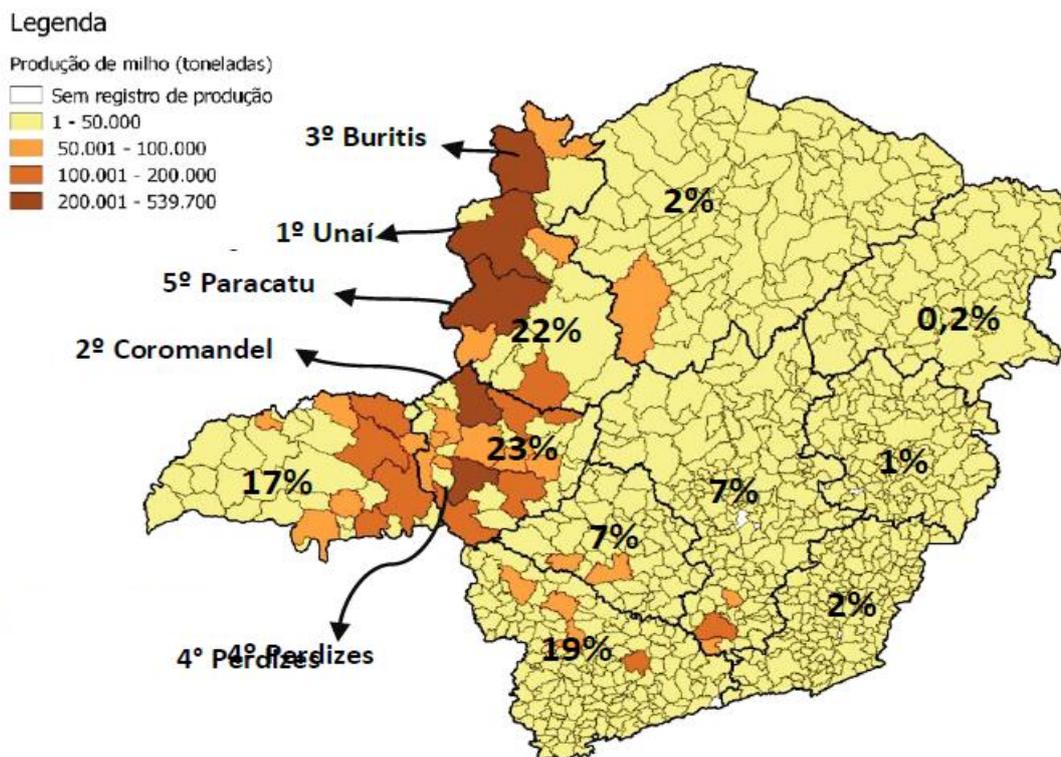
Figura 16 – Mapa da Produção de Feijão – MG - 2019



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020. Disponível em: [http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco Agronegocio 2020.pdf](http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf). Acesso realizado em: 29/07/2022.

O município de Unaí é o segundo maior produtor e Buritis ocupa a quarta colocação na produção de feijão do estado de Minas Gerais conforme apresentado na figura 16.

Figura 17 – Mapa da Produção de Milho – MG - 2019

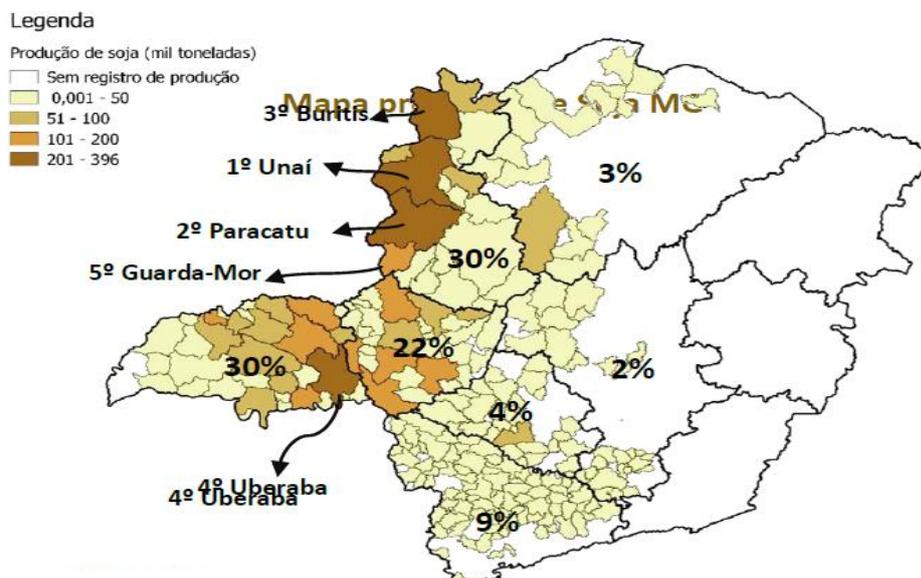


Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020. Disponível em: http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf. Acesso realizado em: 29/07/2022.

Em relação a produção de milho, o município de Unaí ocupa a primeira colocação sendo o maior produtor e Buritis ocupa a terceira colocação na produção de milho no estado de Minas Gerais conforme apresentado na figura 17.

Quando se trata de produção de soja, o município de Unaí ocupa a primeira colocação sendo o maior produtor e Buritis ocupa a terceira colocação na produção de soja no estado de Minas Gerais conforme será apresentado na figura 18.

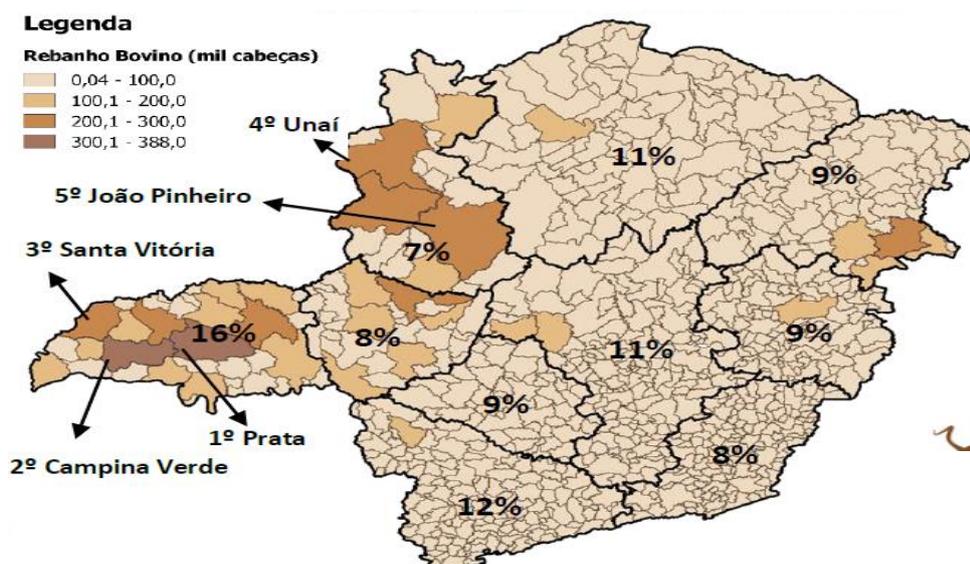
Figura 18 – Mapa da Produção de Soja – MG - 2019



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020. Disponível em: http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf. Acesso realizado em: 29/07/2022.

Unai também ocupa um lugar de destaque no quesito de rebanho de bovino o município ocupa a quarta colocação na produção de bovinos, pois, possui entre 200 e 300 mil de cabeças de gado dentro do seu território. Conforme apresentado na figura 19.

Figura 19 – Mapa da Produção de Bovinos – MG - 2019



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020. Disponível em: http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf. Acesso realizado em: 29/07/2022.

Tabela 11 – Produção Agrícola Municipal (PAM)³⁹ – Noroeste de Minas

Mercadorias	Área plantada ou destinada à colheita (Hectares) 2019	Área colhida (Hectares) 2019	Quantidade produzida (Tonelada) 2019	Valor da produção (Mil Reais) 2019	Rendimento médio da produção (Kg por Hectare) 2019
Algodão herbáceo (em caroço)	20.018	20.018	83.873	198.780	4.190
Café (em grão) Total	16.255	16.255	37.969	254.593	2.336
Feijão (em grão)	96.265	96.265	225.046	574.193	2.338
Mandioca	2.191	2.191	38.745	17.406	17.684
Milho (em grão)	199.920	199.920	1.624.732	1.074.139	8.127
Soja (em grão)	487.600	487.600	1.537.408	1.734.984	3.153
Trigo (em grão)	3.301	2.991	14.303	12.438	4.782

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – 2019.

A tabela 11, evidência que dentro da região do Vale do Rio Urucuia, localizado no noroeste mineiro se destacam as seguintes *commodities* (produtos): Algodão herbáceo, feijão, tendo um peso maior o milho e soja que são os grandes protagonistas da produção agrícola na região. Cabe ressaltar que, o estado exportou seus produtos para 172 países, sendo os principais compradores a China (US\$ 2,27 bilhões); os Estados Unidos (US\$ 896 milhões); a Alemanha (US\$ 881 milhões); a Itália (US\$ 403 milhões); e o Japão (US\$ 3,8 milhões).

³⁹ A produção agrícola desdobra-se nos principais produtos produzidos pelo município sendo considerado aqueles que possuem uma maior participação na Produção Agrícola Municipal (PAM), de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7.1.3 As cidades do agronegócio

A reestruturação produtiva da agropecuária no território brasileiro modifica os papéis de algumas cidades e as suas relações entre o campo e a cidade, motivadas pelas novas necessidades de consumo produtivo do setor do agronegócio. Em muitas dessas cidades, esse tipo de consumo o produtivo é mais importante e complexo do que o consumo consumptivo.

Que de acordo com Frederico (2012, p. 07):

[...] nas cidades, a quantidade e a qualidade dos consumos produtivos e consumptivos associado ao poder de interconexão com os demais centros, é que vão redefinir a nova hierarquia urbana na fronteira agrícola moderna. Algumas cidades tornam-se novos centros enquanto outras perdem a posição exercida em períodos anteriores.

Logo, é sabido que o consumo consumptivo é aquele próprio fomentado pela população local. Tal fato Santos (2013a) denominou de “cidade do campo”, noção que foi utilizada por algum tempo (Elias, 2003) embora, há alguns anos, a geógrafa Denise Elias tenha substituído por “cidade do agronegócio” (Elias, 2011, 2016), visando uma possível consolidação conceitual e uma melhor aplicabilidade dessa noção.

Para Elias (2016):

O que chamamos de cidades do agronegócio seriam os espaços urbanos inseridos em RPAS nos quais se dá a gestão local ou regional do agronegócio, cujas funções inerentes a essas atividades têm hegemonia na economia urbana. A cidade do agronegócio é um tipo de cidade que polariza e organiza amplo espaço agrícola, na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos.

Segundo Corrêa (2010): “A especialização da cidade pode ser captada mediante a leitura de suas funções urbanas”. Assim, é possível identificar várias cidades, nas diferentes partes do país, cujo crescimento econômico e territorial se deve diretamente à sua integração com as funções exercidas junto ao agronegócio, tais como: Barreiras (BA), Correntina (BA), Formosa do Rio Preto (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Uruçuí (PI), Sorriso, Lucas do Rio Verde (MT) e Unaí (MG) além de tantos outros municípios que poderiam ser citados aqui a título de exemplo.

Cabe destacar que a região produtiva do agronegócio mais significativa até o presente momento existente no Nordeste do Brasil, cuja “capital” consideramos ser a cidade de Barreiras, abrangia inicialmente o oeste da Bahia, tendo se estendido para

o sul do Maranhão, o sul do Piauí e já atinge partes do estado do Tocantins denominada pelo acrônimo de MATOPIBA e cuja gestão hoje é dividida com o município de Luís Eduardo Magalhães (LEM).

Ressaltamos ainda que, a região produtiva do agronegócio atualmente comandada por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (LEM) é composta também pelos municípios do oeste da Bahia (Correntina, São Desidério, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto), sul do Piauí (Uruçuí e Floriano) e sul do Maranhão (Balsas e outras), além de alguns municípios de Tocantins.

Essa informação é confirmada pelos indicadores da Produção Agrícola Municipal (PAM), realizada em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a lista dos 50 municípios com maior representatividade no agronegócio conforme apresenta o gráfico 08.

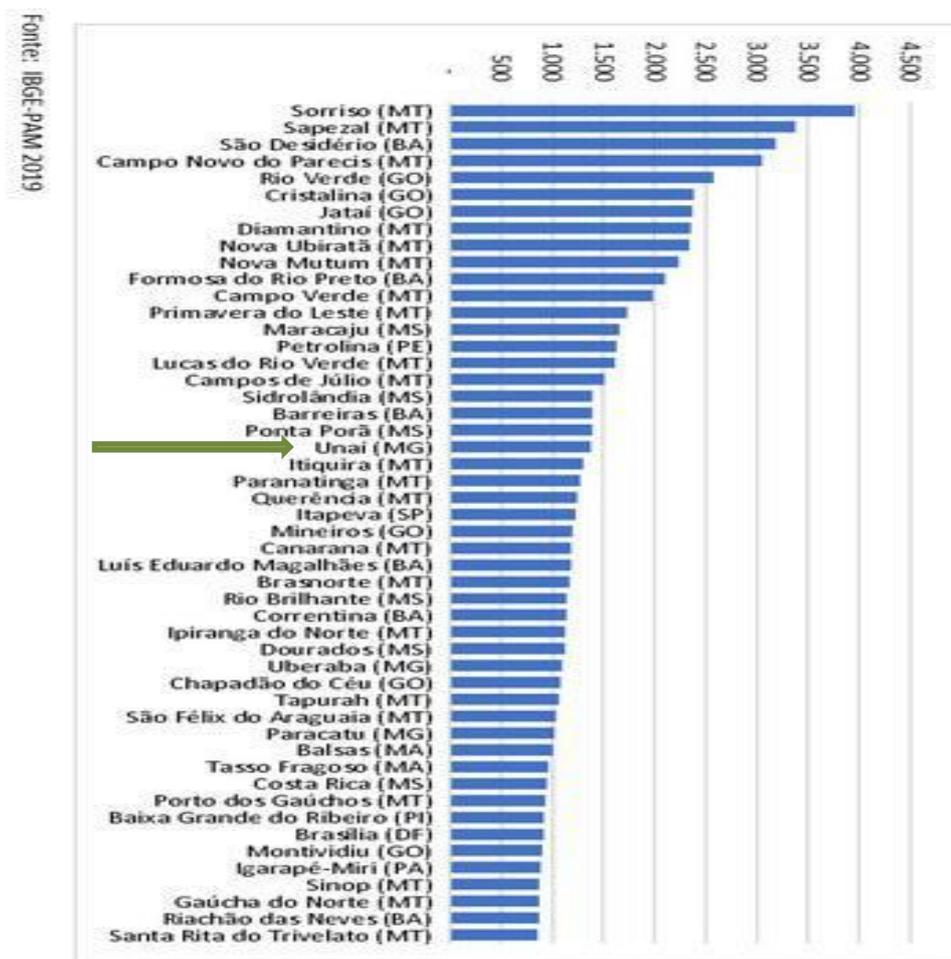
Onde destacam-se os municípios do oeste da Bahia (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, São Desidério).

Entendemos que, enquanto Barreiras exerce os papéis mais clássicos de uma cidade de porte médio, LEM configura-se como uma cidade do agronegócio (Elias, 2016). Ambas polarizam toda a região produtiva no que tange a sua função urbana favorecendo o fluxo de mercadorias e também serviços. É perceptível a presença do agronegócio, por conter revendedores autorizados dos maiores fabricantes de máquinas agrícolas que atuam no Brasil, como a Massey Ferguson e New Holland. Tais estabelecimentos estão presentes ao longo da BR-242, no limite entre os dois municípios do oeste baiano.

Outro exemplo da especialização funcional da cidade é que, desde 2004, LEM é uma das quatro únicas cidades no Brasil que recebem a Agrishow, Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, uma das principais vitrines do que há de mais moderno para ser utilizado em toda a cadeia produtiva do agronegócio.

Mas, o gráfico 08, também demonstra a importância que o município de Unai localizado no noroeste do estado de Minas Gerais, pois, este ocupa a 21ª posição (em destaque) entre os 50 maiores municípios do agronegócio brasileiro.

Gráfico 08 – 50 municípios do agronegócio com a maior produção no ano de 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Produção Agrícola Municipal. (2019).

Em Unai (MG), ocorreu a Agrotech no período de 08 a 12 setembro de 2021, um evento promovido pelo Sindicato dos Produtores Rurais do município em parceria com empresas privadas, instituições financeiras, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER MG) ofertando palestras e cursos para os produtores rurais e também para a comunidade.

Outro aspecto que cabe destaque são os fluxos migratórios, originários tanto das áreas menos atingidas pela capitalização do campo, quanto de áreas do Sul e Sudeste do país, submetidas à maior pressão fundiária e demográfica. A chamada migração de “gaúchos” – como são designados os sulistas que de forma genérica são

assim apelidados - é um dos principais fatos a considerar para análise (Haesbaert, 1997).

O Terminal Rodoviário de Luís Eduardo Magalhães (LEM) demonstra esse tipo de fluxo, devido a ocorrência de linhas de ônibus que fazem ligação direta com várias cidades da região Sul do país tais como: Porto Alegre e Santa Maria ambos no Estado do Rio Grande do Sul.

Cabe aqui destacar que no município de Unaí (MG), também há diversas propriedades rurais que pertencem aos “gaúchos”. O ordenamento territorial nas cidades do agronegócio é singular.

Elias (2016), ressalta que:

Um visitante desavisado vai se surpreender ao chegar à cidade e se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, insumos químicos, que se perfilam pela entrada principal de Luís Eduardo Magalhães (LEM). O espanto continua quando, logo em seguida, o visitante se defronta com as plantas industriais da Bunge, com seus portentosos silos dentro do perímetro urbano principal, junto à área residencial, entre os locais mais valorizados da cidade, o que demonstra a total falta de ordenamento urbano. Por outro lado, observam-se problemas urbanos semelhantes aos das cidades maiores, tais como os de infraestrutura – ausência de tratamento de esgoto, galeria de águas pluviais, pavimentação asfáltica e habitação para famílias de baixa renda –, questões que têm sido pouco atacadas pela prefeitura e pelo governo federal.

Logo, cabe ressaltar que, o cerne da organização de uma parte considerável do território brasileiro, nos dias atuais, é resultado da sua herança histórica e das transformações ocorridas no presente, em virtude da aceleração das inovações tecnológicas que surgem a todo momento favorecendo a “modernização” do campo, com a inserção de instrumentos, técnicas e equipamentos dotados dos mais atuais programas de computação, dispositivos e múltiplos usos de sistemas de informações. Pode-se até falar em modernidade de equipamentos e sistemas, mas não em modernização no que se refere as tratativas com o social e o ambiental, sendo estes, muitas vezes empecilhos a tal “modernização” do campo.

A base da organização de uma parte significativa do território brasileiro atual, resultado da herança histórica e das metamorfoses do presente, marcado pela velocidade das inovações. É igualmente imprescindível reconhecer a existência de especificidades nas formas de produção e apropriação do espaço agrícola e urbano

nas diferentes RPAS. Todas merecem atenção num país de grande dimensão e de diversidade regional como o Brasil.

É importante também ressaltar a inviabilidade de continuarmos a considerar apenas as antigas relações campo-cidade, assim como as relações hierárquicas clássicas da rede urbana e das divisões regionais para compreender o Brasil do presente.

Para a realização da investigação das regiões produtivas do agronegócio, consideramos importante valorizar o diálogo com aqueles que investigam o espaço agrário brasileiro, sem deixar de ouvir aqueles que estudam os espaços urbanos não metropolitanos e o fenômeno da (re)estruturação urbana e regional, reconhecendo as suas respectivas contribuições para o desenvolvimento de noções, teorias e conceitos sobre os processos e dinâmicas sócio espaciais emergentes no território brasileiro contemporâneo.

Logo, percebe-se que:

As cidades tornaram-se o *locus* da realização da produção agrícola moderna, pois atendem às demandas do consumo produtivo e respondem pela regulação da produção. Assim, tais mudanças são reflexo da modernização agrícola com a formação de regiões produtivas do agronegócio as quais se conformam como regiões competitivas. Para o autor, articulam-se, as formas de consumo produtivo – consumo de todos os tipos de serviços e bens materiais, como consultorias (técnicas, jurídicas e financeiras), mão de obra com ou sem especialização, insumos, pesquisas científicas, transporte e comunicação – e consumptivo (familiar) – relacionadas às demandas de bens e serviços da população (IPEA, 2022, p.15).

Assim como a centralidade que os municípios exercem dando suporte as regiões produtivas do agronegócio no território brasileiro.

Desse modo verifica-se essa evolução, quando nos preocupamos em examinar a influência regional de Unai – MG, que é um município que possui uma área total de 8.445,432 km² com uma população de 86.867 habitantes, segundo a prévia do Censo Demográfico de 2022 divulgada em dezembro 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuindo uma densidade demográfica de 9,18 km² habitantes é vizinho dos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Paracatu e Uruana de Minas no estado de Minas Gerais e Cabeceiras no estado de Goiás.

Essa região apresenta um enorme potencial de atração de fluxos⁴⁰ de capital, mercadorias e pessoas, por estar inserida em uma área denominada de região produtiva do agronegócio o que gera a centralidade urbana, favorecendo a criação e o desenvolvimento das cidades do agronegócio pelo fato da atividade sustentar e maximizar a economia dos municípios e a relação campo-cidade.

Quando abordamos a relação campo-cidade é de fundamental importância ressaltar as relações de troca que ocorrem no espaço geográfico, pois, a troca é um dos fundamentos das relações sociais entre indivíduos e grupos, ela está presente, entre comunidades semelhantes e até, mesmo, nas relações familiares. Lembrando que a apropriação promove a fragmentação da extensão terrestre, gerando diferenciações espaciais e criando espaços de produção especializados, é necessário organizar essa diferenciação.

A diferenciação e especialização dos lugares implicam na necessidade da troca entre os lugares. Ela induz aos fluxos e a formação de redes. A troca é o coração dos processos de desenvolvimento econômico; os lugares de sua realização são os mercados cuja organização concreta contribui largamente para a formação do espaço em todas as escalas geográficas sendo elas: local, regional, nacional, internacional e global.

É essencial também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, já que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais. Santos (2014a, p.63), apresenta que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Desta forma, Unai – MG, exerce uma área de influência e favorece as relações de troca e tende a afetar direta ou indiretamente o Noroeste mineiro.

⁴⁰ Segundo Santos (2012) Fluxos: O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição do consumo.

Desta forma segundo (BEZZI, 2004. p.23):

A região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais. Portanto, a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.

Aqui, discutir a categoria região é de suma importância dentro da ciência geográfica pois esta constitui valores agregativos, que recebem uma nova análise no bojo da própria Geografia.

De acordo com, Becker & Egler (1998):

O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão das contradições do mundo contemporâneo.

De acordo com a geógrafa Sandra Lencioni (2009), o objeto essencial de estudo da Geografia é a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que tecem relações que enraizaram os homens ao território e que particulariza este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos. São essas peculiaridades que definem a região, no sentido verdadeiramente geográfico, priorizando, na dualidade homem versus natureza, a ação transformadora dos homens.

Desta forma, podemos considerar a cidade como a peça chave para a ação transformadora do espaço, pois, a cidade pode ser considerada como espaço de produção, da circulação e do consumo, conseqüentemente, ela está posta na lógica da reprodução capitalista desde a antiguidade até os dias atuais.

Para Harvey (1972) *apud* Corrêa (1997, p.121), as cidades são “vistas como uma forma de organização do espaço pelo homem, a cidade pode ser considerada, como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico”.

É a cidade, que insufla a necessidade de atração e concentração dos equipamentos, atividades e serviços de modo que as relações econômicas e sociais possam conquistar maior dinamismo e favorecer a relação região-cidade.

Moreira (2013, p.19), atesta que: “o que se põe para o microespaço, põe-se para o macro. De modo que é todo o espaço nacional em seu conteúdo e arranjo que vemos na singularidade do específico presente no cotidiano das cidades”.

As cidades podem ser caracterizadas como, uma organização pautada nos usos diferenciados do espaço citadino das mais diversas formas. Tais como: as áreas industriais, as diversas áreas residenciais, e a área central que pode ser considerada como o *locus* das interações espaciais que incentivam os fluxos de capital, as migrações diárias entre o local de residência e o local de trabalho, além da atração dos consumidores que permitem integrar as diferentes partes do território (CORRÊA, 1997).

6.2 O fenômeno da centralização

A concentração das atividades favorece o fenômeno da centralização, presente nas áreas centrais. A centralização na cidade moderna, é:

a existência de uma área onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais de transporte interurbanos e intra-urbanos. Esta área, conhecida como Área Central, resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo sistema capitalista. A emergência da Área Central é concomitante à ampliação das relações entre a cidade e o mundo externo a ela. CORRÊA (1997, p. 123).

É possível afirmar que a cidade se presta para servir ao mercado, cujas regras são definidas *a priori*, por critérios estabelecidos pela lógica da produção e da troca.

Lefebvre (1999), ressalta que a mais-valia foi produzida primeiramente no campo, porém se deslocou para a cidade na medida em que está se deslocou da sede da produção, do artesanato, depois da indústria, atribuindo ao centro urbano um importante papel de concentração e centralização urbana constituído pelas áreas centrais.

As áreas centrais, são espaços privilegiados por exercer um elevado poder de atração, expresso na centralidade urbanas que são capazes de se multiplicarem numa mesma cidade e devem ser consideradas por meio da análise dos fluxos de pessoas, veículos automotores, informações, capitais, decisões, e, principalmente, da circulação de mercadorias.

Corrêa (1997, p.124), frisa que: “a concentração de atividades nesta área representa, pois, a maximização das externalidades, seja de acessibilidade, seja de aglomeração. Do ponto de vista do capital a Área Central constituía, na segunda metade do século XIX e ainda hoje, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização dos lucros”.

Desta forma, devido à existência destes fluxos, que apontamos, para a necessidade da compreensão do fenômeno da centralização mencionada previamente, com o intuito de que a agilidade e a acessibilidade sejam favorecidas e, por conseguinte, compreendamos o porquê da acumulação de capital que se efetiva mais facilmente nas áreas centrais dos espaços urbanos.

6.3 Centro e Centralidade:

Para Corrêa (2003a, p. 07), “o espaço urbano constitui-se em um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Assim, tais usos definem as áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços, áreas industriais, áreas residenciais”. Desta forma, após essa breve conceituação sobre centralização e espaço urbano é possível discorrer sobre os conceitos de centro e centralidade.

Precisamos primeiramente recorrer aos aspectos relacionados com a questão locacional. A questão locacional somente começa a ser pensada de modo sistemático a partir de um determinado momento da História, que é marcado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção.

De acordo com o economista britânico Maurice Herbert Dobb, ele destaca os dois momentos que foram decisivos para a consolidação do modo capitalista de produção sendo que, o primeiro momento, ocorreu no século XVII, com as transformações políticas e sociais na Inglaterra é que foram decisivas neste período, devido a luta travada dentro das corporações privilegiadas e a luta parlamentar contra o monopólio, culminando na revolução cromwelliana (também denominada como revolução puritana)⁴¹. O segundo momento é de fato o da Revolução Industrial iniciada

⁴¹ De acordo com Hill (1980), a **revolução** cromwelliana ou revolução puritana ocorreu na Inglaterra entre os anos de 1641 e 1649, originando pela primeira vez a constituição de uma República (1649-1658) em solo inglês. Tendo como líder mais expressivo Oliver Cromwell, a Revolução Puritana inseriu-se como um dos principais momentos da Revolução Inglesa, que desencadeou ainda a Revolução

no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, cuja importância foi essencialmente econômica, apresentando assim, um reflexo dramático e menos relevante para o cenário político. Ela se mostrou tão decisiva para todo o futuro da economia capitalista, tão radical como transformação da estrutura e organização da indústria, que levou alguns a considerá-la como as dores de parto do capitalismo moderno, e, portanto, o momento determinante para o desenvolvimento social e econômico das nações desde a Idade Média (DOBB, 1983).

É neste segundo momento que, a classe dominante desperta o interesse para a compreensão dos motivos que levam a população a se instalar em um dado lugar específico, e se deslocar em busca de recursos que atendam às suas necessidades (CORRÊA, 1986).

A cidade industrial replica o mecanismo da produção, circulação e comercialização de produtos, espacialmente materializado nas localizações concretas e favorecendo as relações de troca entre os lugares.

A cidade industrial, é o espaço da produção, circulação e consumo. Nela o modelo produtivo está alicerçado em uma lógica capitalista. A concentração das atividades produtivas nas cidades, são responsáveis pelo processo que levam à atração de pessoas e de capital para as áreas centrais em função das diferentes atividades presentes no meio urbano.

O capitalismo estabelece mudanças expressivas na cidade. O núcleo central das cidades, que até ao século XIX tinha o papel político, passa a ter uma nova função, a econômica. O centro da cidade se transforma principalmente no espaço da gestão da vida econômica e o nó principal dos corredores de transporte que permitem percorrer maiores distâncias com maior facilidade de articulação entre cidades. Paralelamente, a evolução tecnológica, começava a encurtar progressivamente as distâncias, facilitando a organização empresarial e conseqüentemente intensifica a vida dos habitantes das cidades com o avanço do sistema capitalista no século XIX.

Gloriosa como desfecho. A principal consequência dessas revoluções foi a consolidação de um regime político monárquico parlamentar, colocando fim ao absolutismo na Inglaterra.

Assim, é no final do século XIX, que o modo de produção capitalista se propaga mundialmente, conforme destacaram em sua obra Karl Marx e Friedrich Engels, escrita em 1848, a qual revela que:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (...). No lugar da tradicional autossuficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. (...). Com a rápida melhoria dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até as nações mais bárbaras. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, que dizer, a se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo segundo à sua imagem e semelhança (MARX e ENGELS, 1998, p. 11-12).

Corrêa (1986, p.62), destaca ainda que é a partir da consolidação do sistema capitalista de produção que: “a localização passou a ter enorme significado quando passou a representar um dos elementos que influenciava os custos e os lucros e, portanto, a capacidade de sucesso em um capitalismo concorrencial”.

A partir deste momento, se alteram as relações sociais de produção que passam a ser comandadas pelo capital, e é necessário que a burguesia realize um maior controle da força de trabalho, buscando mitigar o seu custo de reprodução. Esse controle passa necessariamente pela localização e distribuição das organizações no espaço urbano e também dos grupos sociais como: a burguesia e a classe operária. (CORRÊA, 1986).

O geógrafo e professor Roberto Lobato Corrêa, externa o seu descontentamento em relação ao distanciamento dos precursores da ciência geográfica dos estudos locacionais.

Os primeiros que se preocuparam explicitamente com a questão locacional não foram os geógrafos. Mestres dos séculos XVII, XVIII e da primeira metade do século XIX, como Varenius, Kant, Humboldt e Ritter, preocuparam-se com questões relativas à natureza da geografia, tais como, a existência de uma geografia geral e outra especial ou regional, a geografia como um saber corológico, o avanço e a sistematização do conhecimento sobre os processos da natureza ou sobre os países e continentes. Neste sentido, os geógrafos atendiam a uma demanda de sistematização do conhecimento da superfície da Terra que tinha, então sido incorporado de modo praticamente total, à ação humana. Assim, por exemplo, Varenius, que viveu no século XVII, no apogeu da expansão mercantilista holandesa, produziu estudos regionais sobre a Ásia, os quais interessavam à burguesia

de Amsterdã onde viveu. Humboldt, que era membro da oligarquia fundiária prussiana, teve, por outro lado, entre outras contribuições, uma envolvendo um vasto conjunto de informações sobre o mundo intertropical. Os primeiros que se preocuparam, de modo efetivo e explícito, por vezes até sistemático com a questão locacional foram pessoas ligadas aos negócios e não vinculadas ao incipiente mundo acadêmico (CORRÊA, 1986, p.63). Conforme apresentado no quadro 04.

Quadro 04 – Síntese dos estudos locacionais realizados por não geógrafos

AUTOR	PROFISSÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO DO ESTUDO	ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTUDOS LOCACIONAIS	CONCEITOS
Richard Cantillon	Banqueiro	1755	Instituições Financeiras	Organização espacial frente à circulação de Capital.	Hierarquia urbana, pois esta é indicadora dos pontos principais e secundários por onde se realiza a drenagem de Capital.
Johann Heinrich Von Thünen	Economista	1826	Agricultura	Centro – Periferia; Distribuição de atividades agropecuárias em área definidas; Relação Distância-Renda.	Anéis Concêntricos. Organização espacial da agricultura.
Jean Reynaud	Engenheiro de Minas	1841	Agricultura	Sociabilidade, fator econômico e administração.	Sistema hierárquico de centros com três ou quatro níveis, com suas áreas de influência constituindo-se hexágonos embutidos, buscando compreender a distribuição da população agrícola.
León Lalanne	Engenheiro Ferroviário	1863	Transportes	Organização espacial resultante da expansão ferroviária.	Elaborou um esquema de rede urbana, no qual os entroncamentos ferroviários nos centros, estruturavam-se de modo hierárquico.
Weber	Economista	1909	Industrial	Triângulo da Localização Econômica;	Ponto Ótimo

				Localização com redução dos custos com transporte.	
--	--	--	--	--	--

Fonte: (BESSA,2012).

Conforme apresentado no quadro 04, cabe ressaltar que: Cantillon, Von Thünen, Reynaud e Lalanne. Embora ambos não fossem geógrafos, os seus estudos situam-se como os precursores da análise locacional. Os temas abordados por eles, são eminentemente geográficos.

Corrêa (1986, p.65), afirma ainda que, a sua insatisfação “não era gratuita, mas refletia claramente a inadequação da geografia às novas exigências do capital e do Estado capitalista”. Os pensadores da ciência geográfica, começam a demonstrar o seu interesse pelas questões locacionais a partir da Teoria dos Lugares Centrais, proposta pelo geógrafo alemão, Walter Christaller no ano de 1933.

A sua teoria é fundamentada pelas ideias do economista Johann Heinrich Von Thünen⁴², que visava espacializar e organizar as atividades econômicas conforme a localização dos tipos de culturas agropecuárias com relação ao centro urbano. Sua teoria expõe um modelo de rede espacial, com ênfase ao espaço urbano e seu dinamismo.

Ele entende o espaço geográfico como um sistema hierarquizado e adotou como suporte teórico-metodológico Von Thünen para a espacialização das atividades agrícolas, Weber⁴³ para a teoria das localizações das indústrias e Engländer⁴⁴ que inter-relacionou as partes da teoria econômica com a relação espacial. É importante ressaltar ainda que a, prática locacional geográfica incorpora vários aspectos relacionados com a economia espacial burguesa e a ecologia humana⁴⁵.

⁴² Johann Heinrich Von Thünen (1826) citado por Ablas (1982). Preocupou-se com a distribuição das áreas centrais no entorno das cidades.

⁴³ Weber, A. (1929) citado por Ablas (1982). Desenvolveu estudos sobre a lógica da localização industrial.

⁴⁴ Oskar Engländer, *Theorie des Güterverkehrs und der Frachtsätze*, Jena, 1924.

⁴⁵ Corrêa (1986), afirma que tanto a economia espacial burguesa e a ecologia humana influenciaram os estudos locacionais na geografia. “Ambas permitiram a manutenção, através de um novo enfoque, do compromisso de fato da geografia com as classes dominantes e com o Estado capitalista. No entanto, seriam necessárias algumas décadas para que o enfoque locacional passasse a vigorar na disciplina geográfica”.

Para Corrêa os elementos que a prática locacional incorporou são os seguintes:

Da ecologia humana, bem como da economia espacial, a prática locacional geográfica incorporou os conceitos e os resultados dos estudos sobre organização interna da cidade: área central, zona de transição, segregação residencial e áreas sociais, entre outros. E tanto da ecologia humana quanto da economia burguesa, incorporou o conceito de equilíbrio, um conceito paradigmático para as classes dominantes. Houve também a redescoberta de seus precursores, Christaller sobretudo. Pela descoberta ou redescoberta de autores como Von Thunen, Alfred Weber, Robert Park⁴⁶ e Christaller, os geógrafos locacionais aprofundaram um amplo temário, retrabalhando as ideias desses autores através de testes de hipóteses e proposições adicionais (CORRÊA, 1986, p.65).

As obras de Weber, Von Thünen e Christaller, compõem a trilogia clássica dos estudos locacionais. (CORRÊA, 1986, p.64). Cabe ainda destacar que, Christaller se preocupou também em mostrar que a distribuição da população poderia afetar o desenvolvimento das localidades centrais, ou seja, em áreas de população dispersa o desenvolvimento de localidades centrais é menor do que em áreas onde a população está concentrada.

A Teoria da Centralidade, destaca alguns elementos importantes para a questão do espaço rural e urbano, dividindo o espaço em setores de influências das atividades econômicas da cidade. O que Christaller buscou compreender, foi a dinâmica das cidades, sobretudo as cidades no Sul da Alemanha, país onde ele vivia.

Buscou compreender essa dinâmica a partir de conceitos como: centralidade, localidade central, região de influência das cidades e polarização. Fundamentou a sua teoria numa relação hierárquica entre os centros urbanos do Sul da Alemanha, quanto ao fluxo de distribuição de bens e serviços das localidades centrais para suas hinterlândias, envolvendo o tamanho, o número e a distância entre as localidades.

O debate sobre a questão de centro e centralidade urbana é muito relevante para a Geografia, pois contribui para desvendar as especificidades das cidades, tendo em vista a sua organização socioespacial. A partir desses conceitos, realizamos reflexões em duas escalas diferentes: a intraurbana e a interurbana, cujos processos ocorrem de forma articulada.

⁴⁶ Robert Park, foi um dos criadores da Escola de Ecologia Humana no ano de 1910.

Castells (2021) afirma que, os centros urbanos estão divididos em algumas atividades fundamentais: comércio, gestão administrativa, financeira e política. Cabe destacar, outro condicionante fundamental, principalmente nas pequenas cidades, são as atividades religiosas, representadas, principalmente, pela igreja católica.

Não existe cidade, nem realidade urbana sem um centro. Seja o centro comercial (que dispõe de produtos e coisas), centro simbólico (que aglutina significações e as tornam simultâneas), do centro de informação e principalmente de decisão (LEFEBVRE, 2016, p. 80). Logo, verifica-se que, o espaço urbano, é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas e até mesmo é onde surgem as ideias.

Castells (2021, p.315), estabelece que: “o centro é o espaço que permite, além das características da sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenadas destas atividades”. É a partir daí que se estabelecem as circunstâncias que favorecem as inter-relações entre os atores presentes no espaço geográfico.

Dessa maneira, para que ocorram desenvolvimento e a urbanização nas pequenas e também nas cidades médias, é necessário que exista, nesses espaços, um centro de influência e, conseqüentemente, é neste momento que se estabelecem as centralidades. Conforme afirmou Henry Lefebvre, o estudo da centralidade não é um tema simples (LEFEBVRE, 2008, p.124).

Desta forma, Sposito, (2001b, p.238), corrobora que, “o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionando a compreensão da centralidade no plano conceitual, prevalentemente à dimensão temporal da realidade”. Logo, a centralidade, para Vargas (2001, p.329), “deve ser entendida como o local de encontro de fluxos de toda ordem, reunindo uma variada quantidade de atividades”.

6.4 Centralidade urbana:

Deste modo, conforme Corrêa (1994, p. 21), “a centralidade de um núcleo, refere-se ao grau de importância de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central e maior a sua centralidade”. Ou seja: trata-se dos espaços que serão

influenciados diretamente pela área central da cidade, favorecendo a distribuição de mercadorias, bem como a disponibilização de bens e serviços.

A centralidade urbana, pode também ser entendida como a combinação, em determinado momento, das atividades econômicas, das funções políticas e administrativas, além da prática social, da representação coletiva, que corrobora para o controle e a regulação das estruturas urbanas da cidade (CASTELLS, 2021).

De acordo com Sposito (1991, p. 120), a centralidade urbana “diz respeito aos fluxos, à fluidez, ou seja, é a expressão da dinâmica da definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade”.

Sposito (2010b, p.57), discorre ainda sobre a centralidade interurbana ao dizer que:

As relações entre cidade e região, como as articulações entre o rural e o urbano colocam em aberto o estudo da centralidade interurbana. No que concerne às cidades pequenas e médias, esse tema é importante porque a força da cidade média tem relação direta com o número de cidades pequenas que lhes são tributárias e com a qualidade dos papéis econômicos que elas desempenham, sendo essa relação tanto de ordem direta como inversa. Há cidades médias que desempenham papéis regionais, relativamente a um grande número de cidades pequenas, cujas atividades econômicas, ainda que predominantemente agropecuárias, estão fortemente sediadas em termos de origem dos capitais e de poder político, nas escalas local e regional. Quando isso ocorre, fortalecem-se as cidades pequenas, tanto quanto a cidade média que amplia seus papéis de intermediação entre as menores e as maiores da rede urbana. Nesse caso, diversificação agropecuária e estruturas fundiárias menos concentradas são elementos importantes para se manter o vigor das cidades pequenas, mesmo que os papéis mais importantes se centralizem na cidade média. Assim, pode-se afirmar que a relação é de ordem direta, pois quanto mais se ampliam os papéis das cidades pequenas, são reforçados os da cidade média que as “comanda”, podendo suportar o desenvolvimento de atividades industriais ou comerciais e de serviços, com capitais regionais. Dão suporte a esse processo certo dinamismo econômico, de base regional, crescimento demográfico nos municípios de diferentes tamanhos, ainda que historicamente venham sendo maiores as taxas de incremento populacional urbano em detrimento absoluto ou relativo dessa evolução no campo. Quando as cidades médias exercem centralidade interurbana sobre um número grande de cidades pequenas, cujas estruturas fundiárias são caracterizadas pelas grandes propriedades, produtivas ou não, voltadas à agricultura ou à pecuária, observam-se dinâmicas de centralização econômica e política em favor das médias e em detrimento das pequenas. Aqui a relação é de ordem inversa: quanto mais perdem as cidades pequenas, mais ganham as cidades médias, sobretudo se tratamos de regiões distantes dos grandes centros urbanos. O crescimento da maior cidade regional resulta em grande parte da debilidade demográfica e econômica, leia-se, capacidade de consumo das cidades pequenas. Tanto no caso do primeiro grupo como no do segundo grupo, há diferenças substanciais entre as regiões mais e as menos integradas à economia de

mercado nacional e internacional, quando se analisam os níveis e a qualidade da centralidade interurbana exercida pelas cidades médias.

Assim, torna-se perceptível que as pequenas e médias cidades estão inseridas na rede urbana por meio de combinações diferentes e adaptações que atendem as demandas que dão suporte ao agronegócio interno e também globalizado.

Desta forma, é possível evidenciar em um primeiro momento que a influência regional e as trocas ocorrem entre Unaí (MG) e os municípios de Arinos, Buritis e Cabeceira Grande todos do estado de Minas Gerais, por meio dos fluxos que ocorrem através das relações presentes no município que apresenta uma rede de comércio consolidada contando com: franquias especializadas em perfumaria, franquias especializadas em chocolates, lojas de móveis, medicamentos, supermercados, atacadistas, revenda de motos, automóveis, suplementos alimentares, agrícolas, materiais de construção entre outras. Formado também pelos serviços bancários, cartoriais, jurídicos, contábeis e de assistência à saúde.

É possível discorrer neste primeiro momento, que a diferenciação e especialização dos lugares implicam na necessidade da troca entre os mesmos. Ela induz aos fluxos e a formação de redes urbanas. A troca ela é o coração dos processos de desenvolvimento econômico, os lugares de sua realização são os mercados cuja organização concreta contribui largamente para a formação do espaço em todas as escalas geográficas.

Sobre a organização concreta do espaço, Santos (2014c, p.126), discorre que:

O comportamento do espaço é influenciado pelas enormes disparidades geográficas e individuais. Esta seletividade espacial, que se manifesta tanto no plano econômico como no social, detém a chave da elaboração de uma teoria do espaço. Segundo se considere a produção ou o consumo, a seletividade espacial pode ser interpretada de duas formas. A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço. Na medida em que novos gostos são difundidos em escala nacional e que subsistem gostos tradicionais, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica. Isto é verdadeiro tanto para os meios de produção como para os meios de distribuição (SANTOS, 2014c, p.126, grifos nossos).

Cabe também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, já que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes

econômicos, sociais e culturais. Santos (2014a, p.63), apresenta que “o espaço como sendo formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Desta forma, Unaí (MG), exerce uma relação de centralidade e corrobora com as relações de hierarquia e heterarquia que fomentam as relações de troca no território e influenciam de maneira direta e/ou indireta à região do Vale do Rio Urucua localizada no Noroeste do estado de Minas Gerais. Conforme será apresentado no próximo tópico.

8 ENTRE HIERARQUIA E HETERARQUIAS

7.1 Hierarquia e rede urbana:

Diante das transformações e dos atos realizados pela ação humana, um em especial, cabe uma análise mais detalhada, é o fenômeno da hierarquia que existe entre os homens desde a antiguidade na sociedade e que este pode ser comparado com a hierarquização existente no espaço urbano.

De acordo com Corrêa (1989, p.19):

Os estudos sobre a hierarquia das cidades são os mais tradicionais e numerosos entre aqueles sobre redes urbanas a que se dedicaram os geógrafos. Derivam de questionamentos sobre o número, tamanho e distribuição das cidades e, implicitamente, sobre a natureza da diferenciação entre elas.

Neste caso, este elemento também está presente na urbanização da sociedade, pois, esta segue uma lógica hierárquica que estabelece uma condição de prioridade ou até mesmo de dependência entre as cidades. Essa condição de subordinação existente entre os centros urbanos constituem uma rede urbana.

Souza, (2020, p.50), estabelece que:

A rede urbana não é “inocente”, no sentido de ser um “simples” conjunto de cidades ligadas entre si por fluxos de pessoas, bens e informações, como se isso fosse coisa de somenos importância ou nada tivesse a ver com os mecanismos de exploração econômica e exercício do poder existentes em nossas sociedades.

A regra geral é que para milhares de pequenas cidades, existem centenas de cidade médias e algumas metrópoles. Uma rede urbana é um espaço hierarquizado a partir da influência (econômica, política, cultural) ou da polarização que uma (ou mais) metrópoles que exercem poder de comando sobre as demais e mesmo sobre o meio rural. É através da rede urbana, obtendo-a como suporte, que a gestão do território acontece (SOUZA, 2020).

Essa hierarquia ou relações de comando e de influência prossegue das cidades médias para as menores e assim por diante. Os inúmeros estudos empíricos e teóricos desenvolvidos, buscaram compreender a natureza da rede urbana de acordo com a análise da hierarquia dos seus centros (CORRÊA, 1989).

É através do estudo da hierarquia dos centros na rede urbana, que é um dos temas centrais da geografia urbana, e que também se assenta na teoria do geógrafo alemão Walter Christaller, que aborda e desenvolve a “teoria das localidades centrais” (BESSA, 2012).

De acordo com Christaller, os centros urbanos que são capazes de exercer a “centralidade” são chamados de “lugares centrais”. Nesse sentido, os lugares centrais são aqueles que evidenciam um papel relevante dentro da rede urbana, potencializando toda a rede e, conseqüentemente, exercendo uma hierarquia, devido ao seu grau de importância em relação as demais.

O grau de importância de uma cidade é conferido de acordo com os centros de distribuição e circulação de capitais, bens, serviços e informações que existem nos lugares centrais, e que determinam o seu alcance espacial dentro da rede.

Assim, devido ao grau de importância de um centro urbano em relação a outro, segundo a proposição apresentada por Christaller, existiriam mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo, as vantagens de localização e as economias de aglomeração, que maximizam o grau de relevância de um centro urbano em relação a outro, que acabaria refletido em uma diferenciação dos lugares devido a sua natureza hierárquica. Atualmente, uma cidade pode não manter uma relação de troca com sua vizinha imediata, porém, estabelece relações intensas com outras mais distantes (SANTOS, 2012).

Para Corrêa (1988, p. 61) a hierarquia urbana:

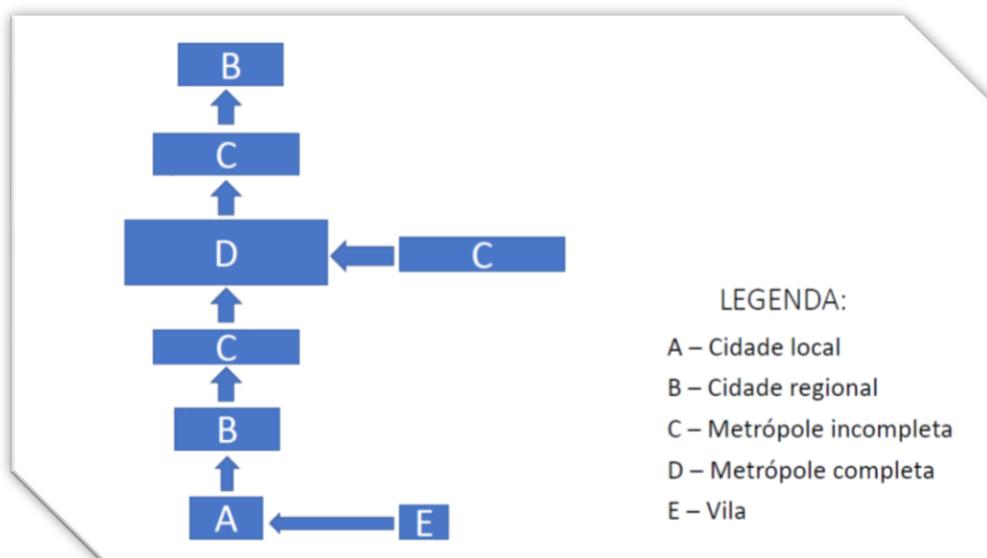
Caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população (grifo nosso).

Nesse sentido, podemos dizer que quando os centros urbanos possuem capacidade de atrair ou fomentar os fluxos de bens, mercadorias e serviços estes efetivam a “centralidade” e assim podem ser classificados como os “lugares centrais” dentro da sua hierarquia urbana.

Os centros de nível hierárquico mais elevado são dotados de uma área de influência mais extensa, onde estariam contidos os centros urbanos com níveis hierárquicos inferiores e, portanto, subordinados pelos centros urbanos de maior grau hierárquico, caracterizando assim uma rede hierárquica (BESSA, 2012).

A hierarquia clássica era organizada da seguinte forma: metrópole nacional, metrópole regional, centro regional, centro local e vila. “[...] O esquema a seguir representa a visão tradicional da rede urbana [...]” (SANTOS, 2012, p.61). Conforme apresentado na figura 20.

Figura 20: Esquema clássico de Rede Urbana

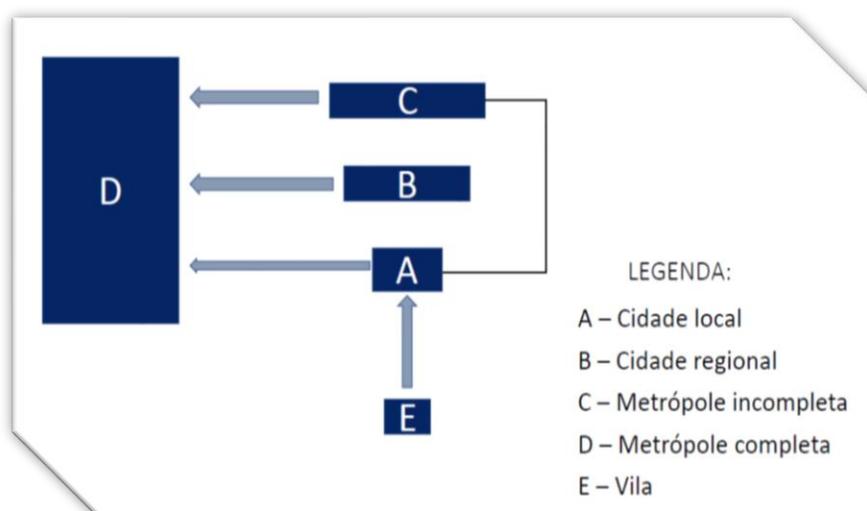


Fonte: SANTOS (2012).

No esquema clássico, há uma série de degraus e etapas que as cidades devem cumprir para crescer em importância e elevar-se dentro da hierarquia urbana (SANTOS, 2012). No modelo vertical de hierarquia urbana, também chamado de hierarquia clássica, as relações entre as cidades eram regidas pelo poder de influência econômica. Este esquema foi utilizado até meados da década de 1975.

A partir da década de 1980, a hierarquia urbana baseava-se em um modelo horizontal de subordinação entre os centros urbanos menores e menos equipados do ponto de vista estrutural e as maiores cidades, que dispunham de mais infraestrutura urbana e maior circulação dos fluxos de capitais, mercadorias e pessoas. Conforme apresentado na figura 21 de acordo com (SANTOS, 2012, p.61):

Figura 21: Esquema de Rede Urbana desenvolvido por Milton Santos



Fonte: SANTOS (2012).

De acordo com Santos (2012, p.62): A nova dinâmica da hierarquia urbana está pautada na

observação das transformações reais, palpáveis, processadas ao longo do tempo. Os transportes e as comunicações conheceram grandes avanços nos países subdesenvolvidos – por exemplo, os processos maiores são obtidos por meio do ônibus e do automóvel e os fluxos podem intensificar-se graças à sua maior flexibilidade, o que não podia ser alcançado com o trem, meio muito mais rígido e inflexível. A melhoria das estradas e dos veículos, o encontro de combustíveis mais baratos representa modernizações que permitem a diminuição dos custos. De modo geral, o preço do transporte aumenta menos que o dos demais fatores da produção, e a redução do custo das viagens possibilita às pessoas escolher onde adquirir bens e serviços, que frequentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos.

Logo, cabe ainda salientar que, quando se trata da hierarquia urbana, essa é definida conforme as estruturas funcionais que as cidades possuem, isto é, os bens e os serviços que elas disponibilizam tanto para a população endógena e exógena.

Neste caso, Unai em destaque na tabela 12, é o município que disponibiliza bens e serviços para os demais. A tabela, demonstra a evolução populacional (2000 – 2022), dos municípios do Vale do Rio Urucuaia, Noroeste mineiro.

Tabela 12 – Evolução populacional (2000-2022), dos municípios do Vale do Rio Urucuaia, Noroeste mineiro

Municípios	População – Censo (IBGE – 2000)	População – Censo (IBGE – 2010)	População – Censo (IBGE – 2022)
Arinos	17.709	17.674	18.526
Bonfinópolis de Minas	6.443	5.865	5.729
Buritiz	20.396	22.737	25.223
Cabeceira Grande	5.920	6.453	6.485
Chapada Gaúcha	7.270	10.805	12.237
Formoso	6.522	8.177	7.801
Pintópolis	6.949	7.211	6.922
Riachinho	7.973	8.007	8.197
Santa Fé de Minas	4.192	3.968	3.521
São Romão	7.783	10.276	9.783
Unai	70.033	77.565	86.867

Uruana de Minas	3.263	3.235	3.268
Urucuia	9.615	13.604	17.433

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (2000, 2010 e Dados Preliminares do Censo – Dez. 2022).

Em função da disponibilidade dos serviços que a cidade fornece, ela pode alcançar um lugar de destaque em uma rede urbana, exercendo sua influência em todos os níveis, tais como: o social, o econômico o político, o cultural, entre tantos outros, irradiando toda uma rede urbana nas escalas local, regional, nacional e até mesmo global.

Do processo de urbanização decorre também uma transformação do papel das cidades na economia do país, uma vez que elas passam, gradativamente, a concentrar um número maior de atividades econômicas. As cidades promovem a alteração no ritmo de vida das pessoas, que passam a serem condicionadas por diversos fatores, tais como: os fluxos pendulares com o objetivo de deslocar-se para o trabalho, o consumo de bens e serviços, além da educação formal entre outras atividades que ocorrem no espaço urbano.

7.2 Região de Influência de Cidades (REGIC):

Diante destas novas redes de relações que ocorre entre as cidades e que podemos abordar através do estudo da hierarquia urbana a influência de cidades dentro da região através da publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominada de Região de Influência de Cidade (REGIC). Esta que traz uma nova metodologia de estudo das cidades brasileiras. Souza (2020, p.55), afirma que:

As cidades de uma rede urbana são agrupadas em categorias específicas, conforme a sua centralidade. No Brasil, o estudo *Regiões de Influência das Cidades*, publicado em 1987 pelo IBGE, consagrou uma hierarquia que vai do centro de zona (situado um nível acima do simples centro local, quase sem centralidade), passando pelo centro sub-regional, pela capital regional e pelo centro submetropolitano, até chegar à metrópole regional e finalmente, à metrópole nacional. É claro que essa hierarquia somente para na metrópole nacional por ser o estudo do IBGE, uma radiografia da rede urbana nacional; no entanto, centros de nível hierárquico ainda mais elevado, situados fora das fronteiras do país, dos quais partem fluxos (informações, ordens etc.) e os quais recebem fluxos (mercadorias, lucros, informações etc.) que articulam

as diversas economias nacionais, podem ser encontrados: é o caso, especialmente, das chamadas: *ciudades globais*.

O estudo REGIC, desenvolvido a cada período de 10 anos pelo IBGE para a identificação das Regiões de Influência das Cidades, mostra o estágio de desenvolvimento ou de depressão de uma cidade ou região. O estudo mais recente (REGIC 2018), foi divulgado em outubro de 2020 (IBGE, 2020).

A importância de se deter nos resultados desses estudos se deve ao fato de que a organização da rede urbana, suas centralidades e as áreas de influência dos centros são fundamentais para o planejamento estatal e as decisões quanto à localização dos investimentos em atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, e implantação de serviços (públicos e privados) em bases territoriais.

São importantes também para prover ferramentas ao conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem, compondo um quadro de referência para a avaliação das condições de acesso da população aos serviços, conforme aponta o próprio documento divulgado.

De acordo com a pesquisa denominada de Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2020), a rede urbana brasileira foi estruturada em duas dimensões específicas sendo:

a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. O elo final de cada rede são as Metrópoles, para onde convergem as vinculações de todas as Cidades presentes no Território Nacional. Desse modo, as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa. (IBGE, REGIC, 2020).

O quadro 05, apresenta a classificação das cidades de acordo com as Regiões de Influência das Cidades, 2020.

Quadro 05 - Classificação das cidades de acordo com o REGIC 2020

HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS	Classificação das cidades em cinco níveis com subdivisões internas
<p style="text-align: center;"><u>1º Nível – Metrôpoles:</u> (grande porte/relacionamentos/extensa área de influência)</p>	<p>Com essa classificação temos 15 cidades no país sendo elas: Grande Metrôpole Nacional - o Arranjo Populacional de São Paulo/SP.</p> <p>Metrôpole Nacional - os Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ.</p> <p>Metrôpole - os Arranjos Populacionais de Belém/ PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM) são as cidades identificadas como Metrôpoles.</p>
<p style="text-align: center;"><u>2º Nível – Capitais regionais:</u> (se relaciona com a metrópole/âmbito regional/capitais)</p>	<p>Ao todo o país tem 97 cidades com essa classificação, e possui três subdivisões:</p> <p>Capital Regional A - composta por nove Cidades, em geral Capitais Estaduais das Regiões Nordeste e Centro-Oeste com exceção do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP.</p> <p>Capital Regional B - reúne 24 Cidades, geralmente, centralidades de referência no interior dos Estados, exceto pelas Capitais Estaduais Palmas/TO e Porto Velho (RO).</p> <p>Capital Regional C - possui 64 Cidades, dentre elas três Capitais Estaduais: os Municípios de Boa Vista (RR), Rio Branco (AC)</p>
<p style="text-align: center;"><u>3º Nível – Centros sub-regionais:</u> (atividades de gestão menos complexa, área de influência, atuação, reduzida)</p>	<p>Neste terceiro nível hierárquico, temos 352 cidades que possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. Estão divididas em dois grupos:</p> <p>Centro Sub-Regional A - composto por 96 cidades presentes em maior número nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, e média populacional de 120 mil habitantes e</p> <p>Centro Sub-Regional B - formado por 256 Cidades com grande participação das Regiões Sudeste e Nordeste, apresenta média nacional de 70 mil habitantes, maiores no Sudeste (85 mil) e menores no Sul (55 mil).</p>

<p><u>4º Nível – Centros de zona:</u> (+ restrita à sua área imediata)</p>	<p>Neste quarto nível da hierarquia urbana as cidades possuem menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de relações com as cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. Temos no país, 398 cidades com média uma populacional de 30 mil habitantes, subdivididas em dois conjuntos específicos:</p> <p>Centro de Zona A - formado por 147 Cidades com cerca de 40 mil pessoas, mais populosas na Região Norte (média de 60 mil habitantes) e menos populosas nas Regiões Sul e Centro-Oeste (ambas com média de pouco mais de 30 mil pessoas). Em termos de gestão do território, foram classificadas, em sua maioria, nos níveis 3 e 4 e</p> <p>Centro de Zona B - este subnível soma 251 Cidades, todas classificadas nos níveis 4 e 5 de gestão territorial. São de menor porte populacional que os Centros de Zona A (média inferior a 25 mil habitantes), igualmente mais populosas na Região Norte (35 mil, em média) e menos populosas na Região Sul (onde perfazem 15 mil habitantes). Os Centros de Zona B são mais numerosos na Região Nordeste, onde localizam-se 100 das 251 Cidades nesta classificação.</p>
<p><u>5º Nível – Centro local:</u> (serve apenas aos seus habitantes)</p>	<p>Este quinto e último nível hierárquico, corresponde a 82,4% das cidades brasileiras, ou seja, são 4037 municípios que possuem essa classificação em todo o território brasileiro.</p> <p>Os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial.</p>

Fonte: Região de influência das cidades (IBGE, 2020).

O quadro 06, apresenta a distribuição das cidades classificadas de acordo com as Regiões de Influência das Cidades, 2020 do Vale do Rio Urucuia – Noroeste Mineiro.

Quadro 06 - Classificação das cidades de acordo com o REGIC 2020 – Vale do Rio Urucuia, Noroeste Mineiro

CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS URBANOS DE ACORDO COM O REGIC		Municípios do Vale do Rio Urucuia, Noroeste Mineiro
Centro Sub-Regional B	Unaí.	
Centro local	Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Formoso, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Uruana de Minas e Urucuia.	

Fonte: Desenvolvido pelo autor de acordo com as informações da Região de influência das cidades (IBGE, 2020).

De acordo com a tabela 09 e os quadros 04 e 05. Unaí, pode ser considerada como uma nova centralidade urbana dentro da Região Produtiva Agrícola (RPA), na qual está inserida. Verifica-se que, o único critério no qual ela não foi elevada à categoria de centro sub-regional A é o demográfico. Cabe destacar que as cidades do noroeste mineiro classificadas como de quinto nível hierárquico, ou seja, centro local, possuem uma enorme dependência do município de Unaí. Conforme será apresentado a seguir.

7.3 O município de Unaí e a influência regional exercida pelas cooperativas estabelecidas no território sendo elas: a Cooperativa Agropecuária Unaí (CAPUL) e a Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda (COAGRIL) no Noroeste mineiro

Nos centros urbanos que são classificados no quinto nível da hierarquia de acordo com a Pesquisa da Região de Influência das Cidades (REGIC), observa-se que o tipo de consumo produtivo é mais relevante e complexo do que o consumo consumptivo.

Cabe, ressaltar que o consumo consumptivo é aquele próprio fomentado pela população local, conforme já destacamos anteriormente. Segundo Corrêa (1989): “A

cidade, exerce uma atração sobre a população de sua região de influência”. Desta forma verifica-se essa evolução, quando surge a preocupação em examinar as interações espaciais que geram a influência regional de Unaí – MG, com os municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Paracatu e Uruana de Minas e os demais municípios do noroeste do estado de Minas Gerais.

Essa influência regional é exercida através do fornecimento de bens e serviços ofertados por diversas empresas, iremos destacar aqui a atuação da Cooperativa Agropecuária Unaí Ltda (CAPUL), na região do Vale do Rio Urucuia.

De acordo com o artigo primeiro do Estatuto Social (2018): “A Cooperativa Agropecuária Unaí Ltda, com sigla (CAPUL), foi fundada em 24 de maio de 1964. Com sede administrativa situada na Rua Prefeito João Costa, nº 1.375, Bairro Barroca em Unaí/MG, Estado de Minas Gerais. Esta organização está autorizada a vender os seus produtos e oferecer os seus serviços em âmbito local, regional, nacional e até mesmo internacional.

Todos os dias inúmeros de empreendedores e colaboradores, técnicos de máquinas agrícolas, veterinários, especialistas em informática, vendedores de agroquímicos, trabalhadores rurais, técnicos de irrigação, entre tantos outros, estabelecem as suas rotinas imbricadas por interações entre o campo e a cidade, ou rural e o urbano, os quais vivem em permanente simbiose entre um e outro.

Segundo Matos e Pêsoa (2014, p.23):

A constituição do meio técnico-científico-informacional nas áreas de Cerrado promoveu a densificação de fixos e fluxos, gerando maior fluidez (quantitativa e qualitativa) na circulação de capital, pessoas, mercadorias e informação. Com isso, uma série de novas possibilidades materiais e sociais de uso do território foi estabelecida [...] O movimento da produção agrícola moderna necessita de determinados usos do território, e impõe esses usos, que são diferentes dos impostos pela agricultura tradicional. São agroindústrias processadoras de alimentos, crescimento de cidades do agronegócio, formação de novos corredores logísticos, entre outros fatores que, em conjunto, estabelecem as redes e as tipologias do uso do território.

Devido aos diferentes usos dados ao território, que ocorre essa inter-relação entre o campo e a cidade, a mesorregião do noroeste do estado de Minas Gerais,

apresenta um enorme potencial de atração de fluxos⁴⁷ de capital, mercadorias e pessoas, por estar inserida em uma área apropriada pelo setor do agronegócio fato da atividade sustentar e maximizar a economia de inúmeros municípios e favorecer a relação campo-cidade, fato que gera a centralidade urbana.

7.4 A relação entre o rural, o espaço urbano e o centro

Os usos definem as áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços, áreas industriais, áreas residenciais”. Isto posto, cabe destacar que, o agronegócio globalizado demanda e fomenta diversas relações intersetoriais e multiescalares; multiplica as inter-relações entre o campo e as cidades; acentua o processo de urbanização; cria muitas novas funções urbanas, além de originar novas regionalizações; desfaz as tradicionais contradições entre o rural e o urbano. Logo, vale muito mais a complementariedade, o *continuum*.

Desse modo, concordamos com a afirmação apresentada por Sposito (2006b):

O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano.

Assim, é perceptível que no espaço, há um conjunto de agentes que buscam contribuir para que esta amálgama entre campo e cidade se torne cada vez mais sólida, em particular por terem o cotidiano marcado por estas interações socioespaciais que ocorrem através da formação das redes e que posteriormente atuam no território através das redes de produção.

As redes podem ser conceituadas de diversas maneiras, porém de acordo com Santos (2014a):

Elas se enquadram em duas grandes matrizes: a que considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social. A primeira atitude leva a uma definição formal N. Curien (1988) assim retrata: "toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos

⁴⁷ Segundo Santos (2012) Fluxos: O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição do consumo.

de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação".

É importante destacar que como o conceito de redes ele é polissêmico a partir dele será fundamentada a conceituação para as redes geográficas.

Sobre as redes geográficas Corrêa (1997) as conceitua como sendo:

Um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda.

Cabe destacar que as redes estão interligadas a um território. É por meio das redes geográficas que podemos espacializar a formação e importância das redes de produção globais chamado também de RGP⁴⁸ estas que “se tornaram a espinha dorsal e o sistema nervoso central da economia mundial” (CATTANEO; GEREFFI E STARITZ, 2010). Segundo Coe e Yeung (2015), as RGP são segmentadas, dispersas no território e estabelecem uma nova forma de estruturação econômica que consequentemente impulsiona cada vez mais a enigmática economia global.

A análise espacial dos processos econômicos demonstra que o desenvolvimento regional está relacionado por meio da maneira como as regiões se conectam às RGP.

Sobre essas interações especiais, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, (2000, p.25) diz que: A cidade é

um sistema que integra outro sistema, ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico de uma região. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependências tanto entre elas, quanto entre elas e as regiões que polarizam dentro de determinado território. A expressão rede urbana é mais usada para evocar os fluxos de toda natureza existentes entre os pontos desse território. De acordo com Pumain (1992, p. 623), cada vez mais os geógrafos usam o termo *artnature urbaine*, pois permite traduzir a mesma função de organização territorial por meio de fluxos de bens, de pessoas e de informações. Hoje, o conceito de sistema de cidades é também muito usado, por dar um sentido dinâmico às redes urbanas, que se transformam devido às mutações profundas do sistema produtivo em todas as escalas geográficas. Característica marcante da estrutura dos sistemas de cidades é

⁴⁸ Bezerra (2021) apud Henderson et al. (2002): propuseram inicialmente definir as RGP como o nexos globalmente organizado de funções interligadas e operações de empresas e instituições não empresariais por meio das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos.

a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia sobretudo em razão do tamanho, da qualidade funcional e da extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações.

A abordagem das RPGs, é um dos conceitos mais utilizados na Geografia Econômica, requer a análise da interação das dinâmicas global e regional: logo, “o desenvolvimento regional pode [...] ser conceituado como um resultado dinâmico da complexa interação entre redes específicas da região e redes de produção globais”. (COE; YEUNG, 2015, p. 18).

Desta forma cabe destacar que a configuração econômica está diretamente ligada a produção, circulação e o consumo de mercadorias e serviços originando um sistema de cidades que conseqüentemente configura uma rede regional de produção, essa que possui uma inter-relação com a rede de produção global na qual o setor do agronegócio está diretamente ligado.

Assim, de acordo com Corrêa (1989), no que tange a centralidade e a sua relação com uma rede de produção regional o autor afirma que:

A difusão de um ideário urbano, capitalista em realidade, que introduz novos valores e condiciona hábitos, ratifica e direciona a demanda e o consumo de bens e serviços urbanos. O papel das cidades na distribuição de bens e serviços acentuou-se com o capitalismo. Nesta acentuação verificou-se uma integração paulatina das cidades, originando redes regionais e nacionais de centros. [...] Formaram-se então redes de distribuição de bens e serviços, isto é, de localidades centrais.

Conseqüentemente, a Cooperativa Agropecuária Unai Ltda, conhecida nos municípios que opera apenas como CAPUL, foi fundada a cinquenta e nove anos e está presente no noroeste mineiro logo, ela integra essa rede regional e apresenta uma centralidade ao fornecer mercadorias e serviços para essa região pode ser considerada como uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA).

Esta cooperativa, atua em diversos setores tais como: laticínios, supermercados, postos de combustíveis, lojas agroveterinárias, cursos de capacitação e transportes entre outras atividades desempenhadas por essa organização, originando uma rede de produção regional. A CAPUL, atua em diversas áreas que se relacionam de maneira direta ou indireta com o setor do agronegócio e com os cooperados que fazem parte da população do Noroeste mineiro.

A Cooperativa Agropecuária Unai (Capul), tem a sua sede instalada no município de Unai e atualmente possui onze filiais, que se localizam nas cidades de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Natalândia, Riachinho, Uruana de Minas, Uruçuaia no estado de Minas Gerais e Cabeceiras no estado do Goiás. Conforme apresentado no mapa 13 a seguir:

Mapa 13 – Municípios de atuação da CAPUL



Na figura 22, a seguir, é apresentado um mosaico de imagens das lojas e também posto de abastecimento administrado pela CAPUL. Sendo no canto superior esquerdo um supermercado da rede em Unaí, no canto superior direito está uma loja agroveterinária situada em Buritituba, no canto inferior esquerdo está um posto de combustível que atende os consumidores em Arinos e no canto inferior direito encontra-se dois estabelecimentos sendo uma loja agroveterinária que divide a estrutura em conjunto com um supermercado no município de Cabeceira Grande todos localizados no estado de Minas Gerais.

Figura 22 – Mosaico de Imagens - CAPUL



Fonte: Sítio institucional. Disponível em: <https://capul.coop.br/home>. Acesso em: 21 abril 2023

Logo, cabe destacar que sua área comercial abrange desde produtos veterinários, peças e ferragens, tanques de leite, silos, postos de combustíveis automotores, supermercados, rações e suplementos minerais conforme a figura 23. Dentre os serviços que presta ao produtor rural cooperado, encontram-se: assistência técnica rural especializada; assessoria ambiental; manutenção mecânica e elétrica; consultoria jurídica, administrativa, financeira e cursos de capacitação.

Figura 23 –CAPUL – Nutrição Animal



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

São produzidos na Indústria de Nutrição Animal da Capul, mais de 100 produtos, dentre eles: rações, suplementos minerais orgânicos e convencionais, proteinados orgânicos e convencionais, concentrados e núcleos para aves, bovinos de leite, bovinos de corte, equinos, suínos e outros animais. A fábrica é totalmente automatizada a indústria conta com equipamentos modernos e tecnologias que estão disponíveis no mercado. A indústria está passando por uma fase de ampliação o que promoverá um aumento na capacidade produtiva para 72 toneladas hora, buscando atender a demanda da região. Cabe ainda destacar que, apenas no ano de 2018, o faturamento da Indústria de Nutrição Animal da CAPUL foi superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).

Desta forma, é notável que através do fluxo de mercadorias e serviços prestados pela Cooperativa Agropecuária Unaí Ltda – Capul, fomentam o funcionamento da região de influência e a centralidade do município de Unaí (MG) e incrementa a relação cidade-campo e assim, configura uma rede de produção regional. A cidade é a forma na qual as sociedades se transformam e alteram os usos do espaço urbano frequentemente.

É essencial também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações humanas, já que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais. Santos (2014a), apresenta que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O espaço se molda e estabelece as regiões de acordo com as suas funcionalidades.

A partir disso Santos (2014a, p 246). ressalta ainda que:

Em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome.

Desta forma, a Cooperativa Agropecuária Unaí Ltda – CAPUL, exerce um papel importante no que tange a centralidade e ao funcionamento do que chamamos de uma rede de produção e distribuição de produtos e serviços à nível regional e favorece as relações de troca de maneira direta ou indireta na região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

Outro aspecto que é relevante para dar continuidade a este tópico, é a discussão entre a relação hierarquia - heterarquia urbana e que será apresentado a seguir.

7.5 Discutindo a Relação Entre Hierarquia - Heterarquia Urbana

Diante do estudo das redes urbanas, percebe-se que existe uma relação de hierarquia na qual essa, enrijece as conexões entre os municípios devido aos critérios estabelecidos que dificultam a compreensão da dinâmica espacial atual das cidades brasileiras.

Desta forma, percebe-se que a heterarquia pode entrar como um componente associado a hierarquia urbana, que ocorre através da análise das interações espaciais complexas, que se vinculam por meio de uma condição de reciprocidade entre os distintos municípios que constituem a estrutura hierárquica dos centros urbanos pautada na compreensão dos fluxos estabelecidos entre eles. Fluxos esses que,

tangenciam no interior do território, mas também com os agentes externos, principalmente o que estão relacionados com o capital e a informação.

Sobre as relações complexas de análise que ocorrem entre hierarquia urbana e heterarquia, Oliveira e Catelan (2020, p. 86). alegam que:

São relações de interações entre o espaço, tempo e escalas geográficas, que agregam maior funcionalidade as cidades, e que modificam a inserção das lógicas advindas da escala global, como também às de cunho local e regional, de forma que não se sobreponha de forma hierárquica, num contexto onde as ações tenham um sentido vetorial único e verticalizada, mas que as influências tenham uma horizontalidade, e uma inter e múltipla escalaridade. Aonde as mudanças locais e regionais também influenciam na escala global, transformando na maneira em que as ações de escalas de níveis hierárquicos superiores produzam tal espaço.

Barragán *apud* Catelan (2013,p.79), expõe quatro procedimentos relevantes para favorecer a compreensão do termo heterarquia em uma condição conceitual, de uma forma que se estabeleça um vínculo com a hierarquia urbana. Conforme o autor, os conceitos de hierarquia e heterarquia podem ser compreendidos simultaneamente da seguinte maneira:

(1) a partir de um mundo organizado em níveis; (2) por uma determinação de níveis hierárquicos mais complexos em contraposição àqueles de menor complexidade técnica e espacial; (3) pela importância que cada nível hierárquico possui, e neles a natureza aberta, multidimensional e contraditória que o conceito de heterarquia pode revelar; e de nossa parte, (4) pelas interações que se dão entre os níveis hierárquicos, onde outros nós, intervalos e redes ressaltam no processo de constituição e diferenciação das funções e dos papéis das cidades na rede urbana.

Em relação a diferenciação das funções e a mundialização dos lugares, Santos (2014a, p 246). diz que:

Em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem.

Diante desses argumentos, é que constatamos a presença da heterarquia urbana como um componente basilar para distinguir e compreender como uma rede de centros urbanos cujo as interrelações espaciais e territoriais ocorrem entre centros de mesmos níveis e centros de níveis diferentes. Valorizam-se assim, a diferenciação das funções e dos papéis exercidos pelas cidades (CATELAN, 2013).

Santos (2013b, p. 46-47), estabelece que:

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro. É aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares.

A estrutura permanece a mesma, porém, é necessário repensar a hierarquia devido ao elevado número de interações espaciais existentes devido a interrelação com a escala global. Devido a esse fato, os nós das redes se maximizam, não apenas em quantidade, mas também em complexidade técnica, territorial e econômica, desdobando-se com maior participação entre os papéis exercidos por cada cidade na rede urbana, em cada escala geográfica, potencializando a interrelação entre elas (CATELAN, 2013).

Diante das inúmeras interações espaciais que ocorrem no território e da concepção de núcleos urbanos que se estabelecem como cidades do agronegócio (Elias, 2011, 2016 e Frederico, 2012), onde estão localizados o controle e a organização técnica do trabalho, assim, como os comércios e os serviços demandados pela produção e pelo consumo da população dos municípios.

Desta sumária relação entre campo moderno e centros urbanos, engendrada pelas atividades agroindustriais, surge o que Santos, (2013b, p. 88), denominou como: regiões agrícolas.

Santos, (2013b, p.88), afirma ainda que: “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços”. Isto posto e estabelecendo uma relação com essa discussão apresentada por Santos e Catelan, (2013), integrando ao objeto de estudo,

é possível verificar as interações espaciais existentes na região do Vale do Rio Urucuia, através da atuação da Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda – COAGRIL.

A Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda – COAGRIL, localizada na Rodovia Frei Jorge, nº 8.000 Norte, Bairro Tamboril, Unaí, Minas Gerais. Conforme apresentado na figura 24. De acordo com informações disponíveis no Relatório Anual de 2020 a cooperativa surgiu através do sonho de:

Cinquenta e quatro produtores rurais, em sua maioria, vindos do sul do país, os quais fundaram a cooperativa em 21 de janeiro de 1985, para atender necessidades de armazenagem e comercialização da época. Também como pioneiros e visionários, vislumbraram o futuro produtivo que estava reservado para esta cidade e região, onde desbravariam e adotariam Unaí como sua nova terra e a cooperativa como sustentação e ponto de partida para segurança, manutenção e prosperidade de seus negócios. Assim nascia a Coagril, que hoje desponta como uma das melhores cooperativas de todo o estado, destacando-se também entre as melhores do cenário nacional. Reconhecida por sua credibilidade, sempre buscando os melhores negócios para seus cooperados, oferece toda assistência, desde o plantio até a comercialização, atendendo todas as necessidades de que o produtor requer para continuar suas atividades com todo amparo, segurança e tranquilidade.

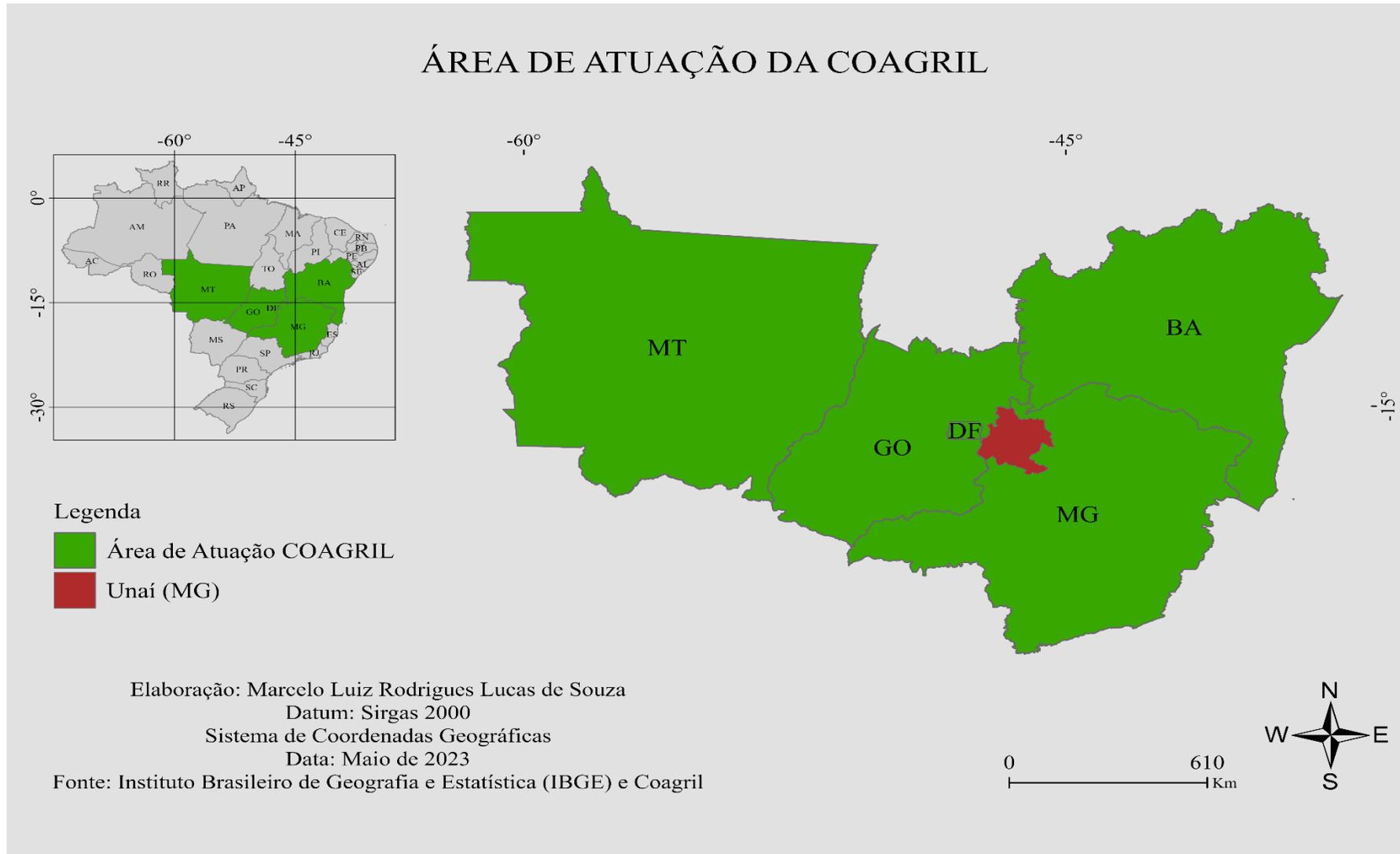
Figura 24 – Matriz - Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda – COAGRIL



Fonte: COAGRIL - Relatório Anual 2022.

A Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda – COAGRIL, tem um forte desempenho na região do Vale do Rio Urucuia e a sua área de atuação ultrapassa os limites municipais e exerce influência também em outras regiões brasileiras. Conforme apresentado no Mapa 14 a seguir.

Mapa 14 – Estados de atuação da COAGRIL



A Cooperativa Agrícola de Unai Ltda – COAGRIL, desenvolve negócios promovendo soluções para seus cooperados, através do recebimento, secagem, limpeza, beneficiamento e expedição de grãos, além da comercialização de commodities, insumos agrícolas e pneus, prezando assim pela excelência nos negócios para cooperados e clientes, buscando também, melhores parcerias.

A COAGRIL, exerce ainda relação com empresas internacionais ligadas a comercialização de café, obtendo inclusive certificações e verificações nacionais e internacionais, conforme apresentado no quadro 07 a seguir.

Quadro 07 – Certificações e Verificações Nacionais e Internacionais de Qualidade na Produção de Café

	<p>Nespresso: Esta verificação busca ter o fornecimento de café de qualidade, com a competência da Nestle em agricultura sustentável e a experiência da Rainforest Alliance nas formas de sustentabilidade e a implementação ao nível da exploração agrícola, visando assegurar a qualidade do café.</p>
	<p>Starbucks: Certificação que atesta a alta capacidade do café comercializado, além de assegurar o justo preço aos produtores, atendendo a diversas exigências e demonstrando a origem dos produtos de cooperados da COAGRIL.</p>
	<p>UTZ : É uma certificação que tem um programa de sustentabilidade para café, cacau e chá que opera em conjunto com as marcas existentes. Os produtores podem melhorar sua produtividade, qualidade dos produtos e eficiência, cuidando das pessoas e do meio ambiente. Isso permite que eles produzam maiores volumes por menores custos, o que melhora o padrão de vida das comunidades agrícolas. Os consumidores podem usufruir de sua marca favorita e, simultaneamente, contribuir para um mundo sustentável.</p>

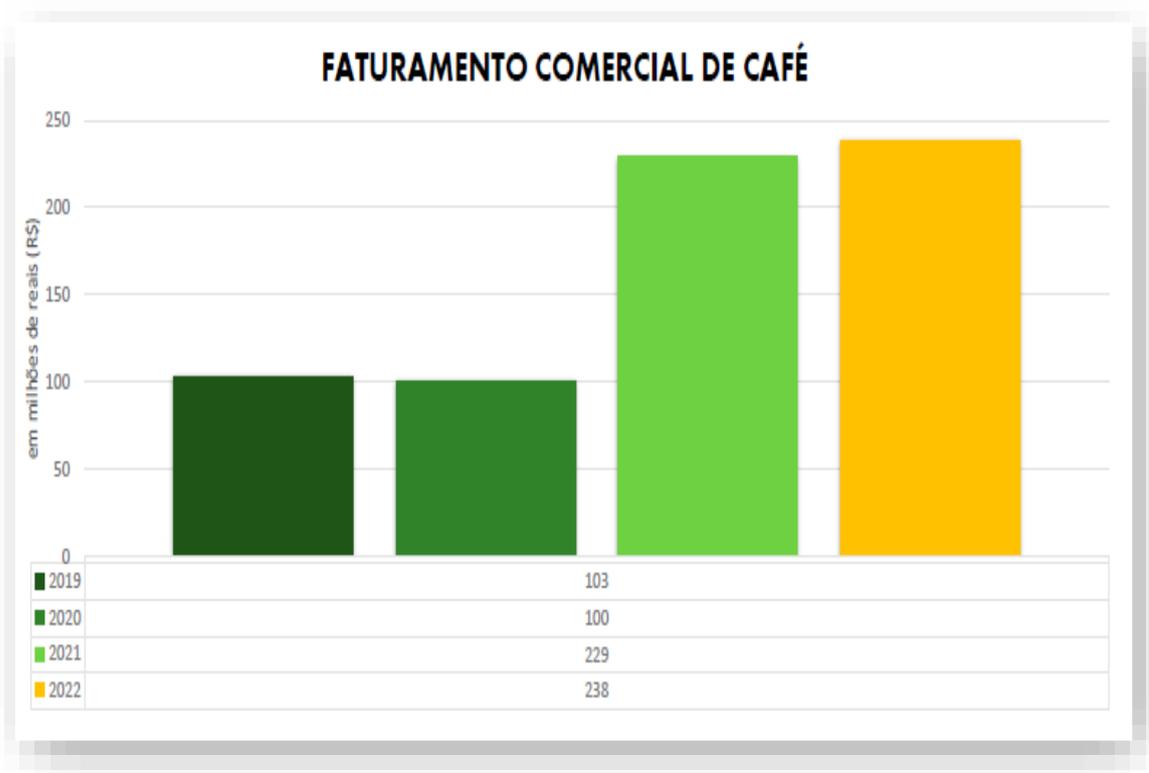
	<p>4C Association: É o código comum da comunidade cafeeira criado com o objetivo de valorizar e dar suporte ao setor. Representa o processo de verificação e melhoramento contínuo na produção cafeeira; envolve todas as cadeias da produção e garante maior sustentabilidade e uniformidade do café desde a propriedade rural até a xícara. É um código que assegura que o grão comercializado está dentro dos critérios de boas práticas em todos os processos de produção e comercialização do café.</p>
	<p>Região do Cerrado Mineiro: É uma área de origem produtora de café, que nasceu e se desenvolveu por meio da diversidade e unidade do pioneirismo e empreendedorismo, esta certificação tem o objetivo de demarcar o território para conquistar o reconhecimento da qualidade e diferenciação do café dessa região, denominando assim origem e certificação da produção de café.</p>

Fonte: Sítio institucional. Dados organizados pelo autor, 2023.

Para proporcionar aos cooperados e clientes os melhores serviços de assessoria e comercialização de café, a COAGRIL, possui um setor para tratar de assuntos específicos relacionados a commodity.

Trabalha com processos de armazenagem, classificação, degustação e comercialização de grãos de café. A armazenagem é individualizada assegurando assim a origem dos grãos, com histórico dos lotes e rastreabilidade, preservando a identidade e qualidade do café. O gráfico 09, apresenta o faturamento com a comercialização de café pela COAGRIL, nos anos de 2019 até 2022.

Gráfico 09 – Faturamento obtido com a comercialização de café pela COAGRIL - Anos (2019 a 2022)



Fonte: COAGRIL - Relatório Anual 2022.

A COAGRIL, possui parceria com as principais exportadoras, além de uma vasta carteira de clientes que abastecem o mercado interno, proporcionando aos cooperados todo o suporte necessário para a realização de seus negócios.

Diante do cenário apresentado anteriormente, pela relação entre hierarquia e heterarquia, é possível ponderar ainda que a diferenciação e especialização dos lugares implicam na necessidade da troca entre os mesmos. Ambas cooperativas CAPUL E COAGRIL, induzem os fluxos e a formação de redes de produção em nível regional, nacional, global e que essa produção gera uma centralidade no território unaiense.

A troca se concentra no cerne dos processos de desenvolvimento econômico e os lugares de sua realização são os mercados cuja organização concreta contribui largamente para a formação do espaço em todas as escalas geográficas. Cabe também conceber o espaço geográfico como meio de transformação das ações

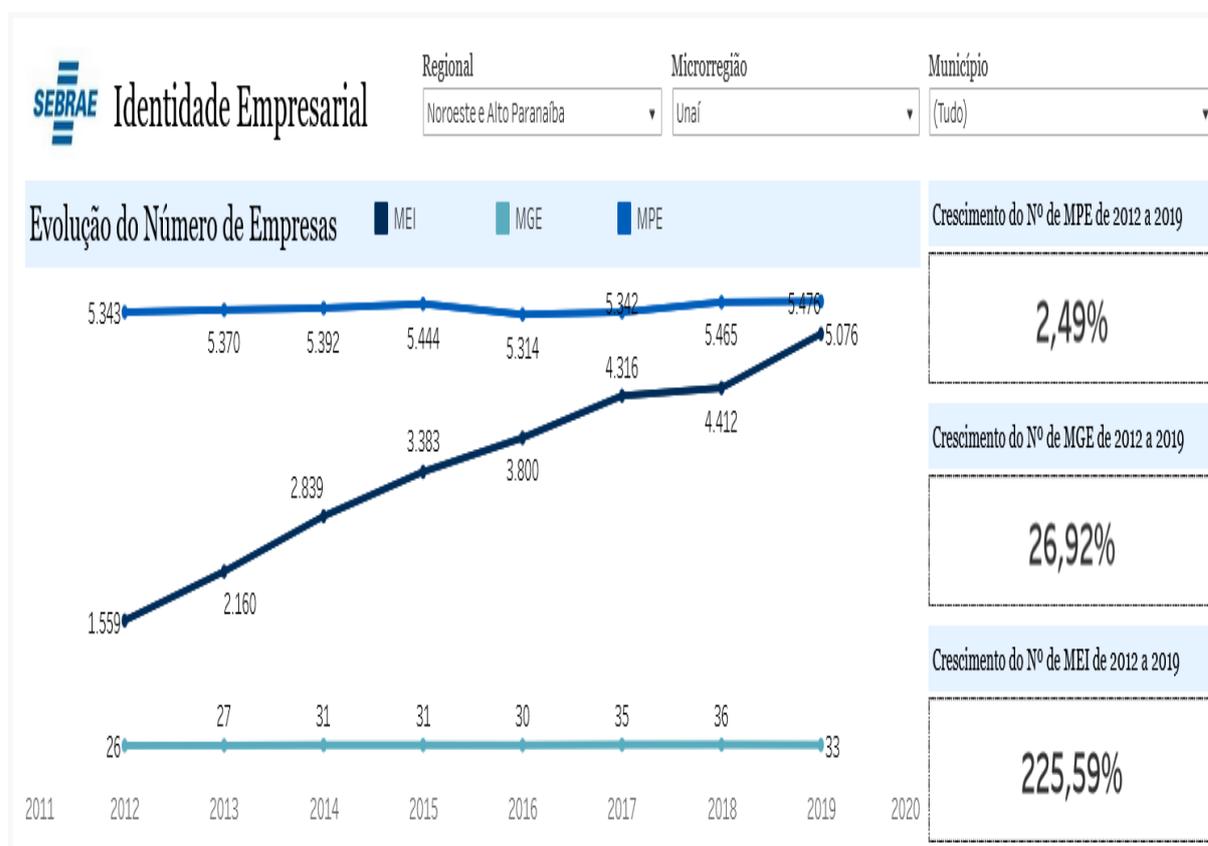
humanas, uma vez que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais. Assim, Unaí, (MG), cumpre com o seu papel dentro das interações espaciais da região no que tange a sua dinâmica em relação a hierarquia e heterarquia urbana no Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

9 RESULTADOS

9.1 EMPRESAS E EMPREGO

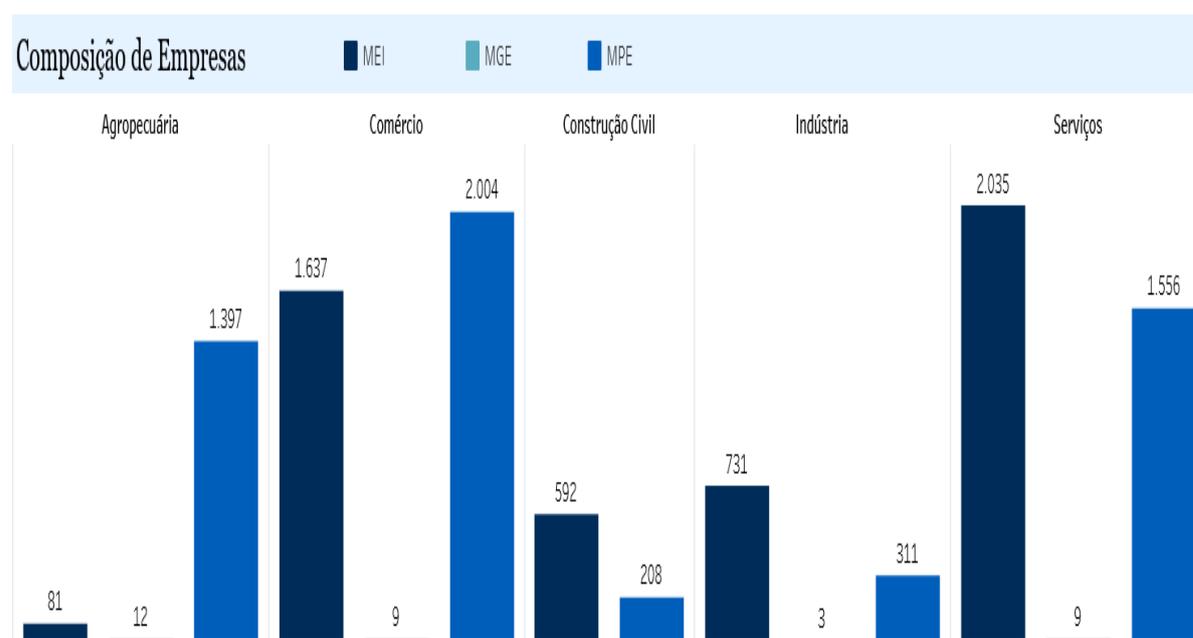
De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro em 2019, dispõe de **33** empresas classificadas como médias ou grandes (**MGE**), **5.476** pequenas empresas (**MPE**) e **5.076** microempreendedores individuais (**MEI**). Divididas por setores. Conforme apresentado nos gráficos 10 e 11 a seguir:

Gráfico 10 – Identidade empresarial – Evolução do Número de Empresas – (2012 – 2019)



Fonte: SEBRAE, (2023)

Gráfico 11 – Identidade empresarial – Composição das Empresas – (2012 – 2019)



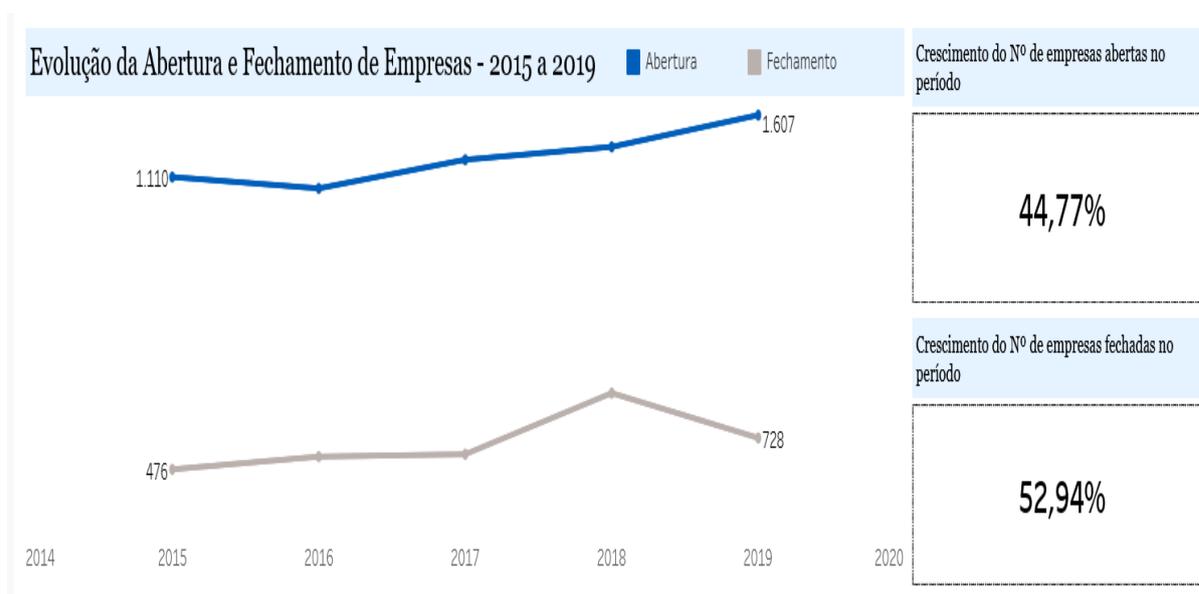
Fonte: SEBRAE, (2023)

A composição das empresas divide-se da seguinte forma de acordo com o gráfico 11: a Agropecuária possui no total **1.490** empresas, o Comércio possui **3.650** estabelecimentos, considerados como empresas em funcionamento, o ramo da Construção Civil tem **800** empresas no total e o setor de Serviços conta com **3600** estabelecimentos. Cabe ressaltar que levando em consideração o total de microempreendedor individual em todos os setores da economia temos um grupo de 5.076 empresas abertas nesta modalidade o que se percebe a evolução da precarização das relações de trabalho nos municípios do Vale do Rio Urucuia.

Outro dado relevante que podemos analisar ao pesquisar a identidade empresarial no Região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro é que no período de 2012 até 2019, **1607** empresas iniciaram as suas atividades e **728** fecharam as suas portas. Conforme apresentado no gráfico 12.

De acordo com informações obtidas em pesquisa de campo, realizada no mês de abril do presente ano. Há, **507** empresas filiadas e ativas na Associação Comercial e Empresarial (ACE) e na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), de Unaí, Minas Gerais.

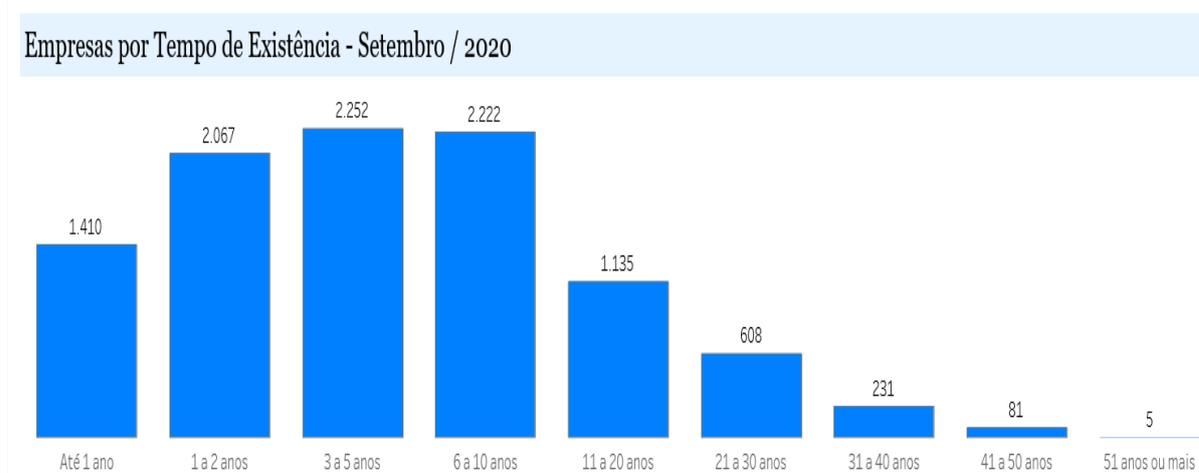
Gráfico 12 – Identidade empresarial – Abertura e Fechamento de Empresas – (2012 – 2019)



Fonte: SEBRAE, (2023)

Outra informação que pude captar em campo, foi o tempo de existência das empresas da Região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro. Na pesquisa ficou evidente que as empresas são resilientes ao tempo. Conforme apresentado no gráfico 13 a seguir.

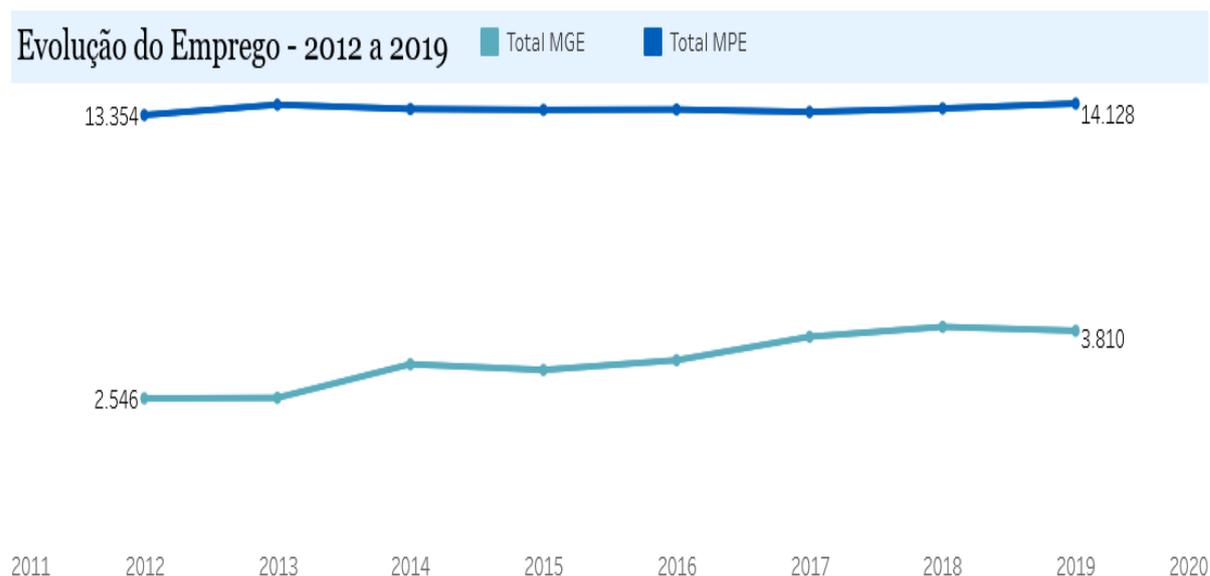
Gráfico 13 – Identidade empresarial – Tempo Existência das Empresas – (Setembro – 2020)



Fonte: SEBRAE, (2023)

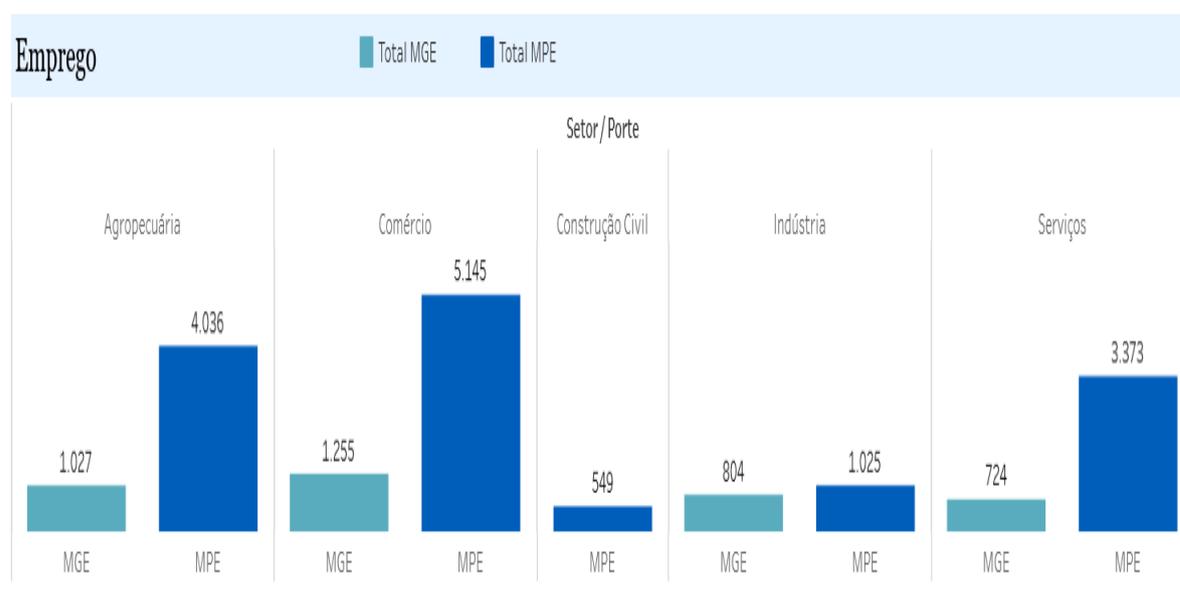
O gráfico 14, apresenta a evolução do emprego na Região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro. A maioria dos postos de trabalhos são gerados pelas micro e pequenas empresas.

Gráfico 14 – Identidade empresarial – Evolução do Emprego – (2012 – 2019)



Fonte: SEBRAE, (2023)

Gráfico 15 – Identidade empresarial – Empregos por Setor – (2012 – 2019)

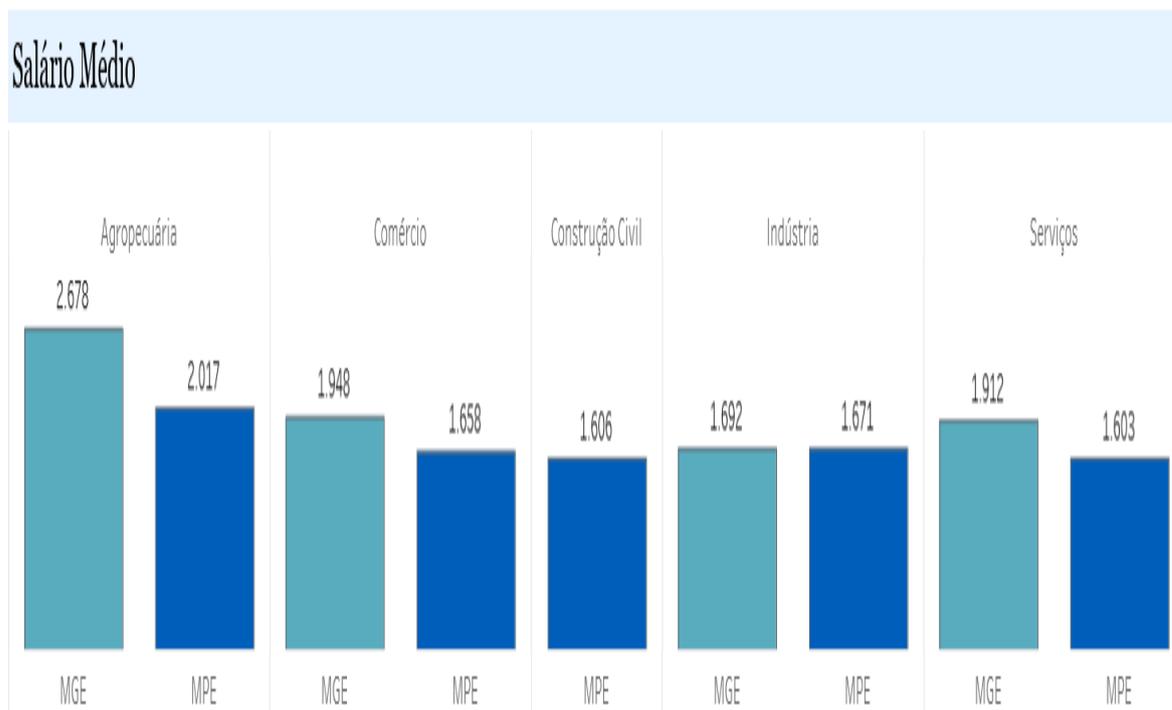


Fonte: SEBRAE, (2023)

9.2 SALÁRIOS

Conforme apresentado no gráfico 15 a maioria dos empregos estão concentrados nos setores de Agropecuária, Comércio e Serviços. Porém os melhores salários são pagos pelo setor Agropecuário. Conforme demonstra o gráfico 16.

Gráfico 16 – Identidade empresarial – Média Salarial por Setor – (2012 – 2019)

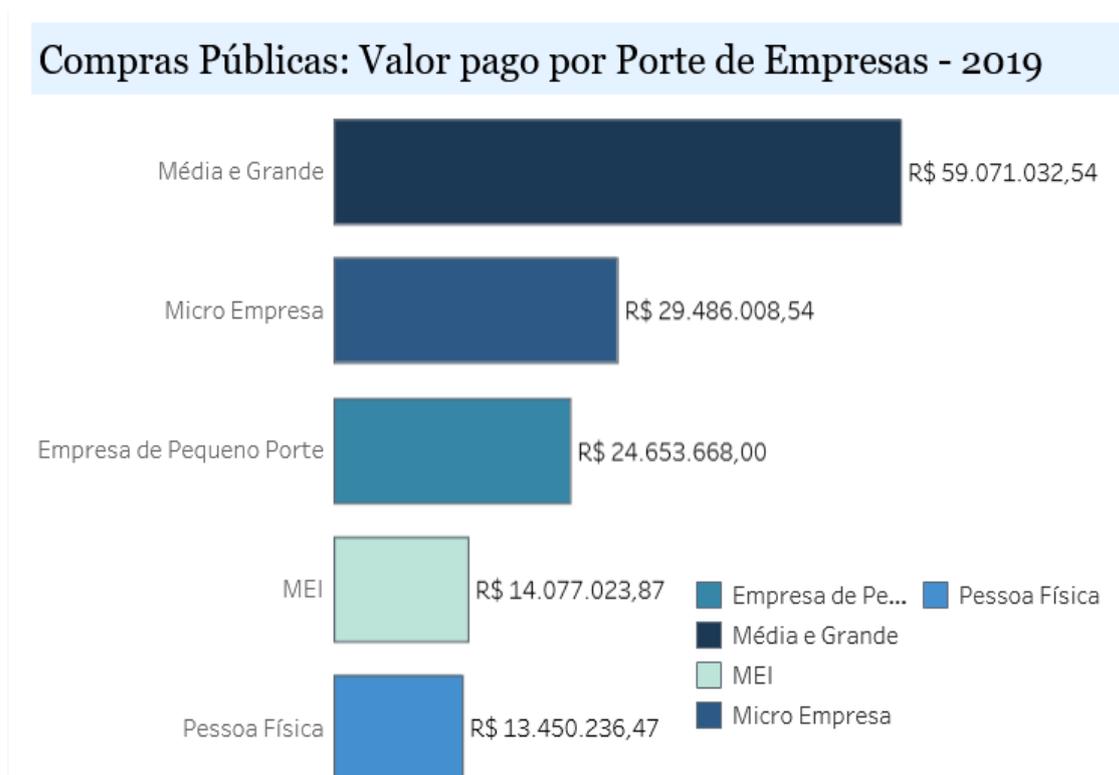


Fonte: SEBRAE, (2023)

9.3 COMPRAS PÚBLICAS

Conforme os dados apresentados no gráfico 17, o governo ou as prefeituras injetaram **140.737.969,42** (cento e quarenta milhões, setecentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos), na economia da Região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro apenas no ano de 2019.

Gráfico 17 – Identidade empresarial – Compras Públicas – (2019)



Fonte: SEBRAE, (2023)

9.4 FLUXO DE PESSOAS (VIAGENS) – TRANSPORTES

De acordo com informações obtidas na base de dados da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), sobre a empresa Santa Izabel que tem a sua sede instalada na Avenida Governador Valadares, 1817 – Centro, Unaí – MG. A empresa Santa Izabel Transporte e Turismo opera em vários horários e vende passagens de ônibus no Distrito Federal. O seu itinerário principal ocorre entre Unaí (MG) – Brasília (DF). A Santa Izabel começou as suas atividades em Brasília, no ano de 1965. Inicialmente, a empresa era conhecida como Irmãos Furtado Ltda e, em 1977, a viação ganhou o nome atual.

A tabela 13, apresenta o fluxo de passageiros (viagens), das linhas operadas pela empresa Santa Izabel, que ocorreu entre Unaí, Brasília e os outros municípios da Região do Vale do Rio Urucuia, ao longo dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 até abril do presente ano.

Tabela 13 - Fluxo de passageiros (viagens) – Empresa Santa Izabel

ANO	ROTAS	NÚMERO DE VIAGENS REALIZADAS
2020	UNAÍ E BRASÍLIA	127
2021	UNAÍ, BRASÍLIA E OUTROS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA	6.207
2022	UNAÍ, BRASÍLIA E OUTROS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA	6.383
2023	UNAÍ, BRASÍLIA E OUTROS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO URUCUIA	2.737

Fonte: Dados tratados pelo autor. Agência Nacional de Transportes Terrestres, (ANTT, 2023).

9.5 FLUXO DE MERCADORIAS – CAPUL e COAGRIL

Através desta análise, é possível evidenciar a centralidade e consequentemente a influência regional e as trocas ocorrem entre a Cooperativa Agropecuária Unaí Ltda (CAPUL) e os municípios onde atualmente estão instaladas onze filiais, que se localizam nas cidades de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Natalândia, Riachinho, Uruana de Minas, Urucuia, além do Distrito de Ruralminas que pertence ao município de Unaí, onde está instalada a sede da cooperativa no estado de Minas Gerais e Cabeceiras no estado do Goiás.

Cabe ainda ressaltar que a atividade da Indústria de Nutrição Animal da Capul também se inter-relaciona por meio do fornecimento de produtos para os estados que fazem parte de outras três regiões brasileiras sendo: o Pará na região Norte, a Bahia na região Nordeste, o Goiás e o Distrito Federal na região Centro Oeste além dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo em sua região. Conforme a tabela 14:

Tabela 14 - CAPUL - Resultado Anual por Setor – 2022

SETORES	FATURAMENTO⁴⁹ BRUTO	RESULTADO LÍQUIDO
SUPERMERCADOS		
Supermercado Unai	49.549.144	1.759.548
Supermercado Arinos	8.266.378	206.418
Supermercado Cabeceira Grande	5.775.743	530.744
Supermercado Dom Bosco	2.953.615	207.512
Supermercado Bunitis	6.347.899	(64.947)
Supermercado Natalândia	2.601.605	35.821
	75.494.385	2.675.096
LOJAS AGROVETERINÁRIAS		
Agroveterinária Unai	178.043.337	19.145.995
Agroveterinária Arinos	20.425.318	2.134.310
Agroveterinária Cabeceira Grande	17.124.098	2.255.841
Agroveterinária Dom Bosco	12.118.613	1.013.329
Agroveterinária Bunitis	35.477.092	4.412.653
Agroveterinária Bonfinópolis	18.913.817	1.764.425
Agroveterinária Natalândia	7.766.408	852.085
Agroveterinária Uruana	10.597.784	1.461.624
Agroveterinária Riachinho	13.238.287	1.453.505
Agroveterinária Brasilândia	13.297.403	1.381.902
Agroveterinária Cabeceiras Goiás	7.905.280	860.513
Agroveterinária Urucuia	5.042.597	282.119
Agroveterinária Ruralminas	26.250	(74.512)
	339.976.284	36.943.789
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS		
Combustíveis Unai	59.576.486	3.678.973
Combustíveis Arinos	20.831.504	884.387
	80.407.989	4.563.361
NUTRIÇÃO ANIMAL		
Fábrica De Ração	378.017.194	45.001.341
Fábrica De Ração Transferência	107.371.456	
	485.388.650	45.001.341
LATICÍNIOS		
Laticínios Fabrica	6.814.805	(872.419)
Laticínios Itambé	142.978.062	568.558
	149.792.867	(303.861)
SETORES SUBSIDIADOS		
Oficina Mecânica - Venda	4.075.783	414.354
Agropecuária	725.954	(877.998)
Despachante	441.300	(146.821)
Oficina Mecânica - Serviço	1.060.452	(108.333)
Abatedor Arinos	48.414	(46.614)
	6.351.903	(765.413)
RESULTADO	6.351.903	(765.413)
	1.030.040.621	88.114.313

Fonte: Dados retirados do Relatório Anual 2022 – CAPUL

⁴⁹ Os valores apresentados, não consideram os centavos.

Diante desta realidade, cabe ainda corroborar que segundo, o Relatório Anual (2022) publicado em março do presente ano, levando em consideração a receita operacional bruta a Cooperativa Agropecuária Unai Ltda (CAPUL), teve um faturamento superior a um bilhão de reais.

De acordo com os dados do sítio institucional da Cooperativa Agrícola de Unai Ltda – COAGRIL, no ano de 2021, foram comercializados mais de um milhão de toneladas de grãos e apenas com a negociação de grãos, a organização faturou 2,1 bilhões de reais. Com os demais produtos que compõem a rede de produção desta instituição, foram faturados mais 743 milhões de reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desenvolvido nesta dissertação no qual foi possível analisar por meio dos fluxos que ocorrem através das relações presentes no município de Unaí (MG), que estes promovem a centralidade e a circulação de bens, produtos e serviços e ainda estabelecem a relação com uma rede de produção regional, nacional e global através da atuação em setores consolidados e que possuem uma relação direta ou indireta com o agronegócio globalizado.

É relevante discorrer que, a diferenciação e especialização dos lugares implicam na necessidade da troca entre os mesmos. Ambas induzem os fluxos e a formação de redes urbanas. Cabe então, conceber o espaço geográfico, como o meio de transformação das ações humanas, uma vez que, esse mesmo espaço permite a ação direta em seus moldes econômicos, sociais e culturais.

A troca se concentra no cerne dos processos de desenvolvimento econômico, os lugares de sua realização são os mercados cuja organização concreta contribui largamente para a formação do espaço em todas as escalas geográficas.

Ao longo do trabalho foi possível analisar a Sub – bacia Hidrográfica do Rio Urucuia: a sua composição municipal, a caracterização socioambiental da área, os usos territoriais e os territórios produtivos, os impactos associados e os principais conflitos de interesse por recursos hídricos que ocorrem em alguns municípios conforme apresentado anteriormente.

No decorrer da investigação sobre a região hidrográfica da Sub-Bacia do Rio Urucuia que é composta por 12 municípios tais como: Arinos; Bonfinópolis de Minas; Buritis; Chapada Gaúcha; Formoso; Pintópolis; Riachinho; Santa Fé de Minas; São Romão; Unaí; Uruana de Minas; Urucuia. É inquestionável os impactos causados pelas atividades agrícolas nesta Sub-Bacia, ocasionados tanto nas águas superficiais quanto subterrâneas devido a ação humana através de(a): aração, gradeação, adubação, espalhamento de estrume, a utilização excessiva de agrotóxicos, confinamento de animais, utilização de antibióticos e outros compostos farmacêuticos, irrigação, corte raso de florestas, silvicultura e também pela aquicultura.

É oportuno ainda ressaltar que, ocorrem conflitos de interesse pelo uso dos recursos hídricos que estão contaminados em vários pontos da Sub-Bacia do Rio Urucuia por: chumbo, *Escherichia coli*, Fósforo total.

Outro ponto de grande relevância desta pesquisa que cabe destacar, foi ter tido a oportunidade de investigar e demonstrar que o Vale do Rio Urucuia, configura-se como uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA) e que o município de Unaí (MG), é o que possui uma maior representatividade dentro da região delimitada.

O município de Unaí (MG), dentro da Região Produtiva do Agronegócio (RPA) do Vale do Rio Urucuia, possui uma área plantada destinada a colheita que corresponde a 245.338 hectares e Buritis (MG), ocupa a segunda colocação com uma área plantada de 131.050 hectares. Em ambos os municípios e dentro desta Região Produtiva do Agronegócio (RPA) as *commodities* predominantes são a soja e o milho.

Outro propósito desta dissertação era identificar o papel de Unaí (MG) e a sua centralidade no processo de articulação e consolidação junto aos demais municípios discutindo os fixos, os fluxos e os processos que configura e dá unidade a região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

Durante todo o tempo de investigação buscamos elementos que pudessem ratificar a centralidade de Unaí (MG) diante dos outros 18 municípios que compõem a Região do Vale do Rio Urucuia no que tange ao fornecimento de bens, produtos e serviços. No decorrer das três pesquisas de campo constatamos que os demais municípios possuem o que Santos, 2014a denominou de cidade dos “tempos lentos”.

Dessa maneira, para que ocorram desenvolvimento e urbanização nas pequenas e médias cidades, é necessário que exista, nesse espaço, um centro de influência e, conseqüentemente, as centralidades.

Ao longo do trabalho os objetivos específicos foram atendidos, e dessa forma acreditamos que o presente trabalho cumpriu com o seu objetivo que foi o de analisar a centralidade municipal de Unaí (MG) e o seu papel articulador e fornecedor na troca de bens, produtos e serviços na Região Produtiva do Agronegócio (RPA) do Vale do Urucuia, Noroeste mineiro.

As limitações foram superadas ao longo da trajetória de elaboração deste trabalho como: o período de pandemia da SARS-CoV-2, conhecido popularmente como Covid-19, algumas dificuldades com a obtenção de dados quantitativos junto a empresas e órgãos do governo do Estado de Minas Gerais. Limitações essas que foram vencidas principalmente após a qualificação da dissertação e também devido ao nosso esforço na busca de fontes que pudessem contribuir para o término desta pesquisa.

A hipótese foi confirmada, pois, Unaí (MG), pode ser classificada como uma cidade média, cuja a centralidade urbana regional articula o fornecimento e a troca de bens, serviços e produtos no Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

Isso pode ser constatado nos mais básicos e também nos mais complexos empreendimentos voltados ao setor do agronegócio ali instalados, além diversas lojas, franquias dos mais diferentes ramos como por exemplo: medicamentos, roupas, *fast food*, motos e automóveis. Outro elemento que cabe ainda evidenciar, é o fato de que o único critério que o município não atende para ser considerada uma cidade média é o demográfico conforme apresentado ao longo desta dissertação.

Assim, entendemos que o município de Unaí (MG) exerce influência no noroeste mineiro no que tange a espacializar, a centralidade e influência regional em relação ao fluxo de bens, mercadorias e serviços presentes neste território, contando com um rol de empresas de todos os setores da economia urbana que buscam atender as demandas impostas pela população da região e também para suprir as exigências da indústria agrária de *commodities* regional, nacional e em parte global.

Concluimos este trabalho com uma citação da professora Maria Torres Gonçalves, (2017, p.473), que dedicou a sua vida ao município de Unaí e deixou a seguinte profecia:

“Passados foram anos e anos. Preciso fora que a humanidade de ontem servisse, hoje, de proveito para a vitória das suas presentes e futuras grandezas. O município de Unaí, pouco a pouco, foi tomando consciência da sua força e da sua importância. O povo, unido numa integral participação, luta pela firmeza dos seus princípios e pelo futuro progresso que vem despontando. De agora em diante, Unaí contará com as bênçãos do desenvolvimento econômico e social, numa incontida ânsia de crescer, para o orgulho dos seus filhos. Vai, Unaí, deixe que seus sonhos e ideias concretizados sigam seu curso, como as águas impetuosas dos grandes rios.

Desta forma, passados setenta e nove anos da emancipação, o município de Unaí, (MG), cumpre a profecia deixada pela professora Maria Torres Gonçalves, e hoje, exerce o papel de centralidade urbana e maximiza as interações espaciais e ainda dinamiza a economia da região do Vale do Rio Urucuia, Noroeste mineiro.

Esperamos assim, que essa dissertação possa incentivar e encorajar outros pesquisadores a descortinar outros temas sobre os municípios e a região do Vale do Rio Urucuia.

10 REFERÊNCIAS

ABLAS, Luis Augusto de Queiroz. **A teoria do Lugar central: Bases Teóricas e evidências empíricas**. *Estudo de caso de São Paulo*. São Paulo: IPE, 1982.

ABREU, Maurício de Almeida. A Cidade da Geografia no Brasil: Percursos, Crises, Superações. In: **Cidade: história e desafio**. Organizadora: Lúcia Lippi de Oliveira -, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 111, n. 4, p. 41-55, 1983.

ABU-LUGHOD, Janet. **The city is dead—long live the city: Some thoughts on urbanity**. Monograph 12. Berkeley: Center for Planning and Development Research, University of California, Berkeley, 1969.

ADÂMOLI, J. O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os Cerrados: discussão sobre o conceito de “Complexo do Pantanal”. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 32., 1981, Teresina. **Anais...** Teresina: Sociedade Botânica do Brasil, 1982. p. 109-119.

AESABESP – Associação dos Engenheiros da Sabesp. Poluição por Carga Difusa. **Revista Saneas**. São Paulo, ano 09, nº. 30, julho – setembro, 2008. p. 16-25.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **O comitê de bacia hidrográfica: o que é e o que faz?** Brasília: ANA, 2011a. 64 p. (Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos, v. 1). Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/6575. Acesso em: 10. Mar. 2023.

_____. **Cuidando das águas: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos**. 2011b. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planejamento.mppr.mp.br/arquivos/File/bacias_hidrograficas/cuidando_da_s_aguas_final_baixa.pdf. Acesso em 21 abr. 2022.

_____. **Plano Nacional de Segurança Hídrica**. 2019. Brasília. <https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/1118/1/Tcc%20Jefferson%20Brito.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando L. **Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília – Goiânia**. 2008. 447 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15916>. Acesso em: 14/02/2022.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira, 2007.

_____. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, p. 81-93, 2008.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837801004> . Acesso em: 14/02/2023.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar e PINTO, José Vandério Cirqueira. Integrar para segregar: uma análise comparativa do tecido urbano-regional de Goiânia e Brasília. Diez años de câmbios el mundo, em la geocritica y em lãs ciências sociales, 1999 – 2008. **Actas Del X Coloqui Internacional de Geocritica**. Universidade de Barcelona, 26 – 30 de mayo de 2008. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/307.htm> Acesso realizado em: 08/02/2023.

AZEVEDO, Heloisa Pereira Lima; ALVES, Adriana Melo. Rides–por que criá-las? **Revista Geografias**, p. 87-101, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13298>. Acesso em: 10 Mar. 2023.

BEARD, J. S. The savanna vegetation of northern tropical america. **Ecological Monographs**, Washington, DC, v. 23, p. 149-215, 1953.

BEARD, J. S. The classification of tropical american vegetation-types. **Ecology**, Arizona, v. 36, n. 1, p. 89-100, 1955.

BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio. A.G. **Brasil – uma nova potência regional na economia-mundo**. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BESSA, Kelly C. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **Geotextos**, vol.8, n.1, jul. 2012.

_____. REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA E CIDADES MÉDIAS: O EXEMPLO DE UBERLÂNDIA (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 16, p. 268–288, 2005. DOI: 10.14393/RCG61615465. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15465>. Acesso em: 15 maio. 2023.

BEZERRA, J. E. Redes globais de produção: um caminho de análise para a geografia econômica. **Geousp**, v. 25, n. 3, pp. 01 - 19 e-187413, dez. 2021. ISSN 2179-0892.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: Uma (Re)visão Historiográfica – da Gênese aos Novos Paradigmas**. Editora UFSM, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 30ª edição; São Paulo: Atlas, 2009.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. ANO LXXVI Nº 107, QUARTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 2021. Pp. 464 – 473. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D> . Acesso em: 23 Fev. 2023

_____. **LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015**. Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: L13089 (planalto.gov.br). Acesso em: 11 mar. 23

_____. **Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm. Acesso 23 out. 2021.

_____. **Decreto nº 7.469, de 04 de maio de 2011.** Regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm#art12. Acesso 23 out. 2021.

_____. **Lei complementar nº 163, de 14 de junho de 2018.** Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp163.htm . Acesso 23 out. 2021.

BRASÍLIA. Decreto n. 19.040, de 18 de fevereiro de 1998. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal – SINJ DF <<http://www.tc.df.gov.br/SINJ/>>. Acesso em: 26. Fev. 2023.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização (Theses on urbanization). **Revista Eletrônica e-metropolis**. Nº 19. Ano 5 | dezembro de 2014.

BRITO, Jusselma Duarte de. **De plano piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília.** – Brasília; Editora Sinduscon – DF, 2010.

CARAVELLAS, Francisca Maria de Paiva e. **Os artistas colaboradores de Oscar Niemeyer na arquitetura religiosa de Brasília.** Dissertação (Mestrado em Arte, Patrimônio e Teoria do Restauro) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37759/1/ulfl258380_tm.pdf. Acesso em: 05/06/2021.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico.** In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTELLS, Manuel. **The urban question: A Marxist approach.** Translated by Alan Sheridan. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1977.

_____. **A questão urbana.** 8ª edição; São Paulo: Paz e Terra, 2009, 2021, 602p.

CASTILHO, Dênis. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.30, no 2, págs. 125-140, julho/ dezembro 2010.

CASTILHO, Dênis. Modernização, modernizações. In: **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2ª edição. Goiânia: Editora UFG, 2017. p. 35-66.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 156 p.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescales e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. 290 p.

CATTANEO, O.; GEREFFI, G.; STARITZ, C. Global value chains in a postcrisis world: resilience, consolidation, and shifting end markets. In: CATTANEO, O.; GEREFFI, G.; STARITZ, C. (Org.). **Global value chains in a postcrisis world: a development perspective**. Washington, D.C.: World Bank, 2010. p. 3-20.

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Módulo 1 – Resumo executivo. Salvador. 2004, 319p.

_____. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**: atualização 2016 – 2025. Disponível em: https://2017.cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/PRH-SF_Apresentacao_26ago16.pdf . Acesso em 04 Mar. 2023

CLAVAL, Paul. Le rôle du terrain en géographie: des épistémologies de la curiosité à celles du désir. **Confins**, Paris, n. 17, p. 1-17, 2013. doi:10.4000/confins.8373.

CHAVEIRO, E. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M.G et al. (Org.) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75- 97.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal**. Organização Kássia Batista de Castro, Larissa Ane de Sousa Lima. -- Brasília : Kássia Batista de Castro : Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020/> Acesso em: 23 fev. 2023.

_____. **PMAD – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios** – CODEPLAN. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisa-metropolitana-por-amostra-de-domiciliospmad/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

_____. **Nota Técnica – Caracterização da RIDE DF E AMB, os desafios para o enfrentamento da COVID-19** – CODEPLAN. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/NT->

Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-da-RIDE-DF-e-AMB-os-desafios-para-o-enfrentamento-da-COVID-19.pdf . Acesso em: 20 out. 2021.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **PMAD – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios** – CODEPLAN. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisa-metropolitana-por-amostra-de-domiciliospmad/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

COE, N.; YEUNG, H. **Global production networks: theorizing economic development in an interconnected world**. Oxford: Oxford University Press, 2015, 267p.

COLE, M. M. A savana brasileira. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 5- 52, 1958.

COLE, M. M. Cerrado, Caatinga and Pantanal: the distribution and origin of the savanna vegetation of Brazil. **The Geographical Journal**, London, v. 136, n. 2, p. 168-179, 1960.

COLE, M. M. **The savannas**: biogeography and geobotany. London: Academic Press, 1986. 438 p.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **12º Levantamento de Grãos para a safra 2019/2020**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/14173-12-levantamento-safra-2019-20>. Acesso em: 30 jun. 2022.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA UNAI - CAPUL. **Estatuto Social**. 2018. Disponível em: <https://capul.coop.br/institucional/estatuto/>. Acesso em: 13 set. 2022, 52p.

_____. **Relatório Anual**. 2021. Disponível em: <https://capul.coop.br/informativo/389>. Acesso em: 13 set. 2022, 34p.

_____. **Relatório Anual**. 2022. Disponível em: <https://capul.coop.br/static/arquivos/downloads/capul-relatorio-anual-2022-miolo-marco-2023-v2-compressed-101891619.pdf> Acesso em: 16 maio 2023, 36p.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE UNAI Ltda. COAGRIL. **Relatório Anual**. 2022. Disponível em: <https://coagrill.coop.br/relatorio-anual-2022/> Acesso em: 20 maio 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. “O enfoque locacional na Geografia”. **Terra Livre**, n. 1, 1986, pp. 62-66. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/issue/view/5/39> . Acesso em: 29 mar. 2023.

_____. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia - RBG**, Rio de Janeiro, ano 50, n.1, p.61-83, jan./mar.1988.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989, 96p.

_____. **Trajetórias Geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 302p.

_____. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. 4ª. reimp. São Paulo: Editora Ática, 2003a.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. in: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Pp.15 - 47. 2003b.

_____. **Região e Organização Espacial**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

_____. Inovações espaciais urbanas: algumas reflexões. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 7, nº 11, p.151-162, 2010.

_____. Interações Espaciais. In. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, 332p.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Eduarda Marques. Cidades médias - Contributos para a sua definição. **Finisterra**, [S. l.], v. 37, n. 74, 2002. DOI: 10.18055/Finis1592. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1592>. Acesso em: 14 mai. 2023.

COSTA, Everaldo B. da; SCARLATO, Francisco C. Geografia, método e singularidades revisadas no empírico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 640-661, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.161552. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/161552> . Acesso em: 16 maio. 2023.

COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Projeto Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas**: relatório diagnóstico Aquífero Guarani no Estado do Rio Grande do Sul. Bacia Sedimentar do Paraná /Mario Wrege, Maria Antonieta Alcântara Mourão, Coord. Belo Horizonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2012. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/22255/1/sistema_aquifero_guarani_rs.pdf . Acesso em: 06 Mar.2023

DA SILVA, João Carlos Teixeira. Senado Federal: 180 anos. In: **Senatus**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 26-35, mar. 2007

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia**. 10ª edição. São Paulo: Contexto, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: ICONEUNICAMP, 1985.

DE SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**, p. 173, 2013.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Dinâmicas Territoriais : A Cidade do Campo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. São Paulo – SP: USP, 2005.

_____. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**. Recife, v. 13, nº. 02, p. 153-167, novembro 2011.

_____. Relações Campo-Cidade, Reestruturação Urbana e Regional no Brasil. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Independencias y construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización y Socialización, Siglos XIX-XX**. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá: 2012.

_____. **Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil**. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 63-81. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0004>.

EITEN, G. The Cerrado vegetation of Brazil. **Botanical Review**, New York, v. 38, n. 2, p. 201-341, 1972.

EITEN, G. A sketch of vegetation of Central Brazil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BOTÂNICA, 2.; CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 29., 1978, Brasília/Goiania. **Resumos dos trabalhos**. [Brasília: Sociedade Botânica do Brasil, 1978]. p. 1-37.

EITEN, G. Vegetação do Cerrado In: PINTO, M. N. (Ed.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2. ed. Brasília: UnB: SEMATEC, 1994. p. 17-73.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014, 1182p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>. Acesso em: 15 Ago. 2022.

FARRET, Ricardo Libanez. O estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília: ideologia e realidade – espaço urbano em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In PAVIANI, A. (org). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010. 392 p.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032009-163452/publico/SAMUEL_FREDERICO.pdf. Acesso em: 11 jul.2022.

FREDERICO, S. AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA BRASILEIRA. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 33, p. 5–23, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933>. Acesso em: 20 maio. 2023.

FREITAS, Grace de. **Brasília e o projeto construtivo brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

GMECH, George. “Return migration”. *Annual Review of Anthropology*, 9: 135-153, Nova York, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2155732> . Acesso em: 28 fev. 2023.

GODINHO, Alexandre Lima e GODINHO, Hugo Pereira. Breve visão do São Francisco. In: GODINHO, Hugo Pereira. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Editora PUC Minas, 2003.

GOEDERT, Wenceslau J. Região dos Cerrados: potencial agrícola e política para seu desenvolvimento. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 24, n. 1, p. 1-17, 1989.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Maria Torres. **Saga: Hunay de Hontem e Unai de Hoje**. Paulo César Rocha e Geralda Gislene Torres Gonçalves (Org.). Uberlândia: Editora Regência; Arte editora. 2017.

GUIMARÃES, Daniel Pereira; LANDAU, Elena Charlotte. **Georreferenciamento dos pivôs centrais de irrigação no Brasil: ano base 2020**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2020.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia (RBG)**. Ano 03, Número 02. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1941. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf. Acesso em: 06 Mar. 2023.

HILL, Christopher. Uma Revolução Burguesa? In: Org. J. G. A. Pocock. **Three British Revolutions: 1641, 1688, 1776**. Tradução de Luiz Antonio de Almeida. Princeton University Press, 1980.

HOLANDA, Frederico Rosa Borges de. **Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muros**. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/054R.pdf>. Acesso em: 01º outubro 2021.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A Localização da Nova Capital da República**. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

_____. **Atlas do Censo Demográfico – IBGE 2010**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529.pdf>. Acesso em: 05/06/2021.

_____. **Estimativas da População IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=29008&t=destaques>. Acesso em: 29 jul.2022.

_____. **Projeções da População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-quee.%20e.%20Acesso:%11Jun.%112021>. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso realizado em: 29/07/2022.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso realizado em: 29/07/2022.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf. Acesso em: 24 maio 2022.

_____. **Cidades, 2014 - Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/historico>. Acesso em: 24 maio 2022.

_____. **1º Recenseamento de Brasília**. Rio de Janeiro: 1957.

Censo Experimental de Brasília. Rio de Janeiro: 1959.

Censos

Demográficos IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1288#resultado>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Regiões de

Influência das Cidades – Regic 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

Estimativas da

população. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 16 maio 2023.

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Boletim Anual de Qualidade das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia.** Belo Horizonte: 2021.

Bacia do Rio Urucuia - CH SF8:

Panorama da Qualidade das Águas Superficiais - 2020. Belo Horizonte: Igam, 2021. 1 Mapa, color. Escala: 1:1.225.000.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil: Referencial Conceitual e Metodológico.** Relatório 01. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/220624_216711_ri_competitividade_governanaa_novo.pdf Acesso em: 21 Fev. 2023.

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. 1ª reimpressão, Brasília : IPEA, 2000. v.6; 206p.

KAYSER, Bernard. **A região como objeto de estudo da geografia.** IN: GEORGE, P. Geografia Ativa. 2º Ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1968.

_____. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia – BPG.** São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 93-104.

KOHLER, Heinz Charles. Aspectos geocológicos da bacia hidrográfica do São Francisco. In: GODINHO, Hugo Pereira. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais.** Editora PUC Minas, 2003.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia – BPG.** São Paulo, jul. 2006, n. 84, p. 77-92.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. **Fundamentos De Metodologia Científica.** 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

_____. **O direito a cidade**. Centauro, São Paulo, 2001.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Espaço e Política: o direito à cidade II**. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Desiree Guichard; OLIVEIRA, Floriano Jose Godinho de. **Metrópole: governo, sociedade e território** (Org.). Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006. p. 41-57.

_____. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.120, p.133-148, jan./jun. 2011. p. 133-148. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/176>. Acesso em: 08 Mar.2023.

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck e SILVA, Euzébio Medrado da. Hidrografia. In: **Águas Emendadas: Distrito Federal**. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA). Fernando Oliveira Fonseca (Org.); Brasília: SEDUMA, 2008.

LOPES, A. S. **Solos sob cerrado: características, propriedades, manejo**. 2. ed. Piracicaba: POTAFOS, 1984. 162 p.

LUZ, Janes. Socorro da. O eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e as novas dinâmicas territoriais. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. p. 8252 – 8264. Disponível em: O EIXO GOINIA-ANPOLIS-BRASLIA E AS NOVAS DINMICAS TERRITORIAIS (observatoriogeograficoamericalatina.org.mx) Acesso realizado em: 08/02/2023.

MARTINDALE, Don. **Prefatory remarks: The theory of the city**. In **The city, by Max Weber**, translated and edited by Don Martindale and Gertrud Neuwirth, 9–64. Glencoe, Ill.: Free Press, 1958.

MATOS, Patrícia Francisca e PÊSSOA, Vera Lucia Salazar. A apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de e MATTA, Maurício da Silva. **Momento de criação: a concepção de Brasília e do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

MELLO, Leandro Ribeiro. O papel de Brasília na gênese do processo de produção do espaço urbano na região dos cerrados: o caso da região integrada de desenvolvimento do entorno (RIDE/DF). **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78174>. Acesso em: 27/02/2023

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRAGAYA, Júlio Flávio Gameiro. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Organizadores, Aldo Paviani... [et al]. – Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

MIRANDA, I. S.; ABSY, M. L. Fisionomia das savanas de Roraima, Brasil. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 30, n. 3, p. 423-440, 2000.

MONBEIG, Pierre. **O Brasil**. São Paulo: Ed. DIFEL, Coleção Saber Atual, 2ª Edição atualizada e aumentada. (Publicação original ocorrida em 1954). Trad. Professor Dirceu Lino de Mattos, 1958.

MOREIRA, Ruy. **O espaço-total brasileiro**. In: Espaço e Energia: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

OLIVEIRA, Jucelino Kubtschek de. **A Marcha do Amanhecer**. São Paulo: Bestseller, 1962.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, M.I.M (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.29-70.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: O mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, P. M., and CATELAN, M. J. V. Heterarquias conhecimento. A instituições de ensino superior. Papéis e funções de Marília/SP na rede urbana. In: MAIA, D. S., and MARAFON, G. J., eds. **Ensino superior e desenvolvimento regional: reconfigurando as relações entre as cidades e o campo [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 82-117. ISBN: 978-65-87949-08-6. <https://doi.org/10.7476/9786587949086.0004>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Urbanization Prospects 2018**. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-PressRelease.pdf>. Acesso em: 06/06/2021.

_____. **Relatório Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2022**. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 10/12/2022.

PAVIANI, Aldo. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Espaço & Geografia**, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2007a. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/61>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

_____. Brasília –as duas faces da capital. In: **Brasília a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. (Coleção Brasília).

_____. **Brasília é cercada por cinturão de pobreza, apesar de dinamismo econômico da região**. Agência Senado, 2020. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/05/brasilia-e-cercada-por-cinturao-de-pobreza-apesar-de-dinamismo-economico-da-regiao>>. Acesso em: 10/03/2023.

_____. Para mudar a Geografia Urbana do Distrito Federal. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 15 - 15, 13 mar. 2012.

_____. Migrações com desemprego: injustiça social na configuração socioespacial urbana. **Cadernos Metrópole**, núm. 17, enero-junio, 2007, pp. 13-33. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837795001>. Acesso realizado em: 09 Mar. 2023.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; MATOS, PF de. A modernização da agricultura no Cerrado e os custos ambientais. **X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo**, v. 20, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/12.pdf>

PUMAIN, D. (1992) "Les Systèmes de villes". In: BAILLY, A.; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) - **Encyclopédie de géographie**. Paris, Económica, p. 624-641.

RAMIRO JUNIOR, Luiz. **200 anos de Independência: 1763 – Transferência da capital do Vice-Reino do Brasil para o Rio de Janeiro**. Fundação Biblioteca Nacional. 2020. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/bicentenario-da-independencia-1763-transferencia-da-capital-do-vice-reino-do-brasil-para-o-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: **Cerrado: ecologia e flora**. Editores técnicos, Sueli Matiko Sano, Semíramis Pedrosa de Almeida, José Felipe Ribeiro. Embrapa Cerrados. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

RIBEIRO MELLO, L.; OLIVEIRA DA SILVA BRANDÃO, J. A CENTRALIDADE NO NORDESTE GOIANO E SUA INFLUÊNCIA REGIONAL NO OESTE BAIANO: O CASO DE POSSE – GOIÁS. **GEOFRONTER**, [S. l.], v. 8, 2022. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7217>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SABOIA, Luciana e DERNTL, Maria Fernanda. **Brasília 50+50: cidade, história e projeto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SANAIOTTI, T. M. Ecologia de paisagens: savanas amazônicas. In: VAL, A. L.; FIGLIUOLO, R.; FELDBERG, E. (Ed.). **Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia: fatos e perspectivas**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1991. v. 1, p. 77-79.

SANTOS, José Yure G.; CUNHA, Tássio Barreto; VIANNA, Pedro Costa G. Conflito pelo uso da água no sertão Paraibano: o estudo de caso do Açude São Francisco II. **Revista Cadernos do Logepa**. João Pessoa, v.6, n.2, 2011 p.140-160.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed. 1ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

_____. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 8ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

_____. **Espaço e Método**. 5ª ed. 2ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativa**. 2ª ed. 3ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c.

SAUTCHUK, Jaime. **Cruls: histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer Brasília**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Balanco do Agronegócio de Minas Gerais 2020**. Disponível em: http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf. Acesso realizado em: 29/07/2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia Do Trabalho Científico**. 23. Ed. Rev. E Atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edilene Américo e ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. (Re)configuração territorial de Alexânia: a inserção municipal na rede de cidades do agronegócio em Goiás. **Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá**. v. 9, n. 1, p. 49-70, 2017b. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/49358> Acesso em: 08/12/2022.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 4ª Edição, Brasília: Linha Gráfica, Centro Gráfico, 1999.

SILVA, Robson Eleutério da. **Centenário da Pedra Fundamental do Distrito Federal (1922 / 2022)**. Brasília: Ed.do Autor, 2021.

SISTEMA INTEGRADO DE NORMAS JURÍDICAS DO DISTRITO FEDERAL. (SINJ – DF). DECRETO LEI NÚMERO 19.040. Disponível em https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/33283/Decreto_19040_18_02_1998.html. Acesso em: 26. Fev. 2023.

SOJA, Edward. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica social**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Sergio MAGNO CARVALHO DE. **Reestruturação produtiva e metropolização na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). Relativizando a perspectiva da região deprimida e dependente**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/ dezembro 2016. Disponível em: [http://revistappr.com.br/artigos/publicados/Reestruturacao-Produtiva-e-metropolizacao-na-Regiao-Integrada-de-Desenvolvimento-do-Distrito-Federal-e-Entorno-\(Ride-DF\)-relativizando-a-perspectiva-daregiao-deprimida-e-dependente.pdf](http://revistappr.com.br/artigos/publicados/Reestruturacao-Produtiva-e-metropolizacao-na-Regiao-Integrada-de-Desenvolvimento-do-Distrito-Federal-e-Entorno-(Ride-DF)-relativizando-a-perspectiva-daregiao-deprimida-e-dependente.pdf). Acesso em: 02. Mar. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 11ª Edição; Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2020, 192p.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

_____. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, v.10. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/UNESP, 1991.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001a. p. 609-642.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/UNESP, 2001b.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. Revista **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, 2004.p. 114-139.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.

_____. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B. ; WHITACKER, Arthur. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006b. p. 111-130.

_____. Desafios para o estudo das cidades médias *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITÓRIO, 11, 2010a, Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUYO - Universidad de Cuyo, 2010a. p. 01-18.

_____. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. Rio Claro, **Revista Geografia**, v.35, jan-fev.2010b.

STEINBERGER, M. Formação do Aglomerado Urbano de Brasília no contexto nacional e regional. *In*: PAVIANI, A (Org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: EdUnB, 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, 4(7), 64-68. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423> 2009.

THÉRY, Hervé e de Mello-Théry, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Edusp. 2014, 309p.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Editora SENAC. 2001.

VASCONCELOS, Adirson. **A Mudança da Capital**. 2. ed. Editora: Gráfica e Editôra Independente LTDA, 1978.

_____. **Memorial Brasília**. Brasília: União Editora, 1995.

VICENTINI, Albertina. **Tal Sertão, Qual Cerrado?** Goiânia, Ateliê Tipográfico, 2016. Págs. 19 a 44.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009. 352 p.

VILARINHO, C. M. R.; COSTA, M. M. L.; PIRES, A. S. C.; MULLER, M. G.; MONTE-MOR, R. C. A.; GONÇALVES, J. A. C. Eficácia da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos condicionada ao Índice de Qualidade da Água: Estudo de Caso, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v.14, n.1, 2021. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v14.1.p266-280>

YOUNG, R. A.; LOOMIS, J. B., **Determining the Economic Value of Water: Concepts and Methods**. 2nd, Washington, DC. Resources for the Future Press. 2014. 358 p. <https://doi.org/10.4324/9780203784112>